

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

TAIANI BACCHI KIENETZ

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA
PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA MARIA**

**Santa Maria, RS
2018**

Taiani Bacchi Kienetz

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA PARA AS
AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kelmara Mendes Vieira

**Santa Maria, RS
2018**

Kienetz, Taiani Bacchi

Avaliação da Extensão Universitária: um proposta para as ações de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria / Taiani Bacchi Kienetz.- 2018.

213p.; 30 cm

Orientadora: Kelmara Mendes Vieira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas, RS, 2018

1. Extensão Universitária 2. Avaliação 3. Ações I. Vieira, Kelmara Mendes II. Título.

Taiani Bacchi Kienetz

**AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA PARA AS
AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovada em 19 de fevereiro de 2018:

Kelmara Mendes Vieira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Débora Bobsin, Dra. (UFSM)

Ani Caroline Grigion Potrich, Dra. (UFSC)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus que me fortalece, me sustenta e me guia.

A minha família por sempre me apoiarem e me incentivarem e por todos os sacrifícios que permitiram que eu me dedicasse aos estudos.

A minha orientadora por ter me auxiliado em todo o processo de construção deste trabalho e me oportunizado esta enriquecedora experiência.

A banca de qualificação pelas valorosas contribuições que propiciaram o aperfeiçoamento do trabalho proposto.

Aos entrevistados que se dispuseram a colaborar com este estudo.

A Rokembach Auditores pela confiança depositada em mim ao oportunizar a minha entrada no mercado de trabalho e por ter me possibilitado conhecer pessoas, empresas e locais que trouxeram uma riqueza incalculável para minha vida.

A Equipe da Pró-Reitoria de Extensão, em especial, ao Jaime Roso Cardoso e a Gléce Kurzawa Cóser pelas risadas, paciência e experiências compartilhadas.

A Valéria Garlet pela parceria desenvolvida no curto período em que trabalhamos juntas no Gabinete de Projetos do Centro de Ciências da Saúde, tendo sido uma incentivadora para que eu realizasse o Mestrado.

A turma do mestrado, em especial, aos colegas Lauren Londero, Antônio Moreira e Henrique Roth, pelos momentos de descontração vivenciados e pelas oportunidades de aprendizado que me propiciaram.

A equipe do Projeto de Modernização Administrativa que, apesar do curto tempo de convivência, propiciou momentos marcantes, divertidos e de muita troca de conhecimento. Em especial, agradeço ao Jonas Carniel de Macedo, que foi responsável pelos primeiros treinamentos informais que recebi como servidora da UFSM, e a Daniele Medianeira Rizzetti pelas contribuições e incentivo na fase final de desenvolvimento desta dissertação.

A todas as pessoas que estiveram presentes na minha vida e que de uma ou outra forma contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

“Façamos algo na extensão do bem de todos”.

Chico Xavier

RESUMO

AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

AUTORA: Taiani Bacchi Kienetz
ORIENTADORA: Kelmara Mendes Vieira

As instituições de ensino superior são alicerçadas em três vertentes: Ensino, Pesquisa e Extensão. No desenvolvimento das universidades, o Ensino e a Pesquisa desenvolveram-se de maneira que, atualmente, recebem um reconhecimento ampliado em relação à Extensão. A elevação da Extensão universitária aos patamares do Ensino e da Pesquisa perpassa pela necessidade de valoração clara de suas ações e dos seus produtos. O processo de qualificação da Extensão demanda o estabelecimento de um processo avaliativo que contemple os envolvidos nas práticas extensionistas. Nessa perspectiva, esse estudo teve como objetivo propor instrumentos de avaliação das ações de Extensão na UFSM. Para tanto, utilizou-se de referencial teórico sobre a temática, entrevistas semiestruturadas com os participantes da extensão e pesquisas em 63 sites institucionais das universidades públicas federais brasileiras vinculadas ao RENEX. Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo, subsidiando a elaboração de uma proposta adequada para a UFSM e considerando também os aspectos que tangem os processos de gestão das ações de extensão nas demais universidades federais públicas. A partir da análise dos dados não foi possível identificar modelos de indicadores, já consolidados, nas avaliações das ações de Extensão Universitária no Brasil, porém constataram-se os critérios e formulários utilizados para os processos que envolvem as ações de extensão desde sua concepção até o seu encerramento no âmbito nacional. Além disso, também foi analisada a percepção das diferentes partes interessadas sobre as formas de avaliação das ações de Extensão. A partir destas informações foi possível propor um modelo de avaliação das ações de Extensão Universitária bem como detalhar a metodologia de implementação do modelo de avaliação com vistas a propiciar indicadores específicos da Extensão na UFSM. Conclui-se que, além da necessidade de instrumentos de avaliação em constante aprimoramento, deve-se primar pela valorização dos extensionistas e, das ações por eles realizadas, buscando aprimorar processos que facilitem as rotinas administrativas vinculadas ao ciclo de vida das ações, fomentando a disseminação da extensão entre acadêmicos, servidores e comunidades em geral. Acredita-se que os instrumentos aqui propostos venham a contribuir para o fortalecimento da Extensão Universitária no âmbito da UFSM.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Avaliação; Ações.

ABSTRACT

EVALUATION OF THE UNIVERSITY EXTENSION: A PROPOSAL FOR THE EXTENSION ACTIONS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

AUTHOR: Taiani Bacchi Kienetz
ADVISOR: Kelmara Mendes Vieira

Higher education institutions are founded on three fields: Teaching, Research and Extension. On the development of universities, Teaching and Research developed in such a way that, currently, they have greater recognition if compared to Extension. Raising university Extension to the levels of Teaching and Research stems from the need of clear valuation of its actions and products. The qualification process of Extension demands establishment of an evaluation process that contemplates all stakeholders of extension practices. Within this perspective, this study's objective proposes evaluation instruments for the actions of Extension within UFSM. For such, a theoretical framework was used on the theme, semi-structured interviews with extension participants, and research in 63 institutional websites of public federal universities associated to RENEX. Gathered data was content-analyzed, allowing for the elaboration of an adequate proposal for UFSM, also considering aspects related to management processes for the actions of Extension in other public federal universities. From the data analysis indicators' models could not be identified in consolidated fashion in the evaluation of University Extension actions in Brazil. However, criteria and forms used on the processes that involve extension actions were found, covering from conception to close-out at national level. Furthermore, the perception of different stakeholders was analyzed with regards to the means of evaluation of Extension actions. This information enabled proposing an evaluation model for the actions of University Extension as well as detailing the implementation methodology of the evaluation model to allow for indicators specific to Extension at UFSM. As conclusion, besides the need for evaluation instruments to be under constant enhancement, extension stakeholders and their actions should be prized, searching for process improvements that facilitate administrative routines linked to the lifecycle of the actions, fomenting dissemination of extension among scholars, public servants, and communities in general. The instruments proposed here should contribute to strengthening University Extension within UFSM.

Keywords: University Extension; Evaluation; Actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectiva dos Processos Internos	85
Figura 2 – Perspectiva do Aprendizado e do Crescimento	93
Figura 3 – Perspectiva do Cliente	101
Figura 4 – Perspectiva Financeira	114
Figura 5 – Autorização Institucional	173
Figura 6 – Imagem compondendo os aspectos Qualitativos da Dimensão I – Política de Gestão	209
Figura 7 – Imagem compondendo os aspectos Quantitativos da Dimensão I – Política de Gestão e aspectos Qualitativos da Dimensão II – Infra-Estrutura.....	210
Figura 8 – Imagem compondendo os aspectos Quantitativos da Dimensão II – Infra-Estrutura.	210
Figura 9 – Imagem compondendo os aspectos Qualitativos da Dimensão III – Relação Universidade/Sociedade	211
Figura 10 – Imagem compondendo os aspectos Quantitativos da Dimensão III – Relação Universidade/Sociedade	211
Figura 11 – Imagem compondendo os aspectos Qualitativos da Dimensão IV – Plano Acadêmico	212
Figura 12 – Imagem compondendo os aspectos Quantitativos da Dimensão IV – Plano Acadêmico....	213
Figura 13 – Imagem compondendo os aspectos Quantitativos da Dimensão V – Produção Acadêmica	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação dos Objetivos presentes no Plano Nacional de Extensão (1999) e Política Nacional de Extensão Universitária (2012).....	40
Quadro 2 – Comparação das Diretrizes presentes no Plano Nacional de Extensão (1999) e na Política de Extensão da UFSM (2008) e a Política Nacional de Extensão Universitária (2012)	44
Quadro 3 – Comparação das Áreas temáticas definidas pela Política de Extensão da UFSM (2008) e pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012)	45
Quadro 4 – Indicadores apresentados no FORPROEX 1997	51
Quadro 5 – Pressupostos para Avaliação da Extensão	52
Quadro 6 – Critérios de priorização dos respondentes	56
Quadro 7 – Distribuição das Entrevistas	57
Quadro 8 – Roteiro para análise do conteúdo acessível nos sites institucionais	60
Quadro 9 – Síntese dos procedimentos metodológicos	61
Quadro 10 – Propostas, objetivos e envolvidos na implementação dos modelos de avaliação sugeridos.....	131
Quadro 11 – Critérios para avaliação na etapa de Registro da Ação de Extensão	136
Quadro 12 – Critérios para avaliação na Submissão ao FIEEX	141
Quadro 13 – Critérios para avaliação dos relatórios de acompanhamento.....	155
Quadro 14 – Lista de universidades federais e respectivos sites consultados	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categoria Estrutura	118
Tabela 2 – Categoria Registro	119
Tabela 3 – Categoria Editais	121
Tabela 4 – Categoria Avaliação	123
Tabela 5 – Categoria Acompanhamento	127

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARI	Coordenadoria de Ações Regionais e Inovação
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Conex	Comissão Nacional de Extensão Universitária
CODAE	Coordenação de Atividade de Extensão
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FIPE	Fundo de Incentivo à Pesquisa
FIEX	Fundo de Incentivo à Extensão
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas ¹ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras ²
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIVEX	Programa Institucional de Voluntários de Extensão
PNE	Plano Nacional de Educação
PRE	Pró-Reitoria de Extensão
ProExt	Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
RENEX	Rede Nacional de Extensão
SESu/MEC	Secretaria da Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto
SIE	Sistema de Informações Educacionais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISNEP	Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UE	Unidade de Ensino

¹ Nomenclatura utilizada até 2012

² Nomenclatura utilizada a partir de 2013

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	25
1.1 OBJETIVOS	27
1.1.1 Objetivo Geral.....	28
1.1.2 Objetivos Específicos	28
1.2 JUSTIFICATIVA	28
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	33
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	35
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	35
2.2 A EXTENSÃO NA UFSM	42
2.2.1 A Extensão no Sistema de Informações Educacionais (SIE)	48
2.2.2 A Extensão nos Sistemas de Editais de Bolsas e Auxílios para Projetos e de	
Questionários	49
2.3 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	49
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	55
3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS	55
3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	61
3.4 ASPECTOS ÉTICOS	62
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	64
4.1 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM	64
4.1.1 Contextualização da avaliação das ações de Extensão Universitária na UFSM ...	64
4.1.2 Caracterização das ações de Extensão Universitária na UFSM.....	67
4.2 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	117
5. PROPOSIÇÃO DE MODELOS DE AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE	
EXTENSÃO DA UFSM	129
5.2 MODELO DE AVALIAÇÃO VINCULADO AO PROCESSO DE CONCESSÃO DE	
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (FIEIX) VIA PORTAL DE PROJETOS	137
5.2.1 Quadro de Avaliação das Informações Prestadas	139
5.3 MODELO DE AVALIAÇÃO VINCULADO AO PROCESSO DE	
ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO	141
5.3.1 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pelo Coordenador	142
5.3.2 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pelo Acadêmico.....	149
5.3.3 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pela Comunidade	152
5.3.4 Quadro de Avaliação das Informações Prestadas	154
6. CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	169
APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	171
APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	173
APÊNDICE D – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS – ROTEIRO PARA	
ENTREVISTAS	175
APÊNDICE E – LISTA UNIVERSIDADES FEDERAIS E RESPECTIVOS SITES	
CONSULTADOS	181
APÊNDICE F – UNIVERSIDADES COM CRITÉRIOS PONTUÁVEIS PARA	
AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NA ETAPA DE REGISTRO	183
APÊNDICE G – UNIVERSIDADES COM CRITÉRIOS PONTUÁVEIS PARA	

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NOS EDITAIS	189
APÊNDICE H – UNIVERSIDADES COM FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DOS BOLSISTAS.....	193
APÊNDICE I – UNIVERSIDADES COM RESPECTIVOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO PELOS BOLSISTAS	197
APÊNDICE J – PARÂMETROS UTILIZADOS NO REGISTRO, NA SUBMISSÃO AOS EDITAIS E NOS RELATÓRIOS DE EDITAIS E ACOMPANHAMENTOS	201
ANEXO A – FIGURAS DOS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DAS CINCO DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO (FORPROEX, 2001).....	209

1. INTRODUÇÃO

A história das instituições de ensino superior (IES) no Brasil é recente, possuindo cerca de um século de existência. Nos primeiros séculos de colonização portuguesa inexistia, sob a perspectiva dos colonizadores, a necessidade de criação de instituição para a formação profissional da população uma vez que, nesta época, era comum o deslocamento dos filhos de famílias abastadas para continuar seus estudos em terras além-mar, geralmente em Coimbra. A demanda local pela criação de instituições para qualificar os filhos dos nobres deu-se a partir do contexto de guerra instalado no velho continente que inviabilizou o deslocamento e permanência destes jovens na Europa (TEIXEIRA, 1989).

A proliferação das universidades, ocorreu sob a influência do “Milagre econômico” que propiciou um novo contexto histórico, político e social, fomentando a criação de universidades públicas nas Capitais de todos os Estados Brasileiros. Com base nos dados da UNICERSIA (2016), nas décadas de 50 a 70, criaram-se universidades federais em todo o Brasil, além de universidades estaduais, municipais e particulares. Assim, inicia-se a descentralização do ensino superior com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961. No Regime Militar, tem-se uma visão voltada para o fomento das universidades públicas, pois o poder militar foi decisivo por convencer os técnicos da área econômica da necessidade de gastar mais com as instituições de pesquisa e com as universidades públicas para qualificar mão de obra, propiciar o aproveitamento de recursos naturais, absorver novas tecnologias, entre outros, etc (MOTTA, 2014).

Do ponto de vista local com a criação do curso de Farmácia, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, iniciou-se o movimento, coordenado pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha filho, para a criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (UFSM, 2017c). Em 1960, foi fundada a UFSM, com localização na região central do Estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1960). Desde a sua criação até os dias atuais, a UFSM foi acrescentando diversos cursos de graduação, além de ter expandido sua estrutura para os níveis de ensino técnico e tecnológico por meio das estruturas do Colégio Politécnico e do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. A partir da expansão e acesso à tecnologia da população, a UFSM agregou as práticas de Ensino a Distância à sua estrutura, criando e ampliando a oferta de cursos de pós-graduação em diferentes áreas de abrangência. Ampliou ainda a oferta de cursos a outras cidades do interior do Estado com a criação dos Campi em Palmeira das Missões, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul (UFSM, 2017d).

A UFSM, assim como as demais instituições brasileiras, está alicerçada sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Uma das finalidades do ensino superior, conforme preceitua o Art. 207 da Constituição Federal de 1998, reforçado por BRASIL (1996b, capítulo IV, Art. 43, inciso VII), é: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Considerando a extensão universitária como “processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade (FORPROEX, 2012, p. 9)”.

Um dos empecilhos encontrados para o fomento da extensão é que esta não compõe a matriz da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, não obtendo uma destinação de recurso específica para esta finalidade. Por sua vez, uma das dificuldades enfrentadas para a Extensão compor a matriz ANDIFES é o estabelecimento de critérios de mensuração e a validação de indicadores, ou seja, a confiabilidade dos indicadores de extensão. Para Veras (2014, p. 37),

Os indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, assim como dos seus projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança, etc. Eles permitem aos gerentes, minimamente, exercer duas funções básicas:

- Descrever por meio da geração de informações o estado real dos acontecimentos e o seu comportamento;
- Analisar as informações presentes com base nas anteriores, de forma a realizar proposições de valor.

Para viabilizar o mapeamento das ações de extensão a partir de indicadores, é preciso que estes contemplem as atividades desenvolvidas no âmbito de cada instituição e seja passível de consolidação e comparação no âmbito nacional. Assim como, para a composição de indicadores destaca-se a necessidade de critérios claros e estabelecimento de parâmetros de avaliação. Nesse sentido, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) arrola possíveis indicadores quanto ao compromisso institucional e aos impactos sociais. Relativo ao compromisso institucional são listados os seguintes:

- o grau de formalização da extensão na estrutura universitária;
- a definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades;

- a conceituação e tipologia das atividades de extensão;
- a existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas;
- o grau de participação da extensão no orçamento da universidade;
- a existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão;
- o envolvimento dos docentes nas atividades;
- a interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais (FORPROEX, 2001, p. 29).

Em relação aos impactos sociais, propõe-se:

- relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições;
- segmentos sociais envolvidos;
- interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados;
- objetivos e resultados alcançados;
- apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão;
- efeito da interação resultante da ação da extensão nas atividades acadêmicas (FORPROEX, 2001, p. 30).

Para a construção de avaliações consistentes no âmbito da extensão universitária, faz-se necessário considerar os perfis de ações desenvolvidas e a percepção das partes interessadas das ações sobre os efeitos e produtos gerados a partir desta. Entende-se por parte interessada um indivíduo, grupo ou organização que pode afetar ou sentir-se afetada por uma decisão, atividade ou resultado de um projeto (PMI, 2014). Assim, especificamente para ações de extensão, é possível identificar as partes interessadas como aqueles atores (coordenador, bolsistas, público-alvo, instituição promotora e/ou apoiadora da ação) que participam ativamente no projeto ou tem interesses que possam ser positiva ou negativamente afetados pelo desempenho ou término do projeto.

Diante do exposto acima buscou-se responder a seguinte questão: Como devem ser estruturados e aplicados os instrumentos para avaliar as práticas de Extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)?

1.1 OBJETIVOS

Para guiar o estudo proposto, foram definidos um objetivo geral e quatro objetivos específicos, visando à obtenção de resposta à problemática anteriormente apresentada.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral que norteou o desenvolvimento desta pesquisa foi: propor instrumentos de avaliação das ações de Extensão na UFSM sob a perspectiva das diferentes partes interessadas.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral definido no presente estudo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as práticas referentes as ações de Extensão Universitária nas Universidades Federais Brasileiras;
- Analisar a percepção das diferentes partes interessadas sobre as formas de avaliação das ações de Extensão;
- Sugerir um modelo de avaliação das ações de Extensão Universitária compostos pelas características específicas das partes interessadas e ações desenvolvidas;
- Detalhar a metodologia de implementação do modelo de avaliação com vistas a propiciar indicadores específicos da Extensão na UFSM.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para que as ações de Extensão Universitária e os extensionistas envolvidos recebam o reconhecimento almejado é necessário o aprimoramento dos mecanismos de avaliação das atividades realizadas de maneira que possibilitem um melhor acompanhamento destas e a mensuração dos efeitos produzidos. A padronização da sistemática de acompanhamento também poderá subsidiar, posteriormente, a elaboração de indicadores institucionais relevantes para o aperfeiçoamento das ações de extensão no âmbito da UFSM. De acordo com FORPROEX (2012, p. 11), um dos objetivos da extensão universitária é “13. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade”.

De acordo com Michaelis (2017), avaliação é “1) Ato ou efeito de avaliar (-se); 2) Apreciação, cômputo ou estimação da qualidade de algo ou da competência de alguém; 3) Determinação do preço justo de qualquer coisa alienável”. Assim como qualquer processo avaliativo, a avaliação das ações de extensão é complexa. Uma proposta de acompanhamento

no âmbito de uma instituição universitária requer considerar, além da abrangência das ações desenvolvidas e as distintas partes interessadas que se relacionam, a concepção de universidade que se tem estabelecida. Devido a essa conjuntura, é de suma importância que a própria organização analise sua realidade e determine os instrumentos de avaliação de maneira que estes reflitam e abarquem o contexto no qual está inserida. Para o FORPROEX (2001, p. 34), “[...] o processo de avaliação, no contexto da autonomia universitária, exige que o modelo a ser implementado em qualquer universidade seja concebido de acordo com a sua realidade e metodologia próprias.”

A necessidade e relevância da realização da avaliação da extensão caracteriza-se como uma demanda Institucional, estando presente na última Política de Extensão da UFSM (UFSM, 2008a), na qual foram determinados como propósitos da Instituição:

- Estabelecer princípios para avaliação da extensão universitária;
- Definir critérios para o acompanhamento e a análise dos resultados da avaliação da extensão universitária;
- Elaborar uma metodologia de avaliação da extensão universitária, com a identificação dos instrumentos necessários ao processo de avaliação (o que se quer avaliar; o grau e a quantidade do planejado e do executado; o alcance e impacto das ações junto ao público beneficiário);
- Criar um sistema de indicadores para avaliação de extensão universitária, a ser posteriormente incluído no SIE/UFSM;
- Tornar permanente a avaliação institucional das ações de extensão universitária, como parâmetro de avaliação da própria Universidade;
- Inserir a Universidade nos diferentes fóruns de discussão e elaboração de políticas públicas, visando o reconhecimento da Instituição como organismo legítimo de acompanhamento da implantação de tais políticas (UFSM, 2008, p. 26).

Um aspecto importante a ser considerado quando se aborda o tópico de avaliação de ações extensionistas desenvolvidas por meio de uma organização pública é que as ações estão sujeitas a processos de acompanhamento também de órgãos externos, tal como Tribunal de Contas. Desta forma, as atividades realizadas com recursos públicos (humanos, financeiros e outros), deve atender, ao menos, a alguns critérios, sendo eles: economicidade, eficiência e efetividade. Conforme o Tribunal de Contas da União (2015, p. 2),

A auditoria operacional visa a fornecer novas informações, análises ou percepções e, quando apropriado, recomendações para melhoria. As auditorias operacionais oferecem novas informações, conhecimento ou valor ao:

O princípio da economicidade significa minimizar os custos dos recursos. Os recursos usados devem estar disponíveis tempestivamente, em quantidade suficiente, na qualidade apropriada e com o melhor preço;

O princípio da eficiência significa obter o máximo dos recursos disponíveis. Diz respeito à relação entre recursos empregados e produtos entregues em termos de quantidade, qualidade e tempestividade;

O princípio da efetividade diz respeito a atingir os objetivos estabelecidos e alcançar os resultados pretendidos.

Considerando que nos últimos anos as IES e órgãos de fomento destas, tais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, vem sofrendo restrições orçamentárias destaca-se a importância de que as atividades desenvolvidas amplifiquem sua eficiência (ESTADÃO, 2017). É fundamental também compreender que, um projeto desenvolvido no âmbito de uma universidade, ainda que não receba recursos orçamentários em rubricas do tipo material de consumo e auxílio financeiro a estudantes, por exemplo, faz uso de recursos humanos especializados. As pessoas que destinam horas de seu serviço para o desenvolvimento das atividades da ação geram automaticamente um custo a ser apropriado nas atividades realizadas, quanto maior o grau de especialização da mão de obra e/ou mais servidores envolvidos, maior o seu custo. De acordo com Barbosa (2011, p. 22):

o custo, por definição, é a aplicação de recursos (recursos humanos, equipamentos, materiais, insumos) no processo de criação de um produto, serviço ou resultado específico. São os valores medidos em dinheiro, estimados, orçados, comprometidos e desembolsados. Em projetos, é um gasto que só se transforma em custo no momento de sua utilização como recursos para execução de uma atividade.

Observa-se que, havendo a obrigatoriedade de, ao menos, um servidor envolvido em um projeto, enquanto coordenador do mesmo, deve-se ampliar as ações de valorização deste servidor. Conforme UFSM (2010b, p. 2, art. 7º), “As informações constantes do projeto, suas alterações e avaliação no Sistema de Informações para o Ensino – SIE são de inteira responsabilidade do coordenador”. Para os servidores públicos as possibilidades de ascensão profissional são previstas legalmente, sendo necessário o atendimento dos critérios definidos. Nesse sentido, verifica-se que apesar de ser facultado aos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAE's) a coordenação de ações de extensão, o que se considera para sua “progressão por capacitação”, são os cursos de capacitação do qual participou (BRASIL, 2005).

Por sua vez, a progressão funcional dos docentes é regida pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que determina como fator comum para progressão para as classes B, C, D e E a necessidade um interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho. Ainda, para promoção as classes D e E exige-se a titulação de Doutor, e, especificamente, a classe E, precisa-se obter “aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica

e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita”, conforme Brasil (2012, Seção I – Da Carreira de Magistério Superior, art.12, § 2º e 3º). Quanto à aprovação em avaliação de desempenho,

As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo (BRASIL, 2012, Seção I – Da Carreira de Magistério Superior, art.12, § 4º).

Ao considerar as pontuações que podem ser obtidas a partir das atividades vinculadas a cada um dos eixos de atuação da universidade para determinações da avaliação de desempenho no âmbito da UFSM a partir de UFSM (1990, 2013, 2014a, 2014b), salienta-se uma maior valorização das atividades vinculadas ao Ensino e à Pesquisa do que às atividades de Extensão. É interessante um destaque especial às pontuações atribuídas às publicações vinculadas aos critérios CAPES/CNPq, visto que esta denota a importância de que a extensão busque um sistema de avaliação da sua produção que valorize as ações desenvolvidas.

Para que seja possível elevar a extensão ao mesmo patamar do Ensino e da Pesquisa, que juntos devem formar o tripé no qual a universidade deve estar alicerçada, é imprescindível que se avance no desenvolvimento e implantação de modelos de avaliação da extensão e, posteriormente, indicadores. Verifica-se que o Ensino possui processos definidos de avaliação, com critérios estabelecidos para a analisar a Graduação, considerando desde o desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE até a realização de avaliações *in loco* nas instituições, e a pós-graduação, observando-se a partir da qualificação do corpo docente até os prazos cumpridos em relação aos produtos a serem gerados pelos discentes. Por sua vez, como a pesquisa está estreitamente vinculada aos processos desencadeados no Ensino, ao nível de graduação e, principalmente, de pós-graduação, desenvolveu-se e possui indicadores consolidados, como, por exemplo, o Qualis, que avalia a produção científica.

As avaliações, de uma maneira geral, servem como instrumento para retroalimentação das práticas. É a partir das avaliações realizadas que se identificam os aspectos que precisam ser melhorados e aqueles que devem ser reforçados, uma vez que apresentam respostas positivas, estabelecendo-se um fluxo de melhoria contínua. Ao tratar a temática da melhoria contínua, cabe destacar o conhecido e amplamente aplicado método PDCA (Plan, Do, Check, Act). De acordo com Liker e Franz (2013, p. 15):

O método PDCA é empregado não só para buscar resultados, mas também para sustentar os resultados alcançados. A etapa de Planejamento compreende a definição das metas e os métodos a serem utilizados para alcançar as metas. A etapa de Execução compreende a educação e o treinamento dos colaboradores segundo os métodos definidos e a realização do trabalho e coleta de dados. Na etapa de Verificação, a partir dos dados coletados, é feita a comparação para verificar se os resultados alcançados estão de acordo com as metas planejadas e, finalmente, na etapa de Ajuste, em função da análise da etapa anterior, atua-se no processo em função dos resultados obtidos.

As avaliações bem estruturadas relacionadas as práticas extensionistas propiciam também uma qualificação do ensino e da pesquisa. Deve-se ter em mente que a destinação de 10% dos créditos dos cursos de graduação para ações de extensão deverá ocorrer até 2020, estreitando a ligação entre Ensino e Extensão e exigindo parâmetros de avaliação mais claros, estimulando o desenvolvimento de mais ações extensionistas visando a abarcar um maior volume de estudantes que demandarão a participação neste tipo de atividade. Além disso, em relação à Pesquisa, importa considerar que, dentre os produtos gerados a partir da Extensão, estão os artigos científicos, capítulos de livros, dentro outros, fazendo-se necessário classificá-los e valorizá-los tanto quanto os produtos obtidos a partir de práticas de pesquisa puras.

A ausência de critérios claros para valorar as ações extensionistas e reconhecer os esforços a elas vinculados, pode ser uma das causas para um menor número de docentes desenvolvendo tais práticas. Além disso, o retrabalho ocasionado pela demanda por realizar avaliações em diferentes sistemas institucionais, atendendo a distintos processos e formulários, que também acabam por gerar retrabalho aos avaliadores, uma vez que é necessário validar as informações interpostas em ambas plataformas, e estas alocações sequer estarão, obrigatoriamente, vinculadas a um mesmo avaliador. Destaca-se, diante disso, que a baixa adesão à extensão acaba por limitar a atuação da universidade frente a sociedade e o fortalecimento da extensão tende a gerar como benefício uma maior inserção e aproximação da extensão nas suas regiões de atuação.

Uma sistemática de avaliação de extensão para a UFSM reduzirá o retrabalho existente e facilitará a maior integração entre as unidades de ensino. Assim, a partir dos mecanismos de avaliação bem estruturados e que apresentem resultados claros a comunidade a Extensão fortalecerá a sua atuação junto ao Poder Público e terá melhores condições de pleitear fomentos específicos para o seu desenvolvimento. Da mesma forma, será possível estabelecer critérios mensuráveis nos processos de avaliação das ações de extensão, desde a sua concepção (registro), perpassando a alocação de recursos (financeiros, humanos, entre outros) e culminando com o encerramento.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em 7 capítulos. No primeiro, expõe-se o tema e o problema de pesquisa deste estudo, definindo-se os objetivos a serem alcançados e a justificativa para sua realização. No segundo capítulo, apresenta-se o embasamento teórico, versando sobre a história da Extensão Universitária brasileira e seus desdobramentos, a estruturação da Extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria e a avaliação das ações de Extensão.

No terceiro capítulo, consta a metodologia utilizada para a realização deste estudo e obtenção dos dados. No quarto capítulo, apresenta-se a análise e discussão dos resultados. No capítulo cinco são apresentados os produtos desenvolvidos a partir deste estudo. Enquanto o sexto capítulo traz a conclusão desta pesquisa e no último capítulo constam os Anexos e Apêndices.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo apresenta-se um breve histórico da Extensão Universitária no Brasil, buscando-se fazer a evolução histórica da Extensão a partir dos aspectos legais que constituem e/ou influenciam suas concepções bem como do contexto de desenvolvimento no decorrer dos anos. A seguir, explana-se sobre os regramentos da Extensão Universitária dentro da Universidade Federal de Santa Maria e o papel que representa nas rotinas de docentes, técnicos administrativos e discentes. Por fim, expõe-se os aspectos relativos à avaliação da extensão no nível local (UFSM) e também nacional.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A extensão consta como um dos três pilares da Educação Superior juntamente ao Ensino e à Pesquisa, com o intuito de ser o elo com a sociedade, buscando tecer um fio condutor de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo a partir das perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais na qual está inserida. Nesse sentido a Extensão é introduzida por FORPROEX (1999, p. 3):

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

A extensão universitária começou a constituir-se no âmbito legal das IES brasileiras há cerca de um século com a promulgação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que trazia em seu arcabouço disposições para o ensino superior no Brasil. A partir da alínea “c” do art. 99 do referido decreto, destaca-se a extensão universitária como um dos fatores fundamentais da vida social universitária. Dos demais fatores arrolados no art. 99, a saber, “associações de classe, constituídas pelos corpos docente e discente dos institutos universitários”, “congresso universitário de 2 em 2 anos” e “museu social”, correspondentes respectivamente as alíneas “a”, “b” e “d”, somente o que tange às associações de classe não foi incorporado as atividades de extensão universitária, consideradas pelas regulamentações extensionistas atuais, ou seja, dos quatro fatores considerados inicialmente como fundamentais da vida social universitária 75% (setenta e cinco por cento) devem ser abarcados pela extensão universitária. Referente ao Decreto 19.851/31, cabe ainda salientar

que inicialmente a regulação das ações de extensão estava diretamente subordinada ao Conselho Universitário e visava a que estas ações atendessem a interesses individuais e coletivos a partir da difusão do conhecimento de diversos saberes, buscando “a solução de problemas sociais ou a propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais” (BRASIL, 1931).

A extensão mantém sua condição de destaque na relação com a sociedade a partir da articulação do seu corpo discente por meio da “participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento” (BRASIL, 1968). Em 1968, o Ministério do Interior criou o Projeto Rondon, surgido a partir da iniciativa de um grupo de universitários e professores que se propuseram a desbravar a realidade amazônica em 1967.

O MEC, alinhado à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, criou em 1975 a Coordenação de Atividade de Extensão (CODAE) e apresentou o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Dentre as atribuições arroladas a CODAE estava a de realizar “orientação técnica em matéria de extensão universitária” (BRASIL, 1978), sendo natural a proposição pelo MEC ainda no ano de 1975 de um Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasil (1995, p. 6, apud MEC/DAU, 1975,1) apresenta uma nova concepção de extensão universitária, definindo a extensão como,

a forma através da qual a instituição de ensino estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa." (MEC/DAU, 1975,1). O mesmo documento assinala ainda que “a extensão se processa sob a forma de: cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras fontes de atuação exigidos pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégicas”.

Identifica-se na conceituação apresentada pelo MEC, em 1975, a preocupação em inter-relacionar os demais componentes da estrutura universitária (ensino e pesquisa) como agentes participativos dos processos extensionistas. Em 1979, ocorreu a extinção da CODAE, o que causou a descontinuidade do aprimoramento das práticas extensionistas a nível nacional. Apenas em 1987, apoiado na criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), realizada durante o “I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras”, pôde-se observar a retomada da discussão a respeito à extensão universitária em âmbito nacional e sua revisão sobre um novo

contexto, institucional e social, ainda que sem a estrutura de apoio que existia anteriormente (BRASIL, 1995, p. 6).

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresentou uma nova conceituação de extensão universitária, conforme apresentado pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, FORPROEX (1999, p. 2):

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

Em 1993, a Secretaria da Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC) criou o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), baseado no conceito de Extensão universitária elaborado em 1987 durante o FORPROEXT. Foram contempladas “Cerca de 70 Universidades Públicas em 1993 e 1994 tiveram seus projetos aprovados e financiados pela SESu” (BRASIL, 1995, p. V). A criação do PROEXTE, além de estabelecer uma política de fomento à extensão brasileira, reaproximou o MEC e as IES nas questões que abrangem a temática extensionista, uma vez que esta dinâmica havia sido corrompida como consequência da extinção da CODAE em 1979 (BRASIL, 1995, p. 6).

Em 1994, o MEC designa por meio da Portaria nº 265, de 19 de agosto de 1994, professores para compor a Comissão de Extensão Universitária visando constituir um corpo capacitado para a discussão das questões referentes ao fomento da extensão universitária via MEC. A Comissão foi constituída pelo Coordenador (1) e pelo Vice-Coordenador (1) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, além dos Coordenadores das Regionais Norte (1), Nordeste (1), Centro-Oeste (1), Sudeste (1) e Sul (1), a Diretora do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu (1) e o Chefe da Divisão de Extensão e Graduação do DEPE/SESu (1) (BRASIL, 1994).

O Plano Nacional de Extensão (1999) traçou objetivos e metas que visavam um reconhecimento do poder público das práticas extensionistas como concepção da universidade

cidadã que busca interferir na solução de problemas sociais, sendo necessário para isso o fortalecimento da Extensão Universitária a partir da unificação das temáticas abordadas nas práticas extensionistas desenvolvidas nas universidades brasileiras e a garantia de recursos financeiros para a execução dos programas. O intuito do Plano Nacional de Extensão é o de conferir uma padronização mínima às ações extensionistas realizadas no âmbito brasileiro de maneira que todas as instituições e também o poder público possam identificar sua relevância e desta forma seja possível um pleito por recursos que viabilizem a continuidade destas ações.

Indo ao encontro da proposta apresentada pelo Plano Nacional de Extensão, ocorre em 2001 a promulgação do Plano Nacional de Educação 2001-2010. A partir dos Objetivos e Metas para a Educação Superior, identifica-se no item 23, a previsão de

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

Seguindo o que foi proposto pelo PNE 2001-2010, em 2003 o SESu/MEC lança o ProExt - Programa de Extensão Universitária que visa retomar o fomento a extensão que havia sido interrompido desde 1995 (FORPROEX, 2012, p. 26) e instituído legalmente com a promulgação do Decreto 6.495, de 30 de junho de 2008 (BRASIL, 2008). A partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, dá-se uma nova perspectiva a Extensão Universitária (BRASIL, 2004). Dentre as dimensões consideradas para identificação do perfil da IES estão três que versam, direta ou indiretamente, sobre a extensão.

II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a **extensão** e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade (BRASIL, 2004, Art. 3º, grifo nosso).

Em 2006, o MEC lançou o programa Conexão de Saberes (depois denominado Programa de Educação Tutorial – PET/Conexões), cujo objetivo é o de assegurar a permanência dos discentes de determinados grupos sociais no Ensino Superior. Para tal medida, adota-se uma parceria entre Pró-Reitorias de Graduação e Extensão, que devem ser

os condutores dos processos nos âmbitos institucionais e destacando que tais práticas devem estar articuladas as áreas temáticas da extensão (BRASIL, 2010b). Observa-se que o PET foi instituído sob normativa própria, porém o PET/Conexões buscou a vinculação dos PETs com as ações extensionistas.

Em 2010, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.233/2010, assinalou a possibilidade de destinação orçamentária e financeira para o fomento da extensão universitária dentro do orçamento das IES, a partir de programas de extensão institucionais, vinculando esta condição à existência de indicadores de monitoramento, o que até o presente momento não foi aplicado em termos práticos devido, justamente, à inexistência de indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010a). No decorrer de diversos anos, o FORPROEX realizou a revisão e discussão do Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 1999) tendo este processo culminado na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) que foi aprovada no XXXI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em Manaus (AM), em maio de 2012.

A Política Nacional de Extensão, tendo por base o que prevê a CF/88 em relação ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apresentou um novo conceito de Extensão Universitária. Sendo ela “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28)”.

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) apresenta uma ampliação dos objetivos em relação ao Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 1999), passando de onze, em 1999, para quinze em 2012, apresentados no Quadro 1. Em 2012, também ocorreu a alteração na ordem de apresentação dos objetivos e foram incorporados fatores que, no Plano Nacional de Extensão, destacavam a importância da extensão mas na época não foram relacionados como objetivos.

Em 2013, conforme Portaria nº 61, de 2 de dezembro de 2013, do SESu/MEC, constitui-se a Comissão Nacional de Extensão Universitária – CONEX, com a finalidade de “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas à gestão do Programa Nacional de Extensão Universitária - PROEXT e, em caráter complementar, à extensão universitária.” (BRASIL, 2013). A CONEX surge como mais um mecanismo de apoio e estreitamento de laços entre o MEC e as IES visando proporcionar unicidade à Extensão Universitária a partir das experiências extensionistas desenvolvidas pelas instituições.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação 2011-2020. Tendo em vista o não cumprimento do que previa o item 23, do PNE 2001-2010, o item 12.7, do PNE 2011-2010, traz novamente a necessidade de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Quadro 1 – Comparação dos Objetivos presentes no Plano Nacional de Extensão (1999) e Política Nacional de Extensão Universitária (2012)

(continua)

Objetivos	Plano Nacional de Extensão (1999) x Política Nacional de Extensão Universitária (2012)
Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;	Inalterado – Objetivo 1 x Objetivo 1
Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;	Excluído.
Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes, como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;	Revisada/Alterada. Nova redação alinhada aos 8 Eixos de Extensão definidos: “Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição de renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho”. - Objetivo 3 x Objetivo 9;
Estimular as atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;	Inalterado - Objetivo 4 x Objetivo 5
Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;	Revisada/Alterada. Nova redação: “Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis”. Objetivo 5 x Objetivo 10;
Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais.	Inalterado - Objetivo 6 x Objetivo 11
Inserir a educação ambiental e o desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista.	Revisada/Alterada, a palavra “Inserir” foi substituída pela palavra “Estimular”. - Objetivo 7 x Objetivo 12

Quadro 1 – Comparação dos Objetivos presentes no Plano Nacional de Extensão (1999) e Política Nacional de Extensão Universitária (2012)

(Conclusão)

Objetivos	Plano Nacional de Extensão (1999) x Política Nacional de Extensão Universitária (2012)
Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional.	Revisada/Alterada, a palavra “Internacional” foi suprimida na nova redação. - Objetivo 8 x Objetivo 14
Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.	Inalterado - Objetivo 9 x Objetivo 13
Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas.	Inalterado - Objetivo 10 x Objetivo 6
Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.	Revisada/Alterada, a palavra “transferência” foi substituída pela palavra “disponibilização”. - Objetivo 11 x Objetivo 7
Conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional.	Incluído em 2012. Constava no documento de 1999 mas não como Objetivo.
Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País.	Incluído em 2012. Constava no documento de 1999 mas não como Objetivo.
Conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras.	Incluído em 2012. Constava no documento de 1999 mas não como Objetivo.
Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.	Incluído em 2012.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)³

Diante da evolução histórica da Extensão universitária, apresentada no Quadro 1, pode-se dizer que uma das principais características das ações extensionistas é a participação dos acadêmicos nestas. A inserção do universitário na comunidade propicia que este, a partir dos conhecimentos obtidos em sala de aula (Ensino) e da aplicação de uma metodologia previamente definida, busque interagir de maneira a gerar benefícios a comunidade e incorporando ao seu conhecimento as relações sociais e práticas que auxiliam na formação do cidadão, produzindo a partir disso produtos que possam ser organizados de maneira lógica e sirvam de referência a estudos e práticas futuras (Pesquisa).

³ A sistematização e comparação apresentadas no Quadro 1 foi realizada a partir das informações contidas em FORPROEX (1999; 2012).

Os regramentos destinados à Extensão Universitária visam a orientação e padronização de questões básicas, de maneira que possa ser realizado um cotejamento mínimo no que se desenvolve nas IES brasileiras sem, porém, restringir as possibilidades das ações de extensão possíveis de serem desenvolvidas. Desta forma, cada instituição poderá focar em um eixo de extensão específico considerando o seu perfil institucional, bem como realizar outras definições que julgue procedente para a melhor condução das ações desenvolvidas.

2.2 A EXTENSÃO NA UFSM

As Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras, como membros natos do FORPROEX, devem promover, no âmbito de suas instituições, as determinações e orientações oriundas deste órgão. A forma como cada instituição viabilizará a elaboração, execução e acompanhamento das ações extensionistas coerentes com as regulamentações nacionais deverá ser definida no seu âmbito interno de maneira a respeitar a autonomia universitária.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem entre seus objetivos fundamentais “fomentar a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na Instituição” (UFSM, 2014, Art. 5º – Capítulo I: Das Finalidades e Dos Objetivos, Título I - Das Finalidades e Dos Objetivos). Destaca-se que a UFSM foi uma das instituições pioneiras no envio de equipes para o Projeto RONDON, tendo enviado equipe já no ano de 1969 (Ministério da Defesa, 2017), apenas 9 anos após a criação da UFSM. Em 2016, o Projeto Rastro de Extensão na Universidade Federal de Santa Maria realizou um regaste das participações da UFSM no Projeto Rondon, disponibilizando uma exposição virtual em que constam as operações, os participantes e alguns registros fotográficos.

O Estatuto da UFSM, ao tratar do Regime Didático-científico, reforça a questão da indissociabilidade necessária entre ensino, pesquisa e extensão em um ciclo contínuo de estímulo ao conhecimento e sua aplicação em benefício da sociedade definindo que

A organização dos trabalhos universitários far-se-á com um sentido crescente de integração, não apenas de suas unidades componentes, mas sobretudo das suas três funções precípuas, de tal modo que o ensino e a pesquisa mutuamente se enriqueçam e, projetando-se na comunidade por meio da extensão, proporcionem soluções e recebam novas demandas como matéria de estudo e investigação (UFSM, 2010a, art. 57, título III, p. 17).

Apesar das previsões legais de indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, ainda existe um esforço para que esta prática seja efetiva. A previsão de “curricularização da extensão”, como têm sido denominadas as metas do PNE 2001-2010 e PNE 2010-2020, que tratam da exigência da integralização de 10% dos créditos dos cursos de graduação via ações extensionistas, surgem como um reforço à necessidade de integração da tríade universitária.

A UFSM não possui um regramento próprio sobre como se dará o processo de curricularização das ações de extensão, observando-se a existência de ações isoladas de alguns cursos que, ao realizarem a revisão do seu projeto político pedagógico, estão buscando incluir créditos que venham a abarcar essa demanda. Observa-se que a extensão na UFSM não é desenvolvida apenas no nível do Ensino Superior, pois, além das graduações e pós-graduações, a instituição possui em sua estrutura a Educação Básica, Técnica e Tecnológica e os servidores (docentes e técnico-administrativos) destas unidades estão aptos a realização das práticas extensionistas, assim como é facultada e incentivada a participação de acadêmicos de diversos níveis de formação em uma mesma ação, apesar de a extensão ser, predominantemente, desenvolvida por alunos de graduação sob orientação de um coordenador docente.

Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PRE), enquanto órgão de Direção e Assessoria, o regramento das ações de Extensão Universitária. Conforme Art. 18 do Regimento da UFSM, à PRE “compete coordenar, supervisionar e dirigir a execução de atividades de extensão”, dentre outras atribuições. Uma das demais atribuições no encargo da PRE é “articular e participar da construção da política de extensão da Universidade, em conjunto com a Câmara de Extensão, constituída pelos representantes das unidades de ensino.” (UFSM, 2011, art. 18, inciso II, p. 5), cabendo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) a aprovação desta política.

A Política de Extensão da UFSM (UFSM, 2008a) visa servir como um balizador para as ações de extensão propostas no âmbito da instituição, estando em seu arcabouço o regramento dos tipos de ações consideradas extensionistas. A Política de Extensão da UFSM replica em sua constituição as proposições estabelecidas a nível nacional no âmbito do FOPROEX tendo por referência o Plano Nacional de Extensão datado de 1999. Desta forma, as revisões apresentadas pela Política Nacional de Extensão, publicada em 2012, não estão abrangidas. Dentre as diferenças existentes estão as Diretrizes da Extensão, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Comparação das Diretrizes presentes no Plano Nacional de Extensão (1999) e na Política de Extensão da UFSM (2008) e a Política Nacional de Extensão Universitária (2012)

Diretrizes	Plano Nacional de Extensão (1999)/ Política de Extensão da UFSM x Política Nacional de Extensão Universitária (2012)
Impacto e transformação	Revisada/Alterada, a palavra “Social” foi incluída, constituindo a diretriz “Impacto e Transformação Social”
Interação dialógica	Inalterada
Interdisciplinaridade	Revisada/Alterada, a palavra “interprofissionalidade” foi incluída, constituindo a diretriz “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade”
Indissociabilidade entre ensino - pesquisa-extensão	Inalterada
Impacto na Formação do Estudante	Incluída em 2012.

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)⁴

As diretrizes Interação dialógica e Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, pressupõe, respectivamente, “uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade” (FORPROEX, 2012, p. 30) e que “as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2012, p. 31). Observa-se diante da revisão das Diretrizes da Extensão uma preocupação em reforçar a perspectiva social da ação de extensão a partir da inclusão da denominação “Social” a diretriz que trata do Impacto e transformação uma vez que a ação precisa estar refletida e refletir o meio em que se insere (FORPROEX, 2012, p. 35). Também se evidencia a necessidade de agregar profissionais de distintas formações através da “Interprofissionalidade” nas práticas extensionistas de maneira que o conhecimento de cada área seja concatenado de maneira a propiciar a transposição das complexidades sociais existentes (FORPROEX, 2012, p. 31). Quanto ao impacto a formação do estudante, as atividades de Extensão Universitária são consideradas decisivas, “seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012, p. 34).

Cabe ainda destacar que a Política de Extensão da UFSM opta por estabelecer 11 Áreas de Extensão ao invés das 8 previstas a nível Nacional, sendo definido pelo parágrafo único, do Art. 5º da Resolução nº 25/2008 a forma como serão compiladas as 3 linhas a mais

4 A sistematização e comparação apresentadas no Quadro 2 foi realizada a partir das informações contidas em FORPROEX (1999) e FORPROEX (2012).

quando necessário o alinhamento externo. No Quadro 3, são apresentadas as áreas de Extensão da Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), da Política de Extensão da UFSM e as áreas agregadoras das 3 linhas extras da UFSM.

Quadro 3 – Comparação das Áreas temáticas definidas pela Política de Extensão da UFSM (2008) e pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012)

Áreas Política de Extensão da UFSM	Política Nacional de Extensão Universitária (2012)	Área agregadora para fins Externos (Resolução 25/2008)
Artes e Letras	-	Cultura
Comunicação	Comunicação	-
Cultura	Cultura	-
Desenvolvimento Regional	-	Em uma das oito disponíveis, de acordo com o foco temático da ação
Direitos Humanos e Justiça	Direitos Humanos e Justiça	-
Educação	Educação	-
Esportes	-	Educação
Meio Ambiente	Meio Ambiente	-
Saúde	Saúde	-
Tecnologia e Produção	Tecnologia e Produção	-
Trabalho	Trabalho	-

Fonte: Elaborado pela autora. (2018) ⁵

Tanto a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) quanto a Política de Extensão da UFSM não apresentam ementas para as áreas temáticas arroladas. Na ausência de uma nova definição para as áreas temáticas elencadas por FORPROEX (2012, p. 44) deve-se observar as ementas apresentadas por FORPROEX (2001b, p. 25-29), não havendo nesse caso prescrição para as áreas temáticas próprias da UFSM.

1. Comunicação: Comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.

2. Cultura: Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social.

⁵ A sistematização e comparação apresentadas no Quadro 3 foi realizada a partir das informações contidas em (UFSM, 2008) e (FORPROEX, 2012).

3. Direitos humanos: Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.

4. Educação: Educação básica; educação e cidadania; educação a distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional e internacional na área.

5. Meio ambiente: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.

6. Saúde: Promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.

7. Tecnologia: Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.

8. Trabalho: Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho. (FORPROEX, 2001b, p. 25-29, grifo do autor)

A Política de Extensão da UFSM (2008a, p. 1) faz referência aos atores institucionais como sendo aqueles aos quais “cabem as tarefas de planejamento, registro, inserção e avaliação”. Pode-se dizer que estes atores são caracterizados pelos coordenadores das ações, Acadêmicos, Gabinetes de Projetos, Chefes de Departamento, Pró-Reitorias (o desenvolvimento de um projeto perpassa as atividades desenvolvidas pelas diversas Pró-Reitorias existentes) e comunidades abrangidas pelas ações. O Estatuto da UFSM determina que:

A extensão na UFSM tem sua atividade estruturada em níveis de planejamento e execução vinculados aos órgãos:

I – à Reitoria e à Pró-Reitoria de Extensão – PRE, compete propor a política de extensão e encaminhá-la ao CEPE;

II – à PRE, seguindo o disposto na Política de Extensão, juntamente com a Câmara de Extensão, compete estabelecer os critérios de utilização dos recursos do Fundo de Incentivo a Extensão – FIEEX, pelas unidades universitárias; e

III – às unidades universitárias, juntamente com os extensionistas, compete executar as ações de extensão e divulgar seus resultados (UFSM, 2011, art. 161, p. 41).

Em relação ao Fundo de Incentivo à Extensão (FIEEX), anualmente, a Pró-Reitoria apresenta à Câmara de Extensão uma proposta do Edital FIEEX para o ano subsequente, sendo realizada a discussão e aprovação dos itens do Edital, incluindo critérios de avaliação das propostas encaminhadas. Desde 2014, a PRE busca, junto à Câmara de Extensão, que, ao se avaliarem as propostas e demandas apresentadas nas ações, busque-se contemplá-las com os recursos necessários para sua execução, uma vez que, muitos centros de ensino priorizavam a contemplação de um maior número de ações, oferecendo somente recursos de bolsas o que prejudicava e/ou inviabilizava a realização de ações que dependiam de, por exemplo, materiais de consumo. Além disso, anteriormente cada unidade de ensino aplicava critérios próprios para avaliação, não sendo estes arrolados no Edital o que causa dificuldades de clareza quanto ao desenvolvimento de extensão universitária na instituição bem como o desenvolvimento de atividades multicentro.

A partir do Edital FIEEX 2016, os critérios de avaliação são publicizados com um anexo do edital sendo de conhecimento prévio das partes desde a submissão das propostas dos itens e seus pesos no processo de avaliação para concessão de recursos orçamentários. Quanto aos recursos orçamentários destinados ao fomento de ações de extensão via Edital FIEEX, cabe destacar que é destinado ao FIEEX o mesmo quantitativo de recursos adotado para o Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIPE), sendo garantida uma equiparação orçamentária e financeira.

A Política de Extensão da UFSM ainda traz dentre seus objetivos específicos “realizar anualmente o evento **Fórum Institucional de Extensão da UFSM**, voltado à troca de experiências, avaliação e interpretação, com a participação das comunidades, interna e externa.” (UFSM, 2008, p.16, grifo do autor). Em 2016, a Coordenadoria de Ações Regionais e Inovação (CARI), órgão vinculado a PRE, iniciou o levantamento das demandas regionais como uma das etapas para a realização do Fórum Permanente de Extensão da UFSM. Para tal iniciativa foi constituída a Comissão do Fórum Permanente de Extensão a partir da Portaria 79.538, de 18 de maio de 2016.

O segundo passo a ser produzido pela CARI, a partir do levantamento realizado, é promover o processo de integração entre as ações desenvolvidas pela UFSM e as demandas sociais, tendo em vista que atualmente muitas das ações desenvolvidas não apresentam uma correlação direta entre o que necessita a comunidade. A baixa coesão entre as ações e a demanda social não gera os efeitos sociais esperados e, por consequência, não impulsiona a geração e desenvolvimento de políticas públicas.

2.2.1 A Extensão no Sistema de Informações Educacionais (SIE)

A UFSM possui um sistema próprio denominado Sistema de Informações Educacionais (SIE), dentro do qual encontra-se disponível o módulo “Registro, Acompanhamento e Avaliação de Projetos”, implementado pela Resolução 016, de 10 junho de 2010. O registro de projetos via SIE possui um fluxo previamente definido e foi parametrizado para atender ao registro de ações a partir de 4 classificações principais, sendo elas: Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico (UFSM, 2010b).

O registro de ações de extensão no SIE está atualmente parametrizado para que as ações sejam classificadas obrigatoriamente quanto à “classificação CNPq”, “caracterização das ações de extensão”, “áreas temáticas (nova política de extensão/2008)” e “linhas de extensão (nova política de extensão/2008)”. A resolução 25/2008 estabelece 18 requisitos mínimos para o registro das ações de extensão, sendo eles: capa, folha de rosto, título, resumo, identificação do tipo de ação extensionista, do coordenador da ação extensionista e das instituições e entidades envolvidas na ação, objetivos (gerais e específicos), justificativa para ação, elementos teórico e conceituais, metodologia da ação, equipe de trabalho, cronograma de atividades, resultados esperados, indicadores de avaliação, orçamento anual, inclusão e identificação de documentos, textos, materiais icnográficos, entre outros, que devem constar como anexos e ilustrações e referências bibliográficas (UFSM, 2008b).

Cabe destacar que, devido à Resolução de Extensão e à respectiva Política de Extensão datarem de 2008, ou seja, anteriormente a criação do módulo de Registro Acompanhamento e Avaliação de Projetos, implementado em 2010, algumas das informações definidas como necessárias na Resolução já possuem campos específicos para preenchimento no próprio sistema. Em 08 de fevereiro de 2017, iniciou-se o processo de transição da sistemática de registro e avaliação dos projetos até então realizadas através do SIE para o Portal de Projetos.

O Portal de Projetos permite que se realize o registro e manutenções dos projetos através de um sistema Web, porém as ações que iniciaram o registro através do SIE ainda necessitam que se cumpram os trâmites via SIE, assim como as avaliações referentes ao ano de 2016 precisam ser validadas também via SIE. Observa-se que as resoluções referentes aos registros das ações no SIE ainda não foram alteradas, apesar da entrada em funcionamento do novo sistema.

2.2.2 A Extensão nos Sistemas de Editais de Bolsas e Auxílios para Projetos e de Questionários

A UFSM vem investindo no decorrer de sua história na modernização de seus sistemas e aprimorando o uso da tecnologia para fins de atendimento dos processos rotineiros. Nesta perspectiva, desenvolveu-se o sistema de Editais de Bolsas e Auxílios para Projetos e o Sistema de Questionários.

O sistema de Editais permite que seja realizada a candidatura de ações registradas via SIE a editais internos (sob gestão total da UFSM) e externos (na parte que cabe a gestão/seleção da UFSM), bastando para isso o cadastramento do Edital e demais requisitos solicitados pelo sistema. Por sua vez, o Sistema de Questionários permite que sejam cadastrados questionários que podem ser vinculados aos editais cadastrados no sistema de Editais ou a elaboração de questionários próprios que podem ser alocados a participantes específicos, de acordo com o interesse da pesquisa.

A PRE iniciou a utilização do sistema de editais para a candidatura de proposta ao Edital FIEX no ano de 2013, sendo, porém, identificado que nem todos os centros aderiram a essa proposta naquele ano, somente a partir de 2014 identifica-se a utilização do sistema de editais para seleção/contemplação de ações ao Edital FIEX. Foi também em 2014 que as ações do FIEX passaram a realizar a avaliação da ação, além do SIE, via sistema de questionários.

2.3 AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A avaliação da extensão passa a receber atenção no âmbito nacional na década de 90, primeiramente a partir do FORPROEX, cujo evento, em 1993, teve como tema “Avaliação da extensão no contexto da autonomia universitária” e a partir do qual foram propostos os seguintes princípios para a avaliação da extensão:

- a) Extensão universitária é processo educativo, cultural e científico.
- b) A Extensão universitária deve caminhar articulada com o Ensino e a Pesquisa.
- c) A Extensão articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido da transformação social.
- d) A Extensão universitária, como prática acadêmica, deve dirigir seus interesses para as questões sociais importantes e aquelas demandadas pela comunidade (Nogueira, 2000, p. 58).

Além dos princípios, a Carta do FORPROEX 1993 também listou alguns indicadores para avaliação da Extensão Universitária, sem, no entanto, estabelecer uma metodologia para a mensuração destes. Também em 1993, o MEC identifica a necessidades de conhecer as práticas extensionistas desenvolvidas em todo o território nacional, tendo em vista as dificuldades encontradas para realizar a análise das propostas encaminhadas pelas IES ao Edital PROEXTE, no final do ano de 1993 o MEC encaminhou questionários as universidades que já haviam recebido recursos financeiros do MEC para ações extensionistas.

Como resultado das experiências do PROEXTE no período de 1993 a 1995, o SESu/MEC publica o livro “Perfil da Extensão Universitária no Brasil” que buscou “responder a uma necessidade prática dos que trabalham no campo do extensionismo universitário, bem como daqueles que em seus estudos e pesquisas necessitam de melhores informações sobre a extensão.” (BRASIL, 1995). Em síntese, Brasil (1995) apresenta o resultado de questões que abarcavam desde a estruturação das práticas de extensão universitária, perpassando tópicos voltados para a operacionalização e execução de tais práticas, interna e externamente as instituições de ensino superior. Além disso, foi possível conhecer um pouco quanto ao perfil do público-alvo e público beneficiado pelas ações e as dificuldades e benefícios propiciados pelas ações de extensão.

A partir dos esforços do MEC, o Edital PROEXT apresenta os critérios de pontuação e os requisitos que são obrigatórios/eliminatórios, arrolados no item 10.9 do Edital PROEXT 2016 (MEC, 2016, p. 49). Observa-se, porém, que, apesar dos critérios estabelecidos nortear a proposta, eles possuem, em sua maioria, caráter subjetivo e/ou formal, tal como os quesitos 5 – Natureza Acadêmica (abrangendo os itens 3.1.1 a 3.1.5) e 7 - Declaração do município, órgão ou comunidade atendida (item 10.8) (MEC, 2016, p. 50). Verifica-se que não são apresentados, por exemplo, padrões para definir o grau de pontuação a ser atribuída aos produtos gerados (mencionados no item 3.1.4) (MEC, 2016, p. 6).

O FORPROEX, em 1997, retorna à temática da avaliação da extensão universitária, na qual relaciona alguns indicadores quantitativos as ações extensionistas, sistematizadas no Quadro 4 de acordo com os tipos de ações, público e produtos. A partir dos indicadores inicialmente elencados em 1997, o FORPROEX (2001a, p.65-86) propõe 5 dimensões para o desenvolvimento da avaliação da extensão a seguir descritas e cujos indicadores podem ser verificados no Apêndice A deste trabalho: Política de gestão (estabelece relação entre as possibilidades e formas de atuação da Extensão e a missão institucional), Infraestrutura (verifica a condições estruturais ofertadas para viabilizar o cumprimento das metas), Relação

universidade-sociedade (identifica como se dá o processo de inserção social a partir de uma relação de reciprocidade), Plano acadêmico (considera a relevância dada a extensão e o perfil dos recursos humanos por ela envolvidos - docentes, discentes e TAEs-, a estruturação dos processos a ela relacionados e o perfil das ações extensionistas) e Produção acadêmica (abarcando os produtos gerados a partir das práticas extensionistas visando a propagação do conhecimento).

Quadro 4 – Indicadores apresentados no FORPROEX 1997

Quanto aos tipos de Ações	Quanto ao Público	Quanto aos Produtos
Número de projetos desenvolvidos.	Estimado	Elaborados – CD's, vídeos, filmes, cassetes.
Número de eventos realizados.	Beneficiado	
Tipos de cursos de extensão realizados.	Municípios atendidos em ações extensionistas.	
Prestação de Serviço realizado.	Certificados expedidos.	

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)⁶

A preocupação com a avaliação das ações de extensão é novamente identificada na publicação do Plano Nacional de Extensão, cujas metas 3 e 4 tangem à Avaliação da Extensão Universitária, abordadas na parte “Da organização da extensão universitária”. A meta 3 prevê a “Elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano”, enquanto a meta 4 prevê a “Implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos (FORPROEX, 1999, p. 7)”.

Como produto das metas do Plano Nacional de Extensão, publicou-se, em 2001, o livro “Avaliação Nacional da Extensão Universitária”, cuja finalidade era servir como base para que as instituições desenvolvessem as suas próprias avaliações e como melhoria contínua para o desenvolvimento da extensão (FORPROEX, 2001a, p. 37). A proposta apresentada considera alguns pressupostos a serem observados para a avaliação da extensão os quais são apresentados no Quadro 5.

⁶ A sistematização apresentada no Quadro 4 foi realizada a partir das informações contidas em FORPROEX (1999, p. 32).

Quadro 5 – Pressupostos para Avaliação da Extensão

Quanto aos tipos de Ações	Quanto ao Público	Quanto aos Produtos	Quanto a Gestão
Abranger todas as ações de extensão: programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço.	Ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade.	Demonstrar a qualidade do que se produz na extensão.	Ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.
Ser contínua, processando-se no decorrer das atividades.		Propiciar a credibilidade do que a extensão produz, no contexto interno e externo.	

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)⁷

Além dos pressupostos descritos no Quadro 5, deve-se atentar para a “necessidade de realização de avaliação interna e externa da extensão, porém o estudo possui enfoque na avaliação interna, ou seja, voltada predominantemente a normatização, estruturas e processos desenvolvidos no interior na instituição (FORPROEX, 2001, p. 54)”.

Em 2007, o FORPROEX publica o documento “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004” originado a partir da aplicação dos instrumentos do “Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005”, constantes como anexo do documento, a partir do qual verificou-se a possibilidade de realizar um comparativo entre os dados apresentados no “Perfil da Extensão Universitária no Brasil” de 1995 e os resultados obtidos com base no documento de 2005, ou seja, a comparação entre uma década de extensão universitária (FORPROEX, 2007, p. 10). Identifica-se desta forma que novamente a avaliação institucional da extensão volta-se para questões quanto à normatização, estruturas e processos desenvolvidos no interior na instituição, detendo a ótica formal e também sendo sujeita da perspectiva da instituição sobre sua atuação social, sem considerar a perspectiva dos demais envolvidos no processo extensionista.

Em 2012, a Política Nacional de Extensão, retoma a questão da avaliação da extensão e de seus indicadores trazendo nos Desafios da Extensão Universitária, dois itens relativo a essas questões a seguir transcritos:

⁷ A sistematização e comparação apresentadas no Quadro 5 foi realizada a partir das informações contidas (FORPROEX, 2001, p.35-36)

9. Atualizar os sistemas de informação e de avaliação da Extensão Universitária vigentes, superando a prática de registro de dados isolados e construindo indicadores que incorporem as dimensões Política de Gestão, Infraestrutura, Relação Universidade-Setores Sociais, Plano Acadêmico e Produção Acadêmica;
10. Incorporar, ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão, aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 40).

Identifica-se que, apesar dos esforços de produção de metodologias e indicadores voltados à avaliação da extensão, ainda não foi alcançada a compreensão de como se dá o processo de avaliação no âmbito das próprias ações realizadas. Faz-se necessário o estabelecimento de dimensões e indicadores que visem orientar a avaliação a ser produzida de maneira a possibilitar a análise aprofundada de seus resultados, sendo necessário para tal abarcar, nos processos avaliativos das práticas extensionistas, as demais partes interessadas e considerar o ambiente da instituição na qual se efetivam.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Relaciona-se neste capítulo os procedimentos aplicados no estudo. Inicialmente apresenta-se uma caracterização da amostra, nas seções 2 e 3, são descritos, respectivamente, os métodos e técnicas de coleta de dados. A seguir, são apresentados os aspectos éticos desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo enquadra-se metodologicamente como pesquisa aplicada pois buscou identificar modelos de indicadores e avaliar a percepção das diferentes partes interessadas em relação as ações de Extensão Universitária desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) de forma a fornecer ao final do trabalho um modelo para a avaliação das ações de extensão de acordo com as especificidades dos atores e das ações e uma metodologia para implementação do modelo que poderá servir como norteador para o futuro estabelecimento de indicadores institucionais. O problema de pesquisa é orientado pela abordagem qualitativa, pois, como define Malhotra (2006, p.154), “A pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do contexto do problema”.

A abordagem explicativa é adotada para a definição dos objetivos considerando o que nos traz Gil (2010, p. 28), “as pesquisas explicativas têm como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos”. Quanto aos procedimentos técnicos foram realizadas pesquisas documentais e levantamentos.

3.2 MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados realizou-se por meio de observação, análise de conteúdo e aplicação de entrevistas. A observação ocorreu concomitantemente com os demais instrumentos, buscando identificar informações relevantes relacionadas aos tipos de projetos analisados e que podem não ter sido explicitadas pelos entrevistados e/ou relatadas nos conteúdos obtidos. A análise de conteúdo perpassou todo o processo de coleta de dados, iniciando pela pesquisa documental e bibliográfica e finalizando com a avaliação das informações coletadas nas entrevistas e permitiu, primeiramente, produzir informações sobre a extensão universitária no Brasil e no âmbito da UFSM, além de fornecer subsídios para a condução das entrevistas.

As entrevistas foram do tipo semiestruturadas e aplicadas individual e presencialmente, buscando abranger as distintas variáveis das partes interessadas nas ações de extensão e proporcionar aos entrevistados desenvolver sua percepção sem limitações quanto a aspectos conceituais. Conforme define Bêrni e Fernandez (2012, p. 330), a principal característica da entrevista semiestruturada é: “[...] basear-se num roteiro que apresenta questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema ou a pergunta proposta. Ela pode também apresentar indagações com respostas previamente codificadas”.

Para a definição dos entrevistados utilizou-se como critérios primários: 1) representação de partes interessadas vinculados a ações de extensão de todas as unidades de ensino (UE), incluindo o Colégio Politécnico e o Colégio Técnico Industrial; e, 2) Partes interessadas vinculadas a unidade da Reitoria da UFSM. A seguir foram considerados, para definição dos respondentes por unidade, os critérios por ordem de priorização, descritos no Quadro 6.

Quadro 6 – Critérios de priorização dos respondentes

Respondentes das Unidades de Ensino (UE)	Respondente da Reitoria
1) Um representante (coordenador de ação de extensão) para cada área temática de extensão, considerando as 8 áreas da Política Nacional de Extensão;	1) Atual responsável pela Extensão na UFSM;
1.1) Maior afinidade das áreas com as unidades de ensino;	2) Responsável pela Pró-Reitoria de Planejamento; e,
1.2) Coordenadores contemplados com Recursos do Edital PROEXT 2016;	3) Bolsista de ação de extensão vinculada à PRE.
1.3) Representantes da Câmara de Extensão;	
2) Representantes dos Gabinetes de Projetos;	
3) Bolsista de Programa de extensão vinculado ao Edital PROEXT 2016;	
4) Pessoa física beneficiada por ação extensionista;	
5) Representante de comunidade beneficiada por ação extensionista.	

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Considerou-se ainda que, havendo a disponibilidade de entrevistar um docente que realiza ação de extensão na área de Tecnologia e Produção na UE Campus Cachoeira do Sul, seria mais proveitoso entrevistar o responsável do Gabinete de Projetos do Centro de Tecnologia uma vez que este servidor atua neste setor há cerca de 30 anos. Optou-se por

selecionar um docente que desenvolveu ação na área de Comunicação financiada com recursos do Edital PROEXT 2016 no Campus de Frederico Westphalen e considerar um docente da área de Direitos Humanos para o Centro de Ciências Sociais e Humanas, uma vez que os trabalhos existentes nessa área concentram-se nessa UE. Para o respondente da UE CEFD, preferiu-se considerar um respondente pessoa física beneficiada por ações de extensão, considerando que diversas ações desenvolvidas nessa unidade ocorrem dentro das instalações da UFSM devido a infraestrutura necessária para o desenvolvimento destas, permitindo uma avaliação também quanto ao quesito infraestrutura oferecida as ações de extensão sob a ótica da comunidade. No que se refere a UE Campus Palmeira das Missões – PM, a seleção do responsável do gabinete de projetos permite uma visão técnica do processo de um TAE fora da sede da instituição, da mesma forma que o respondente da UE Campus Frederico Westphalen – FW permitirá a visão docente da ação desenvolvida fora da sede. Este estudo buscou equalizar os respondentes por unidade, ou seja, uma respondente por unidade, de maneira a absorver a perspectiva de cada unidade sem, no entanto, denotar um peso maior a uma ou outra UE. Desta forma, as entrevistas foram distribuídas conforme exposto no Quadro 7.

Quadro 7 – Distribuição das Entrevistas

(continua)

Atuação	Respondente	Referência na Entrevista
UE Campus Cachoeira do Sul - CS	Área: Tecnologia e Produção. Docente.	Coordenador
UE Campus Frederico Westphalen – FW	Área: Comunicação. Contemplado com Edital PROEXT 2016. Docente.	Coordenador
UE Centro de Artes e Letras - CAL	Área: Cultura. Contemplado com Edital PROEXT 2016. Docente.	Coordenador
UE Centro de Ciências Naturais e Exatas - CCNE	Área: Trabalho. Docente.	Coordenador
UE Centro de Ciências Rurais – CCR	Área: Meio Ambiente. Membro da Câmara de Extensão. Docente.	Coordenador
UE Centro de Ciências da Saúde – CCS	Área: Saúde. Contemplado com Edital PROEXT 2016. Docente.	Coordenador
UE Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH	Área: Direitos Humanos e Justiça. Docente.	Coordenador
UE Centro de Educação - CE	Área: Educação. Docente.	Coordenador
UE Campus Palmeira das Missões – PM	Responsável pelo Gabinete de Projetos. Técnico-Administrativo em Educação.	GAP
UE Centro de Tecnologia - CT	Responsável pelo Gabinete de Projetos. Técnico-Administrativo em Educação.	GAP

Quadro 7 – Distribuição das Entrevistas

(conclusão)

Atuação	Respondente	Referência na Entrevista
UE Colégio Técnico Industrial – CTISM	Órgão vinculado à Pessoa Jurídica de Direito Público com comunidade beneficiada por ação extensionista.	Comunidade
UE Centro de Educação Física e Desportos – CEFD	Pessoa Física beneficiada por ação extensionista.	Comunidade
UE Colégio Politécnico – POLI	Bolsista PROEXT 2016.	Bolsista
Reitoria	Bolsista ação de extensão vinculada à Pró-Reitoria de Extensão	Bolsista
Reitoria	Responsável pela Pró-Reitoria de Extensão	Gestor PRE
Reitoria	Responsável pela Pró-Reitoria de Planejamento	Gestor PROPLAN

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

O roteiro de entrevista foi estruturado de maneira que permitisse compreender, a experiência dos entrevistados a respeito dos processos internos relativos a instituição e questões financeiras, assim como a percepção destes em relação a relevância e o papel das demais partes interessadas nas ações extensionistas, ou seja, os acadêmicos (bolsistas e voluntários) e a comunidade beneficiada pela ação. Observando que este estudo pretende contribuir para a gestão das ações de extensão universitária utilizou-se as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC) como parâmetro para a subdivisão das entrevistas, uma vez que

O Balanced Scorecard deve traduzir a missão e a estratégia de uma unidade de negócios em objetivos e medidas tangíveis. As medidas representam o *equilíbrio* entre indicadores externos voltados para acionistas e clientes, e as medidas internas dos processos críticos de negócios, inovação, aprendizado e crescimento. Há um *equilíbrio* entre as medidas de resultado – as consequências dos esforços do passado – e as medidas que determinam o desempenho futuro. E o *scorecard* se *equilibra* entre medidas objetivas, de resultado, facilmente quantificáveis, e vetores subjetivos, até certo ponto discricionários, das medidas de resultado. (KAPLAN, 1997, p. 9-11, grifos do autor)

Optou-se pela utilização do BSC em detrimento de outras metodologias na medida em que considerou-se que a integração entre indicadores financeiros e não financeiros adotadas por esta metodologia e o fato de utilizar quatro perspectivas que permitem uma adequada aplicação e enquadramento ao contexto atual da Extensão Universitária brasileiras favorecem a elaboração de um modelo de gestão que abranja as questões e partes relativas a temática extensionista na gestão pública. Conforme relatam Bahia, Pena e Soares (2014),

Os paradigmas históricos da Gestão Pública Brasileira têm levado a várias reflexões na maneira de administrar, com a necessidade de mudança de um Estado herdado para um Estado necessário. A gestão pública atual deve reservar um particular enfoque nos índices de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos, exigindo dos gestores a utilização de ferramentas e metodologias adequadas de controle e de gestão estratégica. O BSC mostrou-se um precioso auxiliar de gestão para a tomada de decisão, na medida em que sua correta implantação permite definir, avaliar e monitorar antecipadamente os objetivos estratégicos esperados pelas organizações públicas.

O BSC possibilita a Gestão Pública o gerenciamento do presente, consultando o passado, mas com foco no futuro. Enfim, o BSC integra indicadores financeiros e não financeiros em um sistema gerencial equilibrado ou, balanceado, como o próprio nome sugere, onde a alta-gerência pode administrar o desempenho das estratégias no curto e no longo prazo. Para a Gestão Pública o enfrentamento dinâmico e complexo dos ambientes turbulentos do meio das organizações de Estado, faz-se necessária desde sempre o planejamento de estratégias competitivas, mesmo em meios que isso aparentemente não conta, mas que está intrínseco ao ambiente, feio e conduzido por pessoas. O *balanced ScoreCard* é uma alternativa que cada vez mais vem conquistando os Gestores em organizações de todos os ramos. Assim, o BSC é uma ferramenta capaz de contribuir com a alta-performance na condução do gerenciamento da estratégia das organizações públicas.

Ocorreram 16 entrevistas no período de 11 de abril a 22 de junho de 2017 seguindo o roteiro de entrevista incluso no Apêndice D, onde abaixo de cada questão consta o perfil do entrevistado para a qual foi aplicada cada questão conforme distribuição informada na coluna “Referência na Entrevista” – no Quadro 7. Também verificou-se sites institucionais de 63 universidades federais (Apêndice E) no período de 17 de julho a 20 de setembro de 2017. A partir da “Lista de Instituições Federais, Estaduais e Municipais ligadas ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX Nacional” disponível no site da Rede Nacional de Extensão (RENEX), foram identificadas as universidades federais vinculadas ao RENEX, a seguir foram acessados os sites das instituições e/ou diretamente no site das Pró-Reitorias de Extensão (conforme Apêndice E). Para a análise do conteúdo acessível nos sites institucionais foram definidas questões distribuídas em 6 categorias, sendo elas: Estrutura Formal, Registro, Editais, Avaliação, Acompanhamento e Curricularização (Vide Quadro 8). As categorias definidas e questões elaboradas visaram compreender a estrutura de gestão da extensão nas instituições e aspectos relacionados aos principais macroprocessos das ações de extensão a partir do referencial teórico analisado.

Quadro 8 – Roteiro para análise do conteúdo acessível nos sites institucionais

Categorias	Questões
Estrutura	Possui Pró-Reitor de Extensão ou equivalente?
	Possui Pró-Reitor de Extensão adjunto ou equivalente?
	Possui Coordenadorias ou órgão equivalente de apoio a PRE?
	Possui Câmara de Extensão ou órgão equivalente?
	Possui Comissões de Extensão ou órgão equivalente?
	Possui Gabinete de Projetos ou órgão equivalente?
Registro	Possui Sistema próprio para registro das ações de extensão?
	Possui Política de Extensão?
	Possui Resolução regulamentando as atividades de Extensão?
	Existem prazos definidos para registro de ações?
	Existe formulário próprio para registro das ações?
	Existe alguma condição para emissão de certificado?
Editais	Possui Editais de Fomento interno a extensão?
	Existe formulário próprio para submissão das ações nos Editais?
	Existem restrições quanto as rubricas disponibilizadas nos editais?
	Existe priorização de algum tipo de ação para o fomento?
	Existe alguma condição para pagamento das bolsas?
	Existe definição sobre quem pode ser coordenador de projeto?
	Existe exigência de emissão de relatório parcial?
	Existe exigência de emissão de relatório final?
	Existe formulário para emissão de relatório (parcial ou final)?
Avaliação	Existe critério pontuável para análise das ações no registro?
	Existe critério pontuável para avaliação das ações nos editais?
	Existe formulário próprio para avaliação dos Bolsistas?
	Existe critério pontuável para a avaliação da participação dos Bolsistas?
	Bolsistas realizam avaliação da ação de extensão?
	Existe formulário próprio para avaliação da ação pelos Bolsistas?
	Existem critérios definidos para a avaliação da ação pelos Bolsistas?
	Público-alvo realiza avaliação da ação de extensão?
	Existe formulário próprio para avaliação da ação pelo Público-Alvo?
	Existem critérios definidos para a avaliação da ação pelo Público-Alvo?
Acompanhamento	Existe exigência de emissão de relatório parcial?
	Existe exigência de emissão de relatório final?
	Existe formulário para emissão de relatório (parcial ou final)?
Curricularização	Possui regramento para a atividade Curricularização de Extensão?

Para as questões das categorias Estrutura Formal, Registro, Avaliação, Acompanhamento e Curricularização foram definidas dois tipos de respostas para tabulação dos resultados, sendo elas: “Sim” ou “Não Identificado”, exceto para a questão “Possui Sistema próprio para registro das ações de extensão?” que poderia ser assinalada também como a resposta “Não”. Para as questões das categorias Editais também foram definidas dois tipos de respostas para tabulação dos resultados, sendo elas: “Sim” ou “Não”, exceto para a questão “Possui Editais de Fomento interno a extensão?” cujas respostas deveriam enquadrar-se como “Sim” ou “Não Identificado”, observando editais lançados no período de 2015 a julho 2017.

3.3 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo busca identificar e categorizar as informações contidas na mensagem. A análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2016, p. 37, grifo do autor)

A análise dos dados ocorreu por meio de quadros visando propiciar uma adequada apresentação dos dados dentro do contexto em que estes estão inseridos e objetivando a otimização da percepção das situações levantadas. No Quadro 9 apresenta-se a síntese dos procedimentos metodológicos do estudo, no que concerne aos objetivos específicos e às fontes de evidências anteriormente identificadas.

Quadro 9 – Síntese dos procedimentos metodológicos

(continua)

Etapas	Objetivos Específicos	Fontes de Evidências	Análise dos dados
1	Identificar modelos de indicadores nas avaliações das ações de Extensão Universitária no Brasil	Sites e documentos.	Análise de Conteúdo
2	Analisar a percepção das diferentes partes interessadas sobre as formas de avaliação das ações de Extensão.	Entrevistas; Sites e documentos.	Análise de Conteúdo

Quadro 9 – Síntese dos procedimentos metodológicos

(conclusão)

Etapas	Objetivos Específicos	Fontes de Evidências	Análise dos dados
3	Sugerir um modelo de avaliação das ações de Extensão Universitária compostos pelas características específicas das partes interessadas e ações desenvolvidas.	Todas as formas de coleta.	Análise de Conteúdo
4	Detalhar a metodologia de implementação do modelo de avaliação com vistas a propiciar indicadores específicos da Extensão na UFSM.	Todas as formas de coleta.	Análise de Conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Para análise dos critérios pontuáveis adotados nos editais, adotou-se como critério a verificação daquelas instituições que também possuem critério pontuável para análise das ações no registro, visando a comparabilidade das informações solicitadas nos respectivos processos. Para análise do conteúdo dos formulários, utilizou-se das informações obtidas a partir daquelas instituições que possuem os 4 formulários que permeiam diretamente o processo de gestão das ações de Extensão, sendo eles “Formulário próprio para registro das ações”, “Formulário próprio para submissão nos editais” e “Formulário para emissão de relatório parcial/final” (categorias Editais e Acompanhamento).

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi registrado no Sistema de Informações Educacionais (SIE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e está vinculado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). A seguir o projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual tem por preocupação a proteção dos direitos dos sujeitos da pesquisa. O protocolo junto ao SISNEP foi realizado através do site Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registro de pesquisas envolvendo seres humanos, obtendo o Certificado de Apresentação para Apreciação de Ética - CAAE 65327117.4.0000.5346.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) e as entrevistas seguem todas as determinações estabelecidas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordaram, de forma livre e esclarecida, a responder à pesquisa. O Termo de

Consentimento foi disponibilizado em duas vias (devendo ser assinada pelo participante em cada uma das vias), sendo uma entregue ao sujeito da pesquisa e uma arquivada pela pesquisadora. De acordo com a Resolução, o TCLE garante, entre outras coisas, o esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e; o sigilo quanto aos dados divulgados a fim de manter a privacidade do respondente.

A privacidade dos respondentes e a garantia de utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente estudo foi assegurada mediante o Termo de Confidencialidade (Apêndice B), o qual foi assinado pela coordenadora da pesquisa. Os dados coletados ficarão arquivados por 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade da pesquisadora coordenadora, e poderão ser solicitados pelos sujeitos da pesquisa, conforme Lei dos Direitos Autorais nº 9.610 (BRASIL, 1998).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da aplicação dos procedimentos metodológicos anteriormente descritos. Primeiramente são relatados os aspectos da avaliação da Extensão Universitária na UFSM, seguidos posteriormente da sistematização das informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas e das pesquisas realizadas nos sites das universidades públicas federais vinculadas ao RENEX, por fim, apresenta-se os instrumentos de avaliação e as metodologias para a aplicação dos mesmos no âmbito da UFSM.

4.1 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFSM

A avaliação da Extensão Universitária na UFSM foi abordada primeiramente a partir de uma contextualização sobre os processos previamente identificados pela autora. A seguir, apresenta-se a caracterização dos processos de avaliação da Extensão Universitária na UFSM a partir da análise direta das entrevistas realizadas.

4.1.1 Contextualização da avaliação das ações de Extensão Universitária na UFSM

A primeira avaliação a qual uma ação de extensão é submetida ocorre no momento do registro dessa no SIE. Nesse momento, a partir do fluxo de registro determinado, o projeto será analisado por, ao menos, o dirigente da subunidade, Conselho da Subunidade, Gabinete de Projetos e Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão da sua Unidade Universitária (UFSM, 2010b). Observando-se que durante todo esse processo as únicas exigências formalizadas institucionalmente são as que constam no Artigo 9, da Resolução 025/2008 que trata dos elementos que a proposta deve conter. Referente às demandas do artigo 9, da Resolução 025/2008, merece destaque o inciso “XV – Indicadores de Avaliação”, uma vez que este determina que sejam previstos na ação,

[...] sistemática e instrumentos de avaliação da ação extensionista, que considerem, pelo menos, cinco grandes dimensões:

1. política de gestão considerando a produção de conhecimento na Universidade e sua destinação social, partindo de metas vigentes propostas na gestão e política extensionista;
2. infra-estrutura disponível pela Universidade e pelas parcerias externas;
3. relação universidade-sociedade considerando a efetiva validade do trabalho realizado para o desenvolvimento social, cultural e econômico da população-alvo;

4. plano acadêmico considerando a importância do trabalho realizado para o crescimento humano e intelectual de servidores da Universidade e alunos participantes da ação; e
5. produto acadêmico visando a aquilatar as contribuições materiais imateriais trazidas pela ação extensionista à população-alvo a curto, médio e longo prazo (UFSM, 2008b).

Aparentemente, a partir do que se expõe por UFSM (2010b, 2008b), existe uma definição clara e estruturada para avaliação no processo de registro, inclusive com indicadores para posterior validação da ação realizada, baseado nas dimensões previstas por FORPROEX (2001a). Uma análise mais aprofundada, porém, permite verificar que, ainda que se tenha o intuito de abarcar o que é proposta no nível de Avaliação Nacional da Extensão Universitária, a forma como as dimensões são abordadas internamente pela UFSM não estabelece parâmetros mínimos para emissão de parecer, por exemplo, o que se pode considerar como uma ação efetiva, quanto à Relação universidade-sociedade.

Da mesma forma, ao submeter um projeto de extensão a um edital interno (FIEEX ou Programa Institucional de Voluntários de Extensão - PIVEX), o coordenador estará sujeito a critérios subjetivos de avaliação. Apesar de os editais FIEEX terem buscado uma maior transparência e clareza no processo avaliado nas edições 2015 e 2016, a partir da publicação dos Critérios de Avaliação, ainda deve-se avançar as discussões dos parâmetros para determinação da pontuação atribuída dentro de cada critério, tais como, “Relação e contribuição da proposta para a comunidade externa (benefícios esperados” e, ainda, a necessidade da determinação de pesos para cada critério.

No âmbito da UFSM, é de responsabilidade dos coordenadores das ações a realização de avaliação por meio do SIE, cabendo aos coordenadores o preenchimento de relatório anual e/ou final considerando os requisitos do artigo 10 da Resolução 25/2008. Além do que traz no artigo 10, a resolução 25/2008 complementa as informações necessárias no seu artigo 12.

Art. 12. Nas ações de extensão, o processo de avaliação deverá atender aos parâmetros definidos pelo Ministério da Educação, Plano Nacional de Extensão do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e a Política de Extensão da UFSM em vigência.

§ 1º O processo avaliativo deverá conter informações provenientes da comunidade, a partir do levantamento de considerações a esse respeito realizado junto às instituições e/ou população-alvo envolvidas na execução das ações; e outros meios pertinentes, tais quais relatórios escritos, filmagens, gravação de depoimentos orais, atas com registros de assembleias e/ou reuniões de avaliação, averiguação in loco por consultores Ad hoc, etc.

§ 2º Entre os itens a serem avaliados destacam-se:

I – alcance dos objetivos propostos;

II – efetiva participação dos recursos humanos nas ações, em especial de alunos, bem como a racionalização na utilização de materiais;

- III – relevância social da proposta temática da ação de extensão.
- IV – viabilidade das estratégias metodológicas de ação.
- V – apoio efetivo das parcerias, tanto sob o ponto de vista material-estrutural, quanto para as ações de inserção social.
- VI – reconhecimento comunitário sobre a viabilidade, execução, resultados e necessidade de continuação da ação de extensão.
- VII – reconhecimento do colegiado departamental do benefício institucional advindo da ação de extensão (UFSM, 2008).

Apesar de UFSM (2008) tentar abarcar algumas questões referente à avaliação, identifica-se que não são estabelecidos critérios para verificar nas avaliações recebidas, por exemplo, o que é considerado como “relevância social da proposta temática da ação de extensão”. Destaca-se que o objetivo de determinar critérios não é o estreitamento da avaliação e sim oportunizar a comparabilidade dos dados.

Não foi possível identificar no decorrer da história da UFSM a propositura de instrumento de avaliação das ações extensionistas a ser realizada pelas partes interessadas. As ações que, porventura, captam a percepção da comunidade, por exemplo, o fazem por instrumentos e metodologias próprias. Ressalta-se também que, ainda que a avaliação seja realizada atualmente somente pelo coordenador da ação, inexistente a obrigatoriedade de preenchimento de um formulário padronizado para todas as ações extensionistas. Visando alcançar a padronização dos relatórios/avaliações produzidos, em 2016, a Pró-Reitoria de Extensão (PRE) disponibilizou um formulário para que as ações realizassem suas avaliações. Observa-se, no momento, a adesão ou não ao formulário depende dos representantes de Extensão de cada centro, que, atualmente, são os responsáveis por definir e orientar quanto ao modelo a ser utilizado na avaliação.

Atualmente, as unidades de ensino, devido a sua autonomia e na ausência de regulamentação no âmbito da UFSM, determinam os critérios a serem considerados na avaliação das ações de extensão para o deferimento ou indeferimento do registro destas, podendo estes serem, inclusive, conflitantes entre uma unidade e outra. A falta de padronização entre as unidades de ensino tende a ser um dificultador na integração de práticas extensionistas realizadas uma e outra unidade, uma vez que existe a dificuldade em definir quais os requisitos a serem atendidos para o registro desta. No arcabouço desta questão, encontra-se a discussão a respeito da curricularização da extensão, em que se questiona como serão validados os créditos obtidos pelos acadêmicos na integralização destes em ações de extensão que não estejam diretamente vinculada seu centro de ensino.

Além da avaliação no SIE, desde 2014 os coordenadores de projetos contemplados com recursos FIEX devem realizar a avaliação da ação contemplada no Sistema de Editais,

por meio do preenchimento de formulário online, considerando a quantidade de alunos bolsistas. Se a ação tiver alunos participando do Edital do Programa Institucional de Voluntário de Extensão (PIVEX), também será necessário realizar uma avaliação, no Sistema de Editais, para cada aluno participante. A avaliação dos Editais FIEEX e PIVEX são coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão, sendo aplicado um questionário unificado a todas as ações, independente de centro de ensino ao qual a ação esteja vinculada.

Verifica-se, atualmente, a necessidade de um coordenador de ação de extensão realizar cerca de três avaliações (referentes ao PIVEX, FIEEX e SIE) relacionadas à mesma ação visando tão somente o cumprimento de exigências internas da instituição. Destas avaliações, duas devem ser realizadas por meio do Sistema de Questionários (disponibilizado via Web) e uma por meio do SIE (programa institucional instalado pela equipe do Centro de Processamento de Dados nos computadores da instituição, não sendo, via de regra, o seu acesso possível fora da UFSM). Da mesma forma, caberá a replicação da análise das informações prestadas na avaliação, podendo ser designados distintos avaliadores em cada sistema o que tende acarretar o retrabalho, além de propiciar o fornecimento de informações divergentes e aumentar a probabilidade de erro no preenchimento por parte do coordenador.

4.1.2 Caracterização das ações de Extensão Universitária na UFSM

A partir das entrevistas aplicadas foi possível estabelecer algumas observações importantes em relação a Extensão Universitária a partir das quatro perspectivas do BSC previamente delimitadas no roteiro de entrevistas (Apêndice D).

Em relação a primeira parte da Entrevista que se referia a Perspectiva dos Processos Internos foi possível identificar as principais dificuldades enfrentadas tanto no registro quanto na avaliação das ações de extensão, bem como as impressões em relação a regulamentações e práticas de divulgação do que permeia a extensão. É consenso entre os entrevistados, tanto coordenadores de ações, com Gabinetes de Projetos e Gestor PRE que o SIE já não era a ferramenta mais adequada para atender as necessidades de registro de ações, quer seja pelas informações solicitadas (campos para preenchimento no sistema), quer seja por sua indisponibilidade para acesso fora da instituição. Uma das dificuldades relatadas em relação ao SIE é quanto a falta de intuitividade para sua navegação, além do fato de que apresentava instabilidade no acesso.

Na questão das ações de Extensão na universidade, o registro institucional é fundamental, porque o registro ele tem várias funções. Primeiro, pra, essa questão de nós termos a nossa memória do que foi feito; segundo, no caso específico de uma universidade pública você precisa, fazer uma prestação de contas, apresentar para os diferentes níveis de sujeitos que interagem nessa relação com uma instituição pública daquilo que ela realiza. E o terceiro componente é de gestão especificamente, o registro também é um dispositivo que nos permite avaliar aquilo que nós realizamos, estamos ou poderemos vir a realizar. Eu acho que o grande desafio que as instituições têm é a interface, vamos dizer assim amigável.

Essa nova interface, essa evolução no sistema, eu tive poucas oportunidades individualmente pra atuar, pra interagir, mas eu acho, a minha primeira avaliação é que ele é um pouco, ele é mais amigável, e outra coisa também permite o acesso que não é em espaços reduzidos então também o fato de eu estar em casa, estar em qualquer lugar.

Então os processos quanto mais público, transparente, quanto mais claro, a segurança jurídica ela também é relativa mas os Editais nos ampliam essa segurança jurídica em relação aquilo que nós estamos fazendo. Ele vem também a dimensão da transparência dos processos. Acessibilidade, porque os Editais permitem que todos tenham a possibilidade de concorrer, de acessar desde que cumpra aquilo que tá. E os Editais pra mim hoje é um instrumento de garantir a democracia, acesso democrático nos diferentes, no Ensino, na Pesquisa, na Extensão, na universidade (Gestor PRE, 2017).

Acho que o sistema novo veio para ajudar, porque vai ser um controle maior das ações. O SIE antes o pessoal reclamava muito, porque acho que deixava a desejar em algumas questões em relação ao controle também (GAP 1, 2017)

Olhando na perspectiva de que todas as nossas ações têm que estar alinhadas com a Política Institucional, quer seja o Planejamento Interno, como o PDI, quer seja a Política Nacional de Educação ou a Política Nacional de Extensão, todas têm que estar registradas e todas teriam que seguir critérios, nem que sejam diferenciados por áreas de acordo com o que foram estabelecidos nesses planos. Não dá pra permitir no atual contexto de gestão pública que eu tenha ações sem o mínimo de gestão integrada dessas ações, então eu não posso ter extensão particular de um professor, não existe isso, nada é particular de um professor ou de um departamento, tudo é público, sendo público tem que ter registro, tendo registro tem que ter os mesmos critérios, mesmos processos (Gestor PROPLAN, 2017).

Alguns aspectos negativos identificados referem-se a ausência de formulários padronizados para a operacionalização dos processos, bem como a replicação de atividades sendo necessário submeter a ação para registro e posteriormente realizar a submissão em outro sistema (Sistema de Editais) para a inscrição em Editais de fomento ou Voluntariado, além da dificuldade de preenchimento do Plano de Trabalho (Que é composto pelas seguintes informações: Orçamento, Meta, Fase e Indicadores) que também foi considerada por um dos entrevistados como uma burocratização do processo, conforme relata o GAP 2 (2017), “Sistema novo, o que eles reclamam é quanto ao Plano de Trabalho, valores, e as metas e fases.” e também os coordenadores 3 e 8,

Eu senti muita dificuldade por eu ter vindo de outra universidade de como era o processo e senti muitas vezes que o processo acabava tendo que ser registrado duplamente, SIE e Portal. E aí isso me gerava algumas confusões, então nesse sentido assim, não que a outra universidade fosse mais simples, mas eles tinham, alguns formulários até no Word. O Portal facilitou bastante, então acho que essa evolução pro Portal foi bem, foi bem legal (Coordenador 3, 2017).

O SIE tem alguns problemas, em termos de acesso. Frequentemente ligado a própria internet. Um pouco lento, as vezes tu não consegue entrar. E eu acho que ele não é tão interativo. Depois tu tem que colocar um relatório, agora pra por Portal. Então eu acho que, que daria pra, teria que unificar, porque que eu tenho que registrar no SIE o projeto, daí gera aquele número lá do GAP, eu não entendo muito como é que funciona esse sistema, eu acho que ele é confuso. E depois tu vai lá no Portal do Professor pra concorrer a bolsa (Coordenador 8, 2017).

Observa-se que os coordenadores de ações de extensão que tiverem experiência coordenando ações contempladas com recursos do Edital PROEXT tem uma melhor aceitação em relação a exigência do novo sistema quanto ao preenchimento do Plano de Trabalho em relação aos demais coordenadores. Tal aceitação está relacionada ao fato de que semelhantes exigências já eram realizadas no âmbito nacional de pleito de recursos juntamente a exigência de um maior detalhamento de propostas em campos específicos para estas no programa utilizado para candidatura das propostas ao Edital do MEC

No SIE, basicamente, não tinha muito informação a fornecer do projeto, tu acabava tendo que fazer um PDF. Agora eu notei que no novo tu pode também já ir no sistema tem campos que tu pode ir colocando observações, é, justificativas, objetivo, tu já vai lançando no próprio sistema e gera o relatório, eu achei melhor, gostei mais. O que eu achei legal, no caso do PROEXT, nessa parte do orçamento, é que ali tu te obriga a imaginar mesmo como vai ser a ação (Coordenador 1, 2017).

Eu acho que melhorou bastante nesse sistema novo, ficou mais, fácil assim. Outra coisa que eu achei assim, que pro Sistema Novo a gente tem, digamos assim, mais controle de não faltar documento, porque no SIE as vezes o registro ficava incompleto por muito tempo e as vezes a gente não se dava conta. Foi meio difícil o primeiro que eu registrei, voltou várias vezes do GAP, mas é porque era o primeiro. Ah, mas eu achei interessante, uma coisa que não tinha no outro sistema, que tem agora, que é essa divisão das metas, que é uma coisa que, a gente... E claro, acho que no início talvez os professores estranhem, a gente estranha um pouco em função de ter esses outros elementos, mas eu acho que foi bem positivo essa, essa forma. (Coordenador 6, 2017).

Existe uma preocupação de coordenador de ação, quanto à forma como serão avaliadas pela instituição o preenchimento das metas pelos coordenadores pois o atual sistema exige o preenchimento em valor numérico, não havendo cobranças quanto a itens de controle como lista de presença, fotos, entre outros que corroborem os dados apresentados.

Eu acho que agora ficou muito melhor porque tem essa questão da facilidade, que tu pode fazer de qualquer lugar. Eu já percebi assim que tem algumas coisas, como aquela questão das metas. Que ficou meio, eu, no meu ponto de vista assim, ficou meio vago sabe, principalmente depois quem for avaliar o final, tantos por cento, mas esse é que ações. Sabe, como que a comissão vai analisar isso sabe. Minha preocupação com o sistema novo, na avaliação nova, a meta foi atingida em 100%... tá, mas e cade as fotos e cade, e cade as ações, os indicativos, as listas de presenças, algo que de fato comprove a ação. (Coordenador 2, 2017).

Quanto ao Sistema de Editais, a avaliação é positiva pois considera-se que uma vez que o projeto esteja registrado as submissões internas posteriores para concorrer a recursos são tranquilas, conforme observa-se nas falas do Coordenador 2 (2017), do Coordenador 5 (2017), do Coordenador 6 (2017) e do GAP 2 (2017), respectivamente, “Ah, eu acho super tranquilo, assim. É, tem uma série de critérios, mas isso, são as regras do jogo”; “Ali eu achei legal, achei rápido. Porque já tava registrado, daí tu entra ali, submete lá”; “Tranquilo também, eu acho que como daí, já tem ali o projeto, organizado e pronto. Ai é só ler o Edital, ver o que precisa anexar, eu achei bem simples assim. É como enviar um e-mail, não tem muita coisa”; e, “Sistema de Editais eu acho que funciona bem, eu acho que tá tudo correto, não tenho, não, não tive problemas em nada, nada, nada, eu acho que é uma coisa tranquila assim também”.

A principal reclamação quanto a avaliação das ações de Extensão refere-se a necessidade de realização de duas avaliações, sendo uma delas via SIE (sistema antigo) ou Portal de Projetos (sistema novo) e outra via Questionários. Além do retrabalho para os coordenadores de ações contempladas em editais, tal demanda gera confusão quanto aos prazos para a realização das avaliações assim como da sistemática de avaliação adotada em um e outro sistema, sendo necessário o preenchimento de um Questionário para as ações contempladas nos editais e não havendo formulário padrão para os relatórios a serem anexados via SIE (antigamente) ou demandando somente o preenchimento do percentual atingido da meta no Portal de Projetos. Cabe observar que ao realizar a avaliação via SIE, esta tramitava para que fosse avaliada pelos representantes das Comissões de Extensão da unidade a qual a ação está vinculada, enquanto no novo sistema não foi prevista tramitação para a avaliação vinculada ao cumprimento das metas.

Eu acho ótimo aquele Sistema de Questionários. Só que assim, o que eu notei, que causou inclusive pra mim uma confusão muito grande sempre, que tinha que fazer uma avaliação no Portal e uma avaliação no SIE. Duas avaliações sobre a mesma coisa, sendo que no SIE não tinha modelo nenhum, ai, por fim, esse último ano eu já, eu fiz no Portal, daí tirei um print e mandei, bom ficou ótimo, mas parecia irracional você fazer em dois sistemas a mesma avaliação. Isso ai eu acho que tinha

que melhorar e que tu fizesse uma avaliação, uma avaliação e pronto. Mas agora quando fizeram do sistema, tinha que ser o mesmo do Questionário, então. Porque eu sou muito mais do questionário, do que aquele negócio da porcentagem da meta. Se for só num lugar tu até pode deixar aquela porcentagem, tu não pode fazer a pessoa entrar em dois lugares. Não, tu pode até colocar tudo o que tu quiser e mais um pouco, mas desde que seja um lugar só (Coordenador 2, 2017).

Eu penso que tem que ser junto, eu penso que na hora do relatório, não tem que fragmentar as ações, tu faz um relatório tu já avalia. Porque a avaliação é parte de um processo, se tu parou pra refletir sobre as tuas ações, qual é sentido, o que mudou, tu e o teu bolsista, tá na hora de tu ali que tá tudo quentinho. Nós estamos numa época de as informações, elas têm que ser rápidas, consistentes, seguras e em locus, tem que tá ali, tu quer uma coisa, vamos ver quantos projetos têm, o que deu, qual é os resultados, que esteja ali a mão, sabe? Não uma gavetinha aqui, outra gavetinha lá, outra numa janela, outra noutra janela (Coordenador 7, 2017).

Então eu acho que ainda tem, tá precisando ver bem como realmente isso ficar unificado mesmo. Integrar, evitar esses retrabalhos de datas diferentes, de um ser de uma forma, outro ser de outra, tentar a universidade andar num compasso até pra facilitar no dia a dia dos professores e coordenadores (Coordenador 8, 2017).

Eu acho que confunde bastante eles (*os coordenadores*), eles odeiam isso e deixam bem claro, sabe, porque, é um sistema para isso, um sistema para aquilo, é um modelo para isso, é um modelo para aquilo, é não sei o que. Eu acho que acaba dificultando um pouco, se realmente, fosse centralizado, talvez agora com o novo sistema, possa fazer essa integração. É muita coisa. E aí você sempre tem que mandar um passo a passo, ó você tem que pra isso você tem que entrar em tal e tal lugar. Acho que dificulta sim (GAP 1, 2017).

Os Gabinetes de Projetos não relataram dificuldades dos coordenadores em relação ao registro e avaliação das ações de extensão especificamente, sendo que as dificuldades identificadas são, principalmente, relacionadas ao preenchimento do Plano de Trabalho que é comum a atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O SIE, eles reclamavam muito que não era muito intuitivo, que às vezes você precisava anexar um arquivo e aí você tinha que fazer todo um processo para conseguir colocar aquele documento, o plano do projeto ali. Agora, a questão das metas, que também é outra que o pessoal não entende o que é uma meta, o que é uma fase, o que é um indicador. Que na verdade, isso aí, talvez falta entender a importância, o porque que eles têm que fazer aquilo. Acho que falta entender isso, sabe? Porque pra eles o que me parece, assim que eles dizem, isso aqui é pra ter mais burocracia. Geralmente, o maior problema é nas metas, no orçamento. Acho que as maiores dificuldades que eles, que eles têm, a questão do preenchimento lá do plano de trabalho, essa dificuldade de entender as rubricas Permanente, Custeio. No Sistema de Editais, eles têm um pouco mais de facilidade. Talvez pelo sistema ser mais simples, digamos assim, com menos etapas que você precisa preencher. Geralmente na avaliação dos bolsistas, quando eles têm que fazer prestação de contas, essas coisas, aí eles penam um pouco (GAP 1, 2017)

Enquanto os Gabinetes de Projetos não mencionam problemas específicos aos processos de avaliação, na fala dos Coordenadores identifica-se uma preocupação com

relação a clareza do processo avaliativo, demonstrando um contraste entre as percepções das diferentes partes. Também verificou-se que a necessidade de aprimoramento das práticas de avaliação das ações quanto aos itens a serem avaliados de maneira que seja propiciada maior clareza aos coordenadores e aos avaliadores dessas ações, desde quais itens serão avaliados até os critérios para avaliação esses itens. Para que a avaliação produza os efeitos desejados (melhoria das práticas institucionais) deve-se, ainda, fomentar o *feedback* em relação as avaliações efetuadas.

Tem avaliação? Eu nunca recebi um feedback. Essa frase resume tudo. O relatório. Tá lá (*no sistema*) a prova de que a gente efetivamente trabalhou e cumpriu o que prometeu, mas nós não temos uma avaliação, eu não sei que avaliação é feita, se é que é feita, eu não se existe algum critério pra seleção dos projetos nos próximos editais que leve em conta, o que foi feito antes (Coordenador 1, 2017).

Eu acho ainda só que o sistema de avaliação do projeto no final ele não tá claro. Eu que tenho uma experiência, a experiência que eu tive com o PROEXT/MEC e a forma como o formulário do MEC é feita me deixa, me deixou mais claro pras atividades de extensão. Então assim, o que é uma meta, o que é qualitativo e quantitativo e a gente percebe que muita gente tem essa dúvida também. Essa classificação do que é um produto, do que uma meta. Fica difícil e a gente começou a exigir ou querer que isso esteja presente, mas as pessoas não têm um... Não sabem o que colocar (Coordenador 3, 2017).

Eu penso na questão da avaliação, eu acho que ela tem uma questão que tá muito impregnada, tu sabe que na realidade a nossa grande fragilidade é planejamento e aí do micro pro macro, do macro pro micro, então assim, nós não temos prática do planejamento da gestão. Então que sentido tem a avaliação se nós não entendermos a avaliação dentro, como um dos elementos que compõe o nosso planejamento e a capacidade de refletir sobre aquilo que nós estamos fazendo. Então, a medida que a gente também vai lidando com esses processos e amadurecendo institucionalmente, eu tenho certeza que a avaliação ela é irreversível, mas ela é irreversível se ela for compreendida dentro desse contexto. E aí nós temos que ter dispositivos, de instrumentos de avaliação, de acompanhamento, de monitoramento que nos permita dizer olha, quando nós tivermos que fazer as escolhas, quer dizer nós temos indicadores, elementos que nos permitem tomar decisões (Gestor PRE, 2017).

Ah, antes desse sistema novo, quando era pelo SIE, realmente não era feita uma avaliação a fundo dos projetos que eram registrados. Se analisava muito mais a forma do que o conteúdo do que tava escrito ali. Eu percebo que eles (Comissão de Extensão) já começam a avaliar melhor, enfim, ver realmente o que está descrito. Eu acho que um pouco do receio que eles têm é às vezes devolver o projeto... Porque você está avaliando os seus pares, daqui a pouco o seu projeto também vai ser avaliado. De talvez, mais pessoas avaliarem aquela ação porque acaba ficando muito subjetiva a avaliação de uma única pessoa. E, enfim, talvez os critérios, até na nossa comissão a gente até tentou algumas coisas. Por isso eu acho que uma avaliação feita por mais pessoas, de diversas áreas, acho que ia ficar mais... Mais adequada realmente, porque daí você vai ter 3 notas, você vai conseguir fazer uma média. Em relação ao cumprimento dos prazos e tal, a gente frisa bastante com eles e eles tem se dado conta que eles têm essa obrigação de chegar no final, fazer essa prestação de contas, responder, enfim. Mas eu vejo, assim, pessoal costuma colocar

coisas muito sucintas, muito vagas, eu acho que ai complica um pouco. E o pessoal acho, talvez, que embora saiba a importância de ter que fazer, eles veem como mais processo que tem que cumprir, não entendem a importância de ter que avaliar aquilo que você fez, de ver se realmente o teu bolsista cumpriu. E realmente, daqui a pouco a pessoa preenche qualquer coisa lá e realmente você vai aceitar porque você não leu lá o projeto no início (GAP 1, 2017).

São relatadas algumas dificuldades em relação a adaptação ao novo portal, devido propriamente a mudança de sistema e sistemáticas, porém a expectativa dos entrevistados é que com o decorrer do tempo estas sejam resolvidas, “Porque querendo ou não quando a gente tava se adaptando ao SIE se criou esse novo portal, talvez daqui 1 ano já esteja adaptado a esse portal e ai. Mais fácil. Toda mudança, toda mudança tem um problema. Essa que é a real (Coordenador 5, 2017)”.

No SIE era mais fácil porque eu havia feito um outro roteiro também, em meia página, eu fiz uma coisa bem clara. Então, eu, eu assim, quando tinha avaliação anual, eu mandava explicar pra eles dos prazos e manda aquele roteiro ali, com aquele roteiro eles faziam tranquilamente. Agora eles enfrentam dificuldade, mas eu acredito até, talvez não seja por ser difícil, mas talvez pelo sistema novo. Então, isso ai não quer dizer que eles vão ter dificuldades futuras, mas hoje eles enfrentam muita dificuldade nas avaliações também. Tanto no registro quanto nas avaliações (GAP 2, 2017).

Um dos principais aspectos para avaliação da ação de extensão segundo os coordenadores é o impacto da ação na comunidade. Os produtos gerados deve ser um reflexo dessas ações, sendo algo útil para a comunidade e que reflita o momento daquela comunidade, funcionando também como um registro histórico daquele momento e contexto. O produto poder ser algo para divulgação nos meios acadêmicos, porém ele transpassar esse viés, sendo algo aplicado a realidade da comunidade e da ação realizada.

Um dos critérios eu acho que são os produtos gerados, se houve algum produto gerado. Tá, esse produto pode ser uma publicação, uma divulgação disso num evento, pode ser, qual é o produto gerado na comunidade ou com a comunidade. Se esse produto em alguma medida beneficiou a comunidade, trouxe alguma mudança, algum acréscimo, enfim. Vamos avaliar a ação, direcionada para a comunidade que recebeu essa ação, como é que nós podemos ver o impacto, os benefícios que trouxe e o que poderia trazer de melhor ainda numa próxima edição e para os acadêmicos envolvidos, em que aquela ação contribuiu para a formação deles (Coordenador 1, 2017).

Eu acho a geração do produto tem a ver com o público atingido, e ai talvez seja o que realmente se conseguiu fazer e o impactar naquela ação. O quanto isso modificou pra pessoa no impacto. Então se você largar um folder desses, um produto desse, que, por exemplo, é pra mim uma forma de orientar, tu consegue atingir muito mais pessoas assim, então acho que sim, os produtos gerados, e não o produto de apresentação do trabalho em evento que é a forma como a gente olha pra pesquisa (Coordenador 3, 2017).

Então a avaliação do conhecimento em si eu acho complicado de fazer mas eu acho que é importante e a coisa dos produtos, também, eu acho que alguma de produtos é bom ter essa avaliação de ter também um registro, que eu acho que os produtos são importantes pra ter um registro da ação. Do que foi feito. E eu vejo assim, os produtos, eles acabam funcionando muito como a história daquela comunidade, naquele momento, sabe. Então a comunidade tem aquilo como uma coisa que ela produziu. Acaba melhorando o sistema da comunidade enfim, eu acho bem interessante (Coordenador 6, 2017).

O impacto que ela tem na comunidade, tem que ser ouvida o locus onde é desenvolvida a ação porque a gente sabe que a avaliação é muito subjetiva. Então, claro que um coordenador, sempre acha que ele deu o melhor de si. Então, eu penso que, como a avaliação é um processo, tem que ser avaliada pelas pessoas lá da ponta, sei lá em que locus for, comunidade em geral e tem que ser ouvida pelos alunos envolvidos e também pelos orientadores, não resta dúvida (Coordenador 7, 2017).

Outro quesito para avaliação está relacionado ao alinhamento da ação com a demanda da comunidade propiciando um enquadramento das demandas com as especialidades encontradas na instituição. Os efeitos políticas públicas não são identificados como um produto direto, sendo visto mais como reflexo das ações integradas realizadas pela instituição ou como algo utópico. O Coordenador 1 (2017) relata que “nesse momento que tu vivencia, a pesquisa, a extensão e o ensino, a reflexão que tu vai fazer sobre isso, sobre os resultados disso é que poderão, no meu ponto de vista, gerar uma proposta de mudança numa política.”, enquanto os Coordenadores 3 (2017) e 6 (2017) expõe que

Uma das questões mais importantes é a demanda da comunidade. O desafio é: Qual é a demanda da comunidade? Porque daí a gente tem que sair da nossa estrutura e ir lá olhar a demanda que o outro tem. O que eles necessitam e claro, casado com as nossas especialidades. Eu acho que modificar políticas públicas, eu não tenho muito envolvimento com isso, mas eu realmente acho que é uma tarefa, meio que utópica! (Coordenador 3, 2017)

A avaliação da Extensão acho que é bem complexo como qualquer outra avaliação, mas em função da característica da Extensão, eu acho que em primeiro lugar tem que ser mesmo o atendimento a uma demanda da comunidade e demanda assim, não propriamente da comunidade pedir, mas da gente conseguir também fazer um diagnóstico. Do que é possível melhorar na comunidade porque as vezes a comunidade não sabe o que precisa. Assim, acho o primeiro critério importante que é ter essa identificação dessa demanda, bem concreta (Coordenador 6, 2017).

Outras questões elencadas pelos coordenadores é o fato de que existe a necessidade de instrumentos e critérios diferentes para todas as áreas tendo em vista as peculiaridades de cada uma, bem como definição de formas de controle quanto a informações prestadas, ou seja, documentos que corroborem os dados informados. Quanto a priorização de determinados públicos para o direcionamento das ações destaca-se a importância de uma Política de Extensão no âmbito institucional. Ainda, o Coordenador 8 (2017) menciona a importância de

estabelecimento de parcerias com outras entidades visto que “Interação com a comunidade é fundamental. Buscar relações com outras entidades, parcerias, é muito importante. Com a própria Prefeitura.”

Eu acho que os critérios têm que ser diferentes. Uma coisa é eu trabalhar ações de extensão nas humanas, outra coisa é eu trabalhar nas exatas, nas rurais, nas engenharias. Porque nas humanas têm um ingrediente que é fundamental, que é a questão interpessoal. O instrumento não pode ser único para todas as áreas. Acho que precisa ter essa, essa consideração em termos de qual é a área que tá sendo avaliada (Coordenador 1, 2017).

Tu tá prevendo um evento, tu tem que entregar uma lista de presença daquele evento. Tu tem que ter fotos daquele evento sabe, coisas desse tipo que eu acho assim. Eu acho que tinham que se estabelecer isso assim, formas de controle.

Isso teria que ser uma decisão da instituição, “ó, os públicos prioritários pra ação de extensão são essas”, porque hoje assim ó, cada um faz o que bem entende, em termos de extensão. Não tem uma política assim, talvez isso ajudaria a definir (Coordenador 2, 2017).

Os aspectos levantados pelos Coordenadores quanto ao impacto da ação na comunidade são corroborados pela fala do Gestor PRE. Além disso, o Gestor PRE destaca a questão do impacto da ação na formação do acadêmico de maneira conectada ao Projeto Político Pedagógico do curso, assim como do dever de divulgar as ações realizadas e resultados produzidos.

Em que medida aquela ação de Extensão se conecta com o Ensino, com a formação dos nossos alunos? Esta ação de Extensão em que medida ela se conecta com o Projeto Político Pedagógico do curso de graduação? Porque se for uma ação descolada da formação ela não tem sentido porque a universidade, na minha avaliação, o seu compromisso de Extensão é um compromisso, primeiro, como uma dimensão da formação dos nossos acadêmicos, por isso a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Segundo, como está conectada, ao projeto de formação daquela carreira profissional, como este campo de conhecimento vai se articular com a comunidade local ou regional?

Vamos dizer assim, findo o projeto, a nossa primeira prestação de contas deveria ser pro curso no qual nós tamos vinculados, em que medida aquela ação de Extensão contribuiu para a formação; segundo, em que medida essa Extensão, por exemplo, poderia ser um indicador de avaliação, contribuiu pra que projetos de Pesquisa. E terceiro em que medida tinha uma situação inicial na comunidade, depois de 12 meses de intervenção ou 24 meses, qual é a situação B? Mudou ou não mudou?, até porque o projeto de Extensão, ele precisa trabalhar na perspectiva da emancipação dos sujeitos, seja interno, seja externo, eu vou lá só pra fazer intervenção ou vou lá pra contribuir pra mudar aquela realidade.

Que instrumento nós vamos ter pra avaliar se nós contribuimos pra mudar a realidade. Que talvez seja o produto que você diz, porque dependendo a natureza do, vamos dizer assim, de produção do conhecimento, você vai ter produtos com naturezas diferentes, mas tem que ser medido e avaliado.

Eu acho que um outro instrumento de avaliação dessa, ela tem que se tornar pública e ai como nós divulgamos aquele trabalho, aquela intervenção que ali foi feita seja na dimensão do Ensino, seja na dimensão da Pesquisa, da Extensão, então também, a JAI deveria ser no nosso, o espaço de apresentação de todas essas ações que nós desenvolvemos (Gestor PRE, 2017).

Outro aspecto a ser considerado é desconhecimento dos regramentos existentes que demandariam uma maior e melhor divulgação institucional. Destacada pelas falas do GAP 2 (2017), do Coordenador 4 (2017) e do Coordenador 6 (2017), respectivamente, quando relatam que “Sinceramente, eu não posso responder claramente, porque eu mesmo, assim, não tenho, não domino. Eu acho que, a maioria nem sabe que existe resolução.”, “Eu acho que, faltaria, mais divulgação assim. Sabe, da legislação. Me parece que falta abrir mais esses canais. Eu assim, eu ainda tenho pouco domínio em relação ao conhecimento dessas normativas.”, e

Bom, eu acho assim que nós temos um problema cultural que a maioria das pessoas não leem esses documentos, então eu não sei até que ponto esses documentos servem para isso. Eu li o documento quando eu precisei. Eu acho talvez, teria que se pensar numa maneira de colocar esses documentos mais em destaque (Coordenador 6, 2017).

O GAP 1 (2017) também destaca-se que a redação em vez de elucidar questões para o desenvolvimento das ações finda por propiciar mais questionamentos, considerando-se importante uma maior divulgação e elucidação de pontos dúbios ou genéricos.

Eu acho que algumas coisas ainda faltam. Uma que é essa questão de ter conhecimento, de saber que existe a resolução, que talvez a gente teria que insistir mais, divulgar mais isso. Outra questão, que fica um pouco confusa, alguns artigos ali da resolução, por exemplo, quando nós refizemos o modelo de registro de extensão lá no centro, tinha um item dos indicadores de avaliação ali do projeto, ai ele citava, Plano acadêmico, infraestrutura, não sei o que, não sei o que... mas não está explicado, nem a comissão sabia o que tinha que colocar ali. Na verdade, eles não têm noção que ações de extensão é mais de um tipo de extensão. Que você pode fazer um curso, você pode fazer um evento, um programa, um projeto, sabe? E, ele até lista ali um exemplo de como deveria ser o projeto de extensão, mas muitas informações ali, eu acho que, talvez seriam desnecessárias ou são duplicadas, ou daqui a pouco... Muito genéricas. Acho que poderia ser melhor. E fora, que cada unidade segue o que bem quiser como modelo de projeto, sabe (GAP 1, 2017).

Além disso, denota-se a importância de critérios de avaliação mais objetivos para a extensão de maneira a mitigar os atritos inerentes a atribuição de notas as ações principalmente no âmbito de editais que visam o fomento de recursos orçamentários.

Qual é a sensação que eu tenho, que as pessoas se revoltam com a falta de verba para a Extensão e não aprovação do seu projeto enquanto na Pesquisa quando isso acontece não é tão, não há uma briga tão grande. Então a sensação que dá é, a Pesquisa tem a sua pontuação muito bem definida e os critérios dá Extensão são mais abertos, então ele, como eles são mais abertos, como muitas vezes todo mundo ganhava, quando você corta a verba e você tem que fazer um corte na Extensão, isso gera um atrito entre os próprios Docentes com a Comissão ou outras (Coordenador 3, 2017).

No nosso currículo a gente tem atividades de pesquisa, ensino e extensão como complementares. Como a gente é um curso que tem atividades práticas envolvidas, o aluno geralmente ele gosta de ir pra extensão, mesmo que, claro, a bolsa é um fator que ele sempre considera, mas ele quer botar a mão na prática porque eles demoram um tempo para conseguir essa atividade, então como eles demoram dois anos, eles querem ir pra prática antes, então a dificuldade de tu cativar eles pra projeto não é problema (Coordenador 3, 2017).

Tem uma pontuação da progressão de carreira que ela é conseguida muito facilmente. Então se tu dá as tuas aulas e daí tu escreve um artigo por ano ou dois, enfim. E ai, não, acho que a questão pela progressão, eu acho que não. Agora, pros alunos o que a gente vê assim, a Extensão faz parte das atividades complementares. E ai a participação em projetos acaba sendo uma coisa boa pros alunos, pra eles juntarem essas horas. E, mas como alunos eles dependem dos professores também. Então depende dos professores fazerem os projetos e chamarem os alunos e falarem da importância da Extensão e etc. Se os professores não fizerem os alunos vão ficar abandonados (Coordenador 6, 2017).

A principal percepção quanto as normativas existentes é que estas estimulam muito mais a realização de atividades de pesquisa do que de Extensão uma vez que a Pesquisa está ainda vinculada a status. Também destaca-se o argumento de que a Extensão é uma prática mais trabalhosa e que demanda maior envolvimento dos participantes, além do deslocamento para realização das atividades nas comunidades abrangidas pelas ações.

Um item que eu vejo assim, entre os meus colegas principalmente, a extensão vale muito pouco, nas pontuações, as planilhas... Quer dizer, o que é mais valorizado, qual é a percepção que eu tenho, a pesquisa. A pesquisa tem mais status, a pesquisa tem mais recurso. Ah, é, a pesquisa gera conhecimento. É uma representação, que, é muito limitada porque a extensão também gera conhecimento. Ela também gera. Ela também gera produtos, acho até que gera mais produtos do que a pesquisa sozinha. A pesquisa com a extensão é que vai gerar produtos, que eu penso assim, ser mais qualificados, mais úteis, vamos dizer assim, socialmente falando.

Pra começar, os próprios alunos não tem lá muito incentivo pra fazer parte de ações de extensão, primeiro porque eles sabem que é trabalhoso, eles vão gastar mais com transporte, eles vão ter que se movimentar muito mais, então, em geral, os alunos preferem fazer pesquisa porque eles ficam só no mesmo lugar, no laboratório, ou em casa mesmo fazendo as atividades, não precisa ficar se preocupando, correndo pra lá e pra cá. Então começa por ai, começa por essa questão do estímulo financeiro, começa por essa questão do próprio status na academia, que em primeiro lugar faz pesquisa. E ai na extensão, pelo fato de envolver mais tempo, envolver mais movimento, em geral não é muito estimulada (Coordenador 1, 2017).

É, o que a gente nota assim, com relação a extensão, aquela velha história, desde que eu sou estudante se fala isso e cada vez mais, continua pior ainda, que é a valorização mais da pesquisa em detrimento da extensão, e isso a gente percebe nos editais de seleção de bolsistas, a falta de interesse deles em participar das ações de extensão. Tu não faz extensão num ambiente controlado que nem tu faz uma pesquisa (Coordenador 2, 2017).

Eu li essas resoluções, eu acho que talvez, comunidade acadêmica eu digo assim, essas resoluções quem mais lê são quem quer desenvolver os projetos. O problema, o negócio da extensão é que dá muito trabalho. Essa que é a real. Ai o cara deixa de

fazer extensão porque, porque ele fica lá no laboratório, ele tem os alunos, trabalha com os alunos e tudo mais e ai já tem iniciação científica, isso conta pra progressão; o aluno de iniciação científica, trabalho de graduação que vai ser defendido e conta pra progressão; o cara já vai entrar no mestrado, já vai ter aluno no mestrado; o cara vai entrar no doutorado, vai ter aluno do doutorado; vai ter defesa e dai pá, pá, pá, vai ter artigos. Tudo isso ai contribui mais rápido que uma extensão. Então a extensão é muito trabalhosa (Coordenador 5, 2017).

Geralmente o que eles dizem é “Ah, a extensão não conta para o currículo”, aquela coisa toda, que infelizmente acaba sendo produção científica. Talvez a instituição poderia, promover mais essas ações até para os coordenadores se integrarem. Daqui a pouco um projeto que sendo desenvolvido sozinho não teria tanta força, mas daqui a pouco, até para a questão da interdisciplinariedade que é o que a gente frisa bastante, na extensão, mas eu vejo que hoje a gente tem essas ações muito pontuais, mas nada de uma política de vamos fomentar a extensão na nossa unidade (GAP 1, 2017).

Identifica-se a percepção existente de que o estímulo a realizar ações de extensão está vinculado ao fato de os editais de extensão fornecerem bolsas para acadêmicos. Observa-se que em alguns casos a motivação para a proposição ao edital de fomento parte do aluno que propõe ao professor a possibilidade de realizar de uma ação de extensão.

Eu acho que estimula assim em termos do Edital, de fornecer uma bolsa, mesmo que seja pouco. Mas, nesse sentido estimula. Mas, temos também a apresentação dos trabalhos, a uma valorização, poderia se acentuar mais, fazer, por exemplo, uma forma de publicar esses trabalhos. Publicizar mais. É complicado, mas eu acho que poderia, que deveria ter mais incentivo a Extensão, que nós deveríamos ir mais junto a comunidade (Coordenador 8, 2017).

Eu, pelo que eu vejo assim, na prática aqui, eu acho que a única coisa que incentiva eles mesmo é o Edital. E às vezes o aluno é que motiva o professor a entrar num projeto, mas eu acredito que baseado em política ou em resoluções, eu acho que não motiva ninguém, eu acho, ou talvez alguns, a maioria desconhece esse assunto, então quando sai um edital, ai eles vem que é uma chance deles, digamos assim, de fazer alguma coisa prática, alguma coisa útil, tanto por uma coisa pessoal, como pra uma progressão, pra currículo, e o aluno também se motiva e procura um professor, às vezes, até pra, pra conseguir alguma bolsa (GAP 2, 2017).

O Gestor PRE destaca o fato de que tais instrumentos servem como guias didático/pedagógicos para que os coordenadores de todas as áreas consigam apropriar-se das competências necessárias para a proposição de ações. O Gestor ainda propõe que a PRE adote um perfil propositivo quanto ao estímulo da vinculação das ações aos Projetos Político Pedagógicos alinhando o projeto a uma etapa da formação acadêmica.

Eu acho que esses dispositivos tornam os processos transparentes, eles tornam, vamos dizer assim, juridicamente seguro. E eles não só fazem isso, mas eles também são pedagógicos. Por que, porque uma coisa é eu ser alguém do campo das Exatas que domina uma linguagem, outra é eu não ser, não ter esse domínio, mas ter

possibilidade de, a partir desse tutorial ou desses instrumentos, ele vai me possibilitando, vai me ensinando, me formando, se dá pra usar essa, enfim vai contribuindo para que eu possa desenvolver competências que antes eu não tinha. Só me ocorreu agora, talvez lá 2018, o nosso Edital, poderia trazer como inovação. Os professores poderiam apontar a que componente, a que etapa ou ciclo da formação do curso esse projeto está vinculado, talvez nós poderíamos ser indutores desse processo (Gestor PRE, 2017).

A partir das falas dos entrevistados identifica-se que a divulgação das ações de extensão carece de melhorias tanto no âmbito interno quanto externo da instituição. A partir dos relatos do Bolsista 1 (2017) e do Bolsista 2 (2017), respectivamente, é possível identificar que eles possuem conhecimento dos projetos que participaram e, no máximo, de alguns projetos de áreas afins, “Eu acredito que de algumas, talvez por estar ligado, eu participava do Grupo PET, que desenvolve também projetos de extensão e aí tipo, participava de projetos dos outros PETs também, então alguns projetos eu conheço, pelo menos nessas áreas” e “O que eu conheço de extensão é mesmo o projeto que eu participo. (Dos outros) O máximo que eu já tive contato foi no Descubra. É, o máximo de contato que eu tive.” A falta de divulgação ampla das ações de extensão desenvolvidas pela instituição também é observada na fala dos membros da comunidade.

Eu, fiquei sabendo através de um, de um ex monitor daqui, que ele era nosso treinador, ai ele me chamou, me encontrou no centro e me perguntou se eu queria participar, aceitei de primeira. Que até, até hoje não sai, não sai daqui por, e não saio por nada daqui mais (Comunidade 1, 2017).

Olha, eu, na minha experiência eu sempre tive projetos de extensão trabalhando no meu município. Mas assim, acho que depende muito da procura do gestor para com a universidade. Me parece que a universidade, ela deixou um pouco de lado a procura de implantar nos municípios principalmente, alguns projetos de extensão que poderiam vir enriquecer mais a gestão pública. Porque é maravilhoso trabalhar com aluno, é, bem diversificado e a gente não imagina o alcance que um aluno da área da extensão traz para o município. Então eu acho que a universidade deveria se preocupar mais com essa parte, o contributo da universidade para com a gestão pública dos municípios, principalmente do entorno. Eu acho que é muito pouco divulgado com todos os meios de comunicação que a universidade tem, gratuitos. A universidade tem toda parte de comunicação que poderia divulgar mais o serviço da universidade em tais municípios. Acho que isso seria até muito, como se diz, seria como que um retorno social. E também de marketing para próprio cursos (Comunidade 2, 2017).

Segundo nos narram os Gabinetes de Projetos poucos acadêmicos conhecem as atividades de extensão desenvolvidas pela instituição “Eu acho que muito pouco, eles talvez contato com aquele professor lá na disciplina deles que talvez daqui a pouco faça um comentário que tem um projeto assim, mas realmente não tem essa divulgação entre os alunos das ações (GAP 1, 2017)” e “Eu acredito que não fiquem sabendo. O acadêmico, no geral, ele,

não se preocupa em saber assim, o que o Centro está fazendo, vamos dizer assim, em pesquisa ou extensão (GAP 2, 2017), já em relação a divulgação de editais existe a divulgação, por alguns gabinetes de Projetos, via e-mail das oportunidades para os seus contatos, porém a abrangência desta ação dependerá de o Gabinetes ter esse e-mail cadastrado nos seus contatos. Tais relatos são corroborados pelas declarações dos bolsistas de desconhecimento da existência de editais de seleção (o que pode indicar tanto que estes não são realizados como problemas na forma de divulgação) e subjetividade na seleção.

Eles não têm uma regra pra eles, meio que cada projeto monta o edital que precisa pro perfil que procura pra bolsista, mas, alguns, não sei, às vezes algumas avaliações ficam um pouco subjetivas. De dizer, “Ah, a entrevista vale a maior parte da nota”, tá, mas o que é a entrevista? E aí tu olha tipo, o currículo tá lá, até pedem currículo mas não tem pontuação, valorização nenhuma. E..., acaba ficando as vezes um critério bem subjetivo de porquê tá lá.

Os que eu participei na verdade a maioria foi, tipo, por tá participando já do meio, “ó, vai ter um projeto assim, vai ter bolsa, se tiver interesse, vai ter edital”, não, então vamos. Vê o edital tal, mas realmente, de sair, eu não lembro de ter saído para procurar um edital específico pra bolsas de extensão assim. Mas, publicamente é vê assim... Difícil. Eu acho que tem que ter a divulgação, um tempo mínimo divulgação da bolsa, aí tá, tu fica sabendo, “ah, tá lá”, mas onde é que divulgaram? Não, vai lá e conversa com o coordenador lá do programa. É, que aí ele te explica tudo. Bom, tá (Bolsista 1, 2017).

No projeto que eu participo não, até então não existia, algum critério de avaliação, não existia edital, um critério de avaliação e isso tem sido implantado no último ano e eu não conheço como que funciona. E a, eu já vi editais e acho que é bem publicizado, mas dos outros projetos eu não conheço (Bolsista 2, 2017).

Também identifica-se que os estudantes não tomam conhecimento de como serão avaliados no decorrer do processo, eles só sabem que em algum momento serão avaliados. A ausência de metodologia e critérios de avaliação torna o processo bastante subjetivo e pode gerar conflitos entre o que o coordenador e/ou a instituição espera no desempenho do acadêmico em determinada a ação e o que o acadêmico pode ter como expectativas.

Não sei se fica tão claro, as vezes, normalmente, quer dizer, nas minhas experiências não tinha nenhuma clareza de como você vai ser avaliado. É, tu vai participar de uma bolsa e aí depois lá, em algum momento tu vai ter avaliação. Tá, mas como ser avaliado nunca e, não só no caso da extensão, porque eu já tive bolsa de pesquisa, eu tive a bolsa PET, depois bolsa de Extensão e nenhuma delas especifica bem assim, “ah, tu vai ser avaliado por cumprir esta atividade ou por ter os horários aqui” (Bolsista 1, 2017).

Na percepção dos acadêmicos a dificuldade para que eles venham a participar de ações de extensão está relacionada a exigência natural dessas práticas que demandam envolvimento

com a comunidade e que não possuem uma contrapartida adequada de valorização no âmbito acadêmico.

Olha, eu já trabalhei com Pesquisa, com Ensino, com Extensão, realmente Extensão é o menos valorizado e o mais complicado de se fazer. Porque ensino tu faz um curso ali, bota o pessoal dentro duma sala de aula, por exemplo, a grosso modo e tá fazendo o Ensino. E a pesquisa tu tem bases bem fixas de dizer, tá beleza, então eu tenho bem certinho o que eu preciso fazer e a Extensão não, e a Extensão não depende só da pessoa que quer realizar também, porque ela precisa, tipo, ela depende das pessoas. Ai assusta um pouco também, de repente, a maioria das pessoas de tipo, tu ter um contato com a comunidade externa a universidade. É mais difícil de realizar, de organizar, de manter, um padrão, sabe, do que tu quer fazer. As vezes tu até consegue moldura tudo, monta e quando tu sai, tu não tem a receptividade que tu esperava lá fora e aí, isso ai também dificulta bastante (Bolsista 1, 2017).

Um é o fato de que, a extensão não recebe quase dinheiro. E ai as bolsas, elas são pequenas, pra um trabalho bem longo e grande que tem que feito, acaba que tu ganha o que? Então é um trabalho bem exten..., bem cansativo. E muito também em função de que a extensão ela não é quase avaliada, ah, no Lattes, não vale quase muita coisa, então a pessoa entre entrar num projeto de pesquisa que tu vai desenvolver a tua pesquisa e tu vai, ganhar um dinheiro pra fazer aquilo ali (Bolsista 2, 2017).

Os principais problemas levantados são relacionados a regulamentação e valorização da extensão de maneira que facilite a inserção dos coordenadores nas práticas extensionistas. Desta forma, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias de divulgação das normativas a partir de cursos que visem a formação em Extensão Universitária, clareando os conceitos aplicados, bem como desenvolvendo métricas mais objetivas nas avaliações. Ainda, deve-se aprimorar a divulgação das ações de extensão de maneira que a comunidade tenha conhecimento das ações extensionistas desenvolvidas pela UFSM facilitando a inserção dos coordenadores e suas ações na comunidade externa, conforme expõe o entrevistado Comunidade 2 (2017), “Assim, oferecer o que uma extensão poderia trazer para o Município. É, tornar mais claro, mostrar, olha, com esse trabalho de Extensão, nós vamos caminhar pra esse lado e nós podemos organizar essa parte” e é importante trabalhar na melhoria dos Editais e ampliação dos servidores aptos a fornecer as informações necessárias aos Coordenadores conforme alega o Coordenador 4 (2017) “Eu acho que precisa clarear mais os editais e eu acho que tem que ter mais pessoas que possam atender ao professor”.

Principal dificuldade é a gente tem que atender todas as demandas que um projeto de extensão naturalmente tem e a tua carga horária de ensino e pesquisa não muda, então é uma sobrecarga... É, teria que ter algum mecanismo, institucional, que te liberasse um pouco da carga horária de ensino, por exemplo. Que tu pudesse, ter um tempo maior pra extensão de modo que tu pudesse equilibrar com as outras

atividades porque é impossível assim, tu acaba não tendo vida própria. Não tem como tu fazer as três coisas, pesquisa, ensino e extensão, não tem. Ou tu faz o Ensino e a Extensão. Ou tu faz Ensino e Pesquisa, porque Ensino tem que fazer de qualquer jeito. Eu acho que em função de tudo isso, da maior valorização, do tempo também, tu tem uma flexibilidade de tempo melhor, as pessoas acabam fazendo mais pesquisa. Por isso que eu acho que a extensão, ela tinha que ser olhada de uma forma, assim mais criteriosa, pra, incentivar as pessoas, porque é muito complicado (Coordenador 1, 2017).

Olha, na verdade, eu acho que a UFSM faz pouquíssima extensão, pelo tamanho dela assim. Se a gente não parar e levar a coisa a sério, porque é isso a sensação que eu tenho sabe, quando eu leio os projetos, que diz no objetivo e que não consta na metodologia, que parece que é... Objetivo é pesquisar, levantar dados, não sei o que. Ai depois eles colocam, “Ah, e depois será levado a comunidade, não sei o que, não sei o que” (Coordenador 2, 2017).

A gente sabe que, mesmo se organizar um seminário, alguma coisa, pouquíssimas pessoas vão efetivamente ir porque elas, na verdade, elas pensam nisso quando existe um edital e ali que elas começam a errar e não... “Mas o que vocês queriam que eu tivesse escrito?”, então assim, tá na normativa ali, era só ler, então eu realmente assim, não sei se se fizéssemos um seminário, se isso teria uma aceitação grande ou se nós tivéssemos que fazer de uma forma provocativa que foi até sugestão da nossa Comissão assim, de fazer uma coisa assim ó, tipo, no início, antes do lançamento do Edital e ai eu acho que vai ter muito mais gente do que a gente fazer agora num período do ano que ele, que esse Edital que é só pro ano que vem, então assim, eu acho que não falta informação. Falta compreensão, porque a formação dos Docentes é em Pesquisa então na hora que ele vai tentar, ah, fazer um projeto de extensão, ele mistura e não consegue focar na Extensão. Eu acho que é isso, a gente tentar afinar, algumas métricas, ai nós vamos ter que ir pra métricas pra não gerar esse conflito que tá (Coordenador 3, 2017).

O processo de inscrição. Simplificar um pouco. Acho que simplificar um pouco. Porque... Mas não adianta, tu tem que dizer onde é que tu, tu tem que ter aquela prévia de onde tu vai gastar aquele dinheiro que tu vai receber, porque que tu precisa daquele dinheiro, justificar, não adianta. É trabalhoso, mas é necessário (Coordenador 5, 2017)

Ah, bom, uma coisa que eu já falei ali sobre documentos eu acho que as pessoas entendem pouco da Extensão, teria que ter alguma ação, talvez algum, num nível do Departamento ou outros. Isso, eu acho que, não sei, acho, porque o financiamento a gente tem, não tá, não tá tão difícil assim. Não tenho nenhuma, nenhuma, nenhuma sugestão assim, além de, acho que se ampliar esse, esse espaço pras pessoas conhecerem, eu acho que isso (Coordenador 6, 2017).

Essa da avaliação, fazer junto com o relatório. A publicação da revista que eu acho que teria que ser mais divulgada. E todos os relatórios no meu entendimento teria que se fazer ou em forma de um resumo expandido, mas publicar. Até pra dar força e pra comunidade conhecer, dar força pra aqueles espaços, por exemplo, que abrem as portas, pra que os professores vão (Coordenador 7, 2017).

Eu acho que a exigência de uma formação sobre o que é realmente Extensão. Eu acho que isso tá faltando muito assim. O que é a Extensão. Porque... é uma dificuldade, do que nós temos, de ir, de sair daqui. E, eu acho que nós deveríamos ter uma motivação maior em termos de trabalhar em grupos, equipes multidisciplinares, eu acho que, que tá todo mundo trabalhando mais, pelo menos aqui, da experiência que eu tive até mesmo como avaliadora, a gente só via projetos, não tinham programas. Então acho que, que a gente deveria se unir mais, eu acho

que a universidade poderia fazer um trabalho mais de formação sobre o que é Extensão e fazer uma Extensão multidisciplinar (Coordenador 8, 2017).

É, talvez um pouco de, inovação quanto ao que são desenvolvidos os projeto. Os projetos que eu tive experiência, eles já vinham seguindo uma linha que tava ali, tipo a extensão sempre que meio capenga e eu fiquei dois anos ali e os dois anos foi do mesmo jeito, nós não conseguimos mudar muito do que era feito. E eu via nos outros grupos também, é, que eram projetos que eram, que já existiam que eles só davam continuidade aquele projeto que dava mais ou menos certo porque as pessoas ali, tinha uma meia dúzia que participava, mas não era uma coisa que as pessoas que realizam desenvolviam, se envolviam de verdade pra fazer e nem que a comunidade vinha se envolver pra participar, então ficava naquela, tá realizando extensão, mas não era uma coisa firme, então de repente um pouco de inovar e de mudar e de não ter medo de mudar, porque muitas vezes até vem ideias diferentes as pessoas ficam, “ah, mas não vamos fazer porque de repente não dá bem certo e tal” (Bolsista 1, 2017).

Assim, eu conheço um projeto de extensão da UFSM. E eu, concordo com o tipo de extensão, conceito de extensão que esse projeto propõe, que é uma extensão com a comunidade, não apenas para a comunidade. Mas eu conheço outros grupos que fazem, por exemplo, ciclo de extensão. Dai é um ciclo de cinema dentro da universidade para acadêmicos e ai diz que isso é extensão. Ai eu acho isso bem complicado, eu acho que, se a gente vai fazer extensão, pelo menos, que tu tenha uma certa coerência. Pelo menos tenha uma certa, uma mesma linha de atuação, o que eles acham que pode ser extensão (Bolsista 2, 2017).

Talvez, um ponto é essa questão de a gente divulgar mais as ações de extensão internamente também, pra que mais pessoas conheçam, até pra valorizar mais a extensão por essa questão de transformação da realidade, enfim. Talvez a questão dos processos, ali dos editais a gente pode encontrar formas de fazer essas avaliações mais objetivas um pouco (GAP 1, 2017).

Eu não sei precisaria fazer muitas mudanças, não sei. Talvez mais alguma campanha, algum incentivo, alguma coisa assim, porque o professor, a grande maioria, eles fazem um doutorado, eles querem pesquisar, eles querem ser pesquisadores. Eu acredito que uma política pra, assim, aonde eles se conscientizem mais que é importante a universidade prestar esse trabalho, digamos, pra comunidade, mas eu acho que não sei, que ter mais uma conscientização porque quem faz, assim, passa uma vida inteira aqui dentro, graduação, mestrado e doutorado, ele é voltado para pesquisa, é incentivado a fazer pesquisa e não extensão (GAP 2, 2017).

Primeiro desafio é de reconhecer que a Extensão ela não é algo complementar, ela é essência. A segunda, é esse processo de registro, de transparência, essa maturidade pra operar os processos internos, eu acho que nós somos ainda muito imaturos institucionalmente falando, como professores e técnicos, “porque é o meu projeto”, “porque eu não ganhei”, “porque isso, porque aquilo”, então a medida que nós vamos também amadurecendo institucionalmente a tendência é que a gente também vai evoluindo nesses processos e tá tudo na origem, porque, porque que nós fizemos um, travestimos projeto de Pesquisa de Extensão. É mais ou menos pra dar um jeitinho e tal, porque nós não compreendemos ainda que cada um desses tem um papel importante nesse processo de formação e por que, porque isso também rompe com essa ideia do produtivismo individual, da competição individual. Então, por que, porque os nossos instrumentos de avaliação, por exemplo, da graduação na universidade não captam. E na, na pós-graduação hoje, na SUCUPIRA, a Extensão é uma dimensão fundamental. Entendeu. Um ganho recente.

Um problema, por exemplo, nessa discussão no cenário nacional de ter um indicador de Extensão, como é que nós vamos lidar com indicadores de Extensão se tem universidades que tem sistemas próprios de acompanhamento e de registro de projetos e tem um sistema que é Nacional que é o SIGPROJ, mas que também não dá conta desta... Que é o enrosco que tem hoje que o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração, o FORPLAD, não consegue estabelecer um indicador pra definir. O percentual, por exemplo, na matriz ANDIFES, porque a grande discussão é, tu tem na matriz ANDIFES critérios pra alocação de recursos na Pesquisa e na graduação, mas não tem pra Extensão. E como nós vamos definir isso se nós não temos hoje uma base, porque na graduação e na pós-graduação você tem, vamos dizer assim...Uma base de dados nacional. Na Extensão nós não temos (Gestor PRE, 2017).

Na verdade, o problema é cultural na universidade e que a extensão está dentro disso. Nós não temos ações estruturadas e alinhadas com o planejamento da universidade, nós não temos, uma política de extensão para começar. O que seria uma Política de Extensão? Seriam todas as Diretrizes, todos os Princípios que deveriam estar dentro dos projetos, então os projetos de extensão ou ações de extensão deveriam olhar para a Política de Extensão da universidade e tentar atender algum desses princípios da política, assim também como alguns dos objetivos constantes no PDI que são relacionados a Extensão.

Porque política na verdade, política, dentro dos vários conceitos de política, mas eu entendo de uma forma bem resumida, política é conversar com os diversos agentes que compõem a sociedade, a comunidade interna e procurar atender essas necessidades. Agora se essa comunicação não funciona obviamente que eu vou trabalhar extensão naquilo que eu acho que é extensão, mas e será que a sociedade acha que aquilo que eu to fazendo extensão é extensão (Gestor PROPLAN, 2017).

A partir dos relatos referente a Perspectiva dos Processos Internos foram identificados pontos positivos e negativos, também foi possível estabelecer observações e critérios sobre aspectos que tangem esta Perspectiva. A Figura 1 traz a síntese desse conhecimento adquirido.

Em relação a segunda perspectiva que se refere ao Aprendizado e Crescimento dos Acadêmicos (Bolsistas ou Voluntários) identifica-se que o impacto da extensão na formação do estudante é único, conforme nos relata o Bolsista 2 (2017) “O que eu aprendi na extensão é o que eu aprendi na universidade. O que eu aprendi no projeto, eu me mudei completamente enquanto ser humano, se eu não tivesse entrado no projeto eu tenho certeza que eu seria outra pessoa”, principalmente pelo fato de a extensão fazer com que o estudante se insira no contexto social, buscando aplicar o conhecimento adquirido no Ensino e na Pesquisa e/ou aprimorá-lo sempre que demandado pela própria comunidade. As práticas de extensão contribuem para o desenvolvimento da capacidade de falar em público, habilidade de interação com a comunidade, adaptação entre o previamente planejado e o acolhimento e condições (físicas, psicológicas, sociais e econômicas) do público envolvido, conscientização quanto a necessidade de comprometimento, disciplina, responsabilidade e cooperação a partir da noção do impacto de uma atividade no desenvolvimento das próprias ações e nas ações dos demais.

Acho que a primeira coisa é o aprender a trabalhar em equipe, o senso de cooperação. Eu acho que eles percebem que só é possível chegar a um produto qualificado, fazer alguma coisa, de cunho social, quando as pessoas se unem. Outra contribuição: Interdisciplinariedade. E a questão da troca de conhecimentos e experiências, é outro item que também é importante e acho que acontece em qualquer projeto de extensão. Porque os alunos, eles, essa questão da aplicação da teoria na prática, aí tem uma coisa interessante, eles percebem quanto eles ainda precisam estudar. Porque a comunidade tá lá exigindo, precisa disso e eu tenho que resolver. Onde é que eu vou buscar as ferramentas pra isso? Então a extensão cria necessidades e é nesse envolvimento com as necessidades que o aluno acaba percebendo que conhecimento ele precisa aprofundar, teórico e metodológico. Volta pro Ensino e muitas vezes tu vai pra pesquisa, porque às vezes lá no ensino não tem... Então na verdade o aluno que tá envolvido na extensão, ele não tá fazendo só extensão (Coordenador 1, 2017).

Figura 1 – Perspectiva dos Processos Internos

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS		
Pontos Positivos	Pontos Negativos	Observações e Possíveis critérios
<ul style="list-style-type: none"> * Portal de Projetos: mais amigável; mais acessível; melhoria no controle das ações; preenchimento de mais informações diretamente no sistema, implementação das metas; qualificação do processo de avaliação; * Sistema de Editais: rápido, simples. * Sistema de Questionários: ótimo; * Projetos de Extensão como forma de possibilitar aproximação dos acadêmicos as práticas profissionais antes do período de estágios e aulas práticas; * Integralização de horas (ACGs); * Bolsas estimulam o envolvimento dos acadêmicos; * Apresentação de trabalhos (mas pode acentuar mais); 	<ul style="list-style-type: none"> * SIE já não era a ferramenta mais adequada para atender as necessidades de registro de ações: indisponibilidade para acesso fora da instituição; falta de intuitividade / interatividade; instabilidade no acesso. * Ausência de formulários padronizados; * Replicação de atividades: Registro/Submissão e avaliações (Portal de Projetos e de Editais); * Dificuldade de preenchimento do Plano de Trabalho no Portal de Projetos; * Dificuldade de avaliação referente as metas numéricas devido a falta de exigência de comprovações no Portal de Projetos; * Quanto a clareza dos itens e critérios utilizados para a avaliação; * Maior objetividade dos critérios de avaliação, principalmente nos editais; * Ausência de feedback dos relatórios/avaliações; * Fragilidade no quesito Planejamento; * Avaliação realizada pelos pares: atritos entre Coordenadores e Comissão de Extensão; * Dificuldade em visualizar o valor da avaliação, coordenadores enxergam como mais uma burocracia; * Avaliação não vinculada ao projeto do início dificultando a análise do avaliador; * Dificuldades nas transições dos sistemas; * Falta de definição de públicos prioritários; * Desconhecimento das regulamentações: necessidade de ampliar e melhorar a divulgação institucional; * Necessidade de revisão das regulamentações; * Falta de clareza das informações constantes nos documentos: informações muito genéricas, desnecessárias ou duplicadas; * Não é seguido um modelo de projetos padronizado; * Normativas estimulam mais pesquisa do que Extensão devido ao status da Pesquisa e Extensão é uma prática mais trabalhosa (deslocamento, envolvimento com comunidade); Extensão vale pouco nas pontuações; Não se faz extensão em ambiente controlado; * Ampliar divulgação das ações de extensão: interna e externamente; * Desconhecimento da divulgação de editais de seleção de bolsas; * Subjetividade dos processos de seleção de bolsistas; * Falta de conhecimento de como os bolsistas serão avaliados no decorrer do processo: ausência de metodologia e critérios torna o processo bastante subjetivo e pode gerar conflitos; * Falta de pessoas para atender ao professor; * Dificuldade em conciliar carga horária de Ensino, Pesquisa e Extensão; * Falta de compreensão do que é a Extensão e suas modalidades; * Pouca divulgação das Revistas de Extensão; * Falta de: inovação nos projetos, multidisciplinaridade e indicadores de Extensão; * Falta de ações estruturas e alinhadas ao planejamento da UFSM; * Execução do FIEIX de maio a dezembro. Ideal abril a novembro, dezembro destinado a emissão de relatórios; * Dificuldade em realizar ações que considerem a Interdisciplinaridade e Indissociabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> * Principais aspectos para avaliação: <u>Impacto da ação na comunidade</u>: Produtos gerados devem ser um reflexo dessas ações (refletir momento e contexto atual como forma de registro histórico) – destaque para os produtos aplicados a realidade da comunidade, do que produtos de apresentação de trabalho; Comunidade ser ouvida; <u>Alinhamento da ação com a demanda da comunidade</u>; * Políticas públicas não são vistas como produtos diretos; * Instrumentos e critérios diferentes para todas as áreas; * Estabelecimento de parcerias; * Emancipação dos sujeitos; * <u>Impacto na formação do acadêmico</u> conectado ao Projeto Político Pedagógico; * Publicidade das ações realizadas; * Interdisciplinaridade e Indissociabilidade;

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Olha, aí eu vou falar da minha experiência como aluna. Foi essencial assim, na minha formação profissional. A experiência. A capacidade de falar em público, tudo. Essa capacidade de interagir com as instituições. Tudo eu aprendi, eu vi na verdade, acontecendo aqui, daí depois quando eu trabalhei... eu começava, em cada momento, aproveitava essa experiência que eu tive aqui nesses projetos (Coordenador 2, 2017).

Então eu percebo que o aluno melhora muito a visão dele quando ele faz uma atividade de Extensão porque ele sai do modelo que a gente tem preconizado a muitos anos que é o modelo de você tá ali. Sala de aula, o modelo de assistência e de prestação de serviços que seria mais e de orientação. Porque informação ela existe, mas a informação ela não está sendo orientada de forma correta. Então assim, informação qualquer um vai no Google, coloca lá, digita, eu sei tudo sobre, mas não como aplicar aquilo na minha realidade. Pra aquela pessoa é nessa vivência dele com o público que ele consegue perceber melhor vivência na comunidade. Eu percebo quando o aluno vai pras atividades com Extensão, que ele se desconstrói, eu acho pra mim o mais legal e eu digo “ah, tava tudo planejadinho, como tu queria e tu teve que desconstruir tudo que tu tinha planejado para refazer”. Então eu acho que mais o crescimento pessoal é nesse sentido. Ele sai, ele para de olhar pra o método, pra técnica e ele tem que adequar a realidade que ele está vivendo naquele momento. E a questão de ele ter que dar a devolução pra comunidade, explicar e conduzir toda a etapa do processo faz com que ele cresça bastante, então eu vejo, vejo assim (Coordenador 3, 2017).

Eles assim consideraram muito válido, aprenderam muito assim, a entrar em contato com um público, diretamente, que faz parte das políticas públicas, conhecer a instituição, foi muito interessante assim, a aproximação com a realidade social, com a realidade institucional, com o público da instituição e com questões que algumas crianças e adolescentes também trouxeram (Coordenador 4, 2017).

Eu acho que pela experiência, num futuro próximo, se ele tiver trabalhando numa empresa, alguma coisa. Eu tenho certeza que se alguém convidar ele pra fazer, uma palestra em algum lugar, eu tenho certeza que ele vai querer ir. Eu acho que vai abrir muito mais a cabeça em vez de ficar dentro da indústria ou então até mesmo, vamos supor que os alunos venham a ser professor da universidade. Eles ficar só socado dentro da universidade (Coordenador 5, 2017).

Dá pra ver uma diferença muito grande. O que eu vejo principalmente, é a questão da responsabilidade, que os alunos que passam pelos projetos de Extensão, eles amadurecem, eles conseguem perceber a sociedade de uma outra forma, eles são mais responsáveis, eles se sentem mais valorizados assim, como estudantes e como futuros profissionais. Quando eles participam assim dos projetos eu vejo que tem muito crescimento pessoal de responsabilidade, disciplina, comprometimento e visão mesmo social. Saem um pouco dessa coisa de conviver com o mesmo grupo. Porque o que acontece na universidade, apesar de a gente ter diversidade mas é, um mesmo grupo, universitário e tal. É, outra abordagem. E aí, essa questão de perceber a sociedade de outra forma, acho bem positiva pra formação do aluno. De todos que já tive assim, de monitores, voluntários, todos eles falam da experiência maravilhosa (Coordenador 6, 2017).

Eu acho que existe uma distinção entre o aluno que vivência na sua formação a Extensão e o aluno que não vivência. Então a Extensão, ela, a teoria e a prática, quer dizer, uma coisa é eu refletir, eu falar sobre as condições objetivas de vida das pessoas e a outra é eu vivenciar essa experiência. Por isso que a gente parte dessa, eu particularmente parto do pressuposto que a formação inicia pela Extensão, inicia o quê? Conhecendo a realidade, o cenário onde está colocado, traz isso pra reflexão do Ensino, mediado com o conhecimento, com a Pesquisa e produção do novo conhecimento. Agora, como é que nós contribuimos pra formação de pessoas que sejam capazes de dar resposta ao seu tempo e aos desafios? Quando nós possibilitamos na sua formação que ele vivencie as mais diferentes situações e problematiza isso e tem que ajudar a construir alternativas pra essa realidade (Gestor PRE, 2017).

Eu acho que principalmente, a gente vai lá realizar alguma extensão pra tentar sanar algum problema ou pra explicar alguma diferente pras pessoas, tu vai, normalmente, falar de alguma coisa que tu já tem algum conhecimento. Mas o principal é o retorno que tu tem de conhecer coisas diferentes através daquilo. É bem legal, porque traz conhecimentos diferentes, traz experiências diferentes e convive com pessoas diferentes, são, às vezes, realidades muito diferentes das que nós vivemos dentro da universidade, que as vezes a gente acaba realizando atividades aqui dentro da universidade e se fecha aqui (Bolsista 1, 2017).

Dentre as metodologias utilizadas para a seleção dos Bolsistas e Voluntários de ações de Extensão destaca-se a realização de entrevistas que visam conhecer o perfil do aluno, a adequação deste perfil com as atividades propostas pela ação de extensão, o interesse do aluno em trabalhar com a temática e públicos propostos na ação. Como critérios quantitativos para as seleções adotam-se pontuações relacionadas a produção científica, observa-se ainda o semestre que o aluno está e as disciplinas que este já cursou, buscando relacionar e pontuar as disciplinas que estão diretamente relacionadas a ação. As experiências anteriores também são consideradas como critério de avaliação sendo atribuída uma pontuação para aqueles que já participaram de ações de extensão, por exemplo, e/ou uma pontuação diferenciada para aqueles que participaram como voluntários em outras ações de extensão. Ainda, como critério de desempate utiliza-se o enquadramento no Benefício Socioeconômico.

Nos editais de seleção de bolsista a gente acaba usando uma parte de critérios que também acontecem na iniciação científica só que eu colocava uma pontuação maior se o aluno já tivesse algum envolvimento com atividade de extensão. Também colocava se tinha, apresentação de trabalho, se tinha iniciação científica, se tinha participado de algum projeto específico de ensino, se tinha publicado alguma coisa. O modelo Lattes vamos dizer assim. Considerava isso também. Até pra ter um critério quantitativo. É, no caráter quantitativo e no qualitativo eu sempre fazia uma entrevista. Eu conversava individualmente com cada candidato e fazia uma série de perguntas, que tinham a ver com o projeto, de modo que eu pudesse traçar qual era o perfil daquele aluno e se aquele perfil, traria, vamos dizer assim, minimamente, com base nas atividades que estavam previstas pra serem realizadas pra aquela vaga (Coordenador 1, 2017).

Eu, como eu tenho um vínculo com a pesquisa muito grande também, eu procuro colocar algum critério objetivo, então, óbvio eu pergunto o tempo que o bolsista disponibiliza para as atividades, tem um tempo mínimo de dois turnos, por exemplo. Mas claro o aluno que tem mais turno ele acaba tendo um melhor ajuste pra atividade, então a disponibilidade de turnos, o interesse, as experiências prévias que ele já teve também conta, isso é uma coisa que aluno do início fica muito chateado mas é inevitável e eu coloco um critério objetivo de nota em determinadas disciplinas que tem relação com o projeto, porque, infelizmente, é uma entrevista de

emprego quase. Então assim, a entrevista é extremamente subjetiva. Então a gente fez o Edital e eu senti no ano passado, eu procuro sempre ter um critério objetivo e quantitativo pra poder, uma questão de nota e peso. Isso aqui configura mais, isso aqui configura menos, acaba sendo, não é que a nota da média das três disciplinas era mais importante (Coordenador 3, 2017).

Bom, tinha que tá assim, não tão no início do curso, nem tão no fim, no fim eles tem uma sobrecarga muito grande de tarefas que é estágio, que é o trabalho final de graduação, mais as disciplinas e muito no início, primeiro semestre, segundo semestre, eles não tem assim, algumas disciplinas consideradas mais essenciais do curso. Que tivesse interesse em conhecer a problemática (Coordenador 4, 2017).

A gente deu uma olhada no histórico escolar e também a desenvoltura do aluno na hora da entrevista, porque ele vai ter que falar em público. Além de outros critérios, mas é.... Expressar melhor, experiência com algum tipo de programa porque a gente vai ter que desenvolver um material para ser exposto (Coordenador 5, 2017).

Eu faço entrevista pra ver do interesse de trabalhar com Extensão e também como trabalha com público jovem, também se a pessoa tem uma boa comunicação, consegue desenvolver as oficinas. Porque, então seria uma parte assim de expressão oral, no caso, que eu avalio, avalio também a pontuação do histórico das disciplinas, principalmente dessas áreas afins do projeto. Eu olho as notas e faço a média, e o interesse, essa expressão oral, a média e no caso, como, agora, a gente já tem mais projetos, também eu dou alguma pontuação se a pessoa já trabalhou, por exemplo, como voluntário em projeto de Extensão, aí ela já ganha uma pontuação pra ganhar bolsa. E no final, no caso ainda, se der empate tem o desempate da Bolsa Socioeconômica (Coordenador 6, 2017).

A sensibilidade. Eu uso bem o que o Marina diz, olhar atento e a escuta sensível, porque se não é uma pessoa que tenha essa sensibilidade pra trabalhar lá, não dá. Tu vai ter uma interação humana, uma relação com as outras pessoas a partir do que tu vai ter a empatia, se colocar no lugar do outro, sentir com o outro, sorrir com o outro, chorar com o outro (Coordenador 7, 2017).

Eu não buscava aquele aluno que tinha só nota 10 no curso. Só tinha aprovações e..., mas um aluno que se engajasse, que quisesse mesmo, gostasse do tema, que quisesse mesmo se engajar, no projeto. Estivesse disposto a realizar aquelas atividades, eu apresentava a proposta (Coordenador 8, 2017).

Em relação a avaliação do acadêmico em relação ao seu aprendizado e crescimento durante sua atuação nas diversas etapas das ações de extensão destaca-se o caráter subjetivo desta avaliação uma vez que é realizada baseada na observação, sendo uma dificuldade que os próprios coordenadores enfrentam ao realizá-la devido a este caráter predominantemente subjetivo. A principal metodologia é a realização de reuniões em que os estudantes podem trocar as experiências adquiridas e também possam receber orientações do coordenador, também é importante que seja considerada a autoavaliação realizada pelo acadêmico em que ele consiga refletir sobre os conhecimentos e experiências agregadas no decorrer do processo. Os principais critérios considerados nestas práticas de observação, são a vinculação dos

conhecimentos dos cursos aos quais os acadêmicos estão vinculados as práticas realizadas nas ações, a participação nas atividades e os relatórios e demais produtos gerados tais como artigos, como pode ser observado na fala do Coordenador 8 (2017) “Participação, interesse, o próprio engajamento do aluno no tema, no projeto. Se tornar independente até em tomada de decisões, criar os meios, criar produtos pra chegar ao resultado” e que vem a ser ratificado na fala dos demais entrevistados.

Eu observo como é que eles estão usando os conhecimentos adquiridos no curso, como é que eles estão mobilizando esses conhecimentos nas diferentes disciplinas, naquelas atividades internas a equipe. Tudo que envolve o projeto em si e também fora. Como é que eles estão interagindo com os alunos, como é que eles estão lidando com o material didático porque eu cobro, eles também têm que elaborar material didático, e eu reviso (Coordenador 1, 2017).

Olha, eu acho assim, que por mais que a gente estabeleça critérios, é uma coisa muito subjetiva, você avalia assim. Mas eu acho que a participação deles nas próprias ações de extensão, “ah, qual ação? O bolsista tava presente? ”. Ou, e depois também pelos produtos. Tipo, “ah, fez um boletim, fez um...”. Participou da JAI, apresentou. E eu acho que tinha que ter uma forma de você linkar isso no histórico dele para as futuras seleções entendeu. De que a gente consiga ter esse feedback, a não ser pela relação pessoal. Tipo assim, te falam tanto em transparência, vivem cobrando tudo que é coisa dos professores, coloca a avaliação do bolsista lá, do professor anterior, a disposição. Se a pessoa quiser consultar no histórico daquele... “ah, fulana foi minha bolsista”, eu faço avaliação, semestre que vem a professora aqui do lado pensou em selecionar ela, “ah, eu vou olhar como que a outra coordenadora lá avaliou ela”. Coloca à disposição aquela avaliação para os outros professores poderem analisar (Coordenador 2, 2017).

Essa é uma etapa que eu to precisando elaborar muito bem nas minhas atividades, no sentido assim, pela minha formação a gente é muito da prova. Porque... a gente sabe que as vezes o aluno se envolve e não tem o comprometimento tão grande quanto os outros e todos estão com a mesma carga horária, é aquela coisa... Todos vão receber um certificado, todos vão ter, mas eles não estão tendo o mesmo envolvimento, então até o momento a minha forma de pensar nessa avaliação acaba sendo uma coisa extremamente objetiva. Talvez não seja a melhor. E, fazendo essa atividade pra poder avaliar a progressão como que o aluno tá evoluindo do que ele começou porque determinar tarefas para ele executar, isso não, isso faz parte do projeto, mas o quanto isso tá realmente melhorando a formação dele. Eu tenho bastante dúvidas em relação a isso (Coordenador 3, 2017).

O acompanhamento ele é bem importante daí ele tem que ser claro, junto com o estudante. Eu sempre tinha um horário pra gente conversar diretamente com o bolsista, mas eu tinha voluntários também. Daí a gente fazia umas reuniões do grupo que estava envolvido com o projeto de extensão e a gente discutia como é que tinha sido aquela oficina porque é, a metodologia do meu projeto são oficinas. Como é que tinha sido aquela oficina e mais individualmente ela trazia a carga maior vamos dizer, das dificuldades, e depois do grupo, a gente se reunia também com os voluntários que estavam participando da extensão e a mais a bolsista pra vê as dificuldades e ir aparando essas dificuldades. Quando terminou a última oficina a gente fez uma reunião de fechamento com o parceiro conveniado. E aí nós sentamos pra aparar as arestas daquilo que teria que ser melhorado para o próximo ano (Coordenador 4, 2017).

Pois é, bom o que eu faço, peço relatório. E a gente faz assim, reuniões semanais do projeto, e aí nessas reuniões do projeto a gente fala como que cada um lidou com as dificuldades, que solução que deu, pra, meio que socializar assim de repente o que os outros. E aí na avaliação do estudante ele faz um relatório semestral e aí no relatório eles colocavam, aprendizagens, o que eles tinham aprendido, as dificuldades e um pouco assim, uma autoavaliação ali também. E, e aí claro, tinha os pontos assim mais objetivos que era onde tinha o detalhe da participação efetiva no caso, participei na da redação de um artigo pra JAI (Coordenador 6, 2017).

Eu penso que a gente tem que problematizar, eu sempre pergunto assim, “Quem vocês eram antes, quem vocês são depois?”. Se houve um impacto na vida deles, de uma mudança de consciência, de tomada de posição na vida, houve algum impacto, valeu, se ficou a mesma coisa ou ficou pior... Então é muito subjetivo. Eu digo assim, não me interessa quantos papers, quantos produtos saiu daí, quantos livros... Quantos..., não, esse, essa coisa produtivista, eu sei que a academia valoriza e eu não desconheço isso, mas pra mim não é o essencial. O essencial é essa questão humanística dessa tomada de consciência de melhorar de fato, questão assim, eu não to aqui pra ser uma profissional pra ir lá dá uma aula por dá uma aula. Então todas as turmas eu digo assim ó, primeira pergunta que tem que se fazer assim ó, “Que tipo de profissional eu, eu desejo ser?” e dentro do profissional, se é Ciências Humanas, tem que olhar o locus, qual é o nosso locus. É o Homem, o Homem em todas as dimensões. Ética, psicológica, sociológica, antropológica, econômica, política, social, enfim (Coordenador 7, 2017).

De novo volta lá a se pensar, nós temos duas formas, uma é eu acho que a avaliação teria que ser, o aluno teria que testemunhar. Um relato do que aquilo significou pra ele, porque não tem como você, eu não tenho como avaliar qual foi a tua experiência, só você sabe avaliar a tua experiência e as vezes no momento da nossa maturidade, teórica, na nossa maturidade, as vezes aquilo não faz sentido e eu tenho sempre dito para os alunos que o processo de formação e de aprendizado é um processo que a gente faz a vida inteira, não é na universidade porque quando a gente entra na universidade nós já tivemos a nossa experiência familiar, comunitária, religiosa e todas as nossas experiências.

Esta avaliação ela teria que ser em duas frentes, uma o relato de quem vivência essa experiência e a outra em que medida essa experiência, com a formação dele. Porque as vezes ele não consegue avaliar individualmente o impacto que isso produziu, mas os professores daquele semestre, quem tá envolvido nesse processo de formação consegue dizer. Daí tu tem o relato do vivido pelo aluno e como nós vamos avaliar conectado com a formação que habilidades e competências aquela experiência de Extensão possibilitou aquele estudante. E aí tu tem um terceiro olhar que é um olhar da comunidade que poderia por sua vez também olhar ela sob a perspectiva da habilidade e da competência, se esses jovens, desenvolveram e qual é a contribuição que essas habilidades e competências se articularam com a comunidade (Gestor PRE, 2017).

Pra formação, por exemplo, claro, talvez em algumas áreas nem tanto ou umas mais outras menos, e as pessoas têm que ter um contato, vão ter que ter contato com outras pessoas, e as ações de extensão elas ajudam muito nessa parte de desenvolvimento pessoal, de convivência, de aceitar ideias, porque tu tem na pesquisa, fixo que tem que ser realizado isso, então tem que ser realizado isso, tu até pode discutir um pouco ali depois mas a realização é dessa forma; e na Extensão não, ela é muito moldável. Então as vezes tu chega e depois tu já tá desenvolvendo e tu tem que se moldar e se modificar pra conseguir complementar o que as pessoas estão esperando de ti ou o que o projeto espera e isso faz com que tu consiga desenvolver muito, uma parte, é, um desenvolvimento pessoal e um desenvolvimento acadêmico.

A extensão..., por exemplo, a questão de assiduidade, na pesquisa de repente tu tem ali, “Ah, tem os horários de laboratório lá que estão disponíveis”, então eu tenho que

tá lá pra realizar as atividades nesses horários, a extensão nem sempre eu acho que ela é assim, ela é muito mais maleável quanto a estar participando, de repente tu tá em casa montando as ideias do projeto ou montando uma atividade, alguma coisa, só que claro, tu tem que estar assíduo durante a realização das atividades que é a parte mais importante da extensão. É tá ali acompanhando e vendo o que está acontecendo, conseguindo resolver as coisas tudo, junto ali. Porque tipo, tá, se tu pega ou projeto que já está todo montado, já tá todo especificado, tem que realizar essas atividades, tá, o que o bolsista vai ter que fazer, vai ter que ir lá e na hora de realizar a atividade, realizar, porque não. Não tem muito mais o que ele fazer, na verdade. Então a parte de estruturar talvez a atividade seja bem interessante, até por conta de se adequar melhor ao perfil do próprio bolsista, claro, tu, as vezes, no edital já busca selecionar os bolsistas mais voltados para determinadas áreas ou atividades, mas, independentemente disso as pessoas são diferentes dentro da mesma área e as vezes... É, são voltados pra, tipo, pensamentos diferentes, por mais que sejam para realizar a mesma atividade (Bolsista 1, 2017).

Um dos problemas que eu acho que as vezes o que a gente faz não é muito bem avaliado, talvez a gente faça coisas demais, muito bem-feitas, mas as pessoas não dão o devido valor. Eu acho que, seria, no caso do projeto, eu acho que seria importante a coerência com as políticas pedagógicas do projeto. Porque..., ou, inclusive também com a questão da extensão, que a gente tava falando. Que também sejam coerentes com essa perspectiva de extensão, que a gente não tá fazendo caridade. Ah, avaliação no, questão de assiduidade não, porque extensão ela, tu não precisa estar lá o tempo inteiro. Mas que tu cumpra com o que tu precisa fazer (Bolsista 2, 2017).

Em relação a realização de uma avaliação do acadêmico sobre a atuação do coordenador perante as atividades propostas, destacam-se os seguintes itens: Flexibilidade do coordenador no sentido de o aluno ser coparticipe na construção das metodologias aplicadas nas ações e também das tomadas de decisões; Equilíbrio na distribuição de atividades em relação as demais demandas da vida acadêmica; Contribuição das atividades desenvolvidas para a formação dos acadêmicos; Atividades de acordo com o Plano de trabalho do bolsista; Incentivo à produção acadêmica e participação em eventos; Clareza nas orientações e apropriação teórica e prática, se for o caso, da temática; e, Participação efetiva do coordenador nas ações como um facilitador no desenvolvimento das atividades e na proposição de soluções para os problemas que surgirem, como expõe o Coordenador 7 (2017) “Se ele propiciou conhecimento do projeto, se emprestou livro, se fazia reuniões de avaliação e planejamento, se ajudou, participando, eu acho que tem que acompanhar. Participação ativa, como mediadora, desafiadora, problematizador e alguém num momento ‘x’ que precisa de uma intervenção, ajudar numa intervenção” e como ratifica o Bolsista 2 (2017) “O importante seria pra essa avaliação, no caso assim, engajamento do coordenador”, sendo importante essa condução para o alcance dos objetivos propostos na ação.

Eu vou te dizer numa perspectiva do *feedback* que eu gostaria de ter. Não no sentido de, elogiar ou criticar, isso é o que menos importa, mas no sentido de contribuir pra melhorar o trabalho que tá sendo feito e pra melhorar a maneira como eu possa estar coordenando e orientando o processo. Que a avaliação tem que servir pra isso no final das contas tem que servir pra tu aperfeiçoar o que tu tá fazendo. Encontrar os pontos fortes e os pontos fracos, então eu acho que seria interessante assim perguntar pro aluno, a respeito dos instrumentos que são usados, que são propostos. A maneira como esses instrumentos são apresentados, se tem ou não a participação dele nas tomadas de decisões, pra mim é importante eu saber se pro aluno, ele vê isso de maneira positiva ou não, ele ser instigado a das decisões. Uma coisa assim que eu me preocupo muito é se as orientações que são dadas, se a um equilíbrio entre aspectos teóricos, metodológicos, porque as vezes o aluno, ele sente falta de mais leitura, de ter subsídios pra poder levar lá pra sua prática. As vezes eles pedem isso. Embora assim, não dê muito tempo. Que o cronograma é restrito. O próprio *feedback* que o coordenador dá, se ajuda eles ou não a conduzi-los naquelas ações. Se a distribuição das atividades, se eles conseguem dá conta dessas atividades, considerando as disciplinas que eles têm. Considerando outras atividades que eles têm no curso. Outra coisa, que eu me preocupo também em saber é, em que medida as atividades que eles estão realizando ali naquele projeto de extensão, contribui para a formação deles. Se as demandas que o projeto coloca pra eles vão ao encontro das suas necessidades de formação profissional. Se está aquém, se está ok, se está além (Coordenador 1, 2017).

Eu acho que abertura. Tipo assim, a capacidade de deixar que o bolsista participe de fato e também a possibilidade, o incentivo a participação de eventos de extensão. Eu acho isso mais importante, um incentivo à produção também. A divulgação daqueles resultados (Coordenador 2, 2017).

Envolvimento do coordenador nas ações, participação efetiva, é uma coisa importante, e acessibilidade no sentido de orientação. Não é questão de executar, mas a disponibilidade de ele estar presente, de ele discutir e que eles construam com a gente a proposta. Aquilo ali, se ele construir o processo, ele vai ter como dele e não como algo mecânico de aplicação, então realmente essa etapa do processo ela é muito mais interessante, então por isso que eu não destaquei o quantitativo. Então assim, acho que quando você coloca, pede pra eles relatarem que é uma das coisas que eu faço, que eles relatam, é sempre isso, as atividades do processo, o valor que eles dão para o processo de criação e para interação com o público-alvo. É as duas coisas que todas as vezes que eu peço pra botar nos relatórios uma avaliação do aluno, subjetiva, “O que você aprendeu? O que achou positivo e negativo?”, todas as vezes é interação com o público-alvo e o processo, então realmente assim é a fase que a gente tem... (Coordenador 3, 2017).

Eu acho que clareza nas orientações, conhecimento, que é apropriação da temática. Conhecimento teórico e até prático, se for o caso. Que seja uma pessoa ética, que esse professor seja ético, comprometido, responsável. Que são os itens que avalio também no aluno (Coordenador 4, 2017).

Primeiro lugar se as atividades que eles estão fazendo tá dentro da proposta que foi colocado no Plano do bolsista se tá de acordo. Porque não adianta a gente fazer um plano do bolsista lá na hora da inscrição e depois mudar um monte. O que a gente tem feito, a cada 15 dias a gente faz uma reunião. Eu sei que as coisas estão andando e qualquer coisa eu mando e-mail, “E aí como é que tá tal coisa, tal, tal, tal?”, daí eles vão fazendo (Coordenador 5, 2017).

Eu acredito que pro coordenador a avaliação que tem que ser, do ponto de vista talvez da gestão mesmo, se o coordenador consegue avaliar o andamento do projeto e ter condição de dar uma solução pra algum problema. Ai tem que ter, eu acho a questão de cumprimento também do programa. Mas eu acho que seria interessante do coordenador ser flexível, de ele conseguir entender o processo como um todo, de cada estudante (Coordenador 6, 2017).

Acho que, de novo, que habilidades, que competências ou mais do que isso, o que se espera, e ai entra a questão dos produtos, se dá pra usar o termo, mas quais são os resultados que, o que se espera, tu tem os objetivos e o que você espera alcançar com esse. Então o aluno, o acadêmico precisa tá, vamos dizer assim, tá empoderado. Primeiro tem que conhecer o projeto. Tem que acompanhar o projeto e saber quais são os objetivos e o que espera no final desse projeto, porque senão a nossa avaliação, é uma avaliação afetiva (Gestor PRE, 2017).

Ele não precisa estar em todas as atividades, mas, por exemplo, no início de uma atividade ou uma atividade nova, diferente, eu acho que é importante ele tá ali presente, talvez essa seja uma forma de avaliar, a cobrança de assiduidade em alguns momentos específicos que talvez sejam de maior dificuldade pro bolsista, de ele tá junto acompanhando e orientando, dizendo “Não, então”, “Ah, não deu bem certo assim como nós queria, vamos puxar mais pra esse lado aqui ou mais para aquele lado”. Pra adequar. Que talvez o, o bolsista não tenha uma percepção tão rápida ou tão adequada (Bolsista 1, 2017).

A partir das falas dos entrevistados sobre a Perspectiva do Aprendizado e do Crescimento verificaram-se os pontos positivos e negativos, sendo, ainda, possível estabelecer observações e critérios sobre aspectos que tangem esta Perspectiva, conforme exposto na Figura 2.

Figura 2 – Perspectiva do Aprendizado e do Crescimento

PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO		
Pontos Positivos	Pontos Negativos	Observações e Possíveis critérios
<ul style="list-style-type: none"> * Impacto na formação do estudante é único: principalmente pela inserção no contexto social; * Troca de conhecimentos e experiências; * Desenvolvimento da capacidade de falar em público; * Habilidade de interação com a comunidade; * Adaptação entre o previamente planejado e o acolhimento e condições (físicas, psicológicas, sociais e econômicas) do público envolvido; * Conscientização quanto a necessidade de comprometimento, disciplina, responsabilidade e cooperação para o trabalho em equipe. * Aplicação da teoria na prática considerando a realidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> * Subjetividade na avaliação acadêmica em relação a seu aprendizado e crescimento; 	<ul style="list-style-type: none"> * Seleção de Bolsistas e Voluntários: entrevistas para conhecer o perfil do aluno e sua adequação as atividades propostas, o interesse do aluno em trabalhar com temática e público; * Critérios Quantitativos: produção científica, semestre que está e disciplinas que já cursou, pontua disciplinas diretamente relacionadas com a ação; pontuação para quem já participou de ação de extensão, projeto de ensino; Desempate: Benefício Socioeconômico; * Tempo disponível para atividades; * Avaliação dos estudantes através de reuniões de trocas de experiências entre acadêmicos: vinculação dos conhecimentos do curso ao qual o acadêmico está vinculo as práticas realizadas; * Participação nas atividades; * Relatórios (aprendizado, dificuldades, autoavaliação (impacto na vida deles)) e demais produtos, tal como, artigos, participação na redação de artigo pra JAI; * Se tornar independente até em tomada de decisões; * Criar meios, produtos, para chegar no resultado; * Olhar da comunidade sob perspectiva da habilidade e da competência. * Bolsista avaliando Coordenador, destaque para os seguintes itens: Flexibilidade do coordenador (se possibilita participação do acadêmico na tomada de decisão e na estruturação da atividade, se entende o processo de cada estudante); Equilíbrio de atividades (demais aspectos da vida acadêmica), contribuição das atividades para formação, atividade de acordo com Plano de Trabalho, incentivo a produção acadêmica e participação em eventos, clareza nas orientações e apropriação teórica e prática, forma como são apresentados os instrumentos, se feedback do coordenador ajuda na condução das atividades, e participação efetiva do coordenador como facilitador, acessibilidade para orientar os acadêmicos, se coordenador consegue avaliar o andamento do projeto e o cumprimento do programa.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na terceira perspectiva são analisados os aspectos relacionados ao Cliente, no caso da Extensão, o Público-alvo e a Comunidade atendida, desde de a definição do público-alvo, perpassando os processos de inserção e interação entre comunidade e acadêmicos, bem como a avaliação e os produtos gerados pela ação.

A definição do foco do trabalho de extensão está diretamente relacionada a área de interesse do coordenador, inclusive devido ao domínio que este possui sobre a temática. Muitas vezes o pleito surge da própria comunidade que entra em contato diretamente com o coordenador ou com a instituição que direciona aos servidores que trabalham com a questão apresentada, outras vezes aliado a percepção do Servidor da necessidade de trabalhar com suas habilidades em determinado nicho social, conforme relata o Coordenador 5 (2017) “Foi tudo planejado no sentido de a gente ir até essas comunidades, mais próximas a partir da identificação de um problema pelo convívio com a comunidade” e em alguns casos pela demanda do próprio acadêmico que possui interesse em atuar sobre determinada demanda, o que é corroborado pela fala do GAP 2, (2017), “Eu acho que não existe bem escolha. Eu acho que o professor vai pela sua formação e o que ele gosta de fazer mais. E também existe muito assim, que quando vem a demanda de fora. Também observou-se que, no geral, existe uma dificuldade por parte dos coordenadores em estabelecer critérios bem definidos do quantitativo de público-alvo das ações, sendo possível identificar em poucas ações essas delimitações.

Bom, primeiro aspecto é o nível de conhecimento ou o público a que o curso em que o projeto está inserido se destina. Então começa por ai, qual é o público com que o profissional que eu estou ajudando a formar, no futuro vai ter que trabalhar. Segundo aspecto, vamos ter que delimitar, não podemos levar todos. Então, vamos ver onde é que estão assim, as necessidades, das comunidades, no que se refere a área do conhecimento em que estamos atuando. Onde é que a gente pretende chegar? E aí, qual o outro critério, bom, pra esse público o que a gente vai fazer? (Coordenador 1, 2017)

No meu caso, foi uma demanda da entidade. Eu acho que tem assim também as ideias que as pessoas têm, mas eu acho também que tem muita demanda. Até porque assim, o que eu notei, que é muito difícil tu ter uma ideia e tu ir lá e querer aplicar aquilo sem que as pessoas estejam dispostas a fazer. Eu acho que em função disso, talvez muitas pessoas tenham desistido de fazer projetos de extensão, porque tem encontrado essa barreira, “Ah, eu tenho uma ideia, eu acho que é importante e vou lá daí meu público-alvo tá nem aí”. Ai tu faz uma vez, mas na segunda, na terceira tu já não faz mais. Tu já te dá conta que é difícil pra ti (Coordenador 2, 2017).

A maioria das vezes é a demanda do aluno. A comunidade que é uma percepção minha por conta da minha experiência. Eu acho que é essas três, é o aluno e a percepção do docente frente a comunidade; a demanda da comunidade para nós ela não acontece. Eu sinto isso como, que seria o ideal, assim, “O que vocês precisam?”, então, eles não têm esse vínculo de diálogo com a gente e a gente vai pouco lá também e quando a gente vai, a gente vai pelo interesse. E eu não sei se eles sabem

desse canal. Será que a comunidade sabe que eles podem demandar? E dentro, já que a gente tem projetos, porque o que começa acontecer é a gente perceber que tem projetos muito parecidos ou que ‘Vocês tão precisando disso? Mas a gente tem um projeto sobre isso na universidade’.

A definição do quantitativo u acabo trazendo muito da pesquisa. O “n” dos 50 é um “n” factível porque é o “n” que eu preciso com o cálculo bem definido. Como amostra e não como público que eu posso atingir com tudo. Dos outros projetos, digamos assim, que de 10 projetos que tu avalie, dois venham com critérios bem definidos (Coordenador 3, 2017).

No meu caso foi assim, o parceiro me procurou. Ele sabia que tinha esse núcleo e que era eu a responsável, a líder do grupo. Me procurou perguntado se eu não gostaria de fazer uma parceria de um projeto de extensão, um projeto. Ela nem falou extensão que também nem tem como conhecer. Eu disse, “ah, tenho”, ai foi assim que começou a costura. Então foi muito bom, foi muito interessante assim, juntou o interesse deles com o meu (Coordenador 4, 2017).

No caso do meu projeto quando eu comecei a fazer eu identifiquei assim que a cidade tinha poucos ambientes assim, de cultura e tal. Eu fiquei pensando, o que eu vou fazer? O que a gente poderia colaborar? Ai eu comecei a observar. E ai, pensando nisso, como que eu identifiquei os públicos. Que na verdade assim, acho que em todo lugar é um dos públicos mais assim organizados, ele tá na escola. Em função de já ter, por exemplo, um recorte, geralmente as turmas já são pela mesma idade, tem os horários, já tem um, um, digamos assim, um local. Então de certa forma é uma base... boa assim. Acessível. Tu não precisa montar do zero, tipo. Ah, tu vai ter que arrumar um lugar, ai juntar pessoas de vários lugares, ai é complicar mais. Mas então a identificação do público foi em função disso, de ter uma, uma carência na área de cultura, e dai ter um espaço mais, organizado assim na escola (Coordenador 6, 2017).

É pela área que tu trabalha. Geralmente, o que eu tenho observado, os professores desenvolvem os projetos na área que eles trabalham, tem a área de Pesquisa. Disciplinas que eles ministram. E, eu acho que tá correto, porque... É, ter propriedade intelectual. Tu tá ali, fazendo tuas reflexões, desenvolvendo os teus trabalhos em volta daquele tema e vai aprofundando cada vez mais. Mas hoje, em todas as áreas, tanto saúde eu acho, como, nas áreas físicas, humanas, é importante se pensar em trabalhos multidisciplinares (Coordenador 8, 2017).

Eu acho, assim, que é muito mais pela área que o coordenador atua. Geralmente, eu acho, eles atendem os locais, assim, que eles já têm alguma parceria formada. Por exemplo, tem alguns professores de algumas áreas que são mais da licenciatura que eles atendem as escolas, às vezes, acaba sendo sempre aquelas escolas, mas por já ter aquela parceria, por daqui pouco realmente surgir alguma nova demanda então acaba se fazendo, ah... Outros também acho que pela área de atuação deles, “ah, vou definir meu público, vai ser tal porque eu já trabalho nessa área”, mas o quantitativo realmente não sei como que eles definem, talvez em função da equipe que eles tem, enfim, como alcançar. (GAP 1, 2017)

Quanto o processo de inserção e interação entre as ações e seus participantes com as comunidades a percepção é de que este é extremamente positivo, destaca-se a fala do entrevistado aqui denominado como Comunidade 1 (2017) que define a relação como “Bem tranquila, o pessoal é tudo já, parte de uma família”, as maiores dificuldades em relação a

inserção da comunidade ocorrem quando o participante é forçado a realizar as atividades, como no caso das ações realizadas durante o horário letivo das escolas.

Acho que a comunidade, ela é muito, sempre foi muito receptiva, eu jamais ouvi alguma coisa em contrário, pelo contrário, eu acho que a cidade, a comunidade, ela se acultura com a entrada dos universitários na cidade e muda o perfil cultural da cidade. Uma outra visão depois, é o antes e o depois. Então, pra quem vai lá, pra quem se encontra com eles no almoço, em alguma coisa, uma outra área comercial, aquilo muda a visão do munícipe e muda a cultura do munícipe, então isso também nós percebemos e, algumas ações, também na área da Educação que aconteceram e que a gente viu a mudança muito grande (Comunidade 2, 2017),

Vai depender muito do projeto eu acredito. Porque tem alguns projetos, no caso nós temos alguns projetos que são bem focados, é “Nós, vamos na escola dar aula”, então os alunos já tão lá e eles vão ser forçados a ter aula, aprender, e azar o deles se eles não quiserem. E tem outras atividades não que, tu prepara ela e tu espera que as pessoas venham, e nem sempre elas vem. E isso, talvez entrave um pouco, meio dificulta. Ah, dificulta no caso do contato do bolsista com a comunidade, mas de uma forma geral, da minha experiência assim, sempre foi bem tranquilo é porque normalmente as pessoas que vem participar elas gostam e querem, então elas já tão ali não por uma obrigação, mas porque elas querem tá ali participando, então elas já vem é, querendo aprender, é buscando. Se permitem fazer as coisas, então isso facilita muito a questão do, do desenvolver os projetos, só que é o caso, nem sempre tu tem essas pessoas pra desenvolver (Bolsista 1, 2017).

A interação entre acadêmicos e comunidade é analisada positivamente tanto por bolsistas como comunidade, uma vez que esta interação muda a visão de mundo e a forma de atuação social de todos os sujeitos envolvidos no processo. A construção é baseada no diálogo constante entre as partes que propicia um aprendizado para além da vida acadêmica.

É muito de mesclar os conhecimentos e nos tirar um pouco dessa coisa fechada de universidade, de tu ver só o que tá aqui. Currículo, tu tá montando currículo e tu viu isso na aula, o professor falou desse jeito é desse jeito e acabou. Não, tem muita coisa, lá fora, que é muito diferente. Tu pega, tu sai de uma linguagem bem acadêmica da universidade e tu vai aqui pra fora, por exemplo, tu vai ali na Quarta Colônia, nós tivemos a oportunidade felizmente de sair várias vezes da universidade. E tu chega ali e vê que já é bem diferente a forma de conversar e de tu conseguir passar as coisas, tu não pode falar de uma forma técnica. E é questão, e essa que é o retorno grande, do aprendizado. Que a extensão permite. De tu conseguir conviver com essas diferenças e se adequar a elas, se adaptar a elas e conseguir transpor elas em prol da atividade que tu vai realizar ali, seja ela, diretamente da extensão ou ensino, pesquisa (Bolsista 1, 2017).

Nossa senhora, é uma via de mão dupla, E, o que eu aprendi ao longo desses anos no projeto, foiii, imenso e não tenho nem como, assim tipo, te mensurar o que eu, as experiências de vida, as histórias, ah, o trato, o jeito, a forma de lidar com as pessoas, ter paciência e pensar que o outro talvez, que o óbvio pra mim, não é o óbvio pro outro, sabe (Bolsista 2, 2017).

Sempre foi muito tranquilo porque os acadêmicos eles já têm um preparo e eles já chegam apresentando o projeto deles e, claro, que eu, com o meu conhecimento, já percebo que tem uma parte positiva, mas o acadêmico de hoje, ele tem uma forma mais aprimorada de oferecer o seu trabalho. Já, mudou um pouco. Tá mais, o aluno já é mais, parece que mais desenvolvido, vamos falar em termos. Ele chega mais preparado então é lógico que a gente já percebe a importância desse trabalho que ele vai desenvolver. E o que eu acho assim importante porque também eles querem saber da nossa parte, dentro deste trabalho o que é que nós gostaríamos do produto final. Então a gente também vai trabalhando e em certos momentos vai até direcionando. Então as vezes depende do gestor, de quanto ele puxa pelo aluno. De quanto ele busca no aluno aquela sabedoria que ele tem e do seu professor e da própria universidade. Conciliar o potencial da universidade com as necessidades, do município. Com aquilo que a gente quer, onde a gente quer chegar (Comunidade 2, 2017).

Quanto a avaliação do público-alvo em relação as atividades realizadas por determinada ação extensionista nota-se que ela é considerada extremamente importante pelos coordenadores, porém muitas vezes acaba relegada ao segundo plano, como nos relata o Coordenador 8 (2017) “É muito importante a resposta deles. É fundamental também. O que muitas vezes fica de lado, a gente não chega muito a isso” e também identifica-se que a comunidade consegue produzir uma avaliação a partir da sua percepção cultural, porém sem a formalização deste processo conforme consta na fala do entrevistado Comunidade 2 (2017) “Avaliar matematicamente não, mas assim, culturalmente, de valor social, a gente sabe que isso ai é maravilhoso, tem um peso, mas formalmente não, não”. Observa-se que muitas vezes as avaliações são realizadas de maneira informal, o que por um lado proporciona uma possibilidade de rápida atuação, porém pode limitar o aprendizado para atuações futuras, servindo como lições aprendidas, uma vez que podem perder-se no decorrer das atividades. Dentre as dificuldades apresentadas em relação a avaliação pela comunidade é a falta de tempo considerando que muitas vezes as ações possuem um cronograma apertado para os objetivos propostos, além disso questiona-se o quanto o envolvimento da comunidade com a equipe da ação pode afetar a avaliação, omitindo questões negativas devido aos laços afetivos formados no processo. Uma complementação as oficinas, seminários de avaliação e demais formas de relatos apresentados é a realização de questionários de antes do início da ação (diagnóstico inicial que permite verificar o alcance inicial dos participantes em relação aos objetivos propostos), na metade do período e/ou do desenvolvimento das atividades (diagnóstico parcial que permite realizar ajustes nas atividades propostas, se necessário) e no final do período (visando identificar o alcance final dos participantes em relação aos objetivos propostos), uma metodologia semelhante é apresentada pelo Coordenador 5 (2017) “Com base no questionário que a gente vai largar antes e o que a gente vai largar depois, depois a

gente vai ver efetivamente se esse questionário vai ser... Se foi efetiva aquela apresentação naquele colégio”.

Uma das influências da comunidade é pra onde o projeto vai no ano seguinte. Uma das questões em relação ao público-alvo é que como o projeto demanda, tem uma meta final e demanda a participação ao longo de todo o processo, a gente ainda não conseguiu equacionar um problema que é a evasão de parte do público-alvo, que não fica até o final. Até porque a gente sabe que é toda essa questão, é voluntário, uma coisa, vamos dizer assim, esse resultado nos desafia a cada ano em pensar estratégias pra reduzir essa evasão. Então, esse tipo de avaliação é feita, mas não por escrita. Eu acho que quando a gente consegue registrar é bom, mas o problema também tem uma questão que é o tempo. Tu tem que dar conta, dum cronograma pra poder atingir a meta, então as vezes tu não tem muito tempo pra ficar olhando todo, porque as vezes também não adianta gerar um monte de material para te ajudar na avaliação. Talvez essa avaliação de meio de caminho teria que ser alguma coisa mais pontual, de repente um questionário. Eu acho que ai sim, talvez, e até talvez um questionário semelhante também no final do processo, Pra comparar (Coordenador 1, 2017).

A gente fez várias formas de avaliação sabe, de cada ação a gente fazia uma avaliação normalmente anônima e depois a gente fez um seminário de avaliação. Um seminário de avaliação que foi, a gente fez uma abertura e depois elas apresentaram o trabalho delas. Então a avaliação foi isso assim, foi uma avaliação cada um mostrando os seus resultados e as limitações, oficialmente e tal (Coordenador 2, 2017).

É pra mim é uma das etapas mais difíceis também, por que? É, a tendência seria fazer uma avaliação por escrito, eu vi um projeto que fez desenhos, que fez algumas coisas que eram com crianças acho, também você vai aprendendo nos projetos do outro, também não tenho muita experiência com isso. O que eu sinto de dificuldade, que nós tínhamos até no nosso diário, pro participante registrar, é que ele não vai dizer que ele não gostou, entendeu? Então assim, mesmo que não seja nominal, a tendência é ele fazer uma avaliação positiva, principalmente porque são as pessoas que ficam até o final contigo. E ai, aquelas pessoas que você perdeu, muitas vezes você não sabe, qual é a avaliação dela (Coordenador 3, 2017).

É, eu teria que repensar agora, neste ano que o projeto continua, as oficinas estão sendo feitas. Uma forma de avaliar, porque essa criança, esse adolescente, o adolescente até teria um pouco mais de facilidade pra avaliar, mas essa criança tem dificuldade de avaliar. Se gostou ou não, então eu vou ter que uma maneira de avaliar, talvez pela instituição, a instituição dizer se foi interessante, se não foi (Coordenador 4, 2017).

No caso do nosso projeto a gente faz ao longo assim das oficinas a gente vai pegando já as impressões dos alunos. Então a gente vai registrando nas atividades as opiniões, o que eles acham e até como é um processo assim mais dinâmico, muitas vezes até a opinião deles assim, a gente vai com a proposta e ai vai adaptando ao que eles querem no final. Uma coisa que funcionou também, quando eu tinha muitos bolsistas, que a gente fez a observação, então tinha um grupo que, tipo, tinha o pessoal que dava a oficina ia mais um, mais dois que ficavam observando. Porque quando tá fazendo a oficina, as vezes tu não percebe se tá gerando atenção, desatenção, se eles tão gostando ou não e ai isso, isso foi bem interessante, mas eu tinha uma equipe maior (Coordenador 6, 2017).

Eu sou extremamente otimista, eu acho que toda ação por pior que seja ela é melhor do que o nada. Então eu teria dificuldade pra dizer e avaliar, “Essa Extensão não vale”. Então eu penso que tudo é transitório, e aí, a princípio, eu acho que todas as ações, elas teriam que ser valorizadas. Eu prefiro até, aquilo que o Hamilton Werneck diz, uma meia verdade, do que, nada, sabe? Então as vezes tu abre um projeto assim, ah, mas tá fraco, mas as vezes tu olha um que tá assim escrito lindíssimo, uma, uma erudição e tu vai trabalhar com aquele professor na sala de aula é zero ao quadrado, e tu vai junto numa ação é zero ao quadrado. Então também quando tu chega no relatório é, o, o, o risco como Lacan diz, da incompletude e da completude, estar usando uma meia verdade, as vezes aquele mais incompleto, as vezes vai olhar o impacto, foi mais positivo (Coordenador 7, 2017).

A grande questão é o seguinte, que canais? Nós não temos canais dentro da universidade que permita a comunidade avaliar efetivamente. Nós temos a percepção dos professores, dos técnicos e realização. Desafio que nós temos é abrir um linque, um canal, de fala das comunidades, como? Bem, nós teríamos que pensar, vai ser canal de rádio, um canal da internet. Que não seja só uma avaliação afetiva, também é afetiva, mas tem uma avaliação objetiva, quantitativa. Que possa dizer, olha, estava assim e hoje está assim. Ou a mudança..., que consiga, visualizar, auferir essa mudança (Gestor PRE, 2017).

Apesar de as avaliações carecerem de formalização foi possível verificar que a comunidade recebe um retorno, seja através de uma reunião de encerramento ou através da entrega de algum produto (relatório, folder, cartilha).

Geralmente nós recebemos algum material. É claro que tem coisas que poderiam andar mais, mas as vezes a culpa é nossa, é do próprio gestor público, a própria gestão, da própria situação, como um todo. Um contexto todo que não te permite... Mas assim, lá adiante pode ser que uma ação de dois, três anos atrás ela se reflita positivamente numa outra ação que a gente queira desenvolver, já tem acontecido isso também (Comunidade 2, 2017).

Considerando a questão do retorno ser realizado a partir da entrega de algum material, destaca-se a importância dos produtos de extensão. O que percebe-se é que não existe um produto mais importante que outro, mas sim um produto mais adequado que outro para determinado público, projeto e etapa de desenvolvimento das atividades, conforme exposto pelo Coordenador 2 (2017), Coordenador 4 (2017), Coordenador 5 (2017), Coordenador 6 (2017) e Coordenador 8 (2017), respectivamente, “Depende muito, por exemplo, se você trabalhar com técnicos vai ser um, se tu trabalhar com crianças daqui um pouco vai ser vídeo, vai ser um desenho, uma cartilha, um quadrinho.”; “Vai depender muito do público que tu vai trabalhar. E a proposta.”; “Pois depende eu acho. Eu acho que o produto maior é informação que eles vão ter.”; “Eu acho que depende. Não dá pra dizer que alguma coisa é melhor que outra. Depende do objetivo do projeto, daquela, daquele momento da comunidade, pode ser várias coisas.”; e, “Depende da ação e do acesso, desse público.”.

Ainda cabe destacar em relação aos produtos, que estes possuem uma representatividade importante para as comunidades na medida em que elas se reconhecem como sujeitos que auxiliaram na geração daquele produto. Também é importante o fato de que os produtos físicos ainda possuem uma significativa importância para uma parcela da população caracterizada por sua facilidade no manuseio.

Visibilidade. Essa é a palavra-chave que eu percebo, de benefício para o público, no meu caso lá. É o que ele representa. São produtos abstratos, mas que são tão importantes quanto os concretos. Que também é importante divulgar o que a universidade tá fazendo em benefício da comunidade. Na área das humanas, é por aí. Na área das exatas, das técnicas acredito que não. Eu acho que aí é o produto concreto mesmo que importa mais. Mas o produto é fundamental. Porque é ele que motiva o processo. Se tu não tiver um produto concreto no final. Pra que o público diga, “Tá aqui o que eu fiz”, “ó”, sabe, e eu tenho, eu me orgulho disso. Então tu tem que ter as duas coisas (Coordenador 1, 2017).

Ainda o papel físico, é o produto que, das minhas atividades, ele ainda representa mais pro participante. O aluno não gosta de fazer, o aluno acha, porque ele já tá em outra, fase. “Não, mas isso tu procura na internet”, ele não acessa internet. E ele tem que fazer um produto que seja compreensível para o paciente e isso também é dificuldade para ele porque ele pega uma foto que não se parece com o que ele tá fazendo, ele coloca uma descrição técnica que a pessoa não vai entender, então essa adequação é a parte mais difícil. Então, da minha experiência com extensão o produto ainda tem que ser papel físico, cartilha de orientação, cartilha. Então acho que dos produtos, ah, ah, do meu entendimento do público-alvo, é o que fica com o participante. E site pra mim não funciona. Funciona com a geração que tá chegando, mas eu não trabalho com essa geração (Coordenador 3, 2017).

A Extensão tem uma gama, eu diria assim, que talvez não tenha um melhor ou um pior. Eu acho que existe uma gama de produtos, que é o desafio, de novo, olha, pensa perspectiva na Extensão, da Editora da Extensão. A Editora pode ser um espaço de produção de uma série. Materiais que possam ser disponibilizados. E o desafio como disponibilizar esses produtos, nós temos um conjunto de pessoas que tem acesso, vamos dizer, a essas redes sociais, então o meio eletrônico seria fácil, tu tens um conjunto de outros sujeitos que tem que ter meio material, impresso. Então nós teríamos que trabalhar com esses dois cenários, que só o digital não é o suficiente pra alguns cenários que nós precisamos interagir, mas eu penso que dependendo do objeto, do foco da nossa intervenção, da nossa ação, num momento pode ser um tipo de produto, mais adequado, outro menos (Gestor PRE, 2017).

A Figura 3 destaca os pontos positivos e negativos, além de observações e critérios a partir das considerações dos entrevistados em relação a Perspectiva do Cliente. Importa destacar que utiliza-se a definição do Cliente como sendo público-alvo e/ou comunidade atendida pela ação de extensão.

Figura 3 – Perspectiva do Cliente

PERSPECTIVA DO CLIENTE: PÚBLICO-ALVO/COMUNIDADE ATENDIDA		
Pontos Positivos	Pontos Negativos	Observações e Possíveis critérios
<ul style="list-style-type: none"> * Ações por demanda da comunidade; * Inserção e interação entre as ações e seus participantes com a comunidade; * Interação entre acadêmicos e comunidade: mudança na visão de mundo e forma de atuação social de todos os sujeitos envolvidos; * Construção baseada no diálogo entre comunidade e acadêmicos; * Retorno do projeto para a comunidade a partir dos produtos gerados; * Visibilidade para o público-alvo a partir dos produtos gerados com a participação deles; 	<ul style="list-style-type: none"> * Dificuldade em estabelecer critérios bem definidos do quantitativo de público-alvo; * Avaliação da comunidade atendida considerada importante mas muitas vezes acaba relegada a segundo plano; * Ausência de formalização/registro das avaliações produzidas pela comunidade; * Dificuldade de avaliação imparcial devido aos laços afetivos; * Ausência de canais pra manifestação efetiva da comunidade; * Dificuldade em disseminação dos produtos de extensão par além das comunidades diretamente atendidas; * Ampliar a relação com a sociedade, municípios do entorno, principalmente; 	<ul style="list-style-type: none"> * Definição do foco de trabalho diretamente relacionado a área de interesse do coordenador; * Ações por demanda da comunidade; identificação do servidor da necessidade de trabalhar em determinado nicho social; demanda do acadêmico. * Avaliação pela comunidade através de relatos, oficinas, seminários de avaliação, questionário de avaliação do conhecimento antes e depois da ação; * Relevância dos produtos físicos frente aos eletrônicos para uma parcela da população;

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

A quarta e última perspectiva abordada nas entrevistas refere-se aos aspectos financeiros vinculados as ações de Extensão que permeia desde o processo de concessão de recursos, a execução dos recursos obtidos até a prestação de contas a ser realizada pelo coordenador da ação contemplado. Foi possível identificar as principais dificuldades e os problemas vinculados as etapas de execução orçamentária no âmbito da UFSM.

As principais demandas financeiras para a realização das ações de extensão identificadas são Bolsas e transporte (diárias e combustível) conforme Coordenador 2 (2017), Coordenador 3 (2017), Coordenador 5 (2017), Coordenador 6 (2017), respectivamente, nos expõe “Eu acho que o ponto nefrálgico é realmente essa questão do deslocamento”; “A bolsa, porque daí você realmente tem um número de aluno comprometido com a tarefa. Então assim, a bolsa eu acho que é o mais importante porque os outros recursos a gente até consegue”; “O transporte. Porque aquilo que a gente precisa realmente, não teve nenhuma dificuldade mas se tiver outro projeto e for coisa mais específica assim ai pra comprar alguma coisa”; “Ter motorista, o combustível para ir até a demanda da comunidade. As bolsas, com certeza, não dá pra fazer só com voluntário. Até funciona, mas não é efetivo como com bolsistas”. Em relação a demanda pelo Auxílio Financeiro aos Estudantes constata-se na narrativa dos Bolsistas entrevistados que este recurso é de extrema importância tendo em vista que além de garantir um maior comprometimento dos acadêmicos para com as ações, permite que possam optar por desenvolver atividades de extensão em vez de trabalhar ou envolver-se com atividades de pesquisa que também ofertam bolsas considerando que muitos possuem a necessidade desses recursos para garantir sua subsistência.

Algumas atividades talvez não, tipo, “ah, eu não preciso receber porque eu não tenho custos”, mas por exemplo a questão de extensão, muitas vezes nós temos questão de deslocamento. Mas, de uma forma geral assim, normalmente os projetos já contemplam alguma coisa, os custos maiores do projeto e seria mais como um incentivo talvez até pro aluno conseguir se manter aqui também. Então, é um incentivo de, em vez de, de repente ele tá em um outro trabalho, ele pode tá ali realizando aquela atividade.

A cobrança em cima de quem é bolsista é muito maior, porque tu tem aquele comprometimento, “ó, tu é bolsista, tu meio que recebe pra realizar essas atividades, então tu tem que realizar as atividades” (Bolsista 1, 2017).

Nós somos estudantes, grande maioria, nós somos estudantes da classe trabalhadora. Nós já fazemos um trabalho extenuante, muito grande. Claro que vai muito em questão de um laço afetivo que a gente cria com o projeto, com certeza, mas uma bolsa é fundamental pra que a gente, porque acaba que tu perde todo o teu tempo, tu não tem tempo pra trabalhar ou pra estar em outro espaço, em outra bolsa de pesquisa. E, uma bolsa é fundamental pra ti, pelo menos se manter (Bolsista 2, 2017).

O entrevistado Gestor PRE (2017) pondera quanto ao fato de que a UFSM destina recursos para a Extensão em maior proporção que outras instituições de um mesmo porte que ela, além disso o entrevistado também pauta sobre a necessidade de desenvolver alternativas que viabilizem o deslocamento das equipes de Extensão até as comunidades atendidas ampliando o espaço territorial atendido pelas ações.

Eu diria assim, olhando o cenário das universidades brasileiras que nesses 4 anos tive a oportunidade de conviver, não to dizendo que é o ideal, mas eu to dizendo que dentre os cenários entre as universidades nós não estamos tão aquém no financiamento das ações de Extensão. Tem universidade do nosso porte, talvez um pouquinho menor, vamos dizer **assim**, na faixa. Se você olhar o volume de recursos aplicados e o número de bolsistas é infinitamente menor que o nosso. Então, esta é uma questão, importante, mas eu penso que, tanto bolsista, quanto material é importante, mas eu acho que hoje, ainda, um fator limitador que nós temos, é estrutura, pra, pra fomentar em cada campi, tanto de transporte, nós teríamos que pensar alternativas, nós não vamos ter carro pra levar todo mundo, mas nós teríamos que ter alternativas porque tem situações que nós precisamos, as pessoas precisam se deslocar nos territórios e aí você só tem duas formas, ou de carro ou de ônibus. Eu tenho, claro que você fomentar bolsas ela, é óbvio que ela. É um atrativo, mas eu diria que talvez o fator maior hoje que nos limita é estrutural.

E pensar, e aí de novo, se nós formos pensar na curricularização da Extensão, a questão limitadora hoje objetivamente é estrutural. E aí entra de novo, daí entra, além da estrutura, tem a questão da gestão. Como nós vamos gerir, isso que você diz, pra onde nós vamos colocar, nós não pode..., não é possível que vários grupos estejam no mesmo território. Então nós vamos ter que territorializar os projetos e as possibilidades de entrada em territórios pra Extensão. Talvez no futuro o movimento tem que ser oposto, no futuro nós vamos ter que ter os territórios, as demandas e aí a inclusão dos projetos (Gestor PRE, 2017).

Identificou-se ainda a necessidade de material de consumo, não apenas para o desenvolvimento das atividades vinculadas aos objetivos da ação, mas para a confecção dos

produtos oriundos destas práticas e de bolsas que visem propiciar a divulgação do projeto e seus produtos em eventos acadêmicos, assim como a relevância de um material permanente que fique para a continuidade das ações, de acordo com o que nos declara o Coordenador 1 (2017), “Eu acho que depende do projeto, mas eu acho fundamental, não sei se for colocar numa escala. Bolsa. Primeiro lugar. Em segundo lugar material de consumo. Então, coisas assim, o permanente é em terceiro lugar muito importante porque ele fica pro projeto de continuidade”.

Bom, o ano passado, como o nosso recurso foi muito pequeno mesmo, o que foi gasto mais mesmo foi até material de almoxarifado, gráfica, porque vários projetos eles fazem cartilha, panfletos, essas coisas assim, eu acho até que foi a maioria. Então esse ano, como existe recurso maior, está mudando um pouco esse perfil, mas muitos preveem custeio e pensam também em bolsa para os alunos, também assim, fora a bolsa usual, pagar algum auxílio pra outro aluno de, assim, desempenhar atividade dentro desse projeto e para eventos também (GAP 2, 2017).

Quanto ao financiamento das ações de extensão os entrevistados compreendem o fato de ser concedido anualmente devido as questões legais, porém alguns entrevistados argumentam que seria importante um mecanismo para garantir o financiamento de determinadas ações como Projetos ou Programas por, ao menos, 2 anos visando a continuidade destas. Tendo em vista tais considerações seria necessário definir uma política que buscasse fixar um percentual dos recursos disponíveis para fomento da extensão destinado a novas ações ou ações que não tenham sido contempladas no ano anterior e o restante dos valores destinado as demais ações. Independente da sistemática anual ou bianual aventa-se a possibilidade das execuções das ações iniciarem em abril e encerrarem-se em novembro, deixando o mês de dezembro para a realização de relatórios e avaliações, para o atendimento desta solicitação faz-se necessário a antecipação do cronograma do Edital tendo em vista os prazos legais que são exigidos em tal instrumento.

Eu acho que podia ser, no mínimo, 2 anos, eu acredito assim, principalmente, curso e evento tudo bem um ano, mas um projeto ou um programa ele tinha que ser 2 anos pra facilitar a vida de todo mundo. Outra coisa que eu acho assim, o mais importante em projeto, se ele foi feito fora da universidade é tu ter diária, passagem e gasolina. Porque tu não consegue, tá cada vez mais difícil tu conseguir um motorista e um carro da universidade, assim se tu quer fazer extensão fora da universidade tu tem que dá uma forma dá pessoa chegar lá. Tu precisa ter dinheiro pra passagem urbana, pra passagem sei lá, é isso que precisa, se não a extensão vai ser feita como? (Coordenador 2, 2017).

É, eu acho que não tem como ser de outra forma porque as verbas vêm no início do ano e na verdade é a previsão daquele ano e a gente sabe que toda atividade que tu não executar no ano fiscal da universidade, ela não vai poder ser executada. Então, você colocar execução pra metade do ano, abrir um edital, fazer a seleção do projeto, fazer a seleção do bolsista e pagar, a gente não vai conseguir fechar com ano fiscal, então eu acredito que, dá forma como ela tá, é a forma que consegue ser feita, considerando que a universidade fecha o ano fiscal em novembro (Coordenador 3, 2017).

Eu acho que pra universidade o melhor sistema é anual mesmo porque a gente tem dentro da universidade assim, muitas demandas. Eu acho que, pra dois anos ia ficar meio complicado, manter. Eu funciono bem no ano, só a única coisa ruim, no caso, é que, a gente termina em dezembro, os relatórios são janeiro. E isso é um pouco complicado porque ai, férias, Natal, não sei o que, e ai, na verdade eu sempre peço pra eles adiantarem porque se deixar pra janeiro. Eles vão tá de férias. Então na verdade a gente perde aquele mesinho. Eu penso que se começasse em abril e terminasse em novembro. Seria o ideal porque daí em dezembro tu fecha (Coordenador 6, 2017).

Então, eu cheguei a pensar que 1 ano era pouco. Claro que tu pode pleitear bolsa no próximo ano, mas muitas vezes, poderia ser até de dois em dois anos. Projeto se propor, a mais de um ano. E também, eu não sei, mas os recursos são muito poucos, são muito raros pra fazer um grande projeto. (Coordenador 8, 2017).

Eu acho que deva ser anual mesmo, assim pra projetos mais curtos e se o projeto for maior, no próximo ano ele concorre novamente, eu acho que o sistema assim, está bom. Às vezes, a gente nota assim, que a verba é muito pequena. Custeio, o que é muito pouco, muito pouco porque existem projetos que são muito bons, muito sérios mesmo, muito importantes pra comunidade e que necessitam de muito mais recursos (GAP 2, 2017).

Uma das principais dificuldades relatadas diz respeito a proposição do orçamento para o projeto quando se faz necessário utilizar recursos de outras rubricas que não seja a de Auxílio Financeiro ao Estudante (Bolsas). Observa-se pelo relato do Coordenador 2, que há dificuldade poderia ser mitigada a partir da realização de algum treinamento, sendo mais interessante que seja realizado em período próximo ou concomitante ao de submissão aos Editais.

A primeira é essa coisa assim de que a gente não entende, eu pelo menos, ignorância minha, talvez porque eu não tenha me dedicado, mas se fosse uma coisa simples também eu já teria... oferecer, por exemplo assim, o próprio edital dizer assim, olha, tal período vai ter um curso, um treinamento, uma palestra sobre como fazer o orçamento do projeto. (Coordenador 2, 2017)

Bom, como eu só uma vez pedi bolsista. Essa parte ali acho que foi tranquila assim. Acho não, foi tranquila. Agora se eu tivesse que colocar aquela parte de materiais, que também, esse ano foi cortado. Eu teria dificuldades, eu ia precisar demais orientação (Coordenação 4, 2017).

Eu acho que assim, o processo de seleção daí quando tem pouca verba fica mais difícil de tu fazer um processo de seleção, mas o preenchimento da Ficha de Inscrição com valor e coisa, é um porre aquilo ali. Mas é necessário porque tu tem que dizer onde vai gastar o dinheiro. Então a gente meio que se planejou por cima daquilo ali. Então o que precisa comprar, isso daqui pra realizar. Pronto. Uma das coisas que até me lembrei agora é com relação ao uso de transporte da universidade, porque, pra tu usar um transporte da universidade, pegar um carro, tu tem que pagar a diária do motorista, com dinheiro do programa, mais tantos por cento combustível, mais tantos por cento, 30% se não me engano, pra não sei o que, manutenção, aí isso, uma burocracia.

Na realidade eu não fiz nenhum orçamento porque tinha tudo em registro de preço e almox, nós vamos usar as coisas tudo que tem no almox. Daí é só pegar e comprar. Só fazer essa transferência, esse empenho de um lugar pro outro. A gente usou o SIE pra baixar o que que tinha no almox e também pra ver o negócio do registro de preço também. Claro isso é o que eu, mas agora eu acredito que se alguém vai fazer um negócio que envolva mais coisas que não tenha, fora da universidade, aí tá ferrado. Eu acho que é isso, a burocracia é muito grande (Coordenador 5, 2017).

Um problema identificado é a dificuldade de obter recursos para financiamento de Diárias e passagens necessárias para a realização de ações de extensão para além do município de cada campus da UFSM. A burocracia em torno da obtenção de um carro e motorista para realização das viagens, também é considerado um entrave para o desenvolvimento das ações.

Os docentes não conhecem os processos. Então, eu sei hoje que no DEMAPA tem lá os Editais, os pregões de mobiliário, que tem coisas que não precisa pedir, que é só olhar lá que tem edital todo ano pra ele, mas isso eu aprendi olhando, procurando. Eu acho que, tem uma burocracia muito grande pra pedir carro oficial, não que isso, que eu não possa fazer mas assim, me parece que as vezes complica mas, eu nunca precisei, como eu tinha recurso eu usava a diária ou transporte da Planalto, alguma coisa assim e pra mim tudo bem. Não é claro aqui, não era claro na outra universidade, eu acho que... É institucional federal. Não existe um roteiro de como fazer. E muitas vezes quando tem um fluxo, as pessoas não olham, então. Não é o processo, é o interesse em fazer. Assim como tem uma normativa da Extensão e quando a gente devolve o projeto a gente fala, “Por favor, olha a normativa número tal, tal, tal da Extensão”, aí o docente vai atrás mas primeiro ele faz a gente ler o projeto, ele quer que eu pontuei tudo que tá errado, não vai lá na normativa que tu vai ver que tem o... É, é isso que a gente tem respondido e eu sei que tem ficado, é isso que tem que ser porque senão a gente vai, a Educação tá nisso e não em toda vez pontuar os tópicos (Coordenador 3, 2017).

Tu não encontra os materiais no almoxarifado. É, esses recursos são muito fechados ao almoxarifado, tu quer comprar algo fora tu não consegue, não deve, não pode. Tem muitas dificuldades. Muitas dificuldades. Tu não tem certeza do produto que tu vai receber. E pra transporte pior ainda, pra gente conseguir. Depende de horários, depende de carros disponíveis e a tramitação da papelada também, mas eu acho que tem que ter. Só que de repente poderia ser, ser agilizado com maior, com mais facilidade. Otimizar pela internet a tramitação desse pedido de transporte (Coordenador 8, 2017).

Outro problema é a demora que existe entre o início do processo de aquisição até a chegada do equipamento que pode estender-se para além da atuação do projeto prevista no cronograma de determinados editais. Também é relatada a dificuldade de execução orçamentária dos recursos do PROEXT que são encaminhados via TED uma vez que as alterações dependem de aprovação do MEC e a necessidade de estimular a reflexão dos coordenadores a partir da avaliação das ações realizadas no ano anterior com vista a subsidiar o planejamento das ações do próximo, não apenas como conclusão do que foi realizado no ano, mas como melhorias para o que se pretende no próximo ano.

Eu, eu gosto dessa sistemática assim de você projetar num ano, claro que o ideal seria que a execução não demorasse muito. Mas eu gosto dessa coisa de você planejar, visualizar mais ou menos o que você vai fazer e no ano seguinte executar, eu só acho que teria que ter um pouco mais de flexibilidade na execução. O problema maior é do permanente. O permanente que tu pede, que vem dois anos depois praticamente. Porque não adianta, isso acaba interferindo. Tu acaba tendo que improvisar uma parte da ação... (Coordenador 1, 2017)

Eu acho que é tranquilo, material de expediente, almoxarifado, é tranquilo. Aqui também a gente tem, aqui também as vezes falta carro. O que complica as vezes é que a gente coloca coisas no projeto que a gente não tem como executar depois porque são coisas muito específicas e não tão licitadas. E isso complica, eu já tive algumas coisas que eu desisti, de comprar porque eu não entendo muito. O que preocupa mais é assim as coisas específicas de cada projeto (Coordenador 6, 2017).

Coordenadores não entendem os fluxos, que tu precisa fazer um prévio registro de preço. E, também, às vezes, a alguns travamentos que também não é nem ali de falta de conhecimento do professor, às vezes, o professor fez a licitação e, não fizeram a tempo ou não teve fornecedor para aquele item ou as empresas cotaram um valor, assim, absurdo.

Eu acho que falta neles, essa noção de planejamento mesmo, porque você vai pensar no projeto no momento que surge o Edital. Eles falam que tem que ter continuidade, mas eles também não têm essa continuidade de talvez... De prever, desenvolvi ano passado o meu projeto, deixa eu pensar, deixa eu fazer uma avaliação do que eu vou precisar ano que vem. Acho que dá questão do FIEEX é mais tranquilo porque é um edital interno que todo ano tem, aí o pessoal está mais familiarizado. Até, nós, assim, como GAP, a gente tentou fazer umas ações pra melhorar, fizemos reuniões com eles, apresentando o edital, quais os principais critérios, mandamos Check List e, aí instrumentos assim, assessoria eles tem pra conseguir fazer. O PROEXT, talvez alguns não tenham tanto conhecimento (GAP 1, 2017).

Identifica-se na fala dos servidores vinculados a Gestão da UFSM, bem como dos servidores vinculados atividades de apoio a execução dos projetos na universidade que sempre existirá uma demanda de recursos maior que a disponível, porém também é possível observar a necessidade de se estabelecer recursos que permitam financiar as ações de Extensão diretamente vinculadas as práticas de Ensino, bem como atividades consideradas mais estratégicas. Destaca-se ainda a necessidade de vinculação das execuções orçamentárias ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Eu vejo que sempre falta recursos. Se a gente for vê nunca satisfaz todo mundo. A gente tentou contemplar o máximo possível de projetos com o recurso disponível, priorizando, primeiramente, as bolsas pela questão de formação dos alunos e até porque tinha no edital isso, mas, e a questão do custeio se procurou distribuir um pouco, um valor menor, apenas pra tentar contemplar mais projetos, enfim. Até uma questão que a Comissão de Extensão comentou bastante, que o pessoal pede muito, todo ano pede projetor, pede notebook, sabe, que isso já existe na estrutura do centro. E, realmente, o que a gente tá usando pra ir lá atender o público, será que a gente ia precisar de todo esse recurso ou com metade desse recurso a gente ia conseguir.... Acho que faltaria um curso assim para as pessoas “Como gerenciar bem o orçamento do meu projeto?”

Você realmente precisa de recursos para ir pra fora da universidade, para promover alguma mudança. E, ai daqui a pouco o projeto simplesmente é descontinuado por falta de recurso, por falta de equipe. Então se fosse uma coisa de 2 anos, talvez, porque, às vezes, você vai lá cria uma expectativa na comunidade, depois você não consegue atender e ai depois como é que você vai querer voltar lá pra atender de novo aquela comunidade, eles já vão ficar com receio de receber, “porque vieram aqui, prometeram mil e uma coisas e não fizeram (GAP 1, 2017).

A minha experiência na Pró-Reitoria tem mostrado duas coisas. Primeiro, claro, sempre os recursos são limitados, a gente sabe que não existem recursos ilimitados. Nós podemos ter 10 vezes o valor que nós, mas, de novo, acho que nós deveríamos ter na universidade, algumas modalidades de financiamento da Extensão. Primeiro nós teríamos que ter, eu acho que essa nossa experiência de ter um Fundo de Extensão, que ela é, vamos dizer assim, todos os centros, as unidades de ensino têm acesso, ela, vamos dizer assim, não é padronizada, mas enfim, tendo um único. É, eu acho que ele deu uma qualidade. No entanto, nós temos necessidades de fomentar, e aí de novo, compete especialmente a Pró-Reitoria, fomentar ações estratégicas de Extensão e essas ações estratégicas de Extensão saem da onde? Do PDI e saem, que nós imaginamos e desejamos, que o Fórum de Extensão nos aponte quais são as ações estratégicas na dimensão regional que devam ser fomentadas e, portanto elas precisam de um fundo de financiamento que é pra além daquelas ações vinculadas ao Ensino. Então nós teríamos que ter no financiamento da universidade, um financiamento de duas naturezas. Um financiamento de projetos e programas de Extensão vinculado aos programas de formação, de Ensino; e outro, um fundo de fomento a projetos estratégicos da universidade.

E também nós temos um outro critério que eu acho que a gente não consegue ainda, não tem maturidade, tranquilidade institucional pra discutir o critério não de equidade e não de igualdade. Por que, porque nós temos, dentro da universidade nós temos áreas que precisam ser fomentadas e desenvolvidas, tem áreas que já estão consolidadas e que com um menor fomento, com outros tipos de fomento. Um fundo que seja de fomento estratégico pra universidade, que ele, e ai sim é um fundo que tem que tá lincado a gestão, que ele vai tá lincado ao PDI (Gestor PRE, 2017).

O financeiro tem que ser anual, tem que ser no exercício, por mais que eu tenha um projeto que possa durar 5 anos, tem que ser no exercício, pela nossa composição legal do orçamento que é vinculado ao exercício, ao ano. O destino do orçamento, quer seja ele um volume X ou X+1, ele depende de uma política institucional em cima de critérios do que deveria ser investido na Extensão, no Ensino, na Pesquisa. Hoje nós não temos uma matriz que diferencia Ensino, Pesquisa e Extensão, nós temos o que? Nós temos, atividades das Pró-Reitorias que foram sendo incorporadas no IDR, na maneira de distribuir o recurso, devido a ações passadas planejadas. É o ideal que a gente tivesse assim na universidade uma matriz pra incentivar a extensão e, que o FIEIX andasse nesses princípios, porque hoje o FIEIX, ele está destoante da Política de Extensão e do PDI. O Edital deveria estar alinhado, deveria ter critérios de avaliação do FIEIX alinhados com os objetivos do PDI ou com a Política de Extensão da universidade (Gestor PROPLAN, 2017).

Ao abordarmos a necessidade de vinculação das ações da instituição ao seu PDI, além de outros planos institucionais, evidencia-se a necessidade do estabelecimento de critérios para mensurar de que forma se dará essa relação e quais os resultados esperados. A partir desta reflexão verifica-se a dificuldade de obter indicadores para mensuração das práticas de extensão devido a sua vinculação com os aspectos sociais, assim como existe a necessidade de definição de indicadores que auxiliem no monitoramento do atendimento dos objetivos do PDI vigente.

Essa questão de mensurar a extensão é uma discussão que tem vindo de anos que nem o Fórum de Extensão conseguiu definir ainda e tem um trabalho junto com o FORPLAD, que é o Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração, também procurando trazer algum tipo de mensuração, de indicadores para a área de extensão. Eu concordo também porque eu acho que a extensão está mais ligada a impacto social e medir impacto social é muito da região, é muito particular. Então é um pouco mais subjetivo do que objetivo, mas internamente a como medir sim as ações de extensão e aí teria que partir para ferramentas qualitativas junto com quantitativas. E, medir impacto social, eu preciso medir também a percepção das pessoas que são atendidas pela extensão, porque todo projeto ele tem um objetivo. Se é um projeto de extensão pra melhor ou pra trabalhar um segmento da sociedade eu tenho um resultado esperado e isso pode, deveria ser mapeado. Qual é o resultado esperado? É melhorar a qualidade de vida? Então, como medir a qualidade de vida. Teria que ter esse viés de resultado. O problema é que hoje nós não temos, não só no projeto de extensão, a grande maioria dos projetos nós não temos essa medição de resultados e esse compromisso com os resultados em si.

Nós temos os objetivos do PDI, agora nós estamos trabalhando esse ano nos indicadores, que é, como medir a evolução daquele objetivo, então se eu não tenho indicador é difícil eu cobrar de um projeto o quanto que ele está atendo no PDI (Gestor PROPLAN, 2017).

Quanto a relação custo-benefício esperada entre os recursos empregados e o retorno da ação de extensão, foram mencionados os seguintes fatores: Número de pessoas atingidas (considerar relação entre inicial e final), desde que seja devidamente comprovado, conforme o Coordenador 2 (2017) nos relata “Número de pessoas atingidas, mas desde que seja com comprovação daquelas pessoas através de atas de reuniões, de lista de presença, eu acho que o número de pessoas é muito importante. E, o número de pessoas no início e no final”; De que forma aqueles recursos contribuirão para a execução da ação nos próximos anos e/ou para a formação acadêmica de outros estudantes pela disponibilização dos recursos as unidades de ensino; Considerar o cumprimento das atividades previstas no cronograma desde que ponderando sobre o cumprimento do cronograma por parte da entidade financiadora; Relação existente entre bolsistas e público-alvo, buscando manter um quantitativo coerente com a realidade de realização da ação de maneira que não sobrecarregue mas que também não gere ócio, conforme Coordenador 4 (2017), ilustra em sua fala “O número de bolsistas com o

número do público-alvo que tu vai atingir é muito importante”; Produtos gerados. Além dos fatores já mencionados, a fala do Gestor da PROPLAN destaca o atendimento aos critérios constitucionais de eficiência, eficácia e efetividade.

Uma média em relação ao total do público-alvo, é importante que tu atinja. É importante porque diante do público-alvo que tu tem, se é, por exemplo, uma turma de alunos ou uma, toda uma escola. Dependendo da totalidade do público-alvo tu tem um número a alcançar (Coordenador 8, 2017).

Eu acho que se nós pensarmos, num prazo maior do que pontualmente aquele ano que o projeto foi implementado até por causa dos problemas que eu te falei. Que vai beneficiar ali, 100 pessoas, eu acho pouco, mas sabendo que tu tá investindo R\$ 100.000,00 que vai beneficiar 100 pessoas naquele ano, que vai beneficiar os acadêmicos que estão naquela formação e que haverá continuidade porque os recursos, especialmente o permanente, e os produtos disso vão contribuir pro ano seguinte aperfeiçoar aquela prática, eu acho que é o ideal. Ou então, se tu não vai continuar o projeto por alguma, sei lá, inviabilidade na comunidade ou enfim alguma coisa que não te permite replicar esse projeto, aquele permanente vai servir pra alguma outra coisa. Um custo-benefício não só pro projeto mas para o curso, para a própria instituição no caso (Coordenador 1, 2017).

Eu acho que a minha maior frustração sempre quando eu, quando eu faço um relatório do projeto é não ter conseguido executar tudo que tava programado. O papel aceita tudo e eu tenho dificuldade de executar um cronograma, de prever um cronograma em que assim, tudo o que eu prevejo que vai acontecer, aqui, aqui e aqui, vai ser nesse formato. Não, o que era pra ter vindo em janeiro veio em maio, em abril. Daí a compra atrasou, a bolsa atrasou, sabe, que são coisas que acontecem, mas ai no final quem fica frustrado. Mas ai, isso não acontece, então eu acho que a frustração vem disso, o custo-benefício. Que é a relação, o custo-benefício disso que a gente poderia ter beneficiado um número muito maior com a proposta. Se o cronograma fosse seguido como é, mas o cronograma não foi seguido porque o docente não quis? Não, porque o recurso veio depois.

Nós tínhamos planejado uma oficina final que o participante dava a devolutiva com todos juntos, a gente não conseguiu executar, então, realmente assim, essa parte da devolutiva do público-alvo. É uma das coisas que talvez os projetos acabam..., eu executei, mas eu não tive a devolução. E ai as vezes a devolução que a gente vê é o participante procurar de novo, “ah, não vai ter aquele projeto de novo?”, porque ele sabe que os projetos não são coisas temporárias (Coordenador 3, 2017).

É difícil arrumar uma métrica pra isso, mas eu acho que é importante porque é dinheiro público. Então eu acho que se a gente consegue reunir vários elementos de avaliação do projeto, um diagnóstico da comunidade sabe, talvez uma apropriação melhor do que é Extensão. Porque, o que eu penso assim, pra gente saber se a gente tá investindo pouco ou muito na Extensão a gente teria que ter um quadro, onde a gente pudesse ver, “Olha, a gente investiu tanto e teve isso, com os parâmetros de avaliação que a gente tem, teve isso, tantos, tantas pessoas beneficiadas, tantos produtos gerados e tal, as ações, enfim, que a gente pudesse ver isso”. Bom, então tá no caminho certo ou tá longe. Que a gente pudesse tirar um relatório, se eu entrasse no sistema do chefe. E pudesse tirar um relatório pelo público beneficiado pelas ações de extensão. Eu já teria uma medida. Alguma coisa assim (Coordenador 6, 2017).

A questão da economicidade, eu acho que não tem muito isso, porque, mais por observação sabe, o pessoal não costuma verificar, eles não têm indicadores. A questão da efetividade, o que houve de transformação a partir daquele projeto, realmente, eles não sabem, como medir, até eles comentavam na época que “era uma

questão muito subjetiva se dizer o que é, não é”, talvez, a gente percebe, acho que mais pelo que a comunidade acaba falando. Tem alguns projetos assim que você vê que se sobressaem um pouco mais, enfim, mais por essa percepção que é uma coisa mais implícita que, às vezes, tu não tem como realmente medir isso, que é uma transformação. E talvez a gente poderia enfatizar mais essa questão, como é que a gente vai medir essa..., enfim, que a gente tá fazendo com o recurso que a gente tem pra poder transformar aquela comunidade, enfim, pra produzir mais, também o produto acadêmico. (GAP 1, 2017)

Os critérios constitucionais, eficiência, eficácia e efetividade. Eficácia tem a ver com atingimento do objetivo, se atendeu o objetivo. Eficiência, se fez mais ou com menos. E aí entra o ponto que a gente tava conversando antes, que é o mais difícil, que é efetividade, se realmente gerou o resultado esperado, aquele impacto social, se gerou aquilo que esperava que o projeto gerasse (Gestor PROPLAN, 2017).

Ainda em relação ao custo cabe um aparte sobre a fala do GAP 2, que destaca a importância de um retorno da própria comunidade uma vez que atualmente o que existe é o preenchimento de um relatório por parte do coordenador da ação. O objetivo de um relatório da comunidade não é contestar a percepção do coordenador sobre a execução de suas atividades mas propiciar uma complementação baseada na percepção da comunidade beneficiada visando, principalmente, aprimorar ações futuras de acordo com o papel que a Universidade possui frente a sociedade.

Olha, na verdade, na verdade, digamos assim, nós GAP, nós não temos um retorno assim, o retorno real para mim seria o retorno da comunidade, da parte atendida, e isso nós não temos. O que ocorre que nós temos é o que o professor preenche no seu relatório depois, então se ele põe ali que a atividade foi toda feita, que o aluno desempenho bem as suas funções, o que vale é aquilo ali, mas nós nunca recebemos um retorno da comunidade.

Então a gente sabe o que o professor disse no seu relatório, mas então a gente não pode analisar realmente o custo-benefício. Eu só poderia se eu tivesse um relatório também da comunidade, aí a gente poderia. Assim, a gente poderia pegar o que o professor escreveu no seu relatório e o que a comunidade pôs, aí a gente poderia avaliar realmente se foi, assim... Se foi bem atendido, se foi bem aplicado aquele recurso financeiro, embora pequeno, mas se foi bem usado, com um retorno satisfatório (GAP 2, 2017).

Para a concessão de recursos orçamentários novamente é mencionada a questão do quantitativo do público-alvo, o Coordenador 5 (2017) manifesta que “O número de pessoas que vai ser atingida. Eu acho que é importante, pra nós”, porém como uma reflexão mais aprofundada observa-se que além do quantitativo é preciso trabalhar com o impacto que a ação proporciona aos participantes, tendo em vista que uma palestra pode abranger um maior quantitativo de pessoas porém um impacto na vida do sujeito em menor proporção do que um trabalho mais delongado de uma ação junto a realidade dessa comunidade. Considera-se ainda a necessidade de estabelecer margens de variação entre o público previsto e o público

atendido tanto para menos quanto para mais de maneira a identificar as causas de suas discrepâncias (se foi inicialmente mensurado a menor devido a ações anteriores, se houve desistência ou maior adesão no decorrer da ação, etc) e o impacto nos objetivos previstos.

Tu teria que analisar a metodologia, os resultados esperados, o impacto. Se a gente só transformar em quantificar a ação, isso também podia gerar graves problemas porque aí tu envolve um, “ah, eu faço um seminário, uma coisa assim, tá, envolvi 300 pessoas”, tá, mas e aquilo, quanto aquilo mudou. Daqui a pouco eu trabalho com 30 e aquelas 30 pessoas tem um impacto enorme, nas famílias (Coordenador 2, 2017).

Que seja um número representativo. Não quantidade, mas em qualidade. Que a amostra seja representativa e responda aos critérios, aos quesitos que tu propôs. Que ela responda os teus objetivos. E se não alcançou que justifique porque (Coordenador 8, 2017).

Eu acho importante pensar em margens, por exemplo, me propus 100. Mas por “n” razões ao longo do processo consegui atender 50, que também tu tem que considerar os critérios de inserção do público nesse projeto. Uma margem mínima. É, qual seria, pra tu considerar que o projeto foi bem-sucedido, qual seria o mínimo, por exemplo, de membros beneficiados em relação ao que foi estabelecido como meta, como objetivo. Ou se foi pra mais, o porque que foi pra mais e se o que foi previsto de recursos, de infraestrutura, de logística, de pessoal previsto pra esses 100 deu conta dos 150? A qualidade, foi atingida, foi comprometida, como é que ficou? Então acho que sempre ter, essa margem é importante. Porque se tu previu 100 e termina com 5, opa. Alguma coisa muito errada aconteceu, não é possível. Então..., esse projeto não tá funcionando, acaba com eles (Coordenador 1, 2017).

Outro critério admite a priorização dos públicos considerados de vulnerabilidade social, de acordo com o que o Coordenador 4 (2017) e o Coordenador 6 (2017), respectivamente, nos explanam “Eu acho que, em primeiro lugar eu colocaria o público-alvo com vulnerabilidade social, acho que deveria ter esse critério. Eu acho que em segundo é o tipo de instituição, a parceria; e, “Eu acho que esses Fórum podem ser agora utilizados como referência, pode melhorar também esse processo de avaliação. Uma pontuação maior pra atender essas demandas, dessa população mais vulnerável. Eu acho que é importante”. Observa-se que o Fórum de Extensão realizado na UFSM foi mencionado como possível fonte de priorização das demandas e, conseqüentemente, dos recursos, o que pode basear a criação de linhas de fomento na Política de Extensão da UFSM, a semelhança das linhas de fomento existentes no edital PROEXT/MEC conforme mencionado pelo Coordenador 3 (2017).

Eu acho que as demandas orçamentárias, elas tão muito vinculadas as Políticas Públicas. Então quem sabe a gente distribui por algumas áreas ou linhas uma forma de classificações e cada um concorre numa das áreas. Que é por exemplo, o

PROEXT/MEC fez. Ai, tendo áreas, tu pode concorrer se a tua nota, além da proporção, se a nota for muito dispare, tu faz uma redistribuição. Não, olha, a nota mínima é tal (Coordenador 3, 2017).

A necessidade de fixação de parâmetros a partir de políticas institucionais é reforçada pela fala do Gestor PROPLAN (2017) que também retoma em sua fala a necessidade de alinhamento das práticas de fomento com os Planos Internos, já apresentada como aspecto para avaliação da extensão, independente de fomento. O GAP 1 (2017) ratifica a fala do Gestor PROPLAN (2017) quanto ao alinhamento aos Planos Internos, bem como a conveniência de alinhar as ações ao PPC do curso, bem como corrobora as falas anteriores quanto a priorização das demandas da comunidade e o enfoque em público-alvo com vulnerabilidade social.

Eu vou citar alguns critérios que eu acho, mas obviamente que a definição de critério deve ser uma política institucional. Eu tenho que ter critério, mas todo e qualquer ato administrativo ele tem que ter mérito, o mérito envolve critério, porque que aquele ato administrativo ele aconteceu, porque aquele convênio vai acontecer, porque existiu um mérito por trás, existe uma motivação. E, pra avaliar se a motivação ela é válida dentro desse nosso contexto de universidade, eu tenho que alinhar a compatibilidade dela com a estratégia da instituição, se ela busca algum alinhamento com objetivo do PDI ou da política instituída na universidade, se ela tem a ver com a natureza jurídica, com o estatuto da universidade, se ela tem alguma, eu posso ter muitas vezes um projeto, um convênio em que é demandado por um ministério e que não é o grande objetivo da universidade. Então tem que ter essa interação com alguma política nacional, com os planos internos PDI, PDTI, PLS, com a nossa natureza jurídica, então isso é análise do mérito que os critérios deveriam ter, então alinhamento estratégico, posso resumir tudo isso em alinhamento estratégico, alinhamento com a política nacional. Posso ter critérios também de impacto social (Gestor PROPLAN, 2017).

Eu acho que além dos que a gente já tem no FIEEX, eu acho que realmente, daria pra, talvez, fazer mais esse alinhamento, dos projetos quanto eles estão alinhados a PDI, a PPC; quanto eles vão atender as demandas da comunidade, acho que todos esses itens seriam fundamentais pra realmente conceder recursos, mas talvez também a questão da vulnerabilidade do público que tu estas atendendo ali. Talvez prioritariamente, a questão do público-alvo, a vulnerabilidade, depois acho que é essa questão, também que, de uma certa forma também se alinha que é a demanda de o que o público quer e se o projeto realmente está vinculado, se daqui a pouco é só uma. E, enfim, acho que também a capacidade técnica, mas isso também mais, seria um dos últimos (GAP 1, 2017).

Ainda foram relatados a importância dos ganhos social e intelectual, voltados nesta ordem, a formação profissional junto à comunidade e o retorno do conhecimento gerado junto à comunidade para a pesquisa acadêmica. O Gestor PRE (2017) destaca a importância da divulgação dos resultados obtidos na ação a partir da geração de produtos, considerando como pressuposto que toda ação de extensão gera produtos que servem para perpetuar os resultados.

Ganho social e intelectual. O ganho social na relação do profissional que tu tá formando com o público-alvo, a sensibilidade que ele vai desenvolver nessa interação, o que a universidade pode levar pra comunidade e o que a universidade vai aprender com a comunidade no retorno pra cá, de trazer para pesquisa. E o ganho intelectual é justamente o conhecimento gerado disso, já é um custo-benefício. A percepção que eu tenho é que o acadêmico que participa de ações de extensão, ele é diferenciado. Ele é diferenciado como um profissional que consegue trabalhar coletivamente (Coordenador 1, 2017).

Um dos grandes debates nós tínhamos que ter, claro, as estruturas não permitem, mas enfim, é publicizar ao máximo possível. Então projeto que não tenha sido divulgado os seus resultados. E eu acho assim, que qualquer um dos projetos ele produz algo, ele tem que ter um produto, então, o produto vai ser uma cartilha, o produto vai ser um folder, o produto vai ser um vídeo.... Ele tem que ter um resultado que perpetue aquilo. Por que, porque nós temos que trabalhar nessa ideia que os projetos são pra emancipação dos grupos e não pra dependência (Gestor PRE, 2017).

Foi identificado que é possível realizar a cobrança para participar de uma ou mais atividades vinculadas a ações de extensão desde que seja respeitada a possibilidade de contribuição de cada público, de acordo com o que o entrevistado Comunidade 1 (2017) narra “Acho que a favor pra manter também. Acho que todo mundo, viria a cooperar dentro do possível de cada um, no caso. Com um valor certo. Pra cada um. Pra cada um não, pra um geral”, visando a manutenção dos materiais de consumo necessários para o desenvolvimento das atividades e até mesmo a manutenção dos bolsistas vinculados a ação e/ou a qualificação dos produtos gerados, conforme nos traz o entrevistado Comunidade 2 (2017)

Olha, eu acho que na conjuntura atual, nas dificuldades que tem, eu acho que isso poderia ser cobrado razoavelmente. De forma diferenciada do que um trabalho técnico. Mas o custo para um aluno também sabe, mas eu acho que tem, eles teriam que ter um pequeno retorno financeiro porque a bolsa é tão miserável. Porque, já foi melhor e as coisas não mudam, os valores não mudam mas mudam quando você vai gastar. Então eu acho que poderia se estabelecer sim uma forma de contribuição, uma contrapartida. Pra custear. E até pra ter o produto final. Porque as vezes o produto final tem um custo. Porque as vezes o produto final tem um custo. Então pra ter um produto final lá, veja bem, quem começa a fazer uma parte fotográfica, por exemplo, olha o custo da fotografia hoje. Pra um dia poder, você utilizar... Pra vida (Comunidade 2, 2017).

No entanto, a implementação de cobrança ainda carece de maiores estudos e debate institucional, inclusive com a definição de metodologias para a definição de valores justos. Observa-se também que como a cobrança estaria vinculada a disponibilidade de cada público e que muitos participantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social não seria possível a efetivação desta prática em tais situações.

Os apontamentos dos entrevistados referente a Perspectiva Financeira permitiram identificar pontos positivos e negativos, além de observações e possível critérios. A partir dos quesitos mencionados foi elaborada a Figura 4.

Figura 4 – Perspectiva Financeira

PERSPECTIVA FINANCEIRA		
Pontos Positivos	Pontos Negativos	Observações e Possíveis critérios
*Bolsas: comprometimento dos acadêmicos e viabilidade para eles se dedicarem a extensão em vez de outras atividades; * Recursos que a instituição destina para Extensão.	* Dificuldades (burocráticas e financeiras) para conseguir viabilizar deslocamento (diárias, motorista e transporte); * Mesmo prazo de concessão/execução de recursos para projeto e programas; * Dificuldade em realizar orçamentação e execução das rubricas de custeio (exceto bolsas) e permanente; * Desconhecimento dos processos que permeiam o planejamento e execução orçamentária e financeira; * Demora na entrega dos produtos, principalmente material permanente; * Dificuldade de planejar ações a partir do aprendizado com as execuções no ano anterior; * Não vinculação das ações ao PDI; * Falta de indicadores para monitoramento das ações em relação ao PDI; * Falta de indicadores para as práticas de Extensão; * Não vinculação ao PPC; * Falta de padronização na gestão dos recursos disponíveis via FIEIX; * Falta de fundo de financiamento para demandas identificadas via Fórum de Extensão; * Falta de equidade; * Valor das bolsas pequenos considerando os custos de deslocamento e alimentação que alguns projetos possuem; * Falta de indicadores para verificar economicidade, efetividade.	* Mais importante: 1) Bolsa; 2) Deslocamento: Diárias, passagens, combustível/carro; 3) Material de consumo: destaque para a Imprensa Universitária (gráfica); * Custo-benefício esperado entre recursos e retorno: Número de pessoas atingidas (Relação inicial e final, com comprovação, média de público), contribuição dos recursos para continuidade da ação nos próximos anos e/ou formação acadêmica de outros estudantes, além da ação; Cumprimento do cronograma; Relação entre acadêmicos na ação e público-alvo, viabilizar qualidade das ações e do desenvolvimento acadêmico, Produtos gerados e critérios constitucionais (Eficiência, eficácia, efetividade). * Critérios para concessão de recurso: quantidade de público-alvo correlacionada ao impacto da ação na vida do sujeito; margens de variação entre público previsto e público atendido; Priorização de: públicos com vulnerabilidade social; Parcerias; Demandas do Fórum de Extensão; Ganhos social e intelectual; produtos gerados.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Ao final dos quatro blocos de entrevista foi disponibilizado um espaço para que os entrevistados acrescentassem alguma informação ou observação em relação a avaliação de extensão, o que permitiu aos entrevistados contribuírem a partir das reflexões realizadas no decorrer da entrevista e das questões apresentadas. Dentro desse contexto as falas enfocam no estímulo necessário para que as ações de extensão sejam ampliadas, sendo que um instrumento de avaliação destas ações tende a contribuir para que o avaliador desenvolva estratégias que valorizem a Extensão.

Acho que tendo um instrumento de avaliação das ações de extensão na instituição vai dar dados pro avaliador, pra ele até pensar em estratégias de como valorizar as ações de extensão e conseqüentemente, estimular, mais pessoas a se envolverem nisso. É um, também, efeito cascata (Coordenador 1, 2017).

Como universidade nós temos que motivar professores a fazer mais ainda trabalhos de Extensão, pra que a gente saia da universidade e vá pra comunidade. Ser presente. E que a universidade chegasse mais também, chegasse mais na comunidade. A pretensão dessas ações. Que esclarecesse o que realmente é Extensão pra própria sociedade. Pra sociedade abrir as portas pra nós também (Coordenador 8, 2017).

Eu acho assim que poderia ser mais, hoje eles poderiam atuar mais do que estão atuando no geral, só que as vezes não surge, aquele projeto, aquela oportunidade, aquela direção pra aquilo. Me parece que hoje é mais focado diretamente. Eu posso

estar errada mas me parece que antigamente você tinha um projeto de Extensão que ele podia se desdobrar, hoje não, hoje ele as vezes é mais direto numa ação que você não encontra pra fazer na nossa região, você tem que ir numa região de campanha. Eu acho que a universidade tá muito engessada hoje, diferente do que já foi pra essa questão da saída do professor e do aluno e o professor ele tem aquelas obrigações com a sala de aula, as vezes ele não tem tempo para acompanhar o aluno, eu vejo porque acompanhei esses outros professores, que tá ficando, fica muito difícil. E até, num certo ponto, até meio de sacrifício para o professor. No formato que está hoje a coisa pública. Mas, no geral, tá muito bom, tá muito bom (Comunidade 2, 2017).

Outras questões apontadas nesse momento tratam da Interdisciplinaridade e Indissociabilidade. Aponta-se a dificuldade existente em realizar ações baseadas na interdisciplinaridade, o que, porém, tende a enriquecer o projeto e ampliar as possibilidades de desenvolvimento dos acadêmicos e a relevância de alinhar as práticas de extensão junto as atividades de Ensino e Pesquisa, promovendo a indissociabilidade.

Uma coisa que a gente vê que é bem complicado de fazer, a extensão já é complicada de realizar, tu unir projetos, é mais complicado ainda, tipo, fazer grupos, interdisciplinares, pegar grupos diferentes, não necessariamente por ser de cursos diferentes, mas realmente grupos com perspectivas diferentes, com ideias diferentes e fazer eles reunir tudo num projeto único, é bem complicado (Bolsista 1, 2017).

É, acho que uma coisa também, que a gente precisa alinhar também dentro da Indissociabilidade. Exatamente, quanto influencia no Ensino e na Pesquisa, a Extensão. Eu falei muito do impacto social, eu falei muito pra fora, agora pra dentro, quanto impacto no Ensino, na formação do aluno, quanto impacta na Pesquisa, de eu pegar aquela pesquisa e aplicar ela no contexto da sociedade e também no contexto interno, também poderia ser um critério e eu acho que também a gente deveria estar analisando nas ações de extensão. Teria que ter um mapa, na minha visão, desses critérios, impacto estratégico, impacto no ensino, na pesquisa, impacto social e ai eu tenho um mapa da universidade quais são os projetos que mais ajudam a cooperar num desses critérios até pra ter uma ideia de onde eu preciso melhorar a execução do projeto, onde eu preciso melhor acompanhar, ou aonde eu preciso fomentar mais projetos, porque hoje os professores atuam naquilo que eles entendem que é extensão e não aquilo que a instituição, de acordo com, com os critérios de decisão acham que é mais importante, até para balizar a tomada de decisão (Gestor PROPLAN, 2017).

A partir das análises das entrevistas e das sínteses apresentadas nas Figuras 1 a 4, elaborou-se o mapa com os principais objetivos vinculados a meta de implementação de avaliação da Extensão Universitária na UFSM. A Figura 5 permite visualizar os objetivos definidos para cada perspectiva do BSC.

Figura 5 – Balanced Scored Card



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Os objetivos dispostos em cada perspectiva do BSC interagem entre si dentro de cada perspectiva e, também, inter-relacionam-se dentre os objetivos das demais perspectivas, influenciando e sendo afetados pelo desenvolvimento de cada proposta. Destacam-se dentre os propósitos identificados aqueles vinculados a “capacitações” e “divulgação”, reforçando a necessidade de estreitamento de laços e alinhamento entre todas as partes envolvidas nas ações de extensão quanto as dificuldades e oportunidades vinculadas a essas práticas.

Uma vez que as partes envolvidas nas ações estão em constante readequações, quer seja pela inclusão de profissionais nas ações ou pela alteração das comunidades beneficiadas pelos projetos, e que as regulamentações e orientações procedimentais podem sofrer alterações tendo em vista a necessidade de readequações a novos contextos e tecnologias é importante que as estratégias vinculadas a capacitações e divulgações sejam permanentes e contínuas. Ainda, cabe considerar que dentre os intuitos encontram-se também a proposição de critérios e fortalecimento de processos avaliativos e para que tais metas sejam efetivamente cumpridas é imprescindível que os seus usuários destas dominem seus conceitos, abrangência e possíveis limitações, sendo que isto somente é possível a partir de regulamentações, divulgações e capacitações. Desta forma, a comunicação ocupa um papel chave para a obtenção dos objetivos definidos.

4.2 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A partir das pesquisas realizadas nos sites das Instituições de Ensino Superior Federais Brasileira foi possível traçar algumas considerações a respeito da avaliação da Extensão Universitária no Brasil. Para melhor realização da coleta de dados e análise das informações as questões foram subdivididas em seis categorias, conforme consta no Quadro 8. Todas as questões das categorias Estrutura Formal, Registro, Acompanhamento e Curricularização totalizam em 63 respondentes. Para a categoria Editais, somente a questão “Possui Editais de Fomento interno a extensão?” totaliza em 63 instituições, para as demais questões foram excluídas da totalização as cinco instituições em que não foi identificado a existência de editais de fomento, totalizando em 58. Na categoria Avaliação, para as questões que possuem relação direta com os Editais foram desconsideradas na totalização as cinco instituições em que não foi identificado a existência de editais de fomento, totalizando em 58.

Em relação a categoria Estrutura identificou-se, conforme Tabela 1, que todas as instituições possuem Pró-Reitor de Extensão ou Equivalente e 21 (33%) destas também possuem Pró-Reitor de Extensão Adjunto ou Equivalente. O baixo número de Pró-Reitores Adjuntos identificados pode estar vinculado a questão de que os tais cargos estão relacionados ao exercício de alguma Coordenadoria em concomitância podendo simplesmente não estar qualificado nos sites institucionais com ambas funções e que foi detectado que praticamente todas as instituições analisadas (98%) possuem tais órgãos em sua estrutura. Enquanto as Câmaras de Extensão são constituições predominantes nas organizações (81% possuem

Câmara de Extensão), as Comissões de Extensão ainda são minorias (33%), tal fato pode estar atrelado ao fato de que em universidades de maior porte faz-se necessário segregação de atividades em unidades mais específicas (Comissões) devido ao volume e dinâmica de trabalho demandados.

A partir deste contexto observa-se que a UFSM, como a maioria das instituições, tem dentre as estruturas de extensão identificadas Pró-Reitor, Coordenadorias, sendo elas Coordenadoria de Ações Regionais e Inovação - CARI e Coordenadoria de Eventos e Difusão Cultural – CEDC, bem como Câmara de Extensão. A UFSM também possui Pró-Reitor Adjunto e o apoio das Comissões de Extensão, além de ser a única instituição que possui Gabinetes de Projetos.

Tabela 1 – Categoria Estrutura

Questões	Sim		Não Identificado		TOTAL
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Possui Pró-Reitor de Extensão ou equivalente?	63	100	-	-	63
Possui Pró-Reitor de Extensão adjunto ou equivalente?	21	33	42	67	63
Possui Coordenadorias ou órgão equivalente de apoio a PRE?	62	98	1	2	63
Possui Câmara de Extensão ou órgão equivalente?	51	81	12	19	63
Possui Comissões de Extensão ou órgão equivalente?	21	33	42	67	63
Possui Gabinete de Projetos ou órgão equivalente?	1	2	62	98	63

Fonte: Elaborado pela autora. (2018).

Ainda, como informação complementar, verificamos que as Pró-Reitorias ou equivalentes, responsável pela gestão da Extensão Universitária são denominadas predominantemente de “Extensão” (52%) ou “Extensão e Cultura” (21%). Além destas, são utilizadas outras 14 distintas designações. Os dados apresentados nesta categoria permitem auferir que a maioria das instituições estão estruturadas formalmente com vistas a atender os trâmites necessários para o registro e avaliação das ações de extensão em distintas instâncias.

Na categoria Registro, vide Tabela 2, apurou-se que a maioria das IES (60%) não possuem sistema próprio para registro de ações de Extensão, sendo que destas onze utilizam SIGPROJ e nove utilizam-se de registro via protocolo, e-mail ou memorando eletrônico para o encaminhamento do registro. Observa-se que para esta questão considerou-se como sistema próprio somente o sistema que foi elaborado pela própria instituição, caso o sistema sido

adquirido, podendo ter sido adaptado ou não, considerou-se como “Não”. A maioria das IES não possuem Política de Extensão (83%), contudo possuem resolução que regulamente as atividades de Extensão (86%). Praticamente inexistente a fixação de datas para o registro de ações de Extensão, sendo adotada tal prática por somente quatro (6%) instituições, porém a não fixação de prazos específico, não determina que não existam datas de submissão, pois 14 destas instituições adotam um edital de fluxo contínuo garantindo períodos para submissão e períodos para avaliação, verifica-se que esta pode ser uma maneira a sistematizar melhor o fluxo de trabalho de proponentes e avaliadores. Aferiu-se que a adoção de formulários próprios para o registro das ações, bem como a fixação de condições para emissões de certificado são práticas da maioria das universidades sendo adotados por, respectivamente, 49 (78%) e 37 (59%) destas.

Verifica-se que a UFSM possui alguns instrumentos vinculados a categoria de registro, tais como sistema próprio de registro (Portal de Projetos), resolução que regulamenta as atividades de Extensão e formulário para registro das ações, porém não possui Política de Extensão, prazo de registro para ações ou condições para emissão de certificados. Desta forma, a UFSM localiza-se dentre as poucas instituições que tem um sistema próprio, todavia acompanha a realidade nacional quanto a não ter uma Política própria de Extensão, tendo somente resolução que regulamenta tais práticas e optando pela não delimitação de prazos para o processo de registro de ações, mas fornecendo formulário próprio para este processo. Referente ao processo de certificação a UFSM encontra-se a margem do contexto nacional que define condições para emissão de certificados.

Tabela 2 – Categoria Registro

Questões	Sim		Não		Não Identificado		TOTAL
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Possui Sistema próprio para registro das ações de extensão?	17	27	38	60	8	13	63
Possui Política de Extensão?	11	17	-	-	52	83	63
Possui Resolução regulamentando as atividades de Extensão?	54	86	-	-	9	14	63
Existem prazos definidos para registro de ações?	4	6	-	-	59	94	63
Existe formulário próprio para registro das ações?	49	78	-	-	14	22	63
Existe alguma condição para emissão de certificado?	37	59	-	-	26	41	63

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

A análise quanto as instituições não possuem sistema próprio permite auferir que o SIGPROJ não atende as necessidades pertinentes as atividades de Extensão da maioria das universidades uma vez que é adota por somente onze destas, ocasionando como consequência a aquisição de sistemas e/ou licenças de uso de sistema ou o desenvolvimento de sistemas próprios. Destaca-se nesta categoria a ausência de Políticas de Extensão vigentes identificadas o que caracteriza a falta de definição por parte das Pró-Reitorias de Extensão de práticas regulamentadas que norteiem o rumo que a instituição almeja para suas práticas extensionistas. A existência de regulamentação das atividades de extensão está vinculada a descrição de quais práticas são consideradas como Extensão, as características de cada uma, tais como Programa, Projeto, Curso, dentre outras ponderações, além de prever os procedimentos para a realização do registro institucional destas.

A inexistência de prazos definidos para o registro das ações de extensão permite maior fluidez ao processo, porém a adoção de editais de fluxo contínuo surgem como uma forma de gerenciar as demandas e otimizar as rotinas de trabalho tanto de coordenadores como demais instâncias de tramitação e apreciação das propostas. A opção por formulários padronizados fornece maior dinamicidade ao processo de preenchimento das informações pelos propositores das ações uma vez que desta forma eles tem clareza do que lhes é requisitado, assim como ao processo avaliativo uma vez que facilita a análise dos itens que estão padronizados e dispostos em uma ordem preestabelecida.

Por fim, a fixação de condições para a emissão dos certificados propicia maior segurança na emissão dos documentos. Dentre as 37 instituições que possuem condições para a emissão de certificado: 19 exigem o envio/entrega de Relatório; onze exigem a aprovação do relatório; cinco exigem envio/entrega de Relatório e outras obrigações tais como frequência mínima; uma exige aprovação do Relatório final e outras obrigações; e, uma exige somente frequência mínima de participação nas ações.

Os dados da categoria Editais, expostos no Tabela 3, assinalam a existência de editais de fomento no âmbito das IES em 58 (92%) das 63 analisadas, bem como a utilização de formulários próprios para a realização das submissões de candidaturas e adoção de restrições quanto as rubricas facultadas por 54 (93%) universidades. Somente quatro instituições adotam algum critério de priorização em seus Editais, já quanto ao pagamento de bolsas existe um equilíbrio entres as universidades que definem as condições para que este seja realizado (47% das IES) e as que não e as que não expõe nenhuma condição (53%). Os editais majoritariamente (95%) definem quem são os sujeitos aptos a atribuição de coordenador de

projeto nos editais. Por fim, verifica-se que a exigência de relatórios parciais e finais é prática da maior parte das instituições estando presente em 36 e 51 editais, respectivamente, ainda que seja adotado pela minoria delas (43%) um formulário padrão para a emissão destes.

Algumas das informações encontram-se diretamente descritas nos editais e outras são mencionadas como cumprimento de resolução vigente ou são utilizadas como referência considerando que na falta de menção de outra regra aplicável ao edital utiliza-se o regramento institucional existente.

Na categoria Editais a UFSM acompanha o cenário que se estabelece em âmbito nacional para a maioria das questões, exceto nos quesitos “restrições quanto as rubricas disponibilizadas nos editais”, “exigência de emissão de relatório parcial” e “formulários para emissão de relatórios (parcial e final). A opção por não limitar as rubricas financiadas visa permitir a análise das demandas financeiras de acordo com a realidade de cada ação e visando não inviabilizar ou prejudicar o desempenho das ações. Ao não exigir relatório parcial e tampouco possuir formulário para emissão de relatórios parciais e finais ocorre prejuízo ao acompanhamento efetivo do andamento das ações por parte de terceiros não vinculados a ação, bem como dificulta a compilação de dados entre distintas propostas.

Tabela 3 – Categoria Editais

Questões	Sim		Não		Não Identificado		TOTAL
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Possui Editais de Fomento interno a extensão?	58	92			5	8	63
Existe formulário próprio para submissão das ações nos Editais?	54	93	4	7	-	-	58
Existem restrições quanto as rubricas disponibilizadas nos editais?	54	93	4	7	-	-	58
Existe priorização de algum tipo de ação para o fomento?	4	7	54	93	-	-	58
Existe alguma condição para pagamento das bolsas?	27	47	31	53	-	-	58
Existe definição sobre quem pode ser coordenador de projeto?	55	95	3	5	-	-	58
Existe exigência de emissão de relatório parcial?	36	62	22	38	-	-	58
Existe exigência de emissão de relatório final?	51	88	7	12	-	-	58
Existe formulário para emissão de relatório (parcial ou final)?	25	43	33	57	-	-	58

Fonte: Elaborado pela autora. (2018).

A existência de editais de fomento no âmbito das universidades federais brasileiras denota os esforços realizados por estas organizações na sua atuação a partir do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, de maneira a propiciar aos acadêmicos o aprendizado junto à comunidade, assim como produzindo um retorno a sociedade para além da formação estudantil, mas como produtos desenvolvidos com e para a comunidade que visam sua emancipação enquanto sujeitos. A utilização de formulários próprios para a submissão aos editais permite uma maior clareza e transparência no processo de concessão de recursos a partir de análises padronizadas de acordo com as informações solicitadas em cada campo disponível, otimizando as rotinas de coordenadores e avaliadores e ampliando a segurança e confiabilidade dos processos.

Dentre os 54 editais que possuem restrições quanto as rubricas disponibilizadas, frisa-se que 41 destes são voltados somente para concessão de bolsas. Das 41 instituições que possuem um edital voltado somente para a concessão de bolsas, ao menos cinco possuem outro edital com concessão de outros tipos de fomento. A priorização em concessão de bolsas está no fato de que compreende-se está como sendo a principal demanda para realização das ações de extensão e na ampliação de ações atendidas com bolsistas, porém tal prática pode prejudicar o desenvolvimento de ações que necessitam de outras rubricas para viabilizar suas atividades, cabendo nestes casos o estabelecimento de parcerias e convênios que supram tais requisições visando o pleno desenvolvimento dos projetos.

Em relação as instituições que priorizam algum tipo de ação para o fomento, cada uma utiliza um tipo de critério de priorização, não sendo possível estabelecer critérios em comum. Observa-se que a ausência de critérios de priorização pode estar diretamente vinculada a ausência de Política de Extensão na maioria das IES conforme apresentado no Quadro 11. No tocante as 27 instituições que determinam condições para o pagamento dos bolsistas, sobressai a exigência da frequência mensal do bolsista assinalada em dezessete editais. No que se refere as 55 instituições que definem quem pode exercer a função de coordenador de projeto, os critérios adotados por 21 delas impõem que o servidor possua vínculo ativo na instituição, sendo que outras nove restringem a docentes com vínculo ativo na instituição, enquanto que dezesseis permitem docentes e técnicos administrativos desde que com nível superior; e, as demais adotam outras distintas definições.

A requisição de relatórios parciais e/ou finais demonstra a necessidade de prestação de contas dos recursos empregados propiciada pela reflexão entre o que a ação se propôs a realizar com os recursos recebidos e o que efetivamente realizou. O fato de que poucas

instituições adotam formulários padronizados dificulta a comparabilidade entre as ações e compilação dos resultados em um documento unificado que retrate a atuação das instituições junto as comunidades.

No Tabela 4 ações do que para concorrer em editais, ocorrendo a avaliação com base em critérios pontuáveis para o registro da ação em somente sete instituições, enquanto que 46 editais adotam critérios pontuáveis em suas avaliações. Verifica-se que a adoção de formulário próprio para que os bolsistas sejam avaliados está presente em somente nove universidades, sendo que nenhuma das universidades adota critérios pontuáveis para embasar tal avaliação, como contraponto está o fato de que os bolsistas realizam avaliação das ações de Extensão em 72% dos casos analisados, ainda que poucos Editais predeterminem os formulários (34%) e critérios definidos (10%) para orientar esta reflexão. Ainda, sobressai o aspecto de que somente em uma instituição foi identificado a necessidade de realização de avaliação por parte do público, sendo que inexistente formulário próprio ou critérios que guiem esta prática.

Tabela 4 – Categoria Avaliação

Questões	Sim		Não Identificado		TOTAL
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Existe critério pontuável para análise das ações no registro?	6	10	57	90	63
Existe critério pontuável para avaliação das ações nos editais?	46	79	12	21	58
Existe formulário próprio para avaliação dos Bolsistas?	9	16	49	84	58
Existe critério pontuável para a avaliação da participação dos Bolsistas?	-	-	58	100	58
Bolsistas realizam avaliação da ação de extensão?	42	72	16	28	58
Existe formulário próprio para avaliação da ação pelos Bolsistas?	20	34	38	66	58
Existem critérios definidos para a avaliação da ação pelos Bolsistas?	7	12	51	88	58
Público-alvo realiza avaliação da ação de extensão?	1	2	62	98	63
Existe formulário próprio para avaliação da ação pelo Público-Alvo?	-	-	63	100	63
Existem critérios definidos para a avaliação da ação pelo Público-Alvo?	-	-	63	100	63

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Em relação a categoria Avaliação a UFSM adota as mesmas proposições das demais instituições analisadas para a maioria das questões, exceto quanto a possuir “formulário próprio para avaliação dos bolsistas” e “Bolsistas realizam avaliação da ação de extensão”, observando que se por um lado a instituição busca definir um padrão para avaliação dos

bolsistas por parte dos coordenadores, não tem-se considerado a proposição de um canal no qual o próprio bolsista possa expressar sua opinião quanto a ação de extensão e sua própria atuação nesta.

A ausência de critérios pontuáveis no registro pode estar relacionada a não delimitação de um número de ações por coordenador, enquanto que nos editais, considerando os recursos restritos, faz-se necessário o estabelecimento de critérios que permitam o ranqueamento das ações e a realização de um corte entre contempladas e não contempladas sempre que a demanda for maior que a oferta. Os critérios nos editais propiciam transparência e oportunizam a ampla concorrência por parte dos interessados desde que atendam aos requisitos estabelecidos.

Nas instituições que adotam critérios pontuáveis para avaliação no registro, verifica-se que algumas buscam utilizar a combinação de nota e peso, assim como opta-se por utilizar uma gradação clara para a atribuição das notas, ou seja, é atribuída uma escala que vai da nota mínima a nota máxima, que possui explicação de quando aplicar cada conceito dentro dessa escala. Observa-se, ainda, uma preocupação por parte de algumas instituições em fornecer um parecer ao coordenador quando não lhe for atribuída nota máxima tornando clara a razão pelo desconto da nota e permitindo ao coordenador melhorar o desenvolvimento do seu projeto. Dentre os critérios mais utilizados na avaliação no processo de registro estão: Impacto social; Impacto na formação discente; Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; Objetivos, Metas e Justificativa; Caracterização dos beneficiários; Fundamentação teórica; e, Vinculação com o PPC do curso e PDI. No Apêndice F é possível conferir os critérios, notas, pontuações e observações relativas as universidades que adotam critérios pontuáveis no registro da ação de Extensão.

A partir das instituições que adotam critérios pontuáveis no registro do processo, buscou-se analisar os critérios pontuáveis que são utilizados por elas nos Editais, buscando traçar um paralelo entre as duas ações. Inicialmente verificou-se que no edital analisado da UNILA não constavam critérios pontuáveis uma vez que o edital já lista as ações contempladas, podendo tal feito estar embasado no critério de distribuir 1 bolsa para todas as ações que estejam com os registros atualizados no sistema. Para as demais universidades verificou-se que são adotados, basicamente, os mesmos critérios utilizados no registro da ação. Os critérios detalhados podem ser verificados no Apêndice G.

O baixo número de instituições que adotam um formulário próprio para que seja realizada avaliação dos bolsistas bem como a inexistência de critérios pontuáveis para realizar

tal avaliação, se por um lado, permitem maior flexibilidade na realização das avaliações, por outro lado gera insegurança aos bolsistas quanto aos métodos e as alegações que embasarão a análise do seu desempenho podendo ocasionar desgastes na relação aluno e coordenador visto que pode não ter ocorrido uma pactuação prévia sobre como este processo ocorreria. Ainda, a ausência de formulário com questões padronizadas dificulta o acompanhamento em nível de gestão quanto a atuação dos bolsistas uma vez que impossibilitam a comparabilidade dos dados, limitando a atuação dos órgãos de apoio quanto a ações propositivas que visem auxiliar na melhora no desenvolvimento dos acadêmicos a partir do envolvimento com ações de extensão.

Dentre as instituições que disponibilizam formulário para a avaliação dos bolsistas verifica-se que: Os formulários de avaliação dos bolsistas que são realizados a partir de formulário manual iniciam pela identificação do bolsista que será avaliado e da ação a qual ele está vinculado, tal procedimento é dispensado para aquelas cuja avaliação é feita via sistema e o sistema já informa os dados e as vinculações do acadêmico. Duas dentre as nove instituições que possuem formulário, adotam formulário para emissão de parecer do coordenador/orientador, sem detalhar maiores considerações que guiem essa emissão de parecer. Nas demais universidades verifica-se que os principais critérios são estão distribuídos em três blocos, sendo eles “Plano de Trabalho do Aluno”, “Envolvimento do aluno com a ação” e “Contribuições da Ação para o Aluno”, onde busca-se avaliar, respectivamente, o conhecimento e cumprimento do plano de trabalho pelo acadêmico; o posicionamento do aluno quanto aos quesitos Responsabilidade /Pontualidade/ Assiduidade: Proatividade, Organização, Relacionamento interpessoal, Envolvimento, Autodesenvolvimento e Participação do acadêmico em divulgações científicas, eventos; o amadurecimento pessoal e acadêmico. O detalhamento dos itens considerados no referido formulário, por universidade, pode ser verificado no Apêndice H.

O fato de que na maioria das instituições os bolsistas realizam avaliação da ação de extensão, ainda que poucas dessas disponibilizem um formulário próprio e somente uma ínfima parte destas possua critérios pontuáveis para orientar este procedimento, denota-se a preocupação em observar a percepção dos acadêmicos frente as práticas extensionistas realizadas. É necessário o aprimoramento do processo a partir de fixação de formulários e critérios orientadores desta dinâmica com vista a subsidiar a melhoria futura das ações através da qualificação das suas atividades que incluem a própria gestão da ação, além de servir como um momento de auto avaliação quanto a atuação do bolsista frente as demandas que lhe foram

apresentadas de maneira a orientar as necessidades de qualificação ainda existentes e clarear sobre as dificuldades e possibilidades de atuação no campo profissional e social.

Nas instituições que possuem critérios definidos para avaliação da ação pelos bolsistas, são considerados, principalmente, as seguintes questões são referentes a Plano de trabalho do aluno, Envolvimento do aluno com a ação, contribuições para a formação acadêmica, sendo que algumas universidades ainda possibilitam a avaliação da coordenação e da ação. O roteiro completo de critérios por universidade por ser verificado no Apêndice I.

Verifica-se que os Formulários das instituições que possuem critérios definidos para avaliação da ação pelos bolsistas, possuem uma parte de identificação do Bolsista, da ação e da bolsa na qual vincula-se, a seguir são dispostos os critérios que orientam a análise. Por sua vez, as instituições que não possuem critérios definidos costumam apresentar um formulário com identificação da instituição para que ele faça relatos de sua experiência, porém sem conduzi-lo para uma reflexão de determinados aspectos.

Chama a atenção que somente uma instituição realiza avaliação com o público-alvo das ações de extensão, inexistindo qualquer formulário ou critério que norteie tal processo em nenhuma universidade. Observa-se que apesar de as ações serem orientadas para atender a uma questão específica de um público as organizações não estruturam medidas formais para verificar qual a percepção destes diante das ações realizadas o que oportunizaria a revisão das atividades e progresso em questões de grande importância social. A dificuldade em estabelecer critérios e procedimentos para obter esse retorno da comunidade não deve servir como desculpa para a não realização cabendo o aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos a partir da coleta das informações.

Na categoria Acompanhamento constata-se, diante das informações demonstradas no Tabela 5, que a maioria das instituições exige a emissão de relatórios parciais (67%) e finais (84%) e tem formulários padronizados para que estes sejam realizados (57%). A obrigação destes relatórios a partir de formulário padrão permite a comparabilidade dos dados, desde que estabelecidos critérios para tais relações, de maneira a acompanhar a evolução da ação no decorrer do tempo e dos recursos empregados.

No quesito Acompanhamento a UFSM exige relatórios parciais e finais, porém não possui formulário padronizado para a realização destes procedimentos. Observa-se que a ausência de padronização nos processos limita a capacidade de compilação de dados e análise das informações.

Tabela 5 – Categoria Acompanhamento

Questões	Sim		Não Identificado		TOTAL
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Existe exigência de emissão de relatório parcial?	42	67	21	33	63
Existe exigência de emissão de relatório final?	53	84	10	16	63
Existe formulário para emissão de relatório (parcial ou final)?	36	57	27	43	63

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Em relação a existência de formulários, identificou-se a existência simultânea de “Formulário próprio para o registro das ações”, “Formulário próprio para submissão nos editais” e “Formulário para emissão de relatório parcial/final” (categorias Editais e Acompanhamento), sobressaindo dentre esses a utilização de 2 sistemas Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGPROJ e Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. Os principais parâmetros utilizados no SIGAA e no SIGPROJ são: A) Registro: Introdução (contendo como principais tópicos: Identificação e Descrição da ação, o Alinhamento dela referente a alguns tópicos que tangem a gestão da universidade e da educação superior; e, Informações Complementares), Equipe de Execução, Órgãos Internos e Parcerias Externas, Receitas, Despesas e Anexos. B) Submissão aos Editais: A submissão ocorre diretamente junto a proposta elaborada, a partir da escolha de opção a qual edital se deseja submeter, sendo permitida a edição de informações. Aqui é importante destacar a distinção que existe entre as instituições que adotam um sistema integrado de registro e submissão, não sendo solicitado novamente as mesmas informações já solicitadas no registro mas permitindo o ajuste dessas se necessário. C) Emissão de Relatório Parcial/Final: Observa-se que não é realizada segregação entre relatórios para Editais e para Acompanhamento. Selecionar a opção adequada (Cadastrar Relatório “Parcial” ou “Final”). O SIGAA solicita primeiramente a informação sobre se ação foi realizada ou não, a seguir são questionadas questões sobre o que foi efetivamente realizado e o alcance destas ações, incluindo a efetiva execução financeira. Por sua vez o SIGPROJ, habilita muitos campos para preenchimento, iguais aos que foram preenchidos na submissão sendo o objetivo, neste instante, a revisão das informações a partir do que foi realmente realizado, além disso são apresentadas questões objetivas que permitem a tabulação das respostas e dos resultados obtidos, sendo um formulário bastante detalhado e completo. A lista completa dos parâmetros de cada programa pode ser consultada no Apêndice J.

Para a categoria Curricularização foi realizada somente uma questão visando identificar a existência de regramento para as atividades de Curricularização de Extensão. Somente 9 (14%) das 63 instituições da amostra possuem regulamentação destas atividades. A partir disso verifica-se que apesar de os prazos para a implementação da Extensão no currículo da graduação ainda será preciso muitos avanços dentro das universidades de maneira a regulamentar e viabilizar efetivamente tais práticas o que deverá demandar controle das ações realizadas e ampliação dos espaços de atuação com vistas a comportar o número de acadêmicos que deverão dedicar determinado número de horas para atuar junto à comunidade em ações de Extensão Universitária.

5. PROPOSIÇÃO DE MODELOS DE AVALIAÇÃO PARA AS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UFSM

Com base no conhecimento obtido no decorrer deste estudo, foram descritas a metodologia de implementação dos modelos de avaliação com vistas a propiciar indicadores específicos da Extensão na UFSM e elaborados modelos de avaliação das ações de Extensão Universitária compostos pelas características específicas das partes interessadas e ações desenvolvidas, considerando as etapas de registro, submissão a editais e acompanhamento (parcial e final). Para a implementação dos modelos de avaliação das ações de extensão, tanto no registro, quanto na emissão de relatório de acompanhamento, é imprescindível a adequação do atual sistema de registro de projetos de maneira que este venha a comportar todos os requisitos demandados e que suportarão a análise e emissão de parecer. Além disso, faz-se necessário consolidar os processos de emissão de relatório para ações contempladas ou não com recursos de editais. As alterações nos sistemas institucionais deverão ser formalizadas via memorando destinado a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) visando a posterior realização de reuniões entre PRE, PROPLAN e Centro de Processamento de Dados (CPD) para discussão das fases de elaboração e implementação das melhorias.

Paralelamente deve-se trabalhar institucionalmente a difusão dos critérios de avaliação a serem utilizados em cada etapa da gestão de projetos de Extensão, enfatizando a importância da clareza e precisão no preenchimento dos dados solicitados. Tais ações também são necessárias para sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica quanto as alterações nos sistemas institucionais de maneira a tornar o processo de transição mais fácil para os envolvidos, bem como capacitar as partes (coordenadores e avaliadores) para a elaboração e planejamento das ações, tendo em vista que dentre os pontos negativos levantamentos neste estudo estão a dificuldade de preenchimento do Plano de Trabalho e em verificar o valor da avaliação, além de avaliações desvinculadas ao que se havia previsto no projeto, fragilidades no quesito Planejamento e no alinhamento das ações aos planos institucionais. A PRE poderá promover reuniões e/ou cursos previamente ao lançamento de editais (focado na submissão aos editais) e no início de cada semestre (foco no registro e nos relatórios de acompanhamento das ações de extensão) visando esclarecer sobre a operacionalização desses processos.

Ainda deve-se revisar e atualizar as regulamentações referentes aos processos de registro e acompanhamento das ações de extensão buscando sanar os problemas verificados nas regulamentações existentes, tais como falta de clareza das informações nelas contidas e falta de conhecimento das regulamentações existentes. Se as resoluções institucionais

propiciam segurança para o fluxo dos processos, cabe a política de extensão definir o direcionamento almejado da extensão para a comunidade acadêmica e sociedade em geral abarcada pelas ações da universidade, servindo como pauta para o delineamento de novos projetos, desta forma é imprescindível a institucionalização de uma nova Política de Extensão. A partir de regramentos atualizados e articulados com o Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico da UFSM a Extensão ganha visibilidade e reconhecimento pelas contribuições tanto para a formação acadêmica quanto para o desenvolvimento institucional como um todo e a aproximação junto à comunidade.

Também cabe a Extensão empoderar-se dos processos relativos a participação das ações de Extensão na Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM, buscando agregar os processos de emissão de relatórios dos bolsistas de Extensão aos trabalhos apresentados, visando a valorização destes a partir da retomada do Prêmio Mérito Extensionista e utilizar tal premiação como critério de seleção para os trabalhos que representarão a instituição no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS). A retomada de premiação na extensão visa elevar a extensão ao mesmo status atribuído a pesquisa, oferecendo destaque e reconhecimento aos esforços dos extensionistas que além de realizarem atividades junto a sociedade, a partir da aplicação dos conhecimentos adquiridos na sala de aula e com a finalidade de promover a emancipação dos sujeitos, também geram produtos voltados a comunidade acadêmica, tais como artigos.

Por fim, é interessante a produção de e-books e/ou livros impressos para divulgação das ações realizadas, tanto junto as comunidades beneficiadas como para a comunidade acadêmica da UFSM e a sociedade em geral, tal movimento permitirá ampliar a divulgação das ações de Extensão e colaborará para a valorização das ações e atores envolvidos no processo o que poderá vir a contribuir para a ampliação das relações com a sociedade. Além dos e-books e livros impressos, a PRE possui a marca Extenda que possui dentre os seus produtos uma revista, um programa de TV e um programa de rádio que são publicações de cunho jornalístico que visa abordar a realidade das ações de extensão a partir da visão dos diferentes atores envolvidos. A PRE ainda têm uma revista científica, denominada Experiência e produziu uma série de cadernos de extensão, disponibilizados no formato digital como cartilhas ou cadernos, produzidos a partir das experiências de extensão e que sejam úteis para o ensino, a pesquisa e a extensão auxiliando na replicação de atividades. Verifica-se desta forma que a PRE dispõe de uma gama de produtos que permite atingir diferentes públicos devendo ser alavancada a sua divulgação e distribuição.

A partir das questões levantadas para implementação dos modelos de avaliação foram traçadas propostas vinculadas a objetivos específicos que precisam ser atendidos sob coordenação da PRE com a colaboração de outros setores. O resumo das propostas, objetivos e envolvidos está disposto no Quadro 10.

Quadro 10 – Propostas, objetivos e envolvidos na implementação dos modelos de avaliação sugeridos

Proposta	Objetivos	Envolvidos
Promover adequação no sistema de registro	Eliminar o retrabalho nos processos relacionados a gestão de projetos	PRE, CPD, PROPLAN, GAPs
Difusão dos critérios de avaliação a serem utilizados em cada etapa da gestão de projetos de Extensão	Sensibilizar e conscientizar a comunidade acadêmica quanto as alterações nos sistemas institucionais	PRE, GAPs, Comissões de Extensão
Capacitar as partes (coordenadores e avaliadores) para a elaboração e planejamento das ações	Melhorar o planejamento e alinhamento institucional das ações	PRE, Coordenadores de ações de Extensão; Comissões de Extensão, GAPs
Promover reuniões e/ou cursos voltados para a operacionalização dos processos	Esclarecer sobre os ritos pertinentes a esses processos.	PRE, Coordenadores de ações de Extensão; Comissões de Extensão, GAPs
Revisar e atualizar as regulamentações referentes aos processos de registro e acompanhamento das ações de extensão	Sanar os problemas verificados nas regulamentações existentes	PRE, Coordenadores de ações de Extensão; Comissões de Extensão, GAPs, PROPLAN
Institucionalizar uma nova Política de Extensão	Definir o direcionamento almejado para a Extensão da UFSM	PRE, Coordenadores de ações de Extensão; Comissões de Extensão, GAPs, PROPLAN. Comunidade acadêmica.
Coordenar os processos relativos a participação das ações de Extensão na Jornada Acadêmica Integrada (JAI) da UFSM	Valorização das ações de Extensão a partir da retomada do Prêmio Mérito Extensionista	PRE, PRPGP, Câmara de Extensão
Divulgação das ações realizadas	Valorização das ações de Extensão a partir do reconhecimento social	PRE, Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM; Câmara de Extensão

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

5.1 MODELO DE AVALIAÇÃO VINCULADO AO PROCESSO DE SUBMISSÃO DA AÇÃO PARA O REGISTRO NO PORTAL DE PROJETOS

Na avaliação das ações de extensão durante a etapa de registro deve-se buscar a qualificação das ações, bem como fortalecer as práticas de planejamento, visando facilitar a execução da ação e a futura emissão de relatórios, além de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ações interdisciplinares e interprofissionais que estejam alinhadas aos planos institucionais.

O responsável pelo registro das informações deverá ser o Coordenador da Ação de Extensão. Tal registro deverá ser realizado a partir da adoção de um formulário eletrônico que contenha todas as informações necessárias com o objetivo de tornar as informações mais acessíveis a todas as partes interessadas, porém sem eliminar a possibilidade, se de interesse do coordenador, de anexar documento com o mesmo conteúdo das telas. Tal procedimento além de permitir publicização de dados de maneira padronizada, também otimizará o processo de avaliação na medida que o avaliador poderá verificar todas as informações na tela de maneira padronizada e dinâmica, não sendo necessário verificar anexos para complementação de informações e compreensão da proposta. O formulário eletrônico proposto está dividido em sete blocos, sendo eles: Introdução, Equipe de Execução, Órgãos internos e Parcerias Externas, Receitas, Despesas, Orçamento Consolidado e Anexos. E deverá conter os seguintes campos, por bloco:

1. INTRODUÇÃO:

1.1 Identificação: Título, Classificações: Caracterização da Ação (Escolher dentre as opções “Programa”, “Projeto”, “Curso”, “Evento”, “Prestação de Serviço”, “Produto”, “Produção e Publicação”), para as opções “Curso” e “Evento” abrir tela complementar para indicar Tipo de Evento; Carga Horária; Número de Vagas Oferecidas, Outras Informações (Descrição – Opcional), para opções “Produtos e produção e publicação”, abrir tela complementar: Tipo de Produto, selecionando um tipo entre as opções do sistema, e Tiragem (quantidade); Resumo do Produto/Produção e Publicação); Grande área de conhecimento do CNPq, Área Temática Principal, Área Temática Secundária, Linha de Extensão; Início Previsto da ação (dd/mm/aa); Término Previsto da ação (dd/mm/aa); Público: Tipo/Descrição do Público-Alvo; Número Estimado de Público Geral (Discriminar, caso exista mais de um tipo de público-alvo determinar número estimado pro público); Abrangência (“Estadual”, “Internacional”, “Local”, “Micro regional”, “Municipal”, “Nacional” ou “Regional”), Local

de realização (Estado; Município: Selecionar o município desejado dentre os cadastrados; Bairro; Espaço de Realização; Ação Vinculada a Programa de Extensão (Respostas “Sim” ou “Não”, se “Sim” indicar número do programa); Periodicidade (“Anual”, “Bianual”, “Mensal”, “Eventual”, “Sazonal”, “Semestral”, “Outra”); Tem limite de vagas (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, quantificar; Tem Inscrição /Mensalidade/ Outros (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim indicar Valor da taxa e Forma de cobrança da taxa: GRU ou via fundação de apoio (Se fundação de apoio indicar qual);

1.2 Descrição: Resumo da Proposta (Máximo 250 caracteres); Palavras-chave (no máximo cinco palavras-chave); Justificativa; Fundamentação Teórica; Objetivos e Resultados esperados (Definição de metas e indicadores de monitoramento); Metodologia e Avaliação (Pelo público; Pela equipe de Execução); Relação Ens. Pesq. e Ext.; Referências Bibliográficas; Observações;

1.3 Alinhamento: Ação é Curricular (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, abrir tela para descrever de que forma ocorre a curricularização; Ação vinculada a Projeto Político Pedagógico da unidade proponente? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma ocorre a vinculação; se não, justifique a importância da ação para o desenvolvimento dos acadêmicos; Ação vinculada a Projeto de Desenvolvimento Institucional ou Projeto de Desenvolvimento da Unidade (Se houver)? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma ocorre a vinculação; se não, justifique a importância da ação e as contribuições para a instituição; Ação possui relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma se dão as relações e os benefícios esperados em virtude destas relações; se não, descreva quais as dificuldades para o desenvolvimento destas relações;

1.4 Informações Complementares: 1.4.1 Divulgação: Meio de Divulgação (assinalar dentre as opções “Cartaz”, “Folder”, “Mala Direta”, “Internet”, “Imprensa”, “Outdoor” e “Outro”). 1.4.2 Certificados: Emissão de Certificados (Informar Quantidade por Tipo - “Participante” e “Equipe de Execução”), Justificativa e Critério para emissão de certificados aos participantes (Opções: Nota mínima (indicar quantitativo) e/ou Frequência mínima (informar quantitativo percentualmente); 1.4.3. Gera Publicações e Outros Produtos Acadêmicos? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, assinalar Tipo de produto (dentre as opções) e informar Descrição/Tiragem;

2 – EQUIPE DE EXECUÇÃO:

2.1 Membros: Vincular membros da equipe de execução (a vinculação ocorre a partir

do cadastro dos servidores e acadêmicos já existentes nos sistemas institucionais, sendo possível realizar a busca por nome ou matrícula); Cadastrar membros externos (Informar nome e CPF para realizar o cadastro prévio, a partir da matrícula gerada será possível vincular os membros ao projeto); Remuneração (indicar se o membro tem alguma remuneração na Instituição);

2.2 Cronograma de Atividades: Atividade, Mês de Início; Duração (Meses, semanas, dias), Somatório da carga horária dos membros (preenchido pelo sistema); Responsável, Vincular Membros / C.H;

3 – ÓRGÃOS INTERNOS E PARCERIAS EXTERNAS:

3.1 Órgãos: Unidade de Proponente; Unidade Responsável; Unidade Envolvidas na Execução (Executor Financeiro, Co-Executoras); Nome do Gestor.

3.2 Parcerias: Nome, Sigla, Parceria (“Interna” ou “Externa” a IES), Instituição, Outra Instituição, Participação;

4 – RECEITA:

4.1. Arrecadação: Tipo (Respostas: “Inscrição”, “Mensalidade” ou “Outros”), Descrição, Quantidade, Custo Unitário;

4.2 Recurso da IES (Edital interno ou Unidade): informar valor (R\$) por rubrica;

4.3 Recurso de Terceiros (Editais ou parcerias): Nome da Instituição, Item de Dispendio (Selecionar uma das rubricas ou opção “Outro”), Tipo (“Espécie” ou “In Natura”), Valor e se É órgão Público (Resposta “Sim” ou “Não”);

4.4 Receita consolidada (Demonstrativo das informações preenchidas);

5 – DESPESAS:

5.1 Diárias: Localidade, Nº de diárias, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.2 Material de Consumo: Descrição, Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.3 Passagens: Trecho, Quantidade, Tipo (Opções “Aérea” ou “Terrestre”), Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.4 Serviços de Terceiros – Pessoa Física: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.5 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.6 Material Permanente: Descrição (Especificação), Tipo (Opções “Nacional” ou

“Importado”) Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.7 Bolsa de Extensão: Nome do Bolsista; Tipo Institucional (Opções “Discente”, “Docente”, “Técnico Administrativo” ou “Associado”), Início Previsto, Término previsto; Qtd. De Meses, Carga horária semanal, Bolsa/Mês, Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.8 Outras Despesas: Descrição, Custo e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

6 – ORÇAMENTO CONSOLIDADO (Demonstrativo das informações preenchidas).

7 – ANEXOS;

5.1.1 Quadro de Avaliação das Informações Prestadas

O registro das ações inicia pela submissão da proposta a ser realizada pelo coordenador no Sistema de Projetos. A primeira instância de tramitação é o departamento do coordenador cuja finalidade é emitir parecer sobre o comprometimento da carga horária do coordenador, o fluxo seguinte é ao Gabinete de Projetos que verifica aspectos formais da proposta, por fim, cabe a Comissão de Extensão a responsabilidade pela avaliação das ações de extensão das unidades de ensino e a Pró-Reitoria pela avaliação das ações de extensão vinculadas a Reitoria quanto ao mérito destas propostas.

Visando propiciar maior clareza na análise do mérito das propostas pelas Comissões de Extensão ou PRE, os critérios de avaliação estão estruturados, principalmente, em cima das Diretrizes previstas na Política Nacional de Extensão, considerando as informações prestadas no formulário de submissão. As diretrizes de “Impacto e transformação social” e “Impacto na formação do estudante” recebem maior peso na avaliação devido ao destaque que recebem nas avaliações das ações de extensão das universidades federais brasileiras analisadas e itens mencionados como relevantes também nas entrevistas realizadas. Ainda, adota-se como um dos critérios, os aspectos formais, tendo em vista que dentre os pontos negativos levantados na análise das entrevistas encontram-se a falta de compreensão entre o que é a Extensão e suas modalidades, falta de ações estruturadas e alinhadas ao planejamento da UFSM e as dificuldades relativas o que envolve os processos financeiros vinculados ao serviço público.

A análise seguirá uma pontuação total de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), conforme critérios elencados no Quadro 11, calculada pela somatória dos pontos atribuídos. Parâmetros para a

avaliação da proposta: 10 – Excelente (Proposta atende a todos os aspectos considerados neste quesito); 7,5 – Bom (Proposta atende a mais da metade dos aspectos considerados neste quesito); 5,0 – Razoável (Proposta atende à metade dos aspectos considerados neste quesito. Mencionado mas não desenvolvido); 2,5 - Precisa melhorar muito (Proposta atende a menos da metade dos aspectos considerados neste quesito, não está explicitado, mas há elementos que permitem inferir a possibilidade); 0 – Não consta (Proposta não atende a nenhum aspecto considerado neste quesito).

Para ser aprovada a proposta deve obter nota (média ponderada) igual ou superior a 6,0 pontos. Não sendo permitida a aprovação de propostas que tenham zerado o item “A proposta vincula as atividades de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC dos discentes a serem vinculados ao projeto considerando o perfil do egresso?”.

Observação: Se houver tópicos em que não atribuído nota máxima, o avaliador deverá incluir no parecer a justificativa para o desconto da nota, e se possível, realizar alguma recomendação visando contribuir para a melhoria das propostas. Caso todos os itens recebem nota máxima é opcional a emissão de comentários junto ao parecer.

Quadro 11 – Critérios para avaliação na etapa de Registro da Ação de Extensão

(continua)

Crítérios	Questões para análise:	Escala de Pontuação	Peso
Impacto e transformação social	1. A proposta descreve as contribuições para a superação dos problemas sociais visando a emancipação dos sujeitos?	0 a 10	0,5
	2. A proposta prevê a geração de produtos visando à ampliação de oportunidades educacionais?	0 a 10	0,5
	3. A proposta indica as características socioeconômicas, culturais e políticas dos beneficiários?	0 a 10	0,5
	4. A proposta indicou a metodologia utilizada para estimativa do número de pessoas beneficiada coerente com quantitativo apontado?	0 a 10	0,5
Impacto na Formação do Estudante	1. Os resultados técnicos/científicos esperados na formação profissional estão explicitados?	0 a 10	0,5
	2. Os resultados sociais esperados na formação cidadã estão explicitados?	0 a 10	0,5
	3. A proposta descreve como os estudantes contribuirão para o Programa e Projetos vinculados, no planejamento, execução e avaliação?	0 a 10	0,5
	4. A proposta vincula as atividades de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC dos discentes a serem vinculados ao projeto considerando o perfil do egresso?	0 a 10	0,5

Quadro 11 – Critérios para avaliação na etapa de Registro da Ação de Extensão

Critérios	Questões para análise:	(conclusão)	
		Escala de Pontuação	Peso
Interação dialógica	1. A proposta explicita formas e grau de participação da comunidade no planejamento?	0 a 10	0,5
	2. A proposta explicita formas e grau de participação da comunidade na execução?	0 a 10	0,5
	3. A proposta explicita a forma e grau de participação da comunidade na avaliação final?	0 a 10	0,5
	4. A proposta prevê parcerias com outros setores da sociedade?	0 a 10	0,5
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	1. A proposta indica que haverá integração de diferentes áreas de conhecimento na execução das atividades, seja por meio de participantes, Unidades, parcerias ou público-alvo envolvido?	0 a 10	1,0
Indissociabilidade com a pesquisa	1. A proposta evidencia ações de pesquisa, busca e produção de conhecimento?	0 a 10	1,0
Aspectos Formais	1. A proposta respeita o adequado enquadramento a modalidade de extensão escolhida?	0 a 10	0,5
	2. A proposta descreve como contribuirá para o Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI?	0 a 10	0,5
	3. Proposta apresenta carta de aceite da comunidade onde ocorrerá a ação onde conste, no mínimo: Título da ação, Objetivos e período de execução previsto.	0 a 10	0,5
	4. As ações planejadas e as etapas de execução e avaliação das propostas estão coerentes com o orçamento previsto?	0 a 10	0,5

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

Obs.: Ações que realizem alterações na proposta da ação após a submissão da ação para registro, deverá ser reanalisada sendo possível a alteração de somente o item alterado ou demais itens, conforme se inter-relacionem.

5.2 MODELO DE AVALIAÇÃO VINCULADO AO PROCESSO DE CONCESSÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (FIEIX) VIA PORTAL DE PROJETOS

O responsável pela submissão das informações deverá ser o Coordenador da Ação de Extensão que deverá vincular a ação ao Edital FIEIX no Sistema de Editais. Na análise dos relatos, diversos entrevistados reclamaram sobre o retrabalho existente no preenchimento das mesmas informações em diferentes sistemas, bem como a necessidade de um representante da comissão avaliar novamente as mesmas informações já verificadas no momento do registro, tendo em vista que os componentes das Comissões de Extensão são responsáveis pelas avaliações no registro e nas submissões aos editais. Desta forma, a proposta para a avaliação

das ações no pleito de recursos via Edital FIEEX, busca observar no formulário proposto que se complemente ou ajuste somente as informações relativas ao período do edital de maneira a otimizar o tempo dispensado para a submissão, assim como o tempo dos avaliadores que se envolvem em ambos os processos. Da mesma maneira são orientados os critérios de avaliação, porém sem deixar de considerar a nota obtida pela ação no momento do registro o que abarca os critérios utilizados pelas instituições analisadas.

A partir das informações já preenchidas no momento de registro da ação, o sistema disponibilizará formulário eletrônico dividido em três blocos, sendo eles, Introdução, Despesas e Anexos, com os seguintes campos:

1. INTRODUÇÃO:

1.2 Descrição: Objetivos e Resultados esperados: definir percentual de alcance destes com as atividades previstas para serem executadas durante o período do edital e com os recursos solicitados via edital; Observações;

1.3 Informações Complementares: 1.3.3. – Gera Publicações e Outros Produtos Acadêmicos durante o período de execução do Edital? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, assinalar Tipo de produto (dentre as opções) e informar Descrição/Tiragem;

5 DESPESAS: Considerando o limite de recursos disponibilizados no Edital. De acordo com os parâmetros de rubricas financiáveis pelo Edital importar as informações da submissão, devendo coordenador realizar a seleção dos itens que serão financiados pelo edital;

5.1 Diárias:

5.2 Material de Consumo:

5.3 Passagens:

5.4 Serviços de Terceiros – Pessoa Física:

5.5 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica:

5.6 Material Permanente:

5.7 Bolsa de Extensão: Início Previsto, Término previsto; Qtd. De Meses, Carga horária semanal, Bolsa/Mês. Tela complementar com as informações do Plano de Trabalho do Bolsista contendo: Objetivos; Atividades a serem desenvolvidas/Mês; Contribuição para a formação do acadêmico considerando o perfil do egresso do Projeto Político Pedagógico do curso ao qual aluno se vincula);

5.8 Outras Despesas: Descrição, Custo;

7 – ANEXOS.

Para a aplicação da tabela de avaliação o sistema deverá apresentar para o avaliador as telas preenchidas no momento do registro da ação e as telas com as informações referentes a submissão ao Edital FIEEX. Considera-se como itens eliminatórios e impeditivos para a habilitação ao FIEEX: o Coordenador ter pendências na emissão de relatórios de ações de extensão; o Coordenador que tenha tido bolsista de extensão no ano anterior e cujo bolsista não tenha realizado a apresentação de trabalho na Jornada Acadêmica Integrada (JAI) ou em outro evento acadêmico de extensão.

O edital deve observar ainda o que dispõe o Art. 9º do Decreto 7.416/2010 quanto a concessão de bolsas de extensão, visto que esta “deverá estar prevista em programa ou projeto que preencha os seguintes requisitos: II – ser coordenado por docente em efetivo exercício ou instituição”, desta forma compreende-se que o edital de fomento de bolsistas deve destinar-se somente a docentes e que, considerando os Art. 7º, § 1º do mesmo decreto, as ações de extensão classificadas como Cursos e Eventos “devem estar previstos em programas e projetos, os quais, como as demais ações que ensejem a concessão de bolsas de extensão, deverão observar os requisitos do art. 9º”. Quanto aos produtos e publicações destaca-se o §1º, do Art. 7º, do referido decreto “Os programas e projetos, sempre que possível, devem considerar produtos e publicações relacionados às ações de extensão.” Por fim, o Decreto 7.416/2010, no §3º, do Art. 7º e no Art.8 situa o tratamento a ser dado a Prestação de Serviços.

§ 3º Podem ser consideradas no âmbito da extensão as atividades de inovação ou extensão tecnológica, as práticas culturais e artísticas e o desenvolvimento de políticas públicas prioritárias, entre outros.

Art. 8º A prestação institucional de serviços, se admitida como modalidade de extensão, nos termos da disciplina própria da instituição, em vista de justificativa acadêmica não enseja a concessão de bolsas de extensão, aplicando-se as disposições sobre estágio, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
Parágrafo único. A prestação institucional de serviços de que trata o **caput** refere-se ao estudo e solução de problemas dos meios profissional ou social, com a participação orientada de estudantes, e ao desenvolvimento, pelos docentes, de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como a transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade.

5.2.1 Quadro de Avaliação das Informações Prestadas

A partir da vinculação da ação a um Edital, de acordo com período determinado no respectivo edital caberá a Comissão de Extensão das unidades de ensino a realização da avaliação. A PRE não se envolve no processo de avaliação de ações para o FIEEX

considerando que este fomento é oriundo dos recursos distribuídos as unidades de ensino, não havendo fomento previsto para os órgãos vinculados a reitoria, inclusive devido ao caráter das ações de extensão. Dentro dos critérios de “Ação de Extensão”, a questão que abarca a geração de produtos possui um peso maior em relação as demais tendo em vista a importância que recebeu na fala dos entrevistados devido ao caráter de reconhecimento social que proporciona as comunidades além de ser uma forma de registro do contexto vivenciado pelos beneficiados da ação. Também é dado um maior peso, no total (2,0 pontos – questões 5 a 7), das questões relativas ao Plano de Trabalho do Bolsista tendo em vista a importância deste para o desenvolvimento das atividades através de fomento e que a estruturação adequada deste instrumento nesta etapa propiciará benefícios para um processo de acompanhamento mais claro e adequado para todas as partes envolvidas. O peso elevado para as informações relativas ao registro da ação tem por objetivo estimular a qualificação das propostas e facilitar os processos de acompanhamento das ações nas fases posteriores. Por fim, a experiência do coordenador em atividades de extensão universitária fortalece e qualifica o processo, sendo ainda um estímulo para que os coordenadores que desejam pleitear fomentos de extensão vivenciem as práticas extensionistas a partir da participação em outras ações de extensão.

A comissão de extensão observará em sua análise que a ação poderá obter uma pontuação total de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), conforme critérios elencados no Quadro 12, calculada pela somatória dos pontos atribuídos. Os parâmetros para a avaliação da proposta a serem considerados são: 10 – Excelente (Proposta atende a todos os aspectos considerados neste quesito); 7,5 – Bom (Proposta atende a mais da metade dos aspectos considerados neste quesito); 5,0 – Razoável (Proposta atende à metade dos aspectos considerados neste quesito. Mencionado mas não desenvolvido); 2,5 - Precisa melhorar muito (Proposta atende a menos da metade dos aspectos considerados neste quesito, não está explicitado, mas há elementos que permitem inferir a possibilidade); 0 – Não consta (Proposta não atende a nenhum aspecto considerado neste quesito). Para ser aprovada a proposta deve obter nota (média ponderada) igual ou superior a 6,0 pontos. Não sendo permitida a aprovação de propostas que tenham zerado os itens 2, 6 e 8.

Observação: Se houver tópicos em que não atribuído nota máxima, o avaliador deverá incluir no parecer a justificativa para o desconto da nota, e se possível, realizar alguma recomendação visando contribuir para a melhoria das propostas. Caso todos os itens recebem nota máxima é opcional a emissão de comentários junto ao parecer.

Quadro 12 – Critérios para avaliação na Submissão ao FIEEX

Critérios	Questões para análise:	Escala de Pontuação	Peso
Ação de Extensão	1. Os objetivos e resultados esperados para o período do edital estão coerentes as atividades planejadas?	0 a 10	0,5
	2. A proposta prevê a geração de produtos visando à ampliação de oportunidades educacionais?	0 a 10	1,5
Ação de Extensão	3. Os produtos previstos poderão ser utilizados em outras comunidades, além da comunidade beneficiada pela ação de extensão?	0 a 10	0,5
	4. As despesas estão coerentes as atividades planejadas para execução durante o edital?	0 a 10	0,5
	5. Os objetivos do Plano de Trabalho do bolsista estão claros e coerentes com as atividades previstas para execução durante período do edital?	0 a 10	1,0
	6. O Plano de Trabalho do Bolsista prevê a elaboração e apresentação de trabalho em evento de extensão ou integrado de extensão e pesquisa?	0 a 10	0,5
	7. O Plano de Trabalho expõe claramente a relação entre as atividades previstas e a contribuição para a formação do acadêmico considerando o perfil do egresso do Projeto Político Pedagógico do curso ao qual aluno se vincula?	0 a 10	0,5
	8. Foi anexada carta de aceite da comunidade onde ocorrerá a ação onde conste, no mínimo: Título da ação, Objetivos e período de execução previsto?	0 a 10	0,5
	9. Nota atribuída a ação de extensão na etapa de registro.	0 a 10	3,0
Coordenador	Experiência em extensão universitária	0 a 10	1,5

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

A classificação dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitando o limite dos recursos disponíveis. Utilizar-se-ão como critérios de desempate no resultado final, caso necessário, os seguintes itens: a) Ação que esteja classificada como Programa; b) maior nota obtida no quesito: “Nota atribuída a ação de extensão na etapa de registro”; c) maior tempo em exercício do proponente na UFSM.

5.3 MODELO DE AVALIAÇÃO VINCULADO AO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO

A proposta de avaliação das ações de extensão visa reduzir o retrabalho existente, visando a realização de um único relatório que contemple todas as questões, quer esta ação tenha ou não recebido fomento. Observa-se que a avaliação das ações de extensão que recebem fomento devem atentar para o que consta nos artigos 10, 11 e 13 do Decreto 7.416/2010.

Art. 10. A avaliação das atividades dos programas e projetos que se utilizem das bolsas de extensão referidas neste Decreto é de responsabilidade do órgão de extensão competente da instituição, e se baseará, entre outros:

I - na quantidade de cursos de graduação cujos projetos pedagógicos prevejam programas de extensão como componentes curriculares;

II - na participação de estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo da instituição em eventos de extensão ou em eventos integrados de pesquisa e extensão, locais, regionais ou nacionais, com apresentação de trabalho, preferencialmente com publicação;

III - na contribuição dos programas e projetos com o desenvolvimento da graduação, expressa no projeto pedagógico do curso, preferencialmente pelo reconhecimento da carga horária de extensão como suficiente para cumprimento de créditos acadêmicos curriculares; e

IV - na repercussão social da produção acadêmica dos programas e projetos, de acordo com a política de extensão prevista no plano de desenvolvimento institucional.

Art. 11. A avaliação dos bolsistas de extensão e dos tutores será orientada por critérios definidos pela instituição, considerando, entre outros:

I - o desempenho acadêmico;

II - a participação em atividades de ensino e pesquisa relacionadas com os projetos e programas de extensão, expressas em relatório anual; e

III - outros indicadores, definidos nas normas próprias da instituição ou no edital de seleção.

Art. 13. São deveres dos estudantes bolsistas de extensão:

I - participar das atividades de extensão, ensino e pesquisa previstas no projeto ou programa;

II - manter os indicadores satisfatórios de desempenho acadêmico definidos pela instituição;

III - apresentar trabalhos relativos ao projeto ou programa em eventos científicos, previamente definidos;

IV - fazer referência à sua condição de bolsista nas publicações e trabalhos apresentados; e

V - cumprir as demais exigências estabelecidas nos editais de seleção.

Para realizar a avaliação de acompanhamento das ações de Extensão serão disponibilizados três formulários de maneira a contemplar a análise das três partes interessadas, sendo elas: Coordenador da Ação, Acadêmicos (Bolsistas e Voluntários) e Comunidade beneficiada.

5.3.1 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pelo Coordenador

O responsável pelo fornecimento das informações será o Coordenador de Ação de Extensão. As informações deverão ser fornecidas através de formulário eletrônico que importará as informações preenchidas na Submissão para que seja efetuada a revisão destas a partir do que foi realmente realizado. Sistema deverá disponibilizar dois tipos de relatórios, sendo a) Relatório parcial: durante o período entre a última avaliação até o presente momento; b) Relatório final: Durante todo o período previsto para execução da ação no momento do registro do projeto. Para iniciar o preenchimento da avaliação deve-se selecionar a opção adequada: Cadastrar Relatório “Parcial” ou “Final”.

No relatório de acompanhamento da ação também deverá ser realizada a avaliação do bolsista ou voluntário, devendo ocorrer a vinculação automática dos bolsistas ao item 5.7 relatório e devendo ser disponibilizada a opção de vinculação manual dos acadêmicos voluntários que deverão ser avaliados a partir da mesma sistemática. Desta forma pretende-se reduzir a subjetividade na avaliação dos acadêmicos, ponto negativo observado a partir da análise das entrevistas. Os critérios definidos para a avaliação dos acadêmicos basearam-se nos principais critérios utilizados pelas universidades federais e descritos no Apêndice H.

O formulário eletrônico proposto é composto por oito etapas, sendo elas: Introdução, Equipe de Execução, Órgãos Internos e Parcerias Externas, Receita, Despesas, Orçamento Consolidado, Anexos e Avaliação. Para cada etapa são definidos campos específicos para preenchimento conforme listado a seguir:

1. INTRODUÇÃO:

1.1 Identificação: Título, Classificações: para as opções “Curso” e “Evento” abrir tela complementar para indicar Tipo de Evento; Carga Horária; Número de Vagas Efetivamente Oferecidas, Outras Informações (Descrição - Opcional), para opções “Produtos e produção e publicação”, abrir tela complementar: Tipo de Produto, selecionando um tipo entre as opções do sistema, e Tiragem (quantidade); Resumo do Produto/Produção e Publicação); Início Efetivo da ação (dd/mm/aa); Término Efetivo da ação (dd/mm/aa), esta data será considerada como data para o relatório, sendo relatório parcial o próximo relatório deverá considerar avaliação a partir desta data; Relatório final o Término efetivo da ação deverá coincidir com o término previsto da ação; Público: Tipo/Descrição do Público-Alvo atingido; Número de Público Geral atendido (Discriminar, caso exista mais de um tipo de público-alvo determinar número por público); Abrangência (“Estadual”, “Internacional”, “Local”, “Micro regional”, “Municipal”, “Nacional” ou “Regional”), Local de realização (Estado; Município: Selecionar o município desejado dentre os cadastrados; Bairro; Espaço de Realização; Periodicidade (“Anual”, “Bianual”, “Mensal”, “Eventual”, “Sazonal”, “Semestral”, “Outra”); Teve limite de vagas (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, quantificar; Tem Inscrição /Mensalidade/ Outros (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim indicar Valor da taxa e Forma de cobrança da taxa: GRU ou via fundação de apoio (Se fundação de apoio indicar qual);

1.2 Descrição: Resumo da Proposta (Máximo 250 caracteres); Palavras-chave (no máximo cinco palavras-chave); Justificativa; Fundamentação Teórica; Objetivos e Resultados realizados: informar quantitativo (sistema deverá calcular o percentual de alcance de acordo com a previsão inicial; para as ações contempladas com recursos deverá ocorrer verificar com

relação ao informado no momento de submissão ao edital). Se a ação não alcançou totalmente seus objetivos para o período, identifique a (s) razão (ões) (Opções “Insuficiência de tempo”, “Acúmulo de atividades”, “Falta de recurso”, “Falta de planejamento”, “Problemas com público-alvo”, “Limites”, “Aumento da demanda”, “Problemas de infra-estrutura” ou “Problemas na equipe”); Os resultados obtidos para a Comunidade/Público-Alvo foram efetivos e eficientes? (Respostas “Sim” ou “Não”). Justifique; Metodologia e Avaliação (Pelo público; Pela equipe de Execução); Relação Ens. Pesq. e Ext.; Mudanças e dificuldades: Mudanças ocorridas; Dificuldades ocorridas; Lições aprendidas e perspectivas (Descrever as lições aprendidas com o projeto e apresentar as perspectivas de continuidade da ação e outros possíveis projetos); Referências Bibliográficas; Observações;

1.3 Alinhamento: Ação é Curricular (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, abir tela para descrever de que forma ocorreu a curricularização; Ação vinculada a Projeto Político Pedagógico da unidade proponente? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma ocorre a vinculação; se não, justifique a importância da ação para o desenvolvimento dos acadêmicos; Ação vinculada a Projeto de Desenvolvimento Institucional ou Projeto de Desenvolvimento da Unidade (Se houver)? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma ocorre a vinculação; se não, justifique a importância da ação e as contribuições para a instituição; Ação possui relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, descreva de que forma se dão as relações e os benefícios em virtude destas relações; se não, descreva quais as dificuldades para o desenvolvimento destas relações;

1.4 Informações Complementares: 1.4.1 Divulgação: Meio de Divulgação (assinalar dentre as opções “Cartaz”, “Folder”, “Mala Direta”, “Internet”, “Imprensa”, “Outdoor” e “Outro”). 1.4.2 Certificados: Emissão de certificados (Informar Quantidade por Tipo - “Participante” e “Equipe de Execução”), justificativa e critério para emissão de certificados aos participantes (Opções: Nota mínima (indicar quantitativo) e/ou frequência mínima (informar quantitativo percentualmente); 1.4.3 Gerou Publicações e Outros Produtos Acadêmicos? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, assinalar Tipo de produto (dentre as opções) e informar Descrição/Tiragem em níveis “Nacional” e/ou “Internacional”. Anexar todas as publicações, caso não seja possível anexar os produtos, deve-se anexar fotos e vídeos comprobatórios do produto gerado,

2 – EQUIPE DE EXECUÇÃO:

2.1 Houve mudança na equipe de execução? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim,

caracterizar as principais alterações ocorridas na equipe e de que forma afetaram a execução da ação e a qualificação dos seus executores;

3 – ÓRGÃOS INTERNOS E PARCERIAS EXTERNAS:

3.1 Órgãos: Unidade de Proponente; Unidade Responsável; Unidade Envolvidas na Execução (Executor Financeiro, Co-Executoras); Unidade Gestora; Executor Financeiro; Nome do Gestor;

3.2 Parcerias: Nome, Sigla, Parceria (“Interna” ou “Externa” a IES), Instituição, Outra Instituição, Participação;

4 – RECEITA:

4.1. Arrecadação: Tipo (Respostas: “Inscrição”, “Mensalidade” ou “Outros”), Descrição, Quantidade, Custo Unitário;

4.2 Recurso da IES (Edital interno ou Unidade): informar valor (R\$) por rubrica;

4.3 Recurso de Terceiros (Editais ou parcerias): Nome da Instituição, Item de Dispendio (Selecionar uma das rubricas ou opção “Outro”), Tipo (“Espécie” ou “In Natura”), Valor e se É órgão Público (Resposta “Sim” ou “Não”);

4.4 Receita consolidada (Demonstrativo das informações preenchidas);

5 – DESPESAS:

5.1 Diárias: Localidade, Nº de diárias, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.2 Material de Consumo: Descrição, Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.3 Passagens: Trecho, Quantidade, Tipo (Opções “Aérea” ou “Terrestre”), Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.4 Serviços de Terceiros – Pessoa Física: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.5 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.6 Material Permanente: Descrição (Especificação), Tipo (Opções “Nacional” ou “Importado”) Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

5.7 Bolsa de Extensão: Nome do Bolsista; Tipo Institucional (Opções “Discente”, “Docente”, “Técnico Administrativo” ou “Associado”), Início, Término; Qtd. De Meses, Carga horária semanal, Bolsa/Mês, Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou

“Terceiros”). Tela complementar com as informações do Plano de Trabalho do Bolsista e contendo tabela contendo coluna “Fatores” que devem ser relacionadas as colunas “Excelente”, “Bom”, “Regular” e “Fraco”. Fatores estão distribuídos em três blocos, sendo eles “Plano de Trabalho do Aluno”, “Envolvimento do aluno com a ação” e “Contribuições da ação para o aluno”.

5.7.1. Plano de Trabalho do Aluno: 1.1 O aluno tomou conhecimento do Plano de Trabalho que deveria cumprir na ação? (Resposta “Sim” ou “Não”), 1.2 Em relação ao cumprimento do Plano de Trabalho; (Se o Plano de Trabalho não foi categorizado como “Excelente”, identifique a(s) razão (ões): 1.2.1. Insuficiência de tempo; 1.2.2. Problemas referentes ao desenvolvimento do programa/projeto vinculado; 1.2.3. Acúmulo de atividades; 1.2.4. Falta de orientação; 1.2.5. Reorganização das ações; 1.2.6. Limites impostos pela instituição/ comunidade/ público atingido; 1.2.7. Falta de empenho do aluno; 1.2.8. Outra(s). Especificar;); 1.3 Ocorreram alterações no Plano de Trabalho? (Resposta “Sim” ou “Não”); 1.3.1 Caso tenha ocorrido modificações no plano de trabalho, descreva-as;

5.7.2. Envolvimento do Aluno com a Ação: 2.1 Avalie: 2.1.1. Responsabilidade /Pontualidade/ Assiduidade: Empenho no cumprimento de horários e tarefas assumidas; 2.1.2. Proatividade: Capacidade de tomar decisões e de sugerir soluções aos problemas emergentes; 2.1.3. Planejamento/Organização: Sistematização de meios para a realização das atividades e capacidade de organização e gerenciamento de rotina; 2.1.4. Relacionamento interpessoal: Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho e com o público-alvo; 2.1.5. Envolvimento: Participação nas atividades do programa/projeto vinculado, 2.1.6. Autocrítica: Capacidade de evidenciar suas dificuldades; 2.1.7. Autodesenvolvimento: Esforço e interesse demonstrados na aquisição de conhecimentos/habilidades, por iniciativa própria, visando o aperfeiçoamento de seu desempenho extensionista; 2.1.8. Participação do acadêmico em divulgações científicas, eventos, etc.(Relacionar as participações em congressos, seminários, encontros, etc. e/ou publicações em periódicos, no período de vigência do programa (anexar cópia dos comprovantes)); 2.1.9. Outras informações e comentários que julgar pertinente;

OBS.: Sistema deve indicar ao final das respostas em qual grau da escala o aluno se encontra a partir das respostas assinaladas nos itens 2.1.1 a 2.1.8 indicando a “Avaliação Geral do Aluno. Desempenho Geral: Excelente (Somente atribuições de Excelente ou Bom. Sendo permitido até duas classificações como Bom); Bom (Somente “Excelente”, “Bom” ou “Regular. Sendo necessário, no mínimo, cinco “Bom” ou combinação de quatro “Bom” com dois “Excelente”); Regular (Deve ter, ao menos, uma atribuição de Excelente ou Bom); Fraco

(Nenhuma atribuição de excelente ou Bom, atribuições variam entre Fraco e Regular).

5.7.3. Contribuições da Ação para o Aluno: 3.1. Em relação ao amadurecimento pessoal e acadêmico. Como você avalia a contribuição das atividades desenvolvidas pelo bolsista? 3.2. Indique os fatores que influenciaram no resultado assinalado na questão anterior; (poderá ser marcada mais de uma opção): 3.2.1 Adquirir novos conhecimentos; 3.2.2 Confrontar a formação acadêmica com a prática; 3.2.3 Vivenciar ações que integram ensino, pesquisa e extensão; 3.2.4 Vivenciar práticas político-sociais, 3.2.5 Perceber a inserção social de sua profissão, 3.2.6 Ajudar a solucionar problemas identificados, 3.2.7 Avaliar criticamente seu processo de formação, 3.2.8 Desenvolver ações multidisciplinares/interdisciplinares, 3.2.9 Influir na inserção de outros alunos no programa/projeto vinculado, 3.2.10 Ser autor ou co-autor de publicação ou outro produto acadêmico, 3.2.11 Conhecer o Plano Nacional de Extensão, 3.2.12 Conhecer a política de extensão da Universidade, 3.2.13 Adquirir capacidade de organização e gerenciamento de rotina, 3.2.14 Vivenciar a dinâmica de ações interinstitucionais, 3.2.15 Outro(s), Qual(is)?; 3.3. Houve substituição de bolsistas? (Resposta “Sim” ou “Não”). 3.3.1 Se “Sim”, Justifique as modificações ocorridas.

5.7.4. Observações/Sugestões: (Não obrigatório).

5.8 Outras Despesas: Descrição, Custo e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”);

6 – ORÇAMENTO CONSOLIDADO (Demonstrativo das informações preenchidas).

7 – ANEXOS;

8 – AVALIAÇÃO GERAL:

8.1 A participação da comunidade externa/população atendida foi orientada no planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos de extensão? (Para cada etapa assinalar somente uma dentre as opções: Sim”, “Sim, mas na prática não foi observada”, “Não”, “Não, mas na prática foi observada”. São 3 etapas para análise, sendo elas Planejamento, Execução e Avaliação;

8.2. Em que houve a participação da comunidade externa/população atendida na etapa de planejamento, a participação foi observada em: Definição de metas e objetivo; Definição de metodologia; Elaboração do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento; Elaboração de atividades preparatórias; e, Definição das formas de avaliação (Assinalar para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”);

8.3 A participação da comunidade externa/população atendida na etapa de execução, essa participação foi observada em: Redefinição de metas e objetivo; Readequação do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento; Definição de atividades prioritárias; Gestão de atuação de docentes, técnicos e estudantes; Gestão de equipamentos e recursos financeiros; Proposição de novas atividades; Na discussão de resultados parciais; e, Discussão sobre adequação da metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados (Assinalar para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”);

8.4 A participação da comunidade externa/população atendida na etapa de avaliação, essa participação foi observada em: Definição de objetivos e de metas da avaliação; Discussão sobre metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados para avaliação; Definição do plano de trabalho da avaliação, incluindo cronograma e orçamento; Definição de atividades prioritárias para a avaliação; Gestão de atuação de docentes, técnicos e estudantes envolvidos na avaliação; Proposição de novas atividades; Na discussão de resultados parciais; Coleta, registro e sistematização de informações; Na discussão dos resultados obtidos; e, Na divulgação dos resultados obtidos (Assinalar para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”);

8.5 Para a avaliação da incorporação do conhecimento, da tecnologia e da metodologia por parte da comunidade: assinalar dentre as opções “Acompanha a evolução da comunidade através de atividades específicas”, “Acompanha a evolução da comunidade através de indicadores externos, como dados censitários e boletins estatísticos”, “Solicita informações ou relatórios à comunidade de forma periódica, devolvendo-as após análise e interpretação”, “Solicita acompanhamento por parte de instituições parceiras”, “Não realiza acompanhamento posterior” ou “Não se aplica”, as que correspondem a cada um dos 3 itens);

8.6 As ações de extensão desenvolvidas geraram concretamente: Assinalar dentre as opções “Novas Linhas de pesquisa”, “Novos grupos de pesquisa”, “Reorganização de currículos de graduação”, “Oferecimento de novos cursos ou turmas de cursos de extensão”, “Projetos de novas disciplinas de graduação”, “Propostas de continuidade para o ano seguinte”, “Outras ações de extensão vinculadas”, “Alteração de normas de ensino, pesquisa e extensão”, “Apropriação de créditos curriculares para cursos” e “Apropriação de créditos curriculares para estudantes”;

8.7 Assinala para cada uma das questões o grau de atingimento em uma escala de 1 a 7, sendo (1) atingimento pleno, consolidado e de caráter permanente, (2) atingimento em grau

considerável, podendo ser utilizados como exemplo para outras ações, (3) Razoável atingimento, sem destaques positivos ou negativos, (4) Atingimento insatisfatório, com mais pontos negativos que positivos, (5) Atingimento fugas, momentânea e específica para as principais atividades, sem persistência dos resultados, (6) Situações onde não houve nenhum atingimento, e, (7) Impossibilidade de relatar por falta de informação. Questões: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Flexibilização curricular da graduação; Aproveitamento da extensão como atividade acadêmica curricular; Transferência de conhecimento ou tecnologia gerados; Proposição de novos temas de pesquisa; e, Geração de produto acadêmico.

5.3.2 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pelo Acadêmico

Para o acompanhamento da ação também deverá ser realizada a avaliação da ação pelos bolsistas e poderá ser realizada pelo voluntário. O sistema deverá vincular automaticamente os bolsistas a este relatório e deverá disponibilizar a opção de vinculação manual dos acadêmicos voluntários que deverão realizar avaliação a partir da mesma sistemática. Desta forma pretende-se oportunizar uma avaliação da ação e do coordenador, bem como uma autoavaliação.

Os critérios definidos para a avaliação da ação pelos acadêmicos basearam-se nos principais critérios utilizados pelas universidades federais e descritos no Apêndice I, bem como os critérios levantados nas entrevistas em relação a avaliação do coordenador pelo bolsista e sintetização na coluna “Observações e possíveis critérios” da Perspectiva do Aprendizado e Crescimento. O formulário eletrônico proposto está estruturado em sete partes, sendo elas: Plano de Trabalho, Envolvimento do Aluno com a Ação, Contribuições da Ação para a Formação Acadêmica, Profissional e Cidadã, Avaliação da Coordenação. Avaliação dos Resultados da Ação no ano vigente, Observações/Sugestões (Não obrigatório) e Breve Relato Descritivo do Projeto no Formato de Resumo Expandido. Para cada parte são definidos campos específicos para preenchimento conforme descrito a seguir:

Tela complementar com as informações do Plano de Trabalho do Bolsista e contendo tabela contendo coluna “Fatores” que devem ser relacionadas as colunas “Excelente”, “Bom”. “Regular” e “Fraco”. Fatores estão distribuídos em três blocos, sendo eles “Plano de Trabalho do Aluno”, “Envolvimento do aluno com a ação” e “Contribuições da ação para o aluno”.

1 – PLANO DE TRABALHO DO ALUNO: 1.1 Tomei conhecimento do Plano de Trabalho que deveria cumprir na ação? (Resposta “Sim” ou “Não”), 1.2 Em que relação ao

cumprimento do Plano de Trabalho (Se o Plano de Trabalho não foi categorizado como “Excelente”, identifique a(s) razão(ões): 1.2.1. Insuficiência de tempo; 1.2.2. Problemas referentes ao desenvolvimento da ação; 1.2.3. Acúmulo de atividades; 1.2.4. Falta de orientação; 1.2.5. Reorganização das ações; 1.2.6. Limites impostos pela instituição/comunidade/ público atingido; 1.2.7. Falta de empenho do aluno; 1.2.8. Limitações quanto a infraestrutura oferecida para a realização da ação. 1.2.9. Outra(s). Especificar). 1.3.1 Caso tenha ocorrido modificações no plano de trabalho, descreva-as;

2 – ENVOLVIMENTO DO ALUNO COM A AÇÃO: 2.1 Avalie: 2.1.1. Responsabilidade /Pontualidade/ Assiduidade: Empenho no cumprimento de horários e tarefas assumidas; 2.1.2. Proatividade: Capacidade de tomar decisões e de sugerir soluções aos problemas emergentes; 2.1.3. Planejamento/Organização: Sistematização de meios para a realização das atividades e capacidade de organização e gerenciamento de rotina; 2.1.4. Relacionamento interpessoal: Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho e com o público-alvo; 2.1.5. Envolvimento: Participação nas atividades do programa/projeto vinculado, 2.1.6. Autocrítica: Capacidade de evidenciar suas dificuldades; 2.1.7. Autodesenvolvimento: Esforço e interesse demonstrados na aquisição de conhecimentos/habilidades, por iniciativa própria, visando o aperfeiçoamento de seu desempenho extensionista; 2.1.8. Participação do acadêmico em divulgações científicas, eventos, etc.(Relacionar as participações em congressos, seminários, encontros, etc. e/ou publicações em periódicos, no período de vigência do programa (anexar cópia dos comprovantes)); 2.1.9. Outras informações e comentários que julgar pertinente;

OBS.: Sistema deve indicar ao final das respostas em qual grau da escala o aluno se encontra a partir das respostas assinaladas nos itens 2.1.1 a 2.1.8 indicando a “Avaliação Geral do Aluno. Desempenho Geral: Excelente (Somente atribuições de Excelente ou Bom. Sendo permitido até duas classificações como Bom); Bom (Somente “Excelente”, “Bom” ou “Regular. Sendo necessário, no mínimo, cinco “Bom” ou combinação de quatro “Bom” com dois “Excelente”); Regular (Deve ter, ao menos, uma atribuição de Excelente ou Bom); Fraco (Nenhuma atribuição de excelente ou Bom, atribuições variam entre Fraco e Regular).

3 – CONTRIBUIÇÕES DA AÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA, PROFISSIONAL E CIDADÃ: 3.1. Em relação ao amadurecimento pessoal e acadêmico. Como você avalia a contribuição das atividades desenvolvidas? 3.2. Indique os fatores que influenciaram no resultado assinalado na questão anterior; (poderá ser marcada mais de uma opção): 3.2.1 Adquirir novos conhecimentos (1. Junto ao público atingido; 2. Aulas teóricas;

3. Leitura de textos indicados pelo professor; 4. Leitura ou pesquisa de sua escolha de acordo com as demandas da ação; 5. Pesquisa na Internet; e, 6. Orientação docente); 3.2.2 Confrontar a formação acadêmica com a prática; 3.2.3 Vivenciar ações que integram ensino, pesquisa e extensão; 3.2.4 Vivenciar práticas político-sociais (acompanhamento da realidade da população quanto à problemática focalizada nas atividades), 3.2.5 Perceber a inserção social de sua profissão, 3.2.6 Ajudar a solucionar problemas identificados, 3.2.7 Avaliar criticamente seu processo de formação (aprendizagem de limites do conhecimento disciplinar); 3.2.8 Desenvolver ações multidisciplinares/interdisciplinares, 3.2.9 Influir na inserção de outros alunos na ação, 3.2.10 Ser autor ou co-autor de publicação ou outro produto acadêmico (fazer citação bibliográfica contendo Autor; Título; Cidade, Ano; Etc) 3.2.11 Conhecer o Plano Nacional de Extensão, 3.2.12 Conhecer a política de extensão da Universidade, 3.2.13 Adquirir capacidade de organização e gerenciamento de rotina, 3.2.14 Vivenciar a dinâmica de ações interinstitucionais. 3.2.15 Organização de eventos; 3.2.16 Habilidade para apresentação de trabalhos. 3.2.17 Habilidade para o trabalho em equipe; 3.2.18 Interação dialógica com a comunidade para compreender as necessidades e planejar atividades; 3.1.19 Ao alcance dos objetivos do bolsista na ação? Justifique. 3.2.20 Participar de congresso, seminário, encontro, exposição de pôster, etc, relativo a extensão universitária. (Fazer citação bibliográfica constando nome, cidade, ano, etc). 3.2.21 Outro(s) especifique. 3.3. O que você aprendeu na ação que você avalia que poderá fazer falta para o estudante que não teve a oportunidade de participar da ação? Justifique. 3.4. Houve desistência da bolsa? (Resposta “Sim” ou “Não”). 3.4.1 Se “Sim”, Justifique os motivos que fizeram sair da bolsa.

4 – AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO: 4.1. Como você avalia a orientação recebida para o desenvolvimento das atividades? 4.2. Indique os fatores que influenciaram no resultado assinalado na questão anterior; (poderá ser marcada mais de uma opção): 4.2.1. Orientação dos trabalhos; 4.2.2. Incentivar a sua autonomia; 4.2.3. Fonte de aprendizado; 4.2.4. Estimular seu aprendizado; 4.2.5. Dividir as responsabilidades da ação com os alunos; 4.2.6. Distribuição das atividades da ação; 4.2.7. Estimular a troca de experiências e saberes entre os integrantes da ação; 4.2.8. Acompanhar seu desenvolvimento acadêmico; 4.2.9. Estimular ações multidisciplinares/interdisciplinares; 4.2.10. Estimular ações articuladas entre extensão, pesquisa e ensino; 4.2.11. Articular as experiências adquiridas na ação com a teoria; 4.2.12. Articular ações entre projetos; 4.2.13. Propiciar a participação da comunidade/público atingido na ação; e, 4.2.14. Nível de exigência (tempo de dedicação e assuntos trabalhados no seu projeto) com o seu nível de formação.

5 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA AÇÃO NO ANO VIGENTE: 5.1 Quanto ao alcance dos objetivos da ação. Se a não foi atribuído “Excelente”, identifique a(s) razão(ões) abaixo: (poderá ser marcada mais de uma opção): 5.1.1. Insuficiência de tempo; 5.1.2. Falta de recursos; 5.1.3. Acúmulo de atividades; 5.1.4. Falta de planejamento; 5.1.5. Limites impostos pela instituição/comunidade/público atingido; 5.1.6. Demanda mal dimensionada; 5.1.7. Problemas de infraestrutura; 5.1.8. Problemas na equipe; 5.1.9. Não atingiu o que o público pretendia; e, 5.1.10. Outra(s). Especifique. 5.2. Quanto à adequação da proposta para a transformação do público que você trabalhou. Se a não foi atribuído “Excelente”, explique a(s) razão(ões);

6 – OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES (Não obrigatório).

7 – BREVE RELATO DESCRITIVO DO PROJETO NO FORMATO DE RESUMO EXPANDIDO (4 a 5 páginas): 1.Título; 2. Autores; 3. Resumo; 4. Palavras-chave 5. Introdução; 6. Metodologia; 7. Resultados: impacto junto à comunidade; 8.Discussão: Descreva as atividades que você executou na ação, destacando seus pontos fortes e relevância da participação, bem como as dificuldades encontradas durante a execução 9. Conclusões: Sugestões e críticas (tanto para benefício da bolsa, como para a atividade).10. Referências

5.3.3 Modelo de Avaliação de Acompanhamento realizada pela Comunidade

É importante que para um efetivo acompanhamento da ação também seja obtido parecer da comunidade beneficiada. Durante o processo de desenvolvimento das atividades de extensão a equipe da ação deverá aplicar a comunidade atendida (um único respondente: respostas deverão ser atribuídas a partir da realização de seminário e/ou oficina de avaliação; ou caso o coordenador opte por aplicar o formulário individualmente ou em grupos deverá detalhar a sistemática adotada e anexar a tabela utilizada para tabulação e apuração dos resultados) ou ao responsável/representante da comunidade formulário contendo cinco questões distribuídas em três tópicos (Avaliação da Ação, Avaliação do Acadêmico e Avaliação do Coordenador), de acordo com estrutura apresentada a seguir:

1 – AVALIAÇÃO DA AÇÃO:

1.1 A participação da comunidade externa/população atendida foi orientada no planejamento, execução e avaliação das ações de extensão?

Obs.: Em uma escala de “Excelente”, “Bom”. “Regular” e “Fraco”, onde “Excelente”:

foi orientada com êxito nas três etapas; “Bom”: foi orientada satisfatoriamente nas três etapas; “Regular”: não manteve um padrão de orientação para as três etapas; “Fracó”: não foi orientada.

1.2 Os resultados obtidos para a Comunidade/Público-Alvo foram? (Respostas “Excelente”, “Bom”. “Regular” e “Fracó”).

2 – AVALIAÇÃO DO ACADÊMICO (possibilidade de replicar campo para mais de um acadêmico): Nome do Acadêmico. Como você avalia a participação do coordenador, considerando os seguintes aspectos: Responsabilidade /Pontualidade/ Assiduidade (Empenho no cumprimento de horários e tarefas assumidas); Proatividade (Capacidade de tomar decisões e de sugerir soluções aos problemas emergentes); Planejamento/Organização (Sistematização de meios para a realização das atividades e capacidade de organização e gerenciamento de rotina); Relacionamento interpessoal (Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho e com o público-alvo); (Envolvimento: Participação nas atividades da ação.

Obs.: Em uma escala de “Excelente”, “Bom”. “Regular” e “Fracó”, onde “Excelente”: atende todos os aspectos com êxito; “Bom”: atende alguns aspectos com êxito e outro satisfatoriamente; “Regular”: atende todos dos aspectos satisfatoriamente “Fracó”: não atende a maioria dos aspectos.

3 – AVALIAÇÃO DO COORDENADOR: Como você avalia a participação do coordenador, considerando os seguintes aspectos: Responsabilidade /Pontualidade/ Assiduidade (Empenho no cumprimento de horários e tarefas assumidas); Proatividade (Capacidade de tomar decisões e de sugerir soluções aos problemas emergentes); Planejamento/Organização (Sistematização de meios para a realização das atividades e capacidade de organização e gerenciamento de rotina); Relacionamento interpessoal (Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho e com o público-alvo); (Envolvimento: Participação nas atividades da ação.

Obs.: Em uma escala de “Excelente”, “Bom”. “Regular” e “Fracó”, onde “Excelente”: atende todos os aspectos com êxito; “Bom”: atende alguns aspectos com êxito e outro satisfatoriamente; “Regular”: atende todos dos aspectos satisfatoriamente “Fracó”: não atende a maioria dos aspectos.

4 – OUTRAS INFORMAÇÕES OU COMENTÁRIOS QUE JULGAR PERTINENTE.

Após a aplicação do formulário, estas informações deverão ser incluídas/preenchidas no sistema de avaliação. Para validação das informações relativas a avaliação da comunidade devem ser documentadas as reuniões, seminários, oficinas, avaliações complementares

realizadas (tal como avaliação específica de um curso), através de atas, fotos, vídeos, etc.

5.3.4 Quadro de Avaliação das Informações Prestadas

Devido a não identificação de critérios que orientem a avaliação a ser realizada pela comunidade, a avaliação da ação pela comunidade foi baseada nos formulários e critérios estabelecidos para registro da ação, submissão aos editais e acompanhamento (avaliação do coordenador e do acadêmico), buscando triangular as perspectivas de todas as partes sobre a ação desenvolvida. Além disso, são considerados aspectos levantados nas entrevistas realizadas, tais como produtos gerados como reflexo do momento e contexto atual das comunidades e alinhamento da ação com a demanda da comunidade.

Atribuiu-se um peso maior a Avaliação do Acadêmico considerando que as universidades federais estão primeiramente voltadas a formação acadêmica e o destaque das diretrizes de extensão para o impacto na formação do estudante. Com relação ao critério “Avaliação do Coordenador”, considerou-se que é de extrema importância o estímulo a reflexão sobre o que se pode aprender em relação a ação de desenvolvida e que facilitará a proposição e condução de ações futuras, aprimorando continuamente as atividades realizadas pela instituição. No critério de “Avaliação do Acadêmico” destacou-se diretamente as contribuições para a formação do acadêmico, observando o que se propõe na Política Nacional de Extensão e o Relato Descritivo que visa, par além do cumprimento de exigências legais, a difusão do conhecimento obtido através da prática extensionista e a valorização das partes envolvidas na ação realizada. Por fim, o critério de “Avaliação da Comunidade” busca valorizar o processo dialógico entre comunidade e universidade e a geração de resultados que não se limitem ao ambiente acadêmico, propiciando efetivamente benefícios para o público abrangido pela ação.

Considerando que após o preenchimento das avaliações pelos coordenadores os relatórios serão encaminhados para validação das Comissões de Extensão (ações vinculadas as unidades de ensino) ou Câmara de Extensão (ações vinculadas a Reitoria) os avaliadores observarão em sua análise que a ação poderá obter uma pontuação total de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), conforme critérios elencados no Quadro 13, calculada pela somatória dos pontos atribuídos. Os parâmetros para a avaliação da proposta a serem considerados são: 10 – Excelente (Ação atendeu a previsão inicial); 7,5 – Bom (Ação atende a mais da metade dos aspectos considerados neste quesito); 5,0 – Razoável (Ação atende à metade dos aspectos

considerados neste quesito); 2,5 – Precisa melhorar muito (Ação atende a menos da metade dos aspectos considerados neste quesito, não está explicitado, mas há elementos que permitem inferir a possibilidade); 0 – Não consta: Ação não atende a nenhum aspecto considerado neste quesito.

Observação: 1) Se houver tópicos em que não atribuído nota máxima, o avaliador deverá incluir no parecer a justificativa para o desconto da nota, e se possível, realizar alguma recomendação visando contribuir para a melhoria das propostas. Caso todos os itens recebem nota máxima é opcional a emissão de comentários junto ao parecer. 2) Avaliação do acadêmico será realizada para cada acadêmico vinculado a avaliação e o cálculo da nota final do critério “Avaliação do Acadêmico” deverá considerar a nota da avaliação de cada respondente e o número de respondentes.

Quadro 13 – Critérios para avaliação dos relatórios de acompanhamento

Critérios	Questões para análise:	Escala de Pontuação	Peso
Avaliação do Coordenador	1. Descrever as lições aprendidas com o projeto e apresentar as perspectivas de continuidade da ação e outros possíveis projetos	0 a 10	1,0
	2. Plano de Trabalho (item 1.2)	0 a 10	0,5
	3. Desempenho Geral do Acadêmico (Item 2)	0 a 10	0,5
	4. Contribuições da ação para o aluno (Item 3.1)	0 a 10	0,5
	5. A participação da comunidade externa/população atendida foi orientada no planejamento, execução e avaliação das ações de extensão.	0 a 10	0,5
Avaliação do Acadêmico	1. Plano de Trabalho (item 1.2)	0 a 10	0,5
	2. Desempenho Geral do Acadêmico (Item 2)	0 a 10	0,5
	3. Contribuições da ação para a Formação Acadêmica, Profissional e Cidadã (item 3.1)	0 a 10	1,0
	5. Avaliação da Coordenação (item 4.1)	0 a 10	0,5
	6. Avaliação dos Resultados da Ação no ano vigente (item: 5.1)	0 a 10	0,5
	7. Relato descritivo	0 a 10	1,0
	Avaliação da Comunidade	1. A participação da comunidade externa/população atendida foi orientada no planejamento, execução e avaliação das ações de extensão.	0 a 10
2. Os resultados obtidos para a Comunidade/Público-Alvo foram efetivos e eficientes?		0 a 10	1,0
3. Desempenho geral do Acadêmico (Item 3)		0 a 10	0,5
4. Desempenho geral do Coordenador		0 a 10	0,5

Fonte: Elaborado pela autora. (2018)

A partir da aplicação dos modelos elaborados será possível elaborar relatórios consolidados das ações de extensão desenvolvidas pela UFSM, também viabilizará a estruturação e validação indicadores de desempenho para as ações de extensão considerando a perspectivas das partes relacionadas. Ainda, deve-se considerar que os modelos propostos servem para propiciar a melhoria contínua das ações de Extensão Universitária e dos processos vinculados a gestão da Extensão como um todo.

6. CONCLUSÃO

Este estudo originou-se pela busca da melhoria dos processos vinculados a avaliação das ações de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, com o intuito de propiciar maior clareza e segurança a comunidade envolvida com as práticas extensionistas e dar suporte para a futura criação de indicadores. Constatou-se a necessidade de considerar a percepção que a comunidade atendida e os acadêmicos envolvidos têm em relação as ações de extensão realizadas. Sendo assim esse estudo teve como objetivo geral, compreender as atividades e questões que perpassam as ações de extensão, a fim de propor instrumentos de avaliação das ações de Extensão na UFSM sob a perspectiva das diferentes partes interessadas.

Com a finalidade de responder o objetivo específico de *identificar modelos de indicadores nas avaliações das ações de Extensão Universitária no Brasil* foram analisados os sites das universidades federais brasileiras vinculadas ao RENEX, a partir do qual não foi possível identificar indicadores utilizados. Quanto ao propósito de *analisar a percepção das diferentes partes interessadas sobre as formas de avaliação das ações de Extensão*, foram realizadas entrevistas com Coordenadores de ações de extensão, representantes dos Gabinetes de Projetos, ocupantes de cargos de gestão na UFSM, bolsistas de extensão, pessoa física e representante de comunidade beneficiada por ação de extensão a partir das quais foi possível identificar as dificuldades enfrentadas e as oportunidades de melhorias dos processos que compõem ou interagem para a viabilizar as práticas extensionistas

A fim de *sugerir um modelo de avaliação das ações de Extensão Universitária compostos pelas características específicas das partes interessadas e ações desenvolvidas*, constatou-se os critérios e formulários utilizados para os processos que envolvem as ações de extensão desde sua concepção até o seu encerramento no âmbito nacional e o panorama da extensão no âmbito da UFSM a partir das perspectivas dos Processos Internos, da Aprendizagem e do Crescimento, do Cliente (Público-Alvo/ Comunidade Atendida) e do Financeiro. Visando satisfazer o último objetivo específico de *detalhar a metodologia de implementação do modelo de avaliação com vistas a propiciar indicadores específicos da Extensão na UFSM*, foram elaborados os produtos a partir das informações coletadas e analisadas nas entrevistas e nos sites institucionais.

Diante desses resultados corroborou-se que todos os objetivos foram alcançados. Conclui-se com o estudo que além da necessidade de instrumentos de avaliação em constante

aprimoramento, é de suma importância a implementação de processos que busquem valorizar os extensionistas e as ações desenvolvidas e otimizar os processos para que seja viabilizada a ampliação das ações existentes para outros territórios e a proposição de novas ações beneficiando ainda mais a sociedade a partir da formação de acadêmicos e do estreitamento das relações entre universidade e sociedade.

A valorização da Extensão da UFSM perpassa diversas questões, dentre as principais encontra-se a falta de instrumentos regulatórios que acompanhem as atualizações de sistemas e que orientem o rumo esperado para as práticas extensionistas da instituição. Desta forma cada servidor busca de maneira independente compreender como deve orientar seus trabalhos o que ocasiona conflitos diversos nas avaliações das ações além de inviabilizar ações planejadas de aprimoramento das propostas o que reflete em redução da capacidade de busca de investimentos externos bem como de valorização das ações a partir da seleção para representar a UFSM e divulgar as atividades em outros ambientes sociais e educacionais tais como o Projeto Rondon.

A atualização dos marcos legais internos deve ser orientada a partir de grupos de discussão sobre cada área temática da Política Nacional de Extensão, alinhadas aos planos internos da UFSM, tal como Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico. Tais regramentos também devem estabelecer medidas referentes a gestão da Extensão e as atribuições e limitações de cada agente dentro deste processo, tais como Pró-Reitoria de Extensão, Câmara de Extensão, Comissões de Extensão e Gabinetes de Projetos.

É importante também estabelecer diálogo e construção da valorização da Extensão em equidade ao Ensino e a Pesquisa a partir dos regramentos de progressão funcional do docente de maneira que tal política reflita a visão de uma universidade disposta a produzir um estreitamento das relações universidade-sociedade. Assim sendo, cabe a PRE articular grupos de trabalho junto a PROPLAN e a PROGEP para estudar medidas que reflitam o esforço dispensado nas ações de extensão, uma possibilidade a ser aventada é que produtos acadêmicos, tais como artigos, que sejam oriundos de práticas extensionistas recebam uma pontuação acima daqueles produtos oriundos unicamente da pesquisa.

A PRE também deve explorar eventos realizados pela instituição e que tenham como público-alvo a comunidade externa ou interna para divulgar as ações de extensão que a universidade realiza e as formas de inserção (para a comunidade em geral como beneficiário da ação ou como acadêmico – bolsista/voluntário), além disso os espaços de uso comum e de grande circulação de pessoas, tal como Hospital Universitário, devem ser explorados para

divulgar as ações. Também é necessário que a PRE estabeleça um canal para captar as demandas diretas da comunidade e através da Câmara de Extensão articule a criação de ações que venham a atender tais necessidades e comportar as atividades de curricularização que precisam ser implementadas em um prazo exíguo.

A divulgação e valorização das ações de extensão demanda que a PRE se aproprie e participe como gestora dos trabalhos vinculados ao Fórum de Extensão da Jornada Acadêmica Integrada (JAI) implementando medidas mais adequadas as práticas extensionistas cujo enfoque não está prioritariamente vinculado ao produto científico, mas aos impactos social e na formação do estudante. A partir desta condução, propõe-se que o resumo expandido produzido pelo acadêmico quando da avaliação da ação de extensão, sirva como trabalho do Fórum de Extensão da JAI, gerando uma inscrição automática neste evento e eliminando a necessidade de nova submissão por parte do acadêmico e nova análise por parte do avaliador. Ao utilizar-se da avaliação dos resumos expandidos para distribuição do Mérito Extensionista e para a seleção de representantes para o SEURS espera-se uma qualificação dos trabalhos apresentados.

Quanto a questão da curricularização verifica-se que serão necessários diferentes movimentos com fim a garantir a sua implementação efetiva. A ausência de maturidade em relação as práticas extensionistas dificulta a disponibilização de ações e parceiros externos capazes de comportar o volume de horas que os acadêmicos deverão integralizar. Uma medida necessária para viabilizar a curricularização da extensão, bem como de práticas de extensão não curricularizadas perpassa a questão financeira, tendo em vista que a Reitoria e suas unidades de ensino precisam destinar orçamentos específicos para diárias e transporte para fomentar ações desenvolvidas além dos limites municipais, de maneira que seja atribuído a tais dispêndios a mesma relevância que se dá aos recursos de diárias e transporte destinados a apresentação de trabalhos científicos e/ou participação de congressos e eventos de pesquisa.

Ainda, cabe a gestão da PRE a constante atualização das suas mídias com vistas a disponibilizar informações atualizadas para a comunidade acadêmica e sociedade em geral, enfocando também os aspectos relativos a gestão da extensão a partir da produção de relatórios técnicos pela própria Pró-Reitoria. Além das informações para dar suporte as rotinas atuais devem-se destacar também os aspectos históricos que envolvem a extensão da UFSM, como uma das pioneiras nas práticas extensionistas propiciadas pelo projeto Rondon, as experiências como instituição sede do SEURS, dentre outros fatos relevantes de sua história que acompanha a história da própria UFSM.

A implementação de avaliação pelos acadêmicos e pela comunidade representará avanços quanto a compreensão das práticas extensionistas. A avaliação por parte dos bolsistas deverá ser utilizada para guiar melhorias nas ações de extensão, incluindo a gestão destas pelos coordenadores, desta forma caberá a PRE conduzir o processo de capacitação de acordo com as constatações realizadas. Deve-se destacar que o ideal para uma avaliação realizada pela comunidade é a emissão direta e expressa por parte da comunidade, porém considerando os diversos perfis das ações de extensão, bem como da ausência de cultura disseminada de avaliação das ações de extensão por parte da comunidade tende a não ser efetivo e eficaz, devendo ser aprimoradas as avaliações realizadas de acordo com o avanço da maturidade cultural vinculado a este processo.

Como limitações da pesquisa aponta-se a dificuldade de obtenção dos dados a partir dos sites das Universidades. Sugere-se a elaboração de questionário padrão a ser encaminhado as instituições para complementação das informações. Constatou-se que a ausência de Política de Extensão vigente, onde conste metas e prioridades, bem como uma definição mais precisa do que caracteriza cada tipo de ação de Extensão gera margem de interpretação e conseqüente conflito para apreciação das propostas, além da desatualização das regras para registro de ações de Extensão.

Ao finalizar destaca-se que a temática de avaliação da Extensão possui um amplo campo de estudos. Espera-se com esta pesquisa contribuir para o desenvolvimento das atividades dos extensionistas da UFSM e comunidade em geral, além de instigar a realização de novos estudos no meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2 ed. Atlas, 2011. [Minha Biblioteca]. Retirado de <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466153/>>. Acesso em 04 fev. 2017.
- BAHIA, Pablo Queiroz; PENA, Heriberto Wagner Amanajás; SOARES, José Ribeiro. **Balanced ScoreCard: a aplicação na gestão pública. Observatorio de la Economía Latinoamericana**: revista acadêmica de economia. Brasil, n. 204, nov., 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/balance.html>>. Acesso em 22 de fev. de 2018.
- BARBOSA, C. et al. **Gerenciamento de custos em projetos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BÊRNI, Duilio de Avila; FERNANDEZ, Brena Magno. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2012. [Minha Biblioteca]. Retirado de <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502173712/cfi/350!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em 19 jan. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização tecnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Centro de Documentação e Informação (CEDI), Rio de Janeiro, RJ. 11 abr. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 03 de jan. de 2017.
- _____. Lei nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960. Cria a Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 14 dez. 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3834-C.htm>. Acesso em 26 de mar. de 2017.
- _____. **Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968**. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”, e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação (CEDI), Brasília, DF. 28 jun. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 de jan. de 2017.
- _____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação (CEDI), Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 04 de jan. de 2017.
- _____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**. Departamento de Assuntos

Universitários. Coordenação de Avaliação e Controle, ed. Relatório anual do DAU: 1977. **Domínio Público**, Brasília, DF, 1978. Disponível em: <<http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me002549.pdf>>. Acesso em 04 de jan. de 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. Promulga a Constituição da República Federativa do Brasil. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 05 out. 88. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 01 de out. de 2016.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Superior. 1994. Portaria nº 265, de 19 de agosto de 1994. Designar os seguintes professores para integrar a Comissão de Extensão Universitária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 ago. 1994. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1227067/pg-11-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-08-1994/pdfView>>. Acesso em 05 de jan. de 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Superior. 1995. Perfil da Extensão Universitária no Brasil. **Domínio Público**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002057.pdf>>. Acesso em 13 abr. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 10 out. 1996a. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em 02 fev. 2017

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. 20 dez. 1996b.

_____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em 02 de fev. de 2017.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 09 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em 16 de jan. de 2017.

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Portal da**

Legislação, Brasília, DF, 12 jan. 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11091compilado.htm>.

Acesso em 25 de jan. de 2017.

_____. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 23 set. 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11180.htm>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1, de 17 de maio de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10092-portaria-01-2006-conexoes-de-saberes&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>.

Acesso em 08 de jan. de 2017.

_____. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 30 jun. 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm>. Acesso em 27 de mar. de 2017.

_____. Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências.

Portal da Legislação, Brasília, DF, 19 jul. 2010a. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

_____. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010**.

Brasília, DF, 2010b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10093-portaria-mec-976-27-07-2010-1&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 08 de jan. de 2017.

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 9.745, de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008; 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro

de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12772compilado.htm>. Acesso em 26 de jan. de 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 13 de abr. de 2016.

_____. **Portaria nº 61, de 2 de dezembro de 2013**. Institui a Comissão Nacional de Extensão Universitária – Conex. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25158236_PORTARIA_N_61_DE_2_DE_DEZEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em 03 jan. 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS - FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1999. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2017.

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. 2001a. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/03-Avaliacao-Nacional-da-Extensao/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2017.

_____. **Sistema de Dados e Informações da Extensão**. 2001b. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001.

_____. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. 2ª ed., 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/05-Institucionalizacao-Extensao/Institucionalizacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2017.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, AM. Maio 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%Adtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2017.

ESTADÃO. **Estadão Ciência**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,com-menor-verba-em-12-anos--ciencia-perde-r-1-bi-e-bolsas-sao-congeladas,1855374>>. Acesso em 26 mar. 2017

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIKER, Jeffrey K., FRANZ, James K. **O Modelo Toyota de Melhoria Contínua: Estratégia + Experiência Operacional = Desempenho Superior**. 1 ed. Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]. Retirado de <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540701953/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

MALHOTRA, Naresch. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Tradução Laura Bocco. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default>>. Acesso em 10 jan. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **EDITAL PROEXT 2016**. PROGRAMA DE APOIO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEC/SESu. Brasília, DF, 2015.

MOTTA, Rodrigo Sá. **As universidades e o regime militar, cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. [Minha Biblioteca]. Retirado de <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788537811993/>>. Acesso em 19 jan. 2017.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1993-VII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2017.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. - Guia PMBOK**. / [texto e tradução] Project Managment Institute. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO - RENEX. **Lista de Instituições Federais, Estaduais e Municipais ligadas ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Insituições de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX Nacional**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/instituicoes>>. Acesso em 26 mar. 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: <http://www.bvanisoteixeira.ufba.br/livros/chama_cap3.htm> Acesso em 19 jan. 2017

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI)**. Princípios Fundamentais de Auditoria (nível 3). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.intosai.org/fileadmin/downloads/downloads/4_documents/ISSAI_300_Portugues.pdf>. Acesso em 10 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 04, de 30 de janeiro de 1990**. Regulamenta a progressão funcional de docentes da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 30 jan. 1990. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=4519515>>. Acesso em 26 jan. 2017

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de Extensão da UFSM**. Santa Maria, 2008a.

_____. **Resolução nº 25, de 10 de novembro de 2008.** Estabelece normas de regulamentação, registro e avaliação das ações de extensão no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 10 nov. 2008b. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=4353605>>. Acesso em 12 jan. 2017

_____. **ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.** Santa Maria, 2010a.

_____. **Resolução nº 016, de 10 de junho de 2010.** Implementa, no âmbito da UFSM, o novo Sistema de Registro da Produção Institucional – módulo Registro, Acompanhamento e Avaliação de Projetos. Santa Maria, RS, 10 jun. 2010b. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=4328340>>. Acesso em 12 jan. 2017

_____. **REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA.** Santa Maria, 2011.

_____. **Resolução nº 32, de 07 de novembro de 2013.** Dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios para avaliação de docentes com vistas a promoção e progressão na classe D, denominada de Professor Associado do Quadro Permanente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS, 07 nov. 2013. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=6102044>>. Acesso em 26 jan. 2017

_____. **Resolução nº 13, de 30 de junho de 2014.** Dispõe sobre o estabelecimento/aplicação de critérios para avaliação de docentes da carreira do Magistério Superior com vistas à promoção para a classe E, denominada de Professor Titular do Quadro Permanente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Santa Maria, RS, 30 jun. 2014a. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=6481671>>. Acesso em 26 jan. 2017

_____. **Resolução nº 18, de 18 de agosto de 2014.** Altera o §1º do art. 6º da Resolução N. 013/14 de 30 de junho de 2014 e dá outras providências. Santa Maria, RS, 18 ago. 2014b. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=6552044>>. Acesso em 26 jan. 2017

_____. **Portal Documentos.** Portaria 79.538, de 18 de maio de 2016. Designar os servidores para constituírem a Comissão do Fórum de Extensão. Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/pre/index.php/secretaria/rastros-de-extensao>>. Acesso em 12 jan. 2017

_____. **EDITAL FIEX 2017. ANEXO 1 – CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO FIEX - 2017.** Santa Maria, 2017a.

_____. **Projeto Rastro de Extensão.** Santa Maria, 2017b. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=7599968>>. Acesso em 12 jan. 2017

_____. **Conexão UFSM.** Santa Maria, 2017c. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revista/numero05/cronologia1.html>>. Acesso em 26 mar. 2017

_____. **Conexão UFSM**. Santa Maia, 2017d. Disponível em:
<<http://coral.ufsm.br/revista/numero05/cronologia6.html>>. Acesso em 26 mar. 2017

UNI<ERSIA. **História do Ensino Superior**. Disponível em:
<<http://universidades.universia.com.br/universidades-brasil/historia-ensino-superior/>>.
Acesso em 01 out. 2016.

VERAS, Manoel. **Gerenciamento de Projetos: Project Model Canvas (PMC)**. Rio de Janeiro, Brasport, 2014.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: Avaliação da Extensão Universitária: Uma Proposta para as Ações de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria

Pesquisadores responsáveis: Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira e Taiani Bacchi Kienetz

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9258

Local da coleta de dados: Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Santa Maria e São João do Polêsine

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidada(o) a responder às perguntas desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder esta entrevista, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é propor instrumentos de avaliação das ações das ações na UFSM sob a perspectiva das diferentes partes interessadas. Como benefícios, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, permitindo compreender como devem ser estruturados e aplicados os instrumentos para avaliar as práticas de Extensão na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

É possível que aconteça algum desconforto ao responder as perguntas. Caso você sinta incômodo ou constrangimento com as perguntas, você poderá preferir não responder a algumas questões ou desistir de participar a qualquer momento. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

_____ (cidade), _____ de _____ de 2017.

Assinatura

Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, n°1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Avaliação da Extensão Universitária: Uma Proposta para as Ações de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria

Pesquisadores responsáveis: Prof^ª. Kelmara Mendes Vieira e Taiani Bacchi Kienetz

Instituição/Departamento: UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

Telefone para contato: (55) 3220-9258

Local da coleta de dados: Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Santa Maria e São João do Polêsine

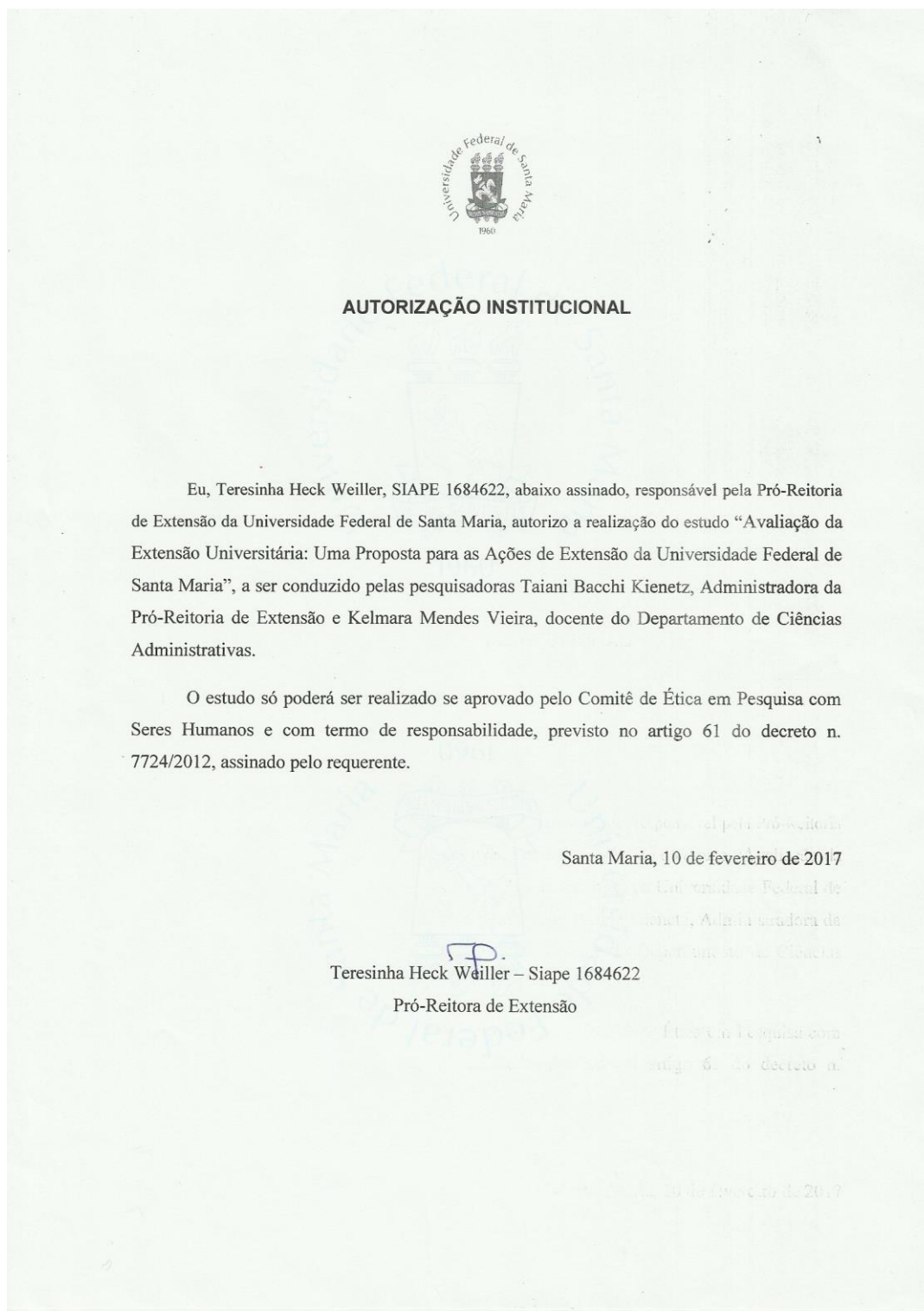
Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados através de uma entrevista semiestruturada em 5 cidades do estado do Rio Grande do Sul. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Programa de Pós-Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), situado na Av. Roraima nº. 1000, Prédio 74 C, sala 4212 – Cidade Universitária, UFSM. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Prof^ª. Dr^ª. Kelmara Mendes Vieira. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 13 de fevereiro de 2017.

Prof^ª Kelmara Mendes Vieira

APÊNDICE C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Figura 5 – Autorização Institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

APÊNDICE D – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Parte 1 – Perspectiva dos Processos Internos

1.1) Qual a sua opinião quanto ao processo de registro das ações de extensão nos sistemas da UFSM (SIE, Portal de Projetos e Sistema de Editais)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP.

1.2) Qual a sua opinião quanto ao processo de avaliação das ações de extensão nos sistemas da UFSM (SIE, Portal de Projetos, Sistema de Editais e de Questionários)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP.

1.3) Na sua opinião, todas as ações de extensão devem ser registradas e avaliadas considerando os mesmos processos e critérios?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Gestor PROPLAN.

1.4) Na sua opinião, quais os aspectos a serem considerados para a avaliação de uma ação de extensão (demandas das comunidades, efeitos em políticas públicas, produtos gerados, apropriação do conhecimento pelo público-alvo, etc)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE.

1.5) A resolução a política de extensão fornecem todas as informações necessárias para o registro e avaliação das ações de maneira clara e precisa?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: GAP

1.6) Na sua opinião, de que forma as resoluções, regimentos e políticas internas estimulam ou podem estimular a comunidade acadêmica (docentes/ técnicos administrativos/ acadêmicos) a realizarem ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP.

1.7) Qual a sua opinião quanto a divulgação das atividades da ação de extensão para participação da comunidade (Como teve conhecimento da ação de que participa/ou, teve

conhecimento das atividades planejadas e os resultados pretendidos pela ação)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

1.8) Você tem conhecimento das ações de extensão desenvolvidas pela UFSM?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista

1.9) Qual a sua opinião sobre o acesso aos Editais de seleção de bolsistas para ações de extensão da UFSM (publicização dos editais e dos critérios de seleção, validade/coerência dos critérios de seleção quanto as expectativas e perfil dos acadêmicos e as atividades da bolsa, critérios e sistemática de avaliação da atuação do bolsista)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista

1.10) Na sua percepção, quais as dificuldades para os acadêmicos participarem de ações de extensão (desconhecimento do que é/o que faz uma ação de extensão, ausência de valorização na grade curricular, etc.)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista

1.11) Na sua opinião, quais são os principais problemas e o que precisa mudar na extensão da UFSM?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP; Gestor PROPLAN; Bolsista; Comunidade.

Parte 2 – Perspectiva Aprendizado e Crescimento: Acadêmicos (Bolsistas/Voluntários)

2.1) Quais as contribuições das ações de extensão para a formação acadêmica de alunos de nível médio, técnico, graduação e pós-graduação?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE.

2.2) Quais as contribuições das ações de extensão para a sua formação acadêmica?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista.

2.3) Qual a metodologia e critérios utilizados para a seleção dos Bolsistas e voluntários das ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador

2.4) Qual deve ser a metodologia e critérios para avaliação do estudante de maneira a considerar o aprendizado e crescimento desses nas diversas etapas das ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE;

2.5) Como deve ser avaliada a sua participação nas ações extensionistas? (Considerar a contribuição para sua formação e desenvolvimento, as contribuições do acadêmico junto à comunidade, etc)

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista.

2.6) No caso de o acadêmico poder realizar uma avaliação em relação a atuação do coordenador do projeto perante as atividades propostas, quais os itens relevantes para essa avaliação?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE;

2.7) No caso de você poder realizar uma avaliação em relação a atuação do coordenador do projeto, quais os itens relevantes para essa avaliação?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista.

2.8) Na sua percepção, os acadêmicos têm conhecimento das ações de extensão desenvolvidas no âmbito da UFSM e as oportunidades para participação nessas ações (bolsista, voluntário ou participante)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: GAP

Parte 3 – Perspectiva do Cliente: Público-Alvo/Comunidade atendida

3.1) Como ocorre a definição do foco do trabalho de extensão (público-alvo, local da ação, demandas das comunidades, etc)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; GAP

3.2) Quais as dificuldades para a comunidade se inserir na ação de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

3.3) De que maneira deve ser considerada a avaliação positiva/negativa do público-alvo em relação as atividades realizadas por determinada ação extensionista? (Considerando a solução do problema identificado.)

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE;

3.4) Você já realizou alguma avaliação em relação as atividades desenvolvidas nas ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

3.5) Você recebeu algum tipo de retorno em relação as ações desenvolvidas?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

3.6) Dentre os produtos de extensão, algum deles pode ser considerado mais relevante para o público-alvo atendido?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE;

3.7) De que forma ocorre a interação do acadêmico com a comunidade atendida pela ação de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista.

3.8) De que forma o envolvimento com a comunidade contribuiu para o seu aprendizado e crescimento?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista.

3.9) Como ocorreu a sua interação com os acadêmicos da ação de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

Parte 4 – Perspectiva Financeira

4.1) Qual a sua opinião sobre o processo de concessão de recursos financeiros as ações de extensão (concessão de recursos anuais/FIEX)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP; Gestor PROPLAN.

4.2) Quais os critérios para mensurar a contribuição de uma ação de extensão para o desenvolvimento da UFSM, considerando os planos institucionais, tais como PDI, PDTI, Gestão Ambiental, PDU, etc?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Gestor PROPLAN.

4.3) Qual o tipo de relação custo-benefício é esperada entre os recursos empregados e o retorno da ação de extensão? (Critérios de economicidade, eficiência e eficácia?)

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP; Gestor PROPLAN.

4.4) Quais as principais demandas financeiras para a realização das ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP

4.5) Quais critérios devem ser considerados para a concessão de recursos orçamentários (possibilidade de geração de convênios e parcerias, vulnerabilidade do público-alvo e área de abrangência, metas estabelecidos e indicadores vinculados, etc)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; Gestor PRE; GAP; Gestor PROPLAN.

4.6) Quais as dificuldades enfrentadas em relação ao financiamento das ações de extensão (previsão, obtenção, execução e prestação de contas dos recursos)?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Coordenador; GAP

4.7) Qual a importância do recebimento de bolsa para viabilizar a atuação na ação de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Bolsista

4.8) Qual a sua opinião quanto a possibilidade de cobrança para participar de uma ou mais atividades vinculadas a ações de extensão?

Perfil do Entrevistado/Referência na Entrevista: Comunidade

APÊNDICE E – LISTA UNIVERSIDADES FEDERAIS E RESPECTIVOS SITES CONSULTADOS

Quadro 14 – Lista de universidades federais e respectivos sites consultados

(continua)

UNIVERSIDADE FEDERAIS	SIGLAS	SITES
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	http://www.ufam.edu.br/
Universidade Federal do Pará	UFPA	https://www.portal.ufpa.br/
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	http://www.ufopa.edu.br/
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	https://portal.ufra.edu.br/
Universidade Federal do Acre	UFAC	http://www.ufac.br/
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	http://www.unifap.br/public/
Universidade Federal de Roraima	UFRR	http://ufr.br/
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	http://www.unir.br/
Universidade Federal do Tocantins	UFT	http://ww2.uft.edu.br/extensao
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	http://portais.ufma.br/
Universidade Federal da Bahia	UFBA	https://proext.ufba.br/
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	https://www.ufrb.edu.br/proext/
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	http://www.ufsb.edu.br/
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	https://www.ufpe.br/proexc/
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	http://www.ufrpe.br/br
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	http://portais.univasf.edu.br/proex/
Universidade Federal do Ceará	UFC	http://www.ufc.br/
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	http://www.ufpb.br/
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	http://www.ufcg.edu.br/index1.php
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	https://sistemas.ufrn.br/portal/PT/
Universidade Federal Rural do Semi Árido	UFERSA	http://ufersa.edu.br/
Universidade Federal de Sergipe	UFS	http://www.ufs.br/
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	http://www.ufal.edu.br/
Universidade Federal do Piauí	UFPI	http://www.ufpi.br/
Universidade Federal de Goiás	UFG	http://www.ufg.br/
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	http://www.ufmt.br/ufmt/site/
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	https://www.ufms.br/
Universidade Federal Grande Dourados	UFGD	http://portal.ufgd.edu.br/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	http://www.unirio.br/
Universidade Federal Fluminense	UFF	http://www.uff.br/
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	https://ufrj.br/
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	http://portal.ufrj.br/
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	www.unifesp.br
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	http://www2.ufscar.br/
Universidade Federal do ABC	UFABC	http://proec.ufabc.edu.br/

Quadro 14 – Lista de universidades federais e respectivos sites consultados

(conclusão)

UNIVERSIDADE FEDERAIS	SIGLAS	SITES
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	http://www.ufes.br/
Universidade Federal de Viçosa	UFV	http://www.ufv.br/
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	http://www.ufsj.edu.br/
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	http://www.ufvjm.edu.br/
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	http://www.unifei.edu.br/
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	http://www.ufjf.br/proex/
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	http://www.uftm.edu.br/
Universidade Federal de Lavras	UFLA	http://www.ufla.br/portal/
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	http://www.proex.ufu.br/
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	http://www.ufop.br/
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	https://www2.ufmg.br/proex/
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	http://www.unifal-mg.edu.br/portal/
Universidade Federal do Paraná	UFPR	http://www.proec.ufpr.br/
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	http://www.uffs.edu.br/
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	http://www.utfpr.edu.br/
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	http://proex.ufsc.br/
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	http://www.furg.br/
Universidade Federal de Ciência da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	http://www.ufcspa.edu.br/
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proext/
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	http://w3.ufsm.br/pre/
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	http://portal.ufpel.edu.br/
Universidade de Brasília	UnB	http://www.unb.br/
Universidade Federal da Integração Latino Americana	UNILA	https://www.unila.edu.br/
Universidade Federal do Cariri	UFCA	http://www.ufca.edu.br/portal/
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	http://www.ufob.edu.br/
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira	UNILAB	http://www.unilab.edu.br/
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	https://proex.unifesspa.edu.br/

APÊNDICE F – UNIVERSIDADES COM CRITÉRIOS PONTUÁVEIS PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NA ETAPA DE REGISTRO

* **UNIFAP:** Critérios: 1. Objetivos e Justificativa: clareza na formulação dos objetivos; explicitação da relação dos objetivos com a existência de lacunas ou dissensos no conhecimento acadêmico e/ou com o encaminhamento de soluções para problemas ou demandas da sociedade. Peso 1 Nota 0 - 10; 2. Consistência acadêmica: respaldo em conhecimento acadêmico sistematizado; adequação metodológica; integração com a pesquisa e o ensino. Peso 2 Nota 0 -10; 3. Potencial vinculação com o PPC do curso e PDI da UNIFAP: vinculação das atividades de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC e com o Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI. Peso 2 Nota 0 -10; 4. Potencial indutor de atividades extensionistas para os discentes: desenvolvimento de atividades de extensão com os discentes do curso. Peso 1; Nota 0 -10; 5. Potencial impacto na formação dos estudantes: impacto na formação acadêmica; impacto na formação cidadã. Peso 2 Nota 0 -10; 6. Potencial para ampliar a relação bidirecional da UNIFAP com a sociedade na produção de conhecimento: nível de articulação com setores da sociedade; potencial para produção de conhecimento que resulte na solução de problemas relacionados a esses setores da sociedade. Peso 2; Nota 0 -10

Observação: Os consultores Ad Hoc realizam as avaliações das propostas de ação de extensão com base nos itens de avaliação abaixo, para ser aprovada a proposta deve obter nota (média ponderada) igual ou superior a 6,0 pontos.

* **UFJF:** Critérios: 1. Justificativa da proposta: Justificativa da proposta: destaque dos motivos, relevância e contribuição social e acadêmica das ações previstas na proposta. Pontuação 0 a 10; 2. Caracterização dos beneficiários: Caracterização dos beneficiários: indicação das características sócio-econômicas, culturais e políticas dos beneficiários. Pontuação 0 a 5; 3. Fundamentação teórica: Fundamentação teórica: levantamento preliminar das categorias teóricas que darão suporte às ações e às análises a serem desenvolvidas. Pontuação 0 a 10; 4. Explicitação de objetivos e metas: Explicitação de objetivos e metas: elaboração adequada do objetivo geral e metas como resultante do detalhamento da justificativa articulado ao referencial teórico explicitado. Pontuação 0 a 10; 5. Adequação e qualidade da metodologia: Adequação e qualidade da metodologia: indicação e adequação dos processos interventivos e de investigação de forma a materializar o conteúdo expresso nos objetivos e metas, articulados à fundamentação teórica. Pontuação 0 a 10; 6. Relação com

projeto pedagógico do curso dos discentes a serem vinculados ao projeto: Relação com projeto pedagógico do curso dos discentes a serem vinculados ao projeto: vinculação das atividades de extensão e de pesquisa com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, no que se refere à constituição de habilidades que se relacionam com as diretrizes estabelecidas pelas Unidades Acadêmicas. Pontuação 0 a 10; 7. Impacto na formação discente: Impacto na formação discente: explicitação dos resultados técnicos, científicos e sociais esperados na formação profissional dos discentes, por meio do desenvolvimento de habilidades no campo da extensão e da pesquisa, valorizando as atividades interdisciplinares promovidas pela proposta. Pontuação 0 a 15; 8. Integração entre extensão e pesquisa: Integração entre extensão e pesquisa: apresentação articulada da dimensão interventiva e empírica no desenvolvimento da proposta. Pontuação 0 a 5; 9. Relação com a sociedade e impacto social: Relação com a sociedade e impacto social: impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação; relação multilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais; contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional; atendimento à comunidade ou setor, com vistas à futura autonomia dos sujeitos . Pontuação 0 a 15

10. Indicadores de acompanhamento e avaliação: Indicadores de acompanhamento e avaliação: descrição do processo de acompanhamento e avaliação com a explicitação dos indicadores e da sistemática de avaliação das ações.. Pontuação 0 a 10.

Observação: Serão aprovadas as propostas que atingirem o mínimo de 70 pontos.

* **UFOP**: Critérios: 1. Relação direta com a sociedade. Pontos 20; 2. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Pontos 10; 3. Interdisciplinaridade. Pontos 10; 4. Caracterização e justificativa. Pontos 15; 5. Objetivos e metas. Pontos 15; 6. Metodologia. Pontos 15; 7. Acompanhamento. Pontos 15.

Observação: A proposta que não obtiver no mínimo 60 (pontos) será reprovada.

* **UFPR:** Critérios: 1. Impacto e transformação: A proposta explicita os benefícios advindos das ações do programa para o grupo parceiro ou público-alvo? 2. Interação dialógica: A proposta explicita as formas de participação do grupo parceiro ou público-alvo no planejamento, na execução e/ou na avaliação contínua e final das ações? Nota 0-100; 3. Interdisciplinaridade: A proposta indica que haverá integração de diferentes áreas de conhecimento na execução das atividades, seja por meio de participantes, Unidades, parcerias ou público-alvo envolvido? Nota 0-100; 4. Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão: a) A proposta evidencia ações de pesquisa, busca e produção de conhecimento? (Iniciação Científica; Monografia; Trabalhos de Conclusão de Curso; Dissertações ou Teses; registro de Pesquisa em Comitês de Ética, entre outras atividades de Pesquisa). Nota 0-100; 5. Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão: b) A proposta descreve como pretende estabelecer o diálogo com o ensino promovido pelos currículos de graduação? (Proposta de disciplinas; conteúdos em disciplinas; monitoria; além de outros Programas Formativos vinculados ao Programa). Nota 0-100; 6. Impacto na formação dos estudantes: a) A proposta evidencia como o Programa contribuirá para uma formação mais ampla dos participantes (equipe diretamente envolvida), nas dimensões acadêmica, cidadã e profissional? A proposta descreve como os estudantes contribuirão para o Programa e Projetos vinculados, no planejamento, execução e avaliação? Nota 0-100; 7. Impacto na formação dos estudantes: b) A proposta explicita a contribuição para a formação de estudantes, para além daqueles diretamente envolvidos com a atividade? Nota 0-100; 8. A proposta do Programa apresenta fundamentação teórica e bibliografia que indique a apropriação de conceitos, métodos e técnicas compatíveis com o desenvolvimento das ações descritas? Há consistência teórica que fundamente a proposta e sua articulação com os Projetos vinculados? Nota 0-100; 9. A proposta do Programa destaca as atividades de todos os Projetos Vinculados e evidencia sua articulação com o Programa? A proposta indica consistência entre o Programa e seus vinculados? Todos os Projetos Vinculados estão contemplados na proposta do Programa? A proposta é um todo coeso?; 10. Há produtos acadêmicos ou outros tipos de materiais previstos? (utilizar lista de produtos definidos pelo FORPROEX). Há proposta de avaliação que contemple a articulação entre os Projetos vinculados?

Observação: Se houver tópicos em que a nota não for 100, o parecerista deverá comentar ao final as razões da nota, e se possível, sugerir alguma orientação ao coordenador. Esse comentário visa a ser uma contribuição ao Coordenador do Projeto sobre aspectos que podem ser aperfeiçoados. No caso da nota 100 ser assinalada em todos os itens, o comentário

é opcional. Parâmetros para a avaliação da proposta: 100 – Excelente. Está explícito, claro e fundamentado; 75 - Bom. Está contemplado de forma suficiente; 50 - Razoável. Mencionado, mas não desenvolvido; 25 - Precisa melhorar muito. Não está explicitado, mas há elementos que permitem inferir a possibilidade; 0 – Não consta.

Recomendação: Proposta de Programa que não atenda a todos os princípios extensionistas não pode ser aprovada. É aceitável que Projetos possam apresentar fragilidades que devem ser compensadas e comprovadas no Relatório.

Total da pontuação do Programa= somar notas de cada item e dividir por 100

Total da pontuação: Soma nota do Programa + Nota de cada Projeto Vinculado DIVIDIDO pelo número total. O número mínimo para divisão é 3 = 1 Programa com 2 Projetos vinculados (obrigatório)

* **UFCSPA:** Critérios: 1. Impacto social da proposta pela sua ação transformadora sobre os problemas sociais, considerando a bidirecionalidade entre a experiência acumulada na academia com o saber popular. Pontuação 0 – 1 Peso 2; 2. Indicação do público-alvo e estimativa do número de pessoas beneficiadas. Pontuação 0 – 1 Peso 0,5; 3. Definição clara e precisa dos objetivos da proposta. Pontuação 0 – 1 Peso 1; 4. Definição clara e precisa dos procedimentos metodológicos, adequados ao público-alvo e ao cenário da ação. Pontuação 0 – 1 Peso 1; 5. Viabilidade e consistência do cronograma de execução. Pontuação 0 – 1 Peso 0,5; 6. Indicação explícita e adequada de procedimentos de avaliação da ação, tanto pela equipe executora quanto pelos beneficiários, com metas e indicadores claramente definidos. Pontuação 0 – 1 Peso 1; 7. Cumprimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, caracterizada pela integração da ação desenvolvida. Pontuação 0 – 1 Peso 1; 8. Impacto na formação do estudante. Pontuação 0 – 1 Peso 1; 9. Criação de novos produtos ou processos gerados a partir da ação de extensão (artigos de extensão, artigos científicos, publicação em anais de congresso, manuais de informação e orientação, vídeos, jogos, novas metodologias de ensino, pesquisa e extensão, etc.). Pontuação 0 – 1 Peso 1; 10. Qualidade da fundamentação teórica apresentada. Pontuação 0 – 1 Peso 0,5.

Observação: Proposta não atende a nenhum aspecto considerado neste quesito = 0,0; Proposta atende à minoria dos aspectos considerados neste quesito = 0,3; Proposta atende à metade dos aspectos considerados neste quesito = 0,5; Proposta atende à maioria dos aspectos considerados neste quesito = 0,7; Proposta atende a todos os aspectos considerados neste quesito = 1,0.

* **UNILA**: Critérios: 1. Impacto e relevância social: contribuição à inclusão social. Avaliação 0-5; 2. Articulação da ação com demandas da sociedade. Avaliação 0-5; 3. Relação dialógica com a sociedade. Avaliação 0-5; 4. Relevância acadêmica e articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa. Avaliação 0-5; 5. Forma e grau de participação das pessoas da comunidade externa. Avaliação 0-5; 6. Público-alvo envolvido na proposta. Avaliação 0-5; 7. Fundamentação teórica e clareza metodológica. Avaliação 0-5; 8. Coerência entre a justificativa, os objetivos e as metas. Avaliação 0-5; 9. Planejamento e definição das etapas de implantação, execução e avaliação das atividades propostas. Avaliação 0-5; 10. Articulação das áreas de conhecimento na execução da proposta, diálogos inter e multidisciplinares. Avaliação 0-5; 11. Sistematização e divulgação dos trabalhos a serem produzidos. Produção e difusão dos resultados. Avaliação 0-5; 12. Contribuição à formação técnico-científica, social e acadêmica dos alunos envolvidos na proposta. Avaliação 0-5; 13. Adequação entre as atividades e os objetivos da proposta. Avaliação 0-5; 14. Adequado enquadramento à modalidade escolhida. Avaliação 0-5.

Observação: Gradação da pontuação: 5 = Excelente; 4 = Bom; 3 = Razoável; 2 = Fraco; 1 = Ruim; 0 = Não atende. Pontuação máxima total: 70 (setenta) 14 critérios x 5

6.8 A análise de mérito seguirá uma pontuação total de 0,00 (zero) a 70 (setenta), conforme critérios elencados no item 6.7 e avaliação do parecerista ad hoc, calculada pela somatória dos pontos atribuídos nos 14 (quatorze) critérios.

A nota da avaliação de cada parecerista será obtida pela média aritmética simples da pontuação total obtida dividida pelo número de critérios: $N_p = (P / 14)$, onde: N_p = Nota do parecerista; P = Pontuação total obtida na avaliação; e, 14 = Número de critérios. A nota final, considerada para aprovação da proposta, será calculada pela média aritmética simples da nota do primeiro e do segundo parecerista: $NF = (N_{p1} + N_{p2}) / 2$, onde: NF = Nota final considerada para aprovação; N_{p1} = Nota do primeiro parecerista; e, N_{p2} = Nota do segundo parecerista. As propostas com nota final inferior a 2,5 (dois vírgula cinco) estarão reprovadas.

APÊNDICE G – UNIVERSIDADES COM CRITÉRIOS PONTUÁVEIS PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES NOS EDITAIS

* **UNIFAP:** Critérios: Objetivos e Justificativa (clareza na formulação dos objetivos; explicitação da relação dos objetivos com a existência de lacunas ou dissensos no conhecimento acadêmico e/ou com o encaminhamento de soluções para problemas ou demandas da sociedade). Peso 1. Nota 0 – 10; Consistência acadêmica (respaldo em conhecimento acadêmico sistematizado; adequação metodológica; integração com a pesquisa e o ensino). Peso 2. Nota 0 – 10; Potencial vinculação com o PPC do curso e PDI da UNIFAP (vinculação das atividades de extensão com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC e com o Plano de Desenvolvimento da Instituição – PDI). Peso 2. Nota 0 – 10; Potencial indutor de atividades extensionistas para os discentes (desenvolvimento de atividades de extensão com os discentes do curso). Peso 1. Nota 0 – 10; Potencial impacto na formação dos estudantes (impacto na formação acadêmica; impacto na formação cidadã). Peso 2. Nota 0 – 10; Potencial para ampliar a relação bidirecional da UNIFAP com a sociedade na produção de conhecimento (nível de articulação com setores da sociedade; potencial para produção de conhecimento que resulte na solução de problemas relacionados a esses setores da sociedade). Peso 2. Nota 0 – 10; Titulação. Peso 1. Graduado: Nota 5, Especialista: Nota 6, Mestre: Nota 8, Doutor: Nota 10; Experiência em extensão universitária. Peso 2 Nota 0 - 10 (1 pt por semestre).

* **UFJF:** Critérios: 1. Justificativa da proposta: destaque dos motivos, relevância e contribuição social e acadêmica das ações previstas na proposta. Pontuação: 0 a 10; 2. Caracterização dos beneficiários: indicação das características sócio-econômicas, culturais e políticas dos beneficiários. Pontuação: 0 a 05; 3. Fundamentação teórica: levantamento preliminar das categorias teóricas que darão suporte às ações e às análises a serem desenvolvidas. Pontuação: 0 a 10; 4. Explicitação de objetivos e metas: elaboração adequada do objetivo geral e metas como resultante do detalhamento da justificativa articulado ao referencial teórico explicitado. Pontuação: 0 a 10; 5. Adequação e qualidade da metodologia: indicação e adequação dos processos interventivos e de investigação de forma a materializar o conteúdo expresso nos objetivos e metas, articulados à fundamentação teórica. Pontuação: 0 a 10; 6. Relação com projeto pedagógico do curso dos discentes a serem vinculados ao projeto: vinculação das atividades de extensão e de pesquisa com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, no que se refere à constituição de habilidades que se relacionam com as diretrizes

estabelecidas pelas Unidades Acadêmicas. Pontuação: 0 a 10; 7. Impacto na formação discente: explicitação dos resultados técnicos, científicos e sociais esperados na formação profissional dos discentes, por meio do desenvolvimento de habilidades no campo da extensão e da pesquisa, valorizando as atividades interdisciplinares promovidas pela proposta. Pontuação: 0 a 15; 8. Integração entre extensão e pesquisa: apresentação articulada da dimensão interventiva e empírica no desenvolvimento da proposta. Pontuação: 0 a 5; 9. Relação com a sociedade e impacto social: impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação; relação multilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais; contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional; atendimento à comunidade ou setor, com vistas à futura autonomia dos sujeitos. Pontuação: 0 a 15; 10. Indicadores de acompanhamento e avaliação: descrição do processo de acompanhamento e avaliação com a explicitação dos indicadores e da sistemática de avaliação das ações. Pontuação: 0 a 10

Observação: Podem atingir o máximo de 100 pontos. 7.3. Os avaliadores disponibilizarão, além da pontuação conforme Tabela de Avaliação, parecer qualitativo das propostas avaliadas; 7.4. Serão aprovadas as propostas que atingirem o mínimo de 70 pontos e, a partir de então, serão apresentadas por ordem decrescente de pontuação; 7.5. Utilizar-se-ão como critérios de desempate no resultado final, caso necessário, os seguintes itens: a) maior nota obtida nos seguintes quesitos, em ordem decrescente: relação com a sociedade e impacto social; relação com o projeto pedagógico do curso dos discentes a serem vinculados ao projeto; b) maior titulação do coordenador do projeto; c) maior tempo em exercício do proponente na UFJF.

* **UFOP:** Critérios: 1. Relação direta com a sociedade. Pontos 20; 2. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Pontos 10; 3. Interdisciplinaridade. Pontos 10; 4. Caracterização e justificativa. Ponto 15; 5. Objetivos e metas. Pontos 15; 6. Metodologia. Pontos 15; 7. Acompanhamento. Pontos. 15.

Observação: Quesitos totalizam em 100 pontos. Cada proposta é analisada por dois pareceristas membro do Comitê de Extensão, que submetem seu parecer ao pleno do órgão; 12.1 A classificação dar-se-á por ordem decrescente dos pontos obtidos, respeitando o limite dos recursos disponíveis; 12.2 A proposta que não obtiver no mínimo 60 pontos será reprovada. 12.3 Em caso de empate na pontuação final e caso seja necessário, será considerada a maior pontuação obtida nos seguintes quesitos: Caracterização e justificativa, Objetivos e metas, Metodologia e Acompanhamento e avaliação.

* **UFPR:** 6.1.No caso de Programa com seus Projetos Vinculados, somente o Programa concorre à Bolsa Extensão; 6.2.Todos os relatórios e as propostas de Programas e Projetos receberam nota. A nota final do Programa foi composta pela média aritmética das notas atribuídas ao Programa e aos seus Projetos Vinculados. As notas foram classificadas pelo CAEX nos conceitos A, B ou C. A – Notas de 100 a 85; B – Notas de 84 a 70; C – Notas de 69 e abaixo; 6.3.O número de bolsas a serem distribuídos para cada um desses conceitos, será definido pelo CAEX a partir do número de bolsas concedidos pelo COPLAD e Agências de Fomento; 6.4.1. No caso de empate entre notas de Programa e Projeto Isolado terá prioridade o Programa. 6.4.2. No caso de empate entre notas de Programas ou entre notas de Projetos Isolados será considerada a maior média aritmética entre a nota atribuída pela Banca Avaliadora do trabalho apresentado na SIEPE 2016 e a nota da avaliação do Resumo submetido à SIEPE 2016; 6.4.3. Persistindo o empate, terá prioridade a proposta mais antiga. 6.5.Caso haja bolsas remanescentes, elas serão redistribuídas observando a ordem da lista única de classificação.

* **UFCSPA:** Critérios: 1. Impacto social da proposta pela sua ação transformadora sobre os problemas sociais, considerando a bidirecionalidade entre a experiência acumulada na academia com o saber popular. Pontuação 0 – 1,0. Peso 2,0; 2. Indicação do público alvo e estimativa do número de pessoas beneficiadas. Pontuação 0 – 1,0. Peso 0,5; 3. Definição clara e precisa dos objetivos da proposta. Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 4. Definição clara e precisa dos procedimentos metodológicos, adequados ao público alvo e ao cenário da ação. Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 5. Viabilidade e consistência do cronograma de execução. Pontuação 0 – 1,0. Peso 0,5; 6. Indicação explícita e adequada de procedimentos de avaliação da ação, tanto pela equipe executora quanto pelos beneficiários, com metas e indicadores claramente definidos. Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 7. Cumprimento da indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão, caracterizada pela integração da ação desenvolvida. Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 8. Impacto na formação do estudante. Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 9. Criação de novos produtos ou processos gerados a partir da ação de extensão (artigos de extensão, artigos científicos, publicação em anais de congresso, manuais de informação e orientação, vídeos, jogos, novas metodologias de ensino, pesquisa e extensão, etc.). Pontuação 0 – 1,0. Peso 1,0; 10. Qualidade da fundamentação teórica apresentada. Pontuação 0 – 1,0. Peso 0,5;

Observação: Cada quesito será pontuado utilizando os seguintes critérios: Proposta não atende a nenhum aspecto considerado neste quesito = 0,0; Proposta atende à minoria dos aspectos considerados neste quesito = 0,3; Proposta atende à metade dos aspectos considerados neste quesito = 0,5; Proposta atende à maioria dos aspectos considerados neste quesito = 0,7; Proposta atende a todos os aspectos considerados neste quesito = 1,0.

Informa ainda como Quesitos para avaliação 4 questões cuja avaliação está baseada em “Sim” ou “Não”, porém não foi possível identificar qual a implicação de não apresentar tais quesitos, sendo eles: **a.** Apresentação em versão impressa e digital da proposta de extensão; **b.** Carta de ciência do Departamento ao qual o Coordenador é lotado; **c.** Carta de anuência dos beneficiários de ação de extensão; e, **d.** Adequação da proposta à Área e Linha Temática.

Será considerada credenciada para execução, como programa/projeto de extensão da UFCSPA a proposta que alcançar, no mínimo, 70% da pontuação máxima da avaliação.

APÊNDICE H – UNIVERSIDADES COM FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO DOS BOLSISTAS

* **UNIR:** Parâmetros: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE BOLSISTA PIBEC: 1. Dados de Identificação: Nome, Matrícula, *Campus*, Curso, Período/Ano, Telefone, Período do Plano de Trabalho (Data início e Término), Programa/Projeto e Coordenador(a); 2. Avaliação do Bolsista: 2.1 Indicadores de Avaliação: Tabela contendo coluna “Fatores” que devem ser relacionadas as colunas “Excelente”, “Bom”, “Regular” e “Fraco”. As questões na coluna Fatores são: “Responsabilidade (Empenho no cumprimento de horários e tarefas assumidas)”, “Planejamento/Organização (Sistematização de meios para a realização das atividades)”, “Capacidade de relacionamento (Capacidade de integrar-se ao grupo de trabalho)”; Aplicação de conhecimentos teóricos e práticos: “Iniciativa (Capacidade de tomar decisões e de sugerir soluções aos problemas emergentes)”, “Autodesenvolvimento (Esforço e interesse demonstrados na aquisição de conhecimentos/habilidades, por iniciativa própria, visando o aperfeiçoamento de seu desempenho extensionista)” e “Autocrítica (Capacidade de evidenciar suas dificuldades)”; Autocrítica (Capacidade de evidenciar suas dificuldades); 3. Resultados da atuação do Bolsista PIBEC com relação às atividades desenvolvidas no Programa/Projeto; 4. Parecer sobre o desenvolvimento das atividades do(a) Bolsista PIBEC; 5. Avaliação final do Bolsista PIBEC (Escolher dentre as opções “Excelente”, “Bom”, “Regular” ou “Fraco”

* **UFES:** Parâmetros: No formulário de Avaliação do Coordenador, a terceira parte refere-se a “AVALIAÇÃO DO ALUNO PARTICIPANTE DO PROGRAMA”, sendo composta por: 1. IDENTIFICAÇÃO: Nome do Aluno, Nº de matrícula, Curso, Período de Participação, Carga horária total, Tipo de vínculo (s) do aluno com o programa (Opções “Bolsista de Extensão do PBEXT”, “Bolsista de Extensão mantido por outros recursos”, “Aluno participante com integralização curricular” e “Aluno participante como voluntário”), Título do programa/Projeto, Nº Registro SIEX BRASIL, Nome do coordenador do programa/Projeto: Possui programas vinculados?, Orientador: “Coordenador do programa e/ou Coordenador do Projeto” ou Outro); 2. PLANO DE TRABALHO DO ALUNO: 2.1 O aluno tomou conhecimento do Plano de Trabalho que deveria cumprir no programa/projeto? (Resposta “Sim” ou “Não”), 2.2 Em que medida o Plano de Trabalho estabelecido foi cumprido? (Resposta “Não foi cumprido”, “Foi cumprido parcialmente” ou “Foi cumprido totalmente”), Se o Plano de Trabalho não foi cumprido ou só foi cumprido parcialmente, identifique a(s) razão(ões): 1. Insuficiência de tempo; 2. Problemas referentes ao desenvolvimento do

programa/projeto vinculado; 3. Acúmulo de atividades; 4. Falta de orientação; 5. Reorganização das ações; 6. Limites impostos pela instituição/ comunidade/ público-atingido; 7. Falta de empenho do aluno; 8. Outra(s). Especificar; 3. ENVOLVIMENTO DO ALUNO COM O PROGRAMA/PROJETO: 3.1 Com relação ao envolvimento do aluno com o programa/projeto, avalie: 1. Assiduidade, 2. Iniciativa, 3. Responsabilidade, 4. Capacidade de Interação com o público-atingido, 5. Participação nas atividades do programa/projeto vinculado, 6. Integração com a equipe, 7. Capacidade de organização e gerenciamento de rotina, 8. Participação em eventos, 9. Outro(s), especifique; 4 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA/PROJETO PARA O ALUNO: 1. Desenvolver-se do ponto de vista pessoal; 2. Desenvolver-se do ponto de vista acadêmico. Como? (poderá ser marcada mais de uma opção): 2.1 Adquirir novos conhecimentos; 2.2 Confrontar a formação acadêmica com a prática; 2.3 Vivenciar ações que integram ensino, pesquisa e extensão; 2.4 Vivenciar práticas político-sociais, 2.5 Perceber a inserção social de sua profissão, 2.6 Ajudar a solucionar problemas identificados, 2.7 Avaliar criticamente seu processo de formação, 2.8 Desenvolver ações multidisciplinares/interdisciplinares, 2.9 Influir na inserção de outros alunos no programa/projeto vinculado, 2.10 Ser autor ou co-autor de publicação ou outro produto acadêmico, 2.11 Conhecer o Plano Nacional de Extensão, 2.12 Conhecer a política de extensão da Universidade, 2.13 Conhecer a política de extensão da Unidade, 2.14 Adquirir capacidade de organização e gerenciamento de rotina, 2.15 Vivenciar a dinâmica de ações interinstitucionais, 2.16 Outro(s), Qual(is)?; 5. OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES: (Não obrigatório).

* **UFVJM:** Parâmetros: 1. TÍTULO; NÚMERO DE REGISTRO; 2. PÚBLICO BENEFICIÁRIO: CATEGORIA, QUANTIDADE; 3. PERÍODO; 4. NOME COORDENADOR/ DEPTO; 5. NOME BOLSISTA/ CURSO; 6. AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR SOBRE O BOLSISTA: a) Cumprimento da carga horária (Assinalar dentre as opções “Ótimo”, “Bom”, “Regular” ou “Ruim”); b) Participação nas atividades do projeto (Assinalar dentre as opções “Ótimo”, “Bom”, “Regular” ou “Ruim”); c) Postura do bolsista: responsabilidade, assiduidade, organização e interesse (Assinalar dentre as opções “Ótimo”, “Bom”, “Regular” ou “Ruim”); d) Outras informações e comentários.

* **UFFS:** Parâmetros: 7 Avaliação do orientador: 7.1 Quanto ao desempenho do acadêmico no Programa (Descrever os pontos positivos, pontos negativos, dificuldades, etc.); 7.2 Quanto ao

relatório do acadêmico; 7.3 Participação do acadêmico em divulgações científicas, eventos, etc.(Relacionar as participações em congressos, seminários, encontros, etc. e/ou publicações em periódicos, no período de vigência do programa (anexar cópia dos comprovantes)); 7.4 Dificuldades encontradas/Críticas ou sugestões (Descrever).

* **UFCSPA:** Parâmetros: Consta somente “Parecer do Coordenador a respeito da participação do bolsista no Projeto/Programa”.

* **UNIPAMPA:** Parâmetros: “Relato e avaliação pelo orientador”: O orientador deve analisar o desempenho do bolsista nas atividades exercidas, considerando quesitos como pontualidade, assiduidade, responsabilidade, iniciativa, autonomia, relacionamento interpessoal, postura ético-profissional, grau de interesse e envolvimento do aluno, dentre outros que julgar pertinente).

* **UFSM:** Parâmetros: 2 Avaliação do bolsista: 2.1 Quanto ao desempenho do Bolsista (de maneira geral) em relação ao Plano de Trabalho (Respostas “Realizou plenamente todas as atividades previstas”, “Realizou satisfatoriamente todas as atividades previstas”, “Realizou plenamente todas as atividades com adequação do plano de trabalho previsto”, “Realizou satisfatoriamente todas as atividades com adequação do plano de trabalho previsto” ou “Participou, mas não conseguiu realizar as atividades.”); 2.2 Descreva os fatores que influenciaram no resultado assinalado na questão anterior. Caso tenha ocorrido modificações no plano de trabalho, descreva-as; 2.3 Em relação ao amadurecimento pessoal e acadêmico. Como você avalia a contribuição das atividades desenvolvidas pelo bolsista? (Respostas “Superou a expectativa”, “Atendeu totalmente a expectativa”, “Atendeu parcialmente a expectativa” ou “Não atendeu a expectativa”); 2.4 Descreva os fatores que influenciaram no resultado assinalado na questão anterior; 2.5 Houve substituição de bolsistas? (Resposta “Sim” ou “Não”), se “Sim”, 2.6 Justifique as modificações ocorridas.

* **UFPEL:** Parâmetros: PARECER DO ORIENTADOR SOBRE O DESEMPENHO DO BOLSISTA: Considerar aspectos como pontualidade, assiduidade, interesse, envolvimento, proatividade, responsabilidade, integração com o público-alvo, integração com a equipe do projeto, interesse em manter o/a aluno/a na bolsa, entre outros aspectos).

* **UNILAB:** Parâmetros: Consta somente “Parecer do Orientador”.

APÊNDICE I – UNIVERSIDADES COM RESPECTIVOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO PELOS BOLSISTAS

* **UNIFAP:** Critérios: 1. Você acredita que o projeto contribuiu para sua formação acadêmica e profissional? 2. Você acredita que o projeto contribuiu para uma transformação junto ao público que você trabalhou? 3. Você possuiu dificuldades não superadas na realização do projeto? 4. Você considera que o nível de exigência (tempo de dedicação e assuntos trabalhados no seu projeto) está coerente com o seu nível de formação? 5. A infraestrutura oferecida para a realização de seu programa/projeto foi suficiente? 6. As atividades desenvolvidas pelo bolsista (descrever cada uma das atividades desenvolvidas no projeto e/ou programa); 7. Maiores dificuldades (mencionar as dificuldades encontradas durante a execução da atividade extensionista); 8. Sugestões e críticas (criticar e sugerir melhorias tanto para benefício da bolsa, como para a atividade); 9. Os objetivos do bolsista no projeto foram alcançados satisfatoriamente?

Observação: Para as questões de 1 a 5 as respostas possíveis são “Sim” ou “Não”, sendo possível a inclusão de observações que julgar conveniente. Os itens 6 a 8 são de caráter descritivo. A questão 9 permite resposta “Sim” ou “Não”, porém solicita justificativa.

* **UFF:** Critérios: 1. Correlacione as atividades desenvolvidas na Ação de Extensão com sua formação profissional e cidadã; 2. Esta Ação de Extensão foi considerada para composição da Carga Horária Curricular? 3. Existe atividade de pesquisa ligada à Ação de Extensão? 4. Existe atividade de ensino ligada à Ação de Extensão? 5. Contribuição para formação profissional; 6. Contribuição para formação pessoal (cidadania); 7. Integração com a comunidade; 8. Integração com seu curso; 9. Conhecimento das normas que regem o Programa de Bolsa de Extensão.

Observação: A questão 1 é descritiva. O item 2 as respostas possíveis são “Sim” ou “Não”, sendo possível a inclusão de observações. Nas questões 3 e 4 as respostas possíveis são “Sim” ou “Não”, devendo ocorrer especificação da resposta. As questões 5 a 9 o acadêmico deve assinalar dentro de uma escala de 1 a 4, sendo 1-Nenhuma, 2-Pequena, 3-Razoável e 4-Significativa.

* **UFES:** Critérios: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA/PROJETO PARA O ALUNO: O fato de ser aluno participante neste programa/projeto contribuiu para: (poderá ser marcada mais de uma opção): 1. Desenvolvimento do ponto de vista pessoal; 2. Desenvolvimento do ponto de vista acadêmico: 2.1 Adquirir novos conhecimentos; 2.2 Confrontar a formação acadêmica com a prática; 2.3 Vivenciar ações que integram ensino, pesquisa e extensão; 2.4 Vivenciar práticas político-sociais; 2.5 Perceber a inserção social de sua profissão; 2.6 Ajudar a solucionar problemas identificados; 2.7 Avaliar criticamente seu processo de formação; 2.8 Desenvolver

ações multidisciplinares/interdisciplinares; 2.9 Influir na inserção de outros alunos no programa/projeto vinculado; 2.10 Ser autor ou co-autor de publicação ou outro produto acadêmico; 2.11 Conhecer o Plano Nacional de Extensão; 2.12 Conhecer a política de extensão da Universidade; 2.13 Conhecer a política de extensão da Unidade; 2.14 Adquirir capacidade de organização e gerenciamento de rotina; 2.15 Vivenciar a dinâmica de ações interinstitucionais; 2.16 Outro(s) especifique. AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS PELO ALUNO: Houve aquisição de conhecimentos? (Resposta: Não ou sim). Em relação aos conhecimentos que você adquiriu em sua participação neste programa/projeto, que valor teve (Resposta dentro da escala de Nenhum valor, Pouco valor, Muito Valor, N/A): 1. Ação junto ao público-atingido; 2. Aulas teóricas; 3. Leitura de textos indicados pelo professor; 4. Leitura ou pesquisa de sua escolha de acordo com as demandas do programa/projeto vinculado; 5. Pesquisa na Internet; e, 6. Orientação docente.

PLANO DE TRABALHO DO ALUNO: Você teve conhecimento do plano de trabalho que deveria ser cumprido neste programa/projeto vinculado? (Resposta: Sim ou Não); Em que medida o Plano de Trabalho estabelecido pelo programa/projeto foi cumprido? (Resposta: Não foi cumprido; Foi cumprido parcialmente ou Foi cumprido totalmente). Se o plano de trabalho não foi cumprido ou só foi cumprido parcialmente, identifique a(s) razão(ões): 1. Insuficiência de tempo; 2. Falta de recursos; 3. Acúmulo de atividades; 4. Falta de orientação; 5. Reorganização das ações; 6. Limites impostos pela instituição/comunidade/público-atingido; 7. Falta de empenho pessoal; 8. Outra(s) Qual(is)?

ENVOLVIMENTO DO ALUNO COM O PROGRAMA/PROJETO VINCULADO: Com relação ao seu envolvimento com o programa/projeto vinculado, avalie (Resposta dentro da escala de Insuficiente, Regular, Bom, N/A): 1. Assiduidade; 2. Iniciativa; 3. Responsabilidade; 4. Capacidade de Interação com o público-atingido; 5. Participação nas atividades do programa/projeto vinculado; 6. Integração com a equipe; 7. Capacidade de organização e gerenciamento de rotina; 8. Participação em eventos; 9. Outro(s). Especifique.

AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO: Na sua opinião, o coordenador responsável por sua orientação: 1. Orientou satisfatoriamente o seu trabalho; 2. Incentivou a sua autonomia; 3. Foi fonte de aprendizado; 4. Estimulou seu aprendizado; 5. Dividiu as responsabilidades do programa/projeto com os alunos; 6. Sobrecarregou os alunos com atividades do programa/projeto; 7. Estimulou a troca de experiências e saberes entre os integrantes do programa/projeto; 8. Acompanhou seu desenvolvimento acadêmico; 9. Estimulou ações multidisciplinares/interdisciplinares; 10. Estimulou ações articuladas entre extensão, pesquisa e ensino; 11. Articulou as experiências adquiridas no programa/projeto vinculado com a teoria; 12. Articulou ações entre projetos; e, 13. Propiciou a participação da comunidade/público-atingido no programa/projeto.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA/PROJETO

VINCULADO NO ANO VIGENTE PELO ALUNO: Em que medida o programa/projeto vinculado alcançou os seus objetivos? (Resposta: Não alcançou; Alcançou parcialmente; ou Alcançou Totalmente). Se o programa/projeto vinculado não alcançou ou só alcançou parcialmente seus objetivos, identifique a(s) razão(ões) abaixo: (poderá ser marcada mais de uma opção): 1. Insuficiência de tempo; 2. Falta de recursos; 3. Acúmulo de atividades; 4. Falta de planejamento; 5. Limites impostos pela instituição/comunidade/público-atingido; 6. Demanda mal dimensionada; 7. Problemas de infraestrutura; 8. Problemas na equipe; 9. Não atingiu o que o público pretendia; e, 10. Outra(s). Especifique. OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES (Não obrigatório).

* **UFVJM**: Critérios: BREVE RELATO DESCRITIVO DO PROJETO (objetivos, metodologia, ações, impactos junto à comunidade); PERCEPÇÃO DO BOLSISTA ACERCA DA INTERAÇÃO COM O ENSINO E A PESQUISA; e, PERCEPÇÃO DO BOLSISTA ACERCA DO PROCESSO EXTENSIONISTA (pontos fortes da participação, ganhos pessoais, dificuldades, críticas e sugestões).

* **UFPR**: Critérios: AVALIAÇÃO SUBJETIVA - INDIVIDUAL/PESSOAL: 1. Descreva de forma concisa e objetiva as atividades que você executou no Programa/Projeto; 2. Indique as contribuições para sua formação decorrente da participação no Programa/Projeto, nas dimensões acadêmica, profissional e cidadã: (aprendizado de conteúdo; práticas; experiências; organização de eventos; redação de textos; elaboração de apresentações; habilidade para o trabalho em equipe; habilidade para a apresentação de trabalhos; aprendizagem de limites do conhecimento disciplinar; acompanhamento da realidade da população quanto à problemática focalizada nas atividades; interação dialógica com a comunidade para compreender as necessidades e planejar atividades; entre outras); 3. Sua participação no Programa/Projeto de Extensão permitiu a você verificar a relação ensino/pesquisa/extensão? De que forma? 4. Quais mudanças você observou no grupo parceiro ou público-alvo, de acordo com a proposição inicial do Programa ou Projeto? Os objetivos da atividade de Extensão foram atingidos? 5. Quanto à proposta do Programa/Projeto, sob seu ponto de vista, estava adequada às necessidades do grupo parceiro, e era viável aplicá-la à realidade ali encontrada? Justifique; 6. Quais elementos de Interdisciplinaridade (diálogo com outros campos de conhecimento, que não o de seu Curso específico) a participação no Programa/Projeto lhe propiciou aprender ou vivenciar? 7. O que você aprendeu no Programa ou Projeto, que não faz parte do currículo do seu Curso (conteúdos, metodologias, entre outros), que você julga importante ser incluído como disciplina obrigatória ou optativa, ou que você avalia que poderá fazer falta para o estudante que não teve a oportunidade de participar do

Programa/Projeto? Justifique. AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR: Na sua opinião, seu orientador neste Programa/Projeto: a) Orientou satisfatoriamente o trabalho; b) Incentivou a autonomia do bolsista / voluntário; c) Foi fonte de aprendizado para o bolsista / voluntário; d) Estimulou outras fontes de aprendizado; e) Dividiu as responsabilidades do projeto com os bolsistas/ voluntários; f) Sobrecarregou os bolsistas / voluntários com atividades do Programa/Projeto; g) Estimulou a troca de experiências e saberes entre os integrantes do Programa/Projeto; h) Acompanhou o desenvolvimento acadêmico do bolsista / voluntário; i) Estimulou ações inter e/ou multidisciplinares; j) Estimulou ações articuladas entre ensino, pesquisa e extensão; e, k) Articulou experiências adquiridas no projeto com a teoria.

Observação: Para AVALIAÇÃO DO ORIENTADOR as respostas devem enquadrar-se em uma escala de pontuação de 5 a 0, sendo 5 = Excelente; 4 = Bom; 3 = Razoável; 2 = Ruim; 1 = Sofrível; 0 = Não atende.

* **UFCSPA**: Critérios: Objetivos alcançados (de acordo com o Plano de Trabalho) (Resposta Dissertativa); Relevância da participação para sua formação acadêmica (Resposta Dissertativa); Dificuldades encontradas: pontue sobre sua participação no programa/projeto de extensão (Escala de 1 a 5, sendo (1) Pouco Importante e (5) Muito Importante): a) do ponto de vista acadêmico (novos conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e competências, utilização dos conhecimentos adquiridos na formação profissional); b) do ponto de vista pessoal (relação com outras pessoas, contato com outros profissionais/acadêmicos, contato com a realidade social, contribuição para sua formação como cidadão).

* **UnB**: Critérios: Descrição das atividades desenvolvidas como aluno extensionista; Avaliação Geral: a) Com quais grupos comunitários teve contato? b) De que forma a participação em um projeto de Extensão contribuiu na sua formação acadêmica-universitária? c) Participou de algum congresso, seminário, encontro, exposição de pôster, etc, relativo a extensão universitária? Se sim, fazer citação bibliográfica (Nome, cidade, ano, etc) d) Teve alguma publicação relacionada ao projeto de Extensão no qual trabalha? Se sim, fazer citação bibliográfica (Autor; Título; Cidade, Ano; Etc).

Observação: Respostas dissertativas

APÊNDICE J – PARÂMETROS UTILIZADOS NO REGISTRO, NA SUBMISSÃO AOS EDITAIS E NOS RELATÓRIOS DE EDITAIS E ACOMPANHAMENTOS

* **UNIFAP/ UFRN/ UNILA:** Utilizam o SIGAA. Parâmetros: A) Registro⁸: Possui 5 processos, sendo “a.1” para Projeto, “a.2” para Curso, “a.3” para Eventos, “a.4” para Produção e Publicação e “a.5” para Programas. A primeira parte do processo refere-se aos DADOS GERAIS DA AÇÃO e a maioria das informações são comuns aos 5 processos, exceto 2 fontes de financiamento sendo que FAEX/PROEX não consta disponível para Curso e financiamento pela unidade que consta somente para Programas/Projetos: Título; Ano (no qual a ação será desenvolvida); Período de Realização (Dia e mês de início e de fim de realização da ação); Área de Conhecimento CNPq (Seleção da área de conhecimento desejada dentre as disponíveis); Abrangência (Seleção de uma das opções de abrangência da ação de extensão); Área Temática de Extensão (Seleção da área temática desejada entre as disponíveis); Coordenador; Ação Vinculada a Programa estratégico de Extensão (Respostas “Sim” ou “Não”); Produto Gerado através de qual ação de extensão/Atividade? (Informe a ação de extensão/atividade que o produto é gerado); Projeto Vinculado a ação de formação continuada e permanente (Respostas “Sim” ou “Não”), Ação vinculada a Grupo Permanente de Arte e Cultura (Respostas “Sim” ou “Não”), Público Alvo do Projeto (Discriminar Público Alvo Interno; Quantificar Público Alvo Interno; Discriminar Público Alvo Externo; Quantificar Público Alvo Externo; Total de participantes estimados); Local de realização (Estado; Município: Selecionar o município desejado dentre os cadastrados; Bairro; Espaço de Realização.); Formas de financiamento do Projeto (Auto-Financiado; Financiado pela UFRN: Financiamento FAEX/PROEX (TODOS, EXCETO CURSO) ou Financiado pela Unidade Proponente (SOMENTE PROGRAMA/PROJETO); Financiamento Externo: Oriundo de Edital: Selecionando esta opção, o usuário deverá definir o Edital Externo, o Financiador e a quantidade de Bolsas concedidas; Outros: Selecionando esta opção, o usuário deverá fornecer o Financiador e a quantidade de Bolsas Concedidas); Unidades Envolvidas na Execução (Unidade Proponente; Executor Financeiro; Unidade Co-Executoras Externa; e, Unidade(s) Co-Executoras). DADOS: A) DO CURSO / EVENTO: Tipo de Evento; Carga Horária; Número de Vagas Oferecidas; Será cobrada taxa de matrícula? (Respostas “Sim” ou “Não”); Valor da taxa de matrícula (Este campo só estará disponível caso o campo Será cobrada taxa de matrícula? esteja assinalado com a opção Sim); Data de Vencimento das GRUs (Este

8 Informações extraídas de <<http://www2.unifap.br/dex/registre-sua-acao/>>. Acesso em 14 jan. 2018.

campo só estará disponível caso o campo Será cobrada taxa de matrícula? esteja assinalado com a opção Sim); Mini Atividades (Título da mini atividade; Tipo do Curso; Local; Período; Horário (do curso); Carga Horária; Vagas; Outras Informações (Descrição)); Abas Resumo, Programação, Objetivos Gerais e Resultados Esperados; B) DO PRODUTO: Abas Resumo (Tipo de Produto, selecionando um tipo entre as opções do sistema, e Tiragem (quantidade); Resumo do Produto), Justificativa, Objetivos Gerais e Resultados Esperados; C) DO PROGRAMA / PROJETO: Abas Resumo, Justificativa, Fundamentação Teórica, Metodologia, Referências, Objetivos Gerais e Resultados Esperados; ATIVIDADES VINCULADAS - Somente Programas; MEMBROS DA EQUIPE DA AÇÃO: Abas Docente / Servidor / Discente / Participante Externo (Informar nome; Função (dentre as opções fornecidas pelo sistema); Permitir Gerenciar Participantes (Respostas “Sim” ou “Não”); Remuneração (Respostas “Sim” ou “Não”). Na aba Participante Externo (Nome; CPF (Caso o participante seja estrangeiro, clique na opção Estrangeiro (sem CPF)); E-mail (opcional); Função; Sexo (Respostas “Masculino” ou “Feminino”); Formação; Instituição (de origem do participante); Remuneração (se o membro tem alguma remuneração na Instituição)) – TODOS; LISTA DE OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS: Objetivos do Projeto: Descreva os objetivos do projeto; Descrição das Atividades; Carga Horária; Período; Membro (Selecione o nome do membro da atividade dentre os membros do projeto); Carga Horária Membro – TODOS; e, DESPESAS: Selecione o Elemento de Despesa: Discriminação; Quantidade; Valor Unitário – TODOS.; B) Submissão Editais: A submissão pode ocorrer de duas formas, caso coincida o registro da ação com o período do Edital basta selecionar, na aba “Formas de Financiamento do Projeto”, o “Edital de Extensão” que se quer concorrer; No caso de o projeto já estar registrado “Autofinanciado”, deve-se realizar uma avaliação Parcial e, após, “Vincular Edital”, após selecionar o edital, deverão ser editadas as informações acerca da ação de extensão para ser submetida ao edital (informar: Linha de Atuação (Unidade Acadêmica a qual o proponente da ação está lotado), Executor Financeiro, Unidade Co-executoras Externas e Unidade Co-executoras); C) Relatórios Editais e Acompanhamento⁹: Não existe segregação entre relatórios para Editais e para Acompanhamento. Selecionar a opção adequada (Cadastrar Relatório “Parcial” ou “Final”). DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: Informar se: Esta ação foi realizada (Opções “Sim” ou “Não”); Preencher: Atividades realizadas; Resultados obtidos: qualitativos; Resultados

9 Disponível em:

https://docs.info.ufrn.br/doku.php?id=suporte:manuais:sigaa:portal_do_docente:extensao:relatorios:relatorios_de_acoes_de_extensao:. Acesso em 14 jan. 18

obtidos: quantitativos; Dificuldades encontradas; Ajustes realizados durante a execução da ação de extensão; Público estimado (Quantitativo estimado do público que a ação pretendia atingir); Público real atingido; Total de concluintes; Valor da Taxa de matrícula; Valor arrecadado (Valor total arrecadado); DETALHAMENTO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS: Por Descrição (Rubrica) e Fonte de Recursos; ANEXAR ARQUIVO COM OUTROS DETALHES DA AÇÃO DE EXTENSÃO: Descrição (Descreva o arquivo que será anexado com o detalhamento da ação de extensão) e Arquivo.

Observação: Para o Relatório Final é possível importar dados do relatório parcial.

* UFT/ UFMA/ UFRJ/ UFTM: Utilizam o SIGPROJ. Parâmetros: A) Registro: 1 – INTRODUÇÃO: 1.1 Identificação: Título, Tipo da Ação (Escolher dentre as opções “Programa”, “Projeto”, “Curso”, “Evento”, “Prestação de Serviço”, “Produto”, “Produção e Publicação” ou “Bolsa de Extensão”); Edital (escolher dentre os Editais abertos); Instituição; Unidade Geral; Unidade de Origem; Início Previsto; Término Previsto; Tem Recurso Financeiro Envolvido? (Respostas “Sim” ou “Não”); Nome do Gestor; Órgão Financeiro (Opções “Conta única” ou “Outros”); 1.2 Detalhes: Carga Horária Total da Ação (Informar quantitativo, se necessário possui campo para “Justificar Carga Horária”); Periodicidade (“Anual”, “Bianual”, “Mensal”, “Eventual”, “Sazonal”, “Semestral”, “Outra”); Ação é Curricular (Respostas “Sim” ou “Não”); Abrangência (“Estadual”, “Internacional”, “Local”, “Micro regional”, “Municipal”, “Nacional” ou “Regional”); Tem limite de vagas (Respostas “Sim” ou “Não”); Tem Inscrição (Respostas “Sim” ou “Não”); Local de Realização; Período de realização; 1.3 Público: Tipo/Descrição do Público-Alvo; Número Estimado de Público: (Tabela contendo colunas “Discriminar Público-Alvo” e os tipos de Público, sendo Docente (A); Discentes de Graduação(B); Discentes de Pós-Graduação (C); Técnico Administrativo (D); e, Outro (E)); 1.4 Parcerias: Nome, Sigla, Parceria (“Interna” ou “Externa” a IES), Instituição, Outra Instituição, Participação; 1.5 Caracterização (Escolher dentre as opções disponíveis para cada tópico): Grande área de conhecimento do CNPq, Área Temática Principal, Área Temática Secundária, Linha de Extensão; 1.6 Descrição: Resumo da Proposta (Máximo 250 caracteres); Palavras-chave (no máximo cinco palavras-chave); Informações Relevantes para Avaliação da Proposta; 1.6.1 Justificativa; 1.6.2 Fundamentação Teórica; 1.6.3 Objetivos; 1.6.4 Metodologia e Avaliação; 1.6.5 – Relação Ens. Pesq. e Ext.; 1.6.6 Avaliação (Pelo público; Pela equipe de Execução); 1.6.7 Referências Bibliográficas; 1.6.8 Observações; 1.7 Divulgação/ Certificados: Divulgação: Meio de Divulgação (assinalar dentre as opções “Cartaz”, “Folder”, “Mala Direta”, “Internet”, “Imprensa”, “Outdoor” e “Outro”), Informar Contato; Certificados: Emissão de Certificados (Informar Quantidade por Tipo - “Participante” e “Equipe de Execução”), Justificativa e Critério para emissão de

certificados aos participantes (Menção mínima – opções “MM – média (5 - 6,9)”, “MS – média superior (7 – 8,9)” ou “SS – superior (9 – 10)” e Frequência mínima); 1.8 Outros Produtos Acadêmicos: Gera Publicações e Outros Produtos Acadêmicos? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, assinalar Tipo de produto (dentre as opções) e informar Descrição/Tiragem; 1.9 Anexos; 2 – EQUIPE DE EXECUÇÃO: 2.1 Membros: Vincular membros da equipe de execução; Cadastrar membros externos); 2.2 Cronograma de Atividades: Atividade, Mês de Início; Duração (Meses, semanas, dias), Somatório da carga horária dos membros (preenchido pelo sistema); Responsável, Vincular Membros / C.H; 3 – RECEITA: 3.1. Arrecadação: Tipo (Respostas: “Inscrição”, “Matrícula”, “Mensalidade” ou “Outros”), Descrição, Quantidade, Custo Unitário; 3.2 Recurso da IES: informar valor (R\$) por rubrica; 3.3 Recurso de Terceiros: Nome da Instituição, Item de Dispêndio (Selecionar uma das rubricas ou opção “Outro”), Tipo (“Espécie” ou “In Natura”), Valor e se É órgão Público (Resposta “Sim” ou “Não”); 3.4 Receita consolidada (Demonstrativo das informações preenchidas); 4 – DESPESAS: 4.1 Diárias: Localidade, Nº de diárias, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.2 Material de Consumo: Descrição, Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.3 Passagens: Trecho, Quantidade, Tipo (Opções “Aérea” ou “Terrestre”), Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.4 Serviços de Terceiros – Pessoa Física: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.5 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: Descrição, Custo Total e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.6 Material Permanente: Descrição (Especificação), Tipo (Opções “Nacional” ou “Importado”) Quantidade, Custo Unitário e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.7 Bolsa de Extensão: Nome do Bolsista; Tipo Institucional (Opções “Discente”, “Docente”, “Técnico Administrativo” ou “Associado”), Início Previsto, Término previsto; Qtd. De Meses, Carga horária semanal, Bolsa/Mês, Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”), Plano de Trabalho do Bolsista (Objetivos; Atividades a serem desenvolvidas/Mês); 4.8 Outras Despesas: Descrição, Custo e Fonte (Escolher entre “Arrecadação”, “IES” ou “Terceiros”); 4.9 Resolução Financeira (Resolução de Destinação Específica da IES); 4.10 Orçamento Consolidado (Demonstrativo das informações preenchidas). **B) Submissão Editais:** As submissões ao SIGPROJ sempre estarão vinculadas a um edital, sendo possível a edição posterior das propostas. Os campos para preenchimento permanecem inalterados, devendo-se atentar para a necessidade de complementação de informações solicitadas nos editais com anexos. **C) Relatório Editais e Acompanhamento:** Não existe segregação entre relatórios para Editais e para Acompanhamento. Selecionar a opção adequada (Cadastrar Relatório “Parcial” ou “Final”). O Sistema habilita muitos campos para preenchimento, iguais aos que foram preenchidos na submissão sendo o objetivo, neste instante, a revisão das informações a partir do que foi realmente realizado. 1 – INTRODUÇÃO: 1.1 Identificação: Título, Tipo da Ação;

Edital; Instituição; Unidade Geral; Unidade de Origem; Início Previsto; Término Previsto; *Ação vinculada à Programa de Extensão?* (Respostas “Sim” ou “Não”); Caracterização (Grande área de conhecimento do CNPq, Área Temática Principal, Linha de Extensão, Caracterização; Subcaracterização 1; Subcaracterização 2; 1.2 Resumo: Resumo da Proposta (máximo de 200 palavras) e Palavras-chave; 1.3 Detalhes da Ação: Carga Horária Total da Ação; Periodicidade; Ação é Curricular; Abrangência; *Tem várias Turmas?* (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, informar dados das turmas (identificação, datas de início e término, Tem limite de vagas, Tem inscrição, Local de Realização; Período de realização); 1.4 Público/Certificado: Tipo/Descrição do Público-Alvo *Atingido*; *Número de pessoas atendidas*; *Na sua opinião, em que medida, numa escala de 0 a 100, a ação atingiu o público que pretendia?* (Escala com variação de 10 em 10); *Emissão de Certificados: Quantidade por Tipo* (Participante ou Equipe de Execução); *Unidade Geral Responsável*; *Unidade de Origem Responsável*; 1.5 *Objetivos: Objetivos Propostos; Objetivos Realizados*; *Na sua opinião, em que medida, numa escala de 0 a 100, a ação alcançou os seus objetivos?* (Escala com variação de 10 em 10), *Se a ação não alcançou parcialmente seus objetivos, identifique a (s) razão (ões)* (Opções “Insuficiência de tempo”, “Acúmulo de atividades”, “Falta de recurso”, “Falta de planejamento”, “Problemas com público alvo”, “Limites”, “Aumento da demanda”, “Problemas de infra-estrutura” ou “Problemas na equipe”); 1.6 *Parcerias: Nome, Sigla, Parceria, Instituição, Outra Instituição, Participação*; 1.7 *Resultados* (Informar todos os resultados técnico-científicos efetivamente alcançados na execução da ação de extensão relacionando-os àqueles esperados. Ater-se apenas aos resultados que decorreram especificamente desta ação.): *Houve melhoria da infra-estrutura, ou seja, melhorias nas instalações físicas da sua instituição, tais como laboratórios, equipamentos, etc?* (Respostas “Sim” ou “Não”), se Sim, *Descrever: Houve integração acadêmica: articulação com o ensino e a pesquisa?* (Respostas “Sim” ou “Não”); *Houve integração entre as áreas do conhecimento: Aspectos da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade?* (Respostas “Sim” ou “Não”); *Gerou publicações técnico-científicas?* (Respostas “Sim” ou “Não”). *Obs.: Publicou-se artigos em periódicos, comunicações em congresso, livros, capítulos em livros, manuais, etc. Além disso, informar o desenvolvimento de produtos, protótipos, patentes, processos, metodologias, etc. Anexar todas as publicações*; *Houve capacitação de recursos humanos?* (Respostas “Sim” ou “Não”). *Obs: Discriminar os resultados voltados à capacitação de pessoas, relacionando-os a cursos, treinamentos, formação de mestres e doutores com respectiva dissertação/tese (informar título, orientador, orientando, banca examinadora e data de defesa), entre outros*; *Houve difusão e divulgação da Tecnologia: Informação pesquisada?* (Respostas “Sim” ou “Não”). *Obs: Foram realizados eventos e produzidos materiais de divulgação pela pesquisa*; *Os resultados obtidos PARA A COMUNIDADE/PÚBLICO-ALVO foram efetivos e eficientes?* (Respostas “Sim” ou “Não”); 1.8 *Impactos* (*Obs: Avalie os impactos dos resultados da pesquisa na melhoria da infra-*

estrutura laboratorial, aquisição de equipamentos, na formação de recursos humanos e na área de conhecimento envolvida na pesquisa. Ater-se apenas aos resultados que decorreram especificamente da pesquisa apoiada; Houve impacto científico? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, Descrever; Houve impacto tecnológico? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, Descrever; Houve impacto econômico? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, Descrever; Houve impacto social? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, Descrever; Houve impacto Ambiental? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, Descrever; 1.9 Produtos Gerados: Gera Publicações e Outros Produtos Acadêmicos? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, informar na tabela: “Produção Bibliográfica” a quantidade em níveis “Nacional” e/ou “Internacional” por tipo de produção; e/ou, “Produção Cultural” a quantidade por tipo de produção; 1.10 Financeiro: Teve recurso Financeiro envolvido? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, informar “Total da Receita”, “Total da Despesa”, “Nome do Gestor”, “Órgão Financeiro” (Respostas “Conta única” ou “Outros”); Foi realizado Convênio/Contrato (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, informar “Instituição Conveniada” e “Número do Convênio/Contrato”; 1.11 Mudanças e dificuldades: Mudanças ocorridas; Dificuldades ocorridas; 1.12 Conclusões e perspectivas (Descrever as conclusões finais do projeto e apresentar as perspectivas de trabalhos futuros e outros possíveis projetos a serem financiados e pesquisados); 1.13 Bibliografia; 1.14 Observações/Sugestões; 1.15 Arquivos anexos; 2 – EQUIPE DE EXECUÇÃO: 2.1 – Dados Gerais: Houve mudança na equipe de execução? (Respostas “Sim” ou “Não”), se sim, caracterizar as principais alterações ocorridas na equipe e de que forma afetaram a execução da ação e a qualificação dos seus executores; 2.2 Membros; 2.3 Cronograma de Atividades; 3 – PARTICIPANTES: Participantes (descrever); 4 – AVALIAÇÃO GERAL: 4.1 Parte I: 01 – Na sua avaliação a extensão desenvolvida pode ser considerada como de abrangência (Assinalar entre: “Local”, “Estadual”, “Polaridade em relação ao município sede”, “Regional”, “Micro Regional” ou “Outra”); 02 – A participação da comunidade externa/população atendida foi orientada na concepção, desenvolvimento e avaliação dos programas e projetos de extensão? (Para cada etapa assinalar somente uma dentre as opções: Sim”, “Sim, mas na prática não foi observada”, “Não”, “Não, mas na prática foi observada”. São 3 etapas para análise, sendo elas Concepção, Desenvolvimento e Avaliação; 03 – De forma geral, nos projetos e programas, como a comunidade participa? (Marcar todas as que se aplicam) (Opções “Comunidade participa no desenvolvimento”, “Comunidade informa sobre suas necessidades”, “Comunidade participa da concepção”, “Comunidade participa da avaliação do projeto”, “Outras”, “Comunidade recebe projeto definido pela comunidade”); 4.2 Parte II: 04 – Em que houve a participação da comunidade externa/população atendida na etapa de concepção, a participação foi observada em: Definição de metas e objetivo; Definição de metodologia; Elaboração do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento; Elaboração de atividades preparatórias; e, Definição das formas de avaliação (Assinalar

para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”); 4.3 Parte III: 05 – A participação da comunidade externa/população atendida na etapa de desenvolvimento, essa participação foi observada em: Redefinição de metas e objetivo; Readequação do plano de trabalho, incluindo cronograma e orçamento; Definição de atividades prioritárias; Gestão de atuação de docentes, técnicos e estudantes; Gestão de equipamentos e recursos financeiros; Proposição de novas atividades; Na discussão de resultados parciais; e, Discussão sobre adequação da metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados (Assinalar para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”); 4.4 Parte IV: 05 – A participação da comunidade externa/população atendida na etapa de avaliação, essa participação foi observada em: Definição de objetivos e de metas da avaliação; Discussão sobre metodologia, equipe, estrutura, recursos e equipamentos disponibilizados para avaliação; Definição do plano de trabalho da avaliação, incluindo cronograma e orçamento; Definição de atividades prioritárias para a avaliação; Gestão de atuação de docentes, técnicos e estudantes envolvidos na avaliação; Proposição de novas atividades; Na discussão de resultados parciais; Coleta, registro e sistematização de informações; Na discussão dos resultados obtidos; e, Na divulgação dos resultados obtidos (Assinalar para cada questão uma dentre as seguintes respostas: “Significativa”, “Razoável”, “Pequena” ou “Nenhuma”); 4.5 Parte V – Avaliação da Relação entre Universidade e Sociedade: 01 – Para a avaliação da incorporação do conhecimento, da tecnologia e da metodologia por parte da comunidade: assinalar dentre as opções “Acompanha a evolução da comunidade através de atividades específicas”, “Acompanha a evolução da comunidade através de indicadores externos, como dados censitários e boletins estatísticos”, “Solicita informações ou relatórios à comunidade de forma periódica, devolvendo-as após análise e interpretação”, “Solicita acompanhamento por parte de instituições parceiras”, “Não realiza acompanhamento posterior” ou “Não se aplica”, as que correspondem a cada um dos 3 itens); 4.6 Parte VI – Ação Extensionista no Redimensionamento da Unidade: 02 – As ações de extensão desenvolvidas geraram concretamente: Assinalar dentre as opções “Novas Linhas de pesquisa”, “Novos grupos de pesquisa”, “Reorganização de currículos de graduação”, “Reorganização de currículos de graduação”, “Oferecimento de novos cursos ou turmas de cursos de extensão”, “Projetos de novas disciplinas de graduação”, “Propostas de continuidade para o ano seguinte”, “Outras ações de extensão vinculadas”, “Alteração de normas de ensino, pesquisa e extensão”, “Apropriação de créditos curriculares para cursos” e “Apropriação de créditos curriculares para estudantes”; 03 – A ação extensionista como principais objetivos: Assinalar dentre as opções “Formação mais integral dos estudantes”, “Geração de novos projetos extensionistas”, “Produção de conhecimento”, “Geração de novas pesquisas”, “Geração de novos recursos”, “Indicadores/insumos para análise de políticas públicas”, “Atendimento

direto/assistência direta de acordo com as necessidades apontadas pela comunidade atendida” e “Atividade acadêmica complementar”; 04 – *Como é realizada a aferição dos resultados alcançados? (Assinalar dentre as opções “Por processo de avaliação previsto pelo próprio projeto”, “Por processo de avaliação externo (a cargo da instituição parceira)”, “Por consulta direta aos beneficiários” e “Por relatório final do estudante”);* 4.7 Parte VII: 05 – *Assinala para cada uma das questões o grau de atingimento em uma escala de 1 a 7, sendo (1) atingimento pleno, consolidado e de caráter permanente, (2) atingimento em grau considerável, podendo ser utilizados como exemplo para outras ações, (3) Razoável atingimento, sem destaques positivos ou negativos, (4) Atingimento insatisfatório, com mais pontos negativos que positivos, (5) Atingimento fugas, momentânea e específica para as principais atividades, sem persistência dos resultados, (6) Situações onde não houve nenhum atingimento, e, (7) Impossibilidade de relatar por falta de informação. Questões: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão; Flexibilização curricular da graduação; Aproveitamento da extensão como atividade acadêmica curricular; Transferência de conhecimento ou tecnologia gerados; Proposição de novos temas de pesquisa; e, Geração de produto acadêmico.*

ANEXO A – FIGURAS DOS ASPECTOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DAS CINCO DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO (FORPROEX, 2001)

Figura 6 – Imagem compondo os aspectos Qualitativos da Dimensão I – Política de Gestão

DIMENSÃO I – POLÍTICA DE GESTÃO – ASPECTOS QUALITATIVOS			
Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Política de extensão na instituição	* Caracterização da extensão no estatuto, no regimento e no plano da Pró-Reitoria de Extensão * Presença do conceito, especificação de metas, linhas e forma de atuação no plano	Análise documental	* Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes) * Estatuto e regimento das IES * Plano de atuação da Pró-Reitoria de Extensão
2. Concepção de extensão	* Presença da extensão na explicitação da missão institucional como uma de suas funções básicas	* Análise documental * Entrevistas	* Projeto pedagógico institucional * Documentos normativos da extensão (resoluções, portarias, documentos conceituais, etc.) e outras formas de registro * Gestores da instituição
3. Órgãos colegiados de extensão	* Identificação de órgãos definidores de políticas de extensão. Processo de aprovação, distribuição de recursos e bolsas	* Análise da estrutura normativa da instituição * Entrevistas	* Bases normativas da extensão e unidades acadêmicas * Gestores * Documentos
4. Resoluções e normas	* Existência de resoluções e normas que definam e regulamentem programas, projetos, cursos, prestação de serviços, eventos, produção, publicação e políticas de fomento	Análise documental	Documentos normativos
5. Integração entre as ações da extensão e as da graduação, da pesquisa e da pós-graduação	* Existência de projetos que integrem ações de extensão, ensino e pesquisa * Existência de mecanismos (acadêmicos e administrativos) facilitadores da integração de ações acadêmicas	* Análise documental * Entrevistas	Programas, projetos, relatórios, vídeos etc.
6. Informatização dos dados e dos processos de operacionalização da extensão	Existência de banco de dados referente às ações de extensão	* Verificação da existência de banco de dados de extensão em funcionamento * Análise documental * Observação (através de instrumentos próprios)	* Tipos de registro de ação extensionista * Banco de dados e documentos cadastrais
7. Sistema de acompanhamento e avaliação	Existência de sistema de acompanhamento e avaliação	Análise documental	* Pró-reitorias, unidades acadêmicas, departamentos e núcleos * Plano de acompanhamento e avaliação (documentos conceituais e instrumentos de avaliação)

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹⁰

¹⁰ A Figura 7 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 65-67.

Figura 7 – Imagem compondo os aspectos Quantitativos da Dimensão I – Política de Gestão e aspectos Qualitativos da Dimensão II – Infra-Estrutura

DIMENSÃO I – POLÍTICA DE GESTÃO – ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Categories	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Recursos destinados às ações de extensão	Percentual no orçamento para extensão	Análise diagnóstica e de relatório financeiro	Orçamentos e prestação de contas
2. Convênios firmados pela universidade com outras instituições que contemplam ações de extensão	Número de convênios para extensão em relação ao total de convênios firmados	Análise de convênios em execução	Setor de convênios da universidade
3. Núcleos que desenvolvem ações de extensão	Número de núcleos existentes que desenvolveram ações de extensão em relação ao total de núcleos	Análise dos projetos e relatórios dos núcleos	Projetos e relatórios dos núcleos
4. Departamentos que desenvolvem ações de extensão	Número de departamentos que desenvolvem ações de extensão em relação ao total de departamentos da instituição	Análise dos planos e relatórios dos departamentos	Planos e relatórios departamentais
DIMENSÃO II – INFRA-ESTRUTURA – ASPECTOS QUALITATIVOS			
Categories	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Estrutura administrativa	Existência de estrutura administrativa adequada às demandas da extensão: instalação, espaço físico, recursos humanos, transporte, equipamentos	* Análise qualitativa das estruturas administrativas * Observação direta (orientada) * Aplicação de questionário	* Base estrutural e normativa da extensão, boletins de serviços e outros * Gestores e equipes

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹¹

Figura 8 – Imagem compondo os aspectos Quantitativos da Dimensão II – Infra-Estrutura

DIMENSÃO II – INFRA-ESTRUTURA – ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Categories	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Laboratórios que desenvolvem atividades de extensão	Número de laboratórios que desenvolvem atividades de extensão em relação ao total de laboratórios	Quantificação dos laboratórios que desenvolvem atividades de extensão	Pró-reitorias de Extensão (ou equivalentes) e unidades acadêmicas
2. Equipamentos de informática disponíveis para a extensão	Número de equipamentos de informática utilizados nas ações de extensão em relação ao número total de equipamentos de informática das demais atividades acadêmicas	* Levantamento do número de equipamentos de informática disponíveis para atividades de extensão * Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa	Executores de projetos, Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes)
3. Meios de transporte vinculados à extensão	Número de veículos disponíveis para a extensão em relação ao número de veículos para as demais atividades acadêmicas	* Levantamento do número de veículos disponíveis para ações de extensão * Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa	* Executores de projetos * Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes)
4. Bolsas de extensão em relação às outras bolsas existentes na universidade	* Número de bolsas de extensão com relação às bolsas das outras atividades acadêmicas da instituição * Valor da bolsa * Duração da bolsa * Carga horária semanal	* Quantificação do número de bolsas de extensão, graduação, pesquisa e manutenção/trabalho * Análise comparativa da quantidade disponível para extensão, ensino e pesquisa	Documentos da instituição

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹²

11 A Figura 8 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 68-69.

12 A Figura 9 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 70-71.

Figura 9 – Imagem compondo os aspectos Qualitativos da Dimensão III – Relação Universidade/Sociedade

DIMENSÃO III – RELAÇÃO UNIVERSIDADE /SOCIEDADE – ASPECTOS QUALITATIVOS			
Categories	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Parcerias institucionais relativas à extensão	Tipos e formas de parceiras existentes (interinstitucionais com órgãos públicos e privados e com movimentos sociais organizados)	* Análise dos convênios e do banco de dados de extensão * Entrevistas	* Bancos de dados da Pró-Reitoria de Extensão (ou equivalente) e do setor de convênios da instituição * Convênios, contratos e outros instrumentos que regulamentam as parcerias da universidade com órgãos públicos ou privados * Documentos oficiais externos
2. Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão	Tipos de clientela diretamente atendida pela extensão universitária	* Análise de ações de extensão e respectivos relatórios * Entrevistas * Observação	* Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços etc. * Relatórios de ações de extensão e documentos
3. Participação da comunidade na gestão na ação extensionista	Formas de participação da comunidade externa na gestão da extensão nas fases de concepção, desenvolvimento e avaliação	* Entrevistas * Análise do planejamento do projeto * Observação do desenvolvimento da ação extensionista: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços * Análise dos relatórios	* Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços etc. * Relatórios * Executores de projetos * Comunidade envolvida
4. Apropriação, por parte da comunidade, dos conhecimentos, tecnologias e metodologias desenvolvidas na ação extensionista	Verificação da apropriação do conhecimento, por parte da comunidade, decorrente da ação de extensão	* Observação * Entrevistas * Questionário	* Documentos oriundos da comunidade beneficiada * Comunidade Envolvida
5. Ação extensionista no redimensionamento da universidade	Estabelecimento de novas linhas de pesquisa, reorganização curricular, novos cursos, novas instâncias de formação decorrentes das atividades de extensão	* Análise das inovações acadêmicas introduzidas na instituição em decorrência da extensão * Entrevistas	* Gestores, coordenadores de extensão e equipes * Documentos

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹³

Figura 10 – Imagem compondo os aspectos Quantitativos da Dimensão III – Relação Universidade/Sociedade

DIMENSÃO III – RELAÇÃO UNIVERSIDADE /SOCIEDADE – ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Categories	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Parcerias	Número de parcerias consolidadas internamente (departamentais) e externamente com instituições públicas e privadas e organismos da sociedade civil	Análise de banco de dados da extensão e convênios	Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes) e setores de convênios das instituições
2. Clientela diretamente atendida pelas ações de extensão	* Número de pessoas diretamente atendidas pelas ações de extensão por tipo de atuação * Número de pessoas diretamente atendidas pela extensão universitária por área temática	Análise de relatórios dos projetos de extensão	Relatórios de projetos

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹⁴

13 A Figura 10 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 72-74.

14 A Figura 11 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 75.

Figura 11 – Imagem compondo os aspectos Qualitativos da Dimensão IV – Plano Acadêmico

DIMENSÃO IV – PLANO ACADÊMICO – ASPECTOS QUALITATIVOS			
Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Interface ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> * Existência de programas e projetos de extensão articulados ao ensino e à pesquisas * Flexibilização das estruturas acadêmicas de graduação e pós-graduação que incorpore as atividades de extensão como componente curricular * Transferência de conhecimento e tecnologia aplicada 	<ul style="list-style-type: none"> * Análise qualitativa dos documentos * Entrevistas * Observação dirigida 	<ul style="list-style-type: none"> * Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços etc. * Estrutura curricular dos cursos de graduação e pós-graduação * Documentos dos núcleos de pesquisa e setores específicos de transferência de conhecimento e tecnologias * Convênios e relatórios de ações de extensão * Plano institucional
2. Formas de aprovação, acompanhamento e avaliação das ações de extensão	<ul style="list-style-type: none"> * Existência de critérios de aprovação das propostas de ações de extensão * Mecanismos de acompanhamento das ações de extensão * Procedimentos institucionais de avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> * Análise do sistema normativo * Análise dos procedimentos operacionais, internos da Pró-Reitoria, de aprovação de projetos * Entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> * Documentos * Gestores e equipes
3. Critérios para distribuição dos recursos aos programas de acordo com a política de extensão	Existência de critérios para concessão de recursos	Análise dos critérios internos da instituição	Sistema normativo da instituição
4. Formas de realização da extensão que indiquem o perfil das unidades acadêmicas e da instituição	Formas por meio das quais a instituição realiza a extensão (programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produções e produtos acadêmicos)	<ul style="list-style-type: none"> * Análise de propostas de ação de extensão e respectivos relatórios * Entrevistas * Questionários 	<ul style="list-style-type: none"> Pró-reitorias de Extensão (ou equivalentes), unidades acadêmicas e departamentos * Executores de ações e equipes * Programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produções e produtos acadêmicos
5. Extensão enquanto formação acadêmica	Identificação das formas de participação dos alunos nas ações de extensão: Bolsistas; Aluno colaborador; Aluno com validação de crédito curricular	<ul style="list-style-type: none"> * Análise documental * Entrevista com alunos e coordenadores de projetos 	<ul style="list-style-type: none"> * Plano de trabalho da atividade acadêmica do aluno que participa da extensão * Ações desenvolvidas pelos alunos * Relatório do aluno * Relatório do coordenador da atividade de extensão * Documentos institucionais que normatizam a incorporação da atividade de extensão como componente curricular * Mecanismos de validação da incorporação da atividade de extensão como componente curricular

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹⁵

Figura 12 – Imagem compondo os aspectos Quantitativos da Dimensão IV – Plano Acadêmico

DIMENSÃO IV – PLANO ACADÊMICO – ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Tipos de atividades desenvolvidas	* Número de ações de extensão, segundo o tipo: - número de programas; - número de projetos - número de curso - número de prestações de serviço - número de eventos - número de produções e produtos acadêmicos	Análise documental	* Sistema de informação da instituição * Base de dados das Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes)
2. Ações de extensão por área temática, linhas programáticas, carga horária, número de participantes	* Número de ações de extensão, por área temática, linhas programáticas, carga horária, número de participantes: programas, projetos, curso, prestações de serviço, eventos; e, produções e produtos acadêmicos	Análise documental	* Sistema de informação da instituição * Base de dados das Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes)
3. Professores que exercem a atividade de extensão	Números de docentes envolvidos com a extensão em relação ao total de professores	Análise documental	* Sistema de informação da instituição * Base de dados das Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes)
4. Horas dedicadas pelos professores às atividades de extensão	Número de horas semanais dedicadas pelos professores às atividades de extensão em relação ao total dedicado ao ensino e à pesquisa	Análise documental	Planos departamentos e de unidades Documentos institucionais
5. Professores que desenvolvem atividades de extensão, por categoria funcional, por regime de trabalho e por titulação acadêmica	Número de docentes envolvidos com a extensão, por regime de trabalho e por titulação acadêmica	Análise documental	Planos departamentos e de unidades
6. Servidores técnicos que exercem atividades de extensão	Número de servidores técnicos envolvidos com atividades de extensão em relação ao total de servidores	Análise documental	Documentos dos departamentos e unidades administrativas
7. Alunos bolsistas envolvidos em projetos de extensão	Número de alunos bolsistas envolvidos em atividades de extensão em relação ao total de alunos matriculados	Análise documental	Documentos das Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes) e das unidades acadêmicas
8. Alunos voluntários envolvidos em atividades de extensão	Número de alunos voluntários envolvidos em atividades de extensão em relação ao total de alunos matriculados	Análise documental oriunda de departamentos, unidades e Pró-Reitorias	Documentos das Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes), das unidades acadêmicas e dos departamentos

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹⁶

Figura 13 – Imagem compondo os aspectos Quantitativos da Dimensão V – Produção Acadêmica

DIMENSÃO V – PRODUÇÃO ACADÊMICA – ASPECTOS QUANTITATIVOS			
Categorias	Indicadores	Procedimentos Metodológicos e Técnicas	Fontes de Informações
1. Quantificação da produção intelectual decorrente dos projetos de extensão	* Número de artigos de extensão publicados em periódicos * Número de livros editados com base em atividade de extensão * Número de comunicações em eventos das ações de extensão desenvolvidas * Número de publicações ou relatórios de novas tecnologias produzidas com base nas atividades de extensão * Número de publicações ou relatórios de metodologias construídos com base nas atividades de extensão * Número de produção de vídeos, espetáculos, exposições, arranjos, etc.	Análise de base de dados da extensão, relatórios, catálogos, anais e outros	* Pró-Reitorias de Extensão (ou equivalentes), atividades acadêmicas e departamentos * Documentos (relatórios, catálogos, anais e outros) * Banco de produção científica

Fonte: Adaptado pela autora (2018)¹⁷

16 A Figura 13 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 80-84.

17 A Figura 14 foi elaborada a partir dos Quadro Demonstrativos de FORPROEX, 2001, p. 85-86.